



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DA 3.^a REGIÃO (SP/MS)
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.^a REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

São Paulo-SP
2016



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DA 3.^a REGIÃO (SP/MS)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 146/2015, da Portaria nº 321/2015 e das informações publicadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), todas do Tribunal de Contas da União.

UNIDADE JURISDICIONADA RESPONSÁVEL
Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

ÓRGÃOS VINCULADOS
Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo
Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul

São Paulo-SP
2016



Lista de siglas e abreviações

ACOM	Assessoria de Comunicação Social do TRF3R
ALIC	Assessoria de Licitação da Presidência do TRF3R
ASOM	Assessoria de Organizações e Métodos do TRF3R
ART.	Artigo
BB	Banco do Brasil S/A
CATRF3R	Conselho de Administração do TRF3R
CECON	Centrais de Conciliação
CEF	Caixa Econômica Federal
CI	Controle Interno
CF	Constituição Federal
CJF	Conselho da Justiça Federal
CJF3R	Conselho da Justiça Federal da 3ª Região
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CORE	Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região
DFOR	Diretoria do Foro
DIRG	Diretoria Geral do TRF3R
DN	Decisão Normativa
EMAG	Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região
GABCON	Gabinete da Conciliação
GND	Grupo de Natureza de Despesa
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JF	Justiça Federal
JF3R	Justiça Federal da 3ª Região
JFSP	Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo
JFMS	Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul
JEF	Juizado (s) Especial (ais) Federal (ais)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MS	Estado de Mato Grosso do Sul
MTGI	Modernização Tecnológica e Gestão da Informação
NURE	Núcleo de Recursos Humanos da JFMS
OCI	Órgão de Controle Interno
OS	Ordem de Serviço
PAA	Plano Anual de Auditorias
PDTI	Plano Diretor de TI
PE	Planejamento Estratégico
PEJF	Planejamento Estratégico da Justiça Federal
PETI	Planejamento Estratégico de TI
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PPA	Plano Plurianual
PORT	Portaria
PRC	Precatório
PRES	Presidência
PROV	Provimento
RCAT	Seção de Controle de Atos de Pessoal do TRF3R
RES	Resolução
RH	Recursos Humanos
RI	Regimento Interno
RPV	Requisição de Pequeno Valor



SADI	Secretaria da Administração do TRF3R
SADM	Secretaria Administrativa
SCAJ	Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça do TRF3R
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEGE	Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF3R
SEJU	Secretaria Judiciária do TRF3R
SETI	Secretaria de TI do TRF3R
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SJMS	Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SJSP	Seção Judiciária de São Paulo
SOFI	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do TRF3R
SP	Estado de São Paulo
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSEG	Secretaria de Segurança Institucional do TRF3R
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRF	Tribunal (ais) Regional (ais) Federal (ais)
TRF3R	Tribunal Regional Federal da Terceira Região
TR	Turma (s) Recursal (ais)
UBAS	Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde do TRF3R
UCON	Subsecretaria de Controle Interno do TRF3R
UDOC	Subsecretaria de Documentação e Divulgação do TRF3R
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas
URL	Localizador-Padrão de Recursos (<i>Uniform Resource Locator</i>)



Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Lista de tabelas

Tabela 1 -	Vagas de Magistrados da JF3R
Tabela 2 -	Pré proposta 2015 com LOA 2015
Tabela 3 -	Projetos PLOA e LOA 2015
Tabela 4 -	Demonstrativo proposta orçamentária x LOA 2015 (Projetos de Obras, Reformas e Aquisições)
Tabela 5 -	Demonstrativo proposta orçamentária x LOA 2015 (Julgamento de causas – PO Modernização das instalações)
Tabela 6 -	Despesas com manutenção de TI
Tabela 7 -	Demonstrativo do montante aplicado em TI
Tabela 8 -	Créditos extraordinários consignados para a JF3R – Exercício 2015
Tabela 9 -	Limitação de empenho e movimentação financeira (Contingenciamento 2015 – 5º Bimestre)
Tabela 10 -	Limitação de empenho e movimentação financeira decorrente dos créditos especiais reabertos em 2015
Tabela 11 -	Limitação de empenho e movimentação financeira – Total 2015
Tabela 12 -	Correções gerais ordinárias e inspeções administrativas de avaliação realizadas no exercício
Tabela 13 -	Registro e acompanhamento de expedientes por tipo de solicitação
Tabela 14 -	Força de trabalho por faixa etária no TRF3R
Tabela 15 -	Força de trabalho por nível de escolaridade no TRF3R
Tabela 16 -	Força de trabalho por faixa etária na JFSP
Tabela 17 -	Servidores acima de 66 anos em diante por sexo - JFSP
Tabela 18 -	Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível no TRF3R
Tabela 19 -	Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na JFSP
Tabela 20 -	Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na JFMS
Tabela 21 -	Total de servidores capacitados nas competências estratégicas
Tabela 22 -	Informações sobre os veículos
Tabela 23 -	Quadro comparativo dos custos de locação x aquisição de veículos – por UG
Tabela 24 -	Treinamentos realizados pelo pessoal de TI
Tabela 25 -	Força de trabalho de TI
Tabela 26 -	Principais ações executadas no PDTI em 2015
Tabela 27 -	Ações de informática
Tabela 28 -	Modernização tecnológica e gestão da informação – MTGI
Tabela 29 -	Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas no TRF3R
Tabela 30 -	Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas na JFSP
Tabela 31 -	Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas na JFMS
Tabela 32 -	Deliberação do TCU pendentes de atendimento

Lista de quadros

Quadro 1-	Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a pagar – OFSS
Quadro 2 -	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
Quadro 3 -	Restos a pagar de exercícios anteriores
Quadro 4 -	Avaliação do sistema de controles internos da JF3R
Quadro 5 -	Força de trabalho da JF3R
Quadro 6 -	Distribuição da lotação efetiva
Quadro 7 -	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da JF3R



- Quadro 8 - Composição do quadro de estagiários
- Quadro 9 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união
- Quadro 10 - Cessão de espaço físico em imóvel da união na responsabilidade da JF3R
- Quadro 11 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
- Quadro 12 - Aspectos da gestão ambiental 2015

Lista de gráficos

- Gráfico 1- Análise da Meta 1 (1º Grau)
- Gráfico 2 - Análise da Meta 1 (2º Grau)
- Gráfico 3 - Análise da Meta 1 (JEF)
- Gráfico 4 - Análise da Meta 1 (TR)
- Gráfico 5 - Comparativo de expedientes por tipo de solicitação – 2014-2015
- Gráfico 6 - Comparativo da progressão por número de solicitações – 2008-2015
- Gráfico 7 - % de pessoal por faixa etária no TRF3R
- Gráfico 8 - % de servidores por nível de escolaridade no TRF3R
- Gráfico 9 - Deliberações do TCU 2015

Lista de figuras

- Figura 1 - Mapa estratégico da Justiça Federal 2015-2020



Lista de anexos e apêndices

Anexo I -	Realizações das Centrais de Conciliação
Anexo II -	Realizações da Vice-Presidência
Anexo III -	Varas por Subseção Judiciária
Anexo IV -	Organograma da UPC
Anexo V -	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
Anexo VI -	Macroprocessos finalísticos
Anexo VII -	Planejamento Estratégico - RES CJF nº 313/2014
Anexo VIII -	Execução orçamentária – Exercício 2015
Anexo IX -	Ações de responsabilidade da UPC – OFSS
Anexo X -	Despesas por modalidade de contratação
Anexo XI -	Despesas por grupo e elemento de despesas
Anexo XII -	Indicadores de desempenho – Resultado das metas 2015
Anexo XIII -	Organograma de governança
Anexo XIV -	Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
Anexo XV -	Qualificação e capacitação da força de trabalho
Anexo XVI -	Despesas com pessoal
Anexo XVII -	Indicadores gerenciais sobre RH
Anexo XVIII -	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade
Anexo XIX -	Despesas com manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da JF3R
Anexo XX -	Catálogo de sistemas disponibilizados pela SETI
Anexo XXI -	Contratos com critérios de sustentabilidade ambiental 2015
Anexo XXII -	Requisição e Precatórios - Administração direta
Anexo XXIII -	Requisição e Precatórios - Administração indireta
Anexo XXIV -	Desoneração da folha de pagamento
Anexo XXV -	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64



Sumário

1 - ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

2 - APRESENTAÇÃO

- 2.1 - Forma de como está estruturado o Relatório de Gestão
- 2.2 - Principais realizações da gestão no exercício
- 2.3 - Principais dificuldades encontradas pela JF3R para a realização dos objetivos no exercício de 2015

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 3.1 - Finalidade e competências
- 3.2 - Organograma
- 3.3 - Macroprocessos finalísticos

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

- 4.1 - Planejamento organizacional
 - 4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício
 - 4.1.2 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
- 4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos
- 4.3 - Desempenho orçamentário
 - 4.3.1 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
 - 4.3.1.1 - Ações orçamentárias – OFSS
 - 4.3.1.2 - Ações subtítulos – OFSS
 - 4.3.1.3 - Ações não previstas na LOA 2015 – Restos a pagar não processados – OFSS
 - 4.3.1.4 - Ações do Orçamento de investimento - OI
 - 4.3.2 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
 - 4.3.2.1 - Análise crítica dos passivos
 - 4.3.3 - Restos a pagar de exercícios anteriores
 - 4.3.3.1 - Análise crítica dos restos a pagar
 - 4.3.3.2 - Relatório de Auditoria nº 0482951/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD
 - 4.3.4 - Informações sobre a execução das despesas
 - 4.3.4.1 - Despesas totais por modalidade de contratação
 - 4.3.4.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa
 - 4.3.4.3 - Análise crítica da realização da despesa
- 4.4 - Desempenho operacional
 - 4.4.1 - Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário
 - 4.4.2 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho
 - 4.4.3 - Indicadores específicos do desempenho dos Tribunais

5 - GOVERNANÇA

- 5.1 - Descrição das estruturas de governança
- 5.2 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 5.3 - Gestão de riscos e controles internos
 - 5.3.1 - Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 6.1 - Canais de acesso do cidadão
 - 6.1.1 - Canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações,



reclamações, denúncias, sugestões etc

6.1.2 - Dados gerenciais e estatísticos

6.1.3 - Análise dos resultados

6.1.4 - Alterações dos procedimentos adotados decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

6.2 - Carta de serviços ao cidadão

6.3 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

6.4 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

6.5 - Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

6.6 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6.6.1 - Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

6.6.2 - Acessibilidade nos sítios da internet da JF3R

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

7.1.1 - Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10

7.1.2 - Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

7.1.3 - Metodologia de cálculo da depreciação, amortização

7.1.4 - Taxas utilizadas para os cálculos

7.1.5 - Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

7.1.6 - Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 T sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

7.2 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

7.3 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 - Gestão de pessoas

8.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1.1 - Força de trabalho da JF3R

8.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva

8.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da JF3R

8.1.1.4 - Análise crítica

8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho

8.1.3 - Demonstrativo das despesas com pessoal

8.1.4 - Irregularidade na área de pessoal

8.1.4.1 - Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

8.1.4.2 - Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD, item 3.4

8.1.4.3 - Terceirização irregular de cargos

8.1.5 - Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

8.1.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

8.1.7 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

8.1.7.1 - Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

8.1.7.2 - Análise crítica

8.1.7.3 - Contratação de estagiários

8.1.8 - Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos



internacionais

8.2 - Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 - Gestão da frota de veículos própria

8.2.1.1 - Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

8.2.1.2 - Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da JF3R

8.2.1.3 - Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da JF3R

8.2.1.4 - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação por grupo

8.2.1.5 - Idade média da frota, por grupo de veículos

8.2.1.6 - Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

8.2.1.7 - Plano de substituição da frota

8.2.1.8 - Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

8.2.1.9 - Estrutura de controles de que a JF3R dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

8.2.2 - Gestão da frota de veículos terceirizada

8.2.3 - Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso

8.2.4 - Gestão do patrimônio imobiliário da União

8.2.4.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

8.2.4.2 - Despesas com manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da JF3R

8.2.5 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

8.2.6 - Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da JF3R

8.2.7 - Análise crítica

8.2.8 - Informações sobre os imóveis locados de terceiros

8.2.8.1 - Análise crítica sobre os imóveis locados de terceiros

8.3 - Gestão da tecnologia da informação

8.3.1 - Informações sobre o PETI e o PDTI

8.3.2 - Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

8.3.3 - Descrição dos principais sistemas de informação

8.3.4 - Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

8.3.5 - Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

8.3.6 - Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI

8.3.7 - Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

8.3.8 - Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

8.3.9 - Processo judicial eletrônico (PJe)

8.4 - Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1 - Aspectos da gestão ambiental

8.4.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.1.1 - Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos

9.1.1.1 - Deliberações atendidas

9.1.1.2 - Deliberações pendentes de atendimento

9.1.1.3 - Formas de efetivo acompanhamento das recomendações do TCU

9.2 - Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

9.2.1 - Visão geral sobre as recomendações feitas pelo OCI (CNJ/CJF)

9.2.1.1 - Recomendações recebidas e atendidas



9.2.1.2 - Recomendações recebidas e pendentes de atendimento

9.2.1.3 - Formas de efetivo acompanhamento das recomendações do OCI

9.3 - Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

9.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.5 - Gestão de precatórios

9.5.1 - Requisições e precatórios da administração direta

9.5.2 - Requisições e precatórios da administração indireta

9.5.3 - Análise crítica da gestão de precatórios

9.6 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

9.6.1 - Identificação dos contratos que envolvem serviços de TI e de construção civil, vigentes nas seguintes datas de início da desoneração da folha de pagamento

9.6.2 - Análise de fatores que obstaram a incidência da desoneração

9.6.3 - Formalização da revisão determinada pelo Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ 264/2014

9.6.4 - Atualização monetária, juros moratórios e parcelamento dos débitos

9.6.5 - Situação atual

10 - APÊNDICES E ANEXOS



2 – APRESENTAÇÃO

2.1 – Forma de como está estruturado o Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2015, de forma consolidada, contemplou informações sobre a gestão das Unidades Gestoras de sua estrutura hierárquica, de acordo com a IN nº 63/2010, DN nº 146/2015 e PORT nº 321/2015, todas do TCU.

A estrutura do relatório de gestão compreende as seções e os itens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral estabelecido pelo Anexo II da DN TCU nº 146/2015 e pelo Anexo Único da PORT TCU nº 321/2015.

Para a elaboração de cada seção de conteúdos do relatório de gestão, observou-se os seguintes conjuntos de itens de informações que foram atribuídos no sistema e-Contas do TCU: 1) elementos pré-textuais; 2) apresentação; 3) visão geral da unidade; 4) planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; 5) governança; 6) relacionamento com a sociedade; 7) desempenho financeiro e informações contábeis; 8) áreas especiais da gestão; 9) conformidade da gestão de demandas de órgãos de controle e 10) apêndices e anexos.

Os quadros, tabelas, gráficos e figuras estão numerados sequencialmente na ordem que aparecem no texto. Os Anexos citados no corpo do relatório compõem a Seção 10 – Apêndices e Anexos.

Os itens 4.3.1.2 – Ações subtítulos - OFSS; 4.3.1.4 – Ações do Orçamento de investimento - OI; 8.1.4.3 – Terceirização irregular de cargos; 8.1.8 – Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; 8.2.2 – Gestão da frota de veículos terceirizada; 8.2.6 – Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da JF3R; 9.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário, não obstante se apliquem à natureza da UPC, não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

2.2 – Principais realizações da gestão no exercício

As ações e esforços impendidos em 2015 foram direcionados, em especial, ao cumprimento dos objetivos e metas fixados nas Leis de Orçamento e no PEJF para o quinquênio 2015/2020.

Sobressaem-se, dentre as concretizações de 2015, projetos voltados à efetividade da prestação jurisdicional, observando os princípios Constitucionais, quais sejam legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade:

- superação das seguintes metas de 2015: Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; Meta 2 - Identificar e julgar 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos JEF e TR; Meta 3 - Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior e Meta 7 - Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente (processos criminais baixados), conforme Anexo XII - Indicadores de desempenho – Resultado das metas 2015;

- redução de 25,73% do acervo processual em 2º grau em comparação ao ano de 2014 e superação em 20% do número de sentenças proferidas nas TR em relação aos processos distribuídos, conforme mapas estatísticos disponíveis em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3837>;

- implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico-PJe – conforme relatado no item 8.3.9 - Processo judicial eletrônico (PJe);

- fomento de meios extrajudiciais para solução de conflitos, que propiciou mais de R\$ 428 milhões em acordos no exercício, cujo detalhamento consta do Anexo I - Realizações das Centrais de Conciliação;

- redução de 76% do acervo de processos da Vice-presidência, conforme detalhado



no Anexo II - Realizações da Vice-Presidência;

Outras ações e realizações que contribuíram com o desempenho da JF3R no exercício:

- XVII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região;

- abertura de Concurso de Promoção de Juiz Federal a Desembargador Federal para as vagas decorrentes da vacância do cargo ocupado pelo Desembargador Federal Nelson Bernardes e pelas aposentadorias dos Desembargadores Federais Walter do Amaral, Salette Nascimento e Márcio Moraes, consoante Edital disponibilizado no Diário Eletrônico da JF3R, Edição 91/2015 (Processos SEI 0010236-23.2015.4.03.8000; 0014553-64.2015.4.03.8000; 0014554-49.2015.4.03.8000 e 0014555-34.2015.4.03.8000);

- realização do Juizado Especial Itinerante na SJMS, integrando o projeto denominado "Expedição da Cidadania", realizado em transporte fluvial, no Rio Paraguai, no trecho situado entre o km 1522 e km 1651, no período de 9 a 16 de março de 2015 para realização de atermações e perícias, e no período de 11 a 24 de maio de 2015 para a realização de audiências de instrução, conciliação e julgamento (Provimento CATRF3 nº 432, de 05/03/2015);

- abertura de Concurso de Promoção de Juiz Federal a Desembargador Federal para a vaga decorrente da aposentadoria da Desembargadora Federal Alda Basto, consoante Edital disponibilizado no Diário Eletrônico da JF3R, Edição 161/2015 (Processo SEI 0019609-78.2015.4.03.8000);

- ampliação do quadro de Varas participantes do plantão judiciário na SJMS, incluindo o JEF e a Turma Recursal de Campo Grande, conforme PORT DFORMS nº 1531717, de 11/12/2015;

- ações educacionais (presenciais e à distância) que promoveram a Formação Continuada dos Juízes Federais Substitutos da 3ª Região aprovados pelo concurso XVII, nos moldes estabelecidos pelo Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais – PNA, articuladas às metas traçadas pelo CNJ, pelo PPA do Judiciário 2015-20 e pela Presidência do TRF3R e constantes da RES nº 3/2013, da Enfam, que dispõe “sobre o curso oficial para ingresso, o curso de formação inicial e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura.”, dentre outras ações de capacitação constantes do item 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

- implantação da 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto na 27ª Subseção Judiciária de São João da Boa Vista (Provimento CJF3R nº 436/2015 - Processo SEI 0001359-31.2014.4.03.8000);

- implantação da 4ª Vara Federal na 10ª Subseção Judiciária de Sorocaba (Provimento CJF3R nº 433/2015 - Processo SEI0018332-95.2013.4.03.8000);

- revisão da competência e estrutura afeta à Subseção Judiciária de Sorocaba, com a alteração da 1ª Vara-Gabinete do JEF para 4ª Vara Federal com competência mista (Provimento CJF3R nº 433/2015 - Processo SEI 0018332-95.2013.4.03.8000);

- reestruturação da UCON (RES CATRF3R nº 505/2015 - Processo SEI0011567-11.2013.4.03.8000);

- reestruturação da EMAG (RES CATRF3R nº 506/2015 - Processo SEI0004065-84.2014.4.03.8000);

- alteração da estrutura organizacional da SADI, SEPE, SSEG e UDOC (RES CATRF3R nº 508/2015 - Processo SEI 0020422-76.2013.4.03.8000);

- alteração da estrutura organizacional da SEJU e da AGES para criar o Núcleo de Processo Judicial Eletrônico (RES CATRF3R nº 510/2015 - Processo SEI 0009205-65.2015.4.03.8000);

- criação da Seção Socioambiental na AEGE (RES CATRF3R nº 511/2015 - Processo SEI 0004723-74.2015.4.03.8000);

- reestruturação da Vice-Presidência e da SEJU, a fim de promover a racionalização da



estrutura organizacional das unidades, com melhor utilização dos recursos existentes (RES CATR3R nº 512/2015 - Processo SEI 0006491-35.2015.4.03.8000);

- alteração da estrutura organizacional da Assessoria de Apoio aos Gabinetes (RES CATRF3R nº 513/2015 - Processo SEI 0007458.80.2015.4.03.8000);

- alteração da estrutura organizacional da Subsecretaria de Informações Processuais (RES CATRF3R nº 515/2015 - Processo SEI 0008288-46.2015.4.03.8000);

- reestruturação da SETI (RES CATRF3R nº 516/2015 - Processo SEI 0021785-30.2015.4.03.8000), para readequação da utilização dos recursos disponíveis com a ampliação do quantitativo de funções comissionadas;

- aprimoramento da estrutura organizacional administrativa da SJMS, a fim de adequá-la às atuais metas, atribuições, fiscalizações e controles das atividades administrativas exercidas pelos diversos órgãos de controle interno e externo, nos termos da RES CJF3R nº 558/2015 (Processo SEI 0001574-98.2014.4.03.8002);

- estabelecimento da estrutura organizacional do JEF e da 4ª Vara Federal da 10ª Subseção Judiciária de Sorocaba (RES CJF3R nº 559/2015 - Processo SEI 0003406-38.2015.4.03.8001);

- alteração da estrutura organizacional das Subseções Judiciárias de Campo Grande e Coxim (RES CJF3R nº 561/2015 - Processo SEI 0001053-22.2015.4.03.8002);

- consolidação da estrutura organizacional da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São João da Boa Vista (RES CJF3R nº 562/2015 - Processo SEI 00003892-57.2014.4.03.8001);

- alteração da estrutura organizacional da área administrativa da Diretoria do Foro da SJSP e das Coordenadorias dos fóruns da Subseção Judiciária de São Paulo (RES CJF3R nº 563/2015 - Processo SEI nº 0008655-04.2014.4.03.8001);

- padronização da estrutura organizacional das áreas administrativas dos fóruns das Subseções Judiciárias do interior do Estado São Paulo e estruturação das Centrais de Mandados e as Centrais de Conciliação com estruturas próprias (RES CJF3R nº 565/2015 - Processo SEI 0002256-22.2015.4.03.8001);

- adequação e padronização da estrutura organizacional das Varas Federais com JEF Adjunto da SJSP (RES CJF3R nº 564/2015) e das Varas Federais especializadas em execuções fiscais (RES CJF3R nº 566/2015 - Processo SEI nº 0006077-34.2015.4.03.8001);

- aprimoramento da estrutura organizacional dos JEF das Subseções Judiciárias de Americana, Franca, Guarulhos, Jundiaí, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo e Sorocaba (RES CJF3R nº 567/2015 - Processo SEI nº 0025145-67.2015.4.03.8001);

- elaboração dos Planejamentos Estratégico e Orçamentário, bem como do PDTI, cujos detalhamentos constam dos itens 4.1 - Planejamento organizacional e 8.3.1 - Informações sobre o PETI e o PDTI;

- mapeamento de macroprocessos, cujo detalhamento consta do item 3.3 - Macroprocessos finalísticos;

- ações de TI, destacando: implantação de ferramenta para gestão de ativos de TI: faltando somente a definição dos grupos de materiais de ativos; disponibilização do Catálogo de Serviços de TI (Comunicado SETI nº 86/2015); implantação da ferramenta de apoio à gestão de níveis de serviço (OTRS); implantação do Cadastro de Bens Apreendidos pela SJSP (SEI 0023056-08.2014.4.03.8001) e continuidade à unificação do sistema de RH (SEI 0000150-61.2013.4.03.8000), cujos detalhamentos, destas e de outras realizações, constam do item 8.3 - Gestão da Tecnologia da Informação;

- capacitação de gestores e fiscais de contratos administrativos atuantes na JFMS, visando qualificá-los nos temas importantes da licitação e procedimentos de gestão dos contratos de terceirização de serviços, fundamentando-se nos princípios e normas legais;

- edição do Manual de Fiscalização de Contratos da JF3R, aprovado pela RES PRES/TRF3R nº 433/2015, elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela PORT PRES/TRF3R nº 7938/2015 para revisão e uniformização dos procedimentos de contratação,



fiscalização e gestão contratual no âmbito da JF3R (Processo SEI 0013191-61.2014.4.03.8000);

- aprimoramento e otimização das atividades pertinentes à governança das aquisições, contratação, gestão e fiscalização dos contratos - em observância à legislação de regência e às orientações das Cortes de Justiça Superiores, do TCU, do CNJ e do CJF - a partir da reestruturação organizacional da SADI e de algumas outras áreas (SEPE, SSEG e UDOC) para a criação da Divisão de Contratos, Cálculos e Fiscalização, subordinada à Secretaria de Material e Patrimônio (RES CATRF3R nº 508/2015 - Processo SEI 0020422-76.2013.4.03.8000);

- ampliação dos serviços públicos oferecidos através da rede mundial de computadores, de modo seguro, eficaz e capaz de proporcionar comodidade aos jurisdicionados, com a expedição de certidão de andamento processual no âmbito do TRF3R (RES PRES nº 428/2015 - Processo SEI 0005446-93.2015.4.03.8000);

- revisão dos procedimentos afetos à Ouvidoria-Geral da JF3R (RES CATRF3R nº 503/2015 - Processo SEI 0006168-30.2015.4.03.8000) e (RES nº 509/2015 - Processo SEI 0006168-30.2015.4.03.8000);

- designação de gestores para os sistemas administrativos do TRF3R (PORT PRES nº 7.943 e 7.957/2015 - Processo SEI 0004843-20.2015.4.03.8000);

- implantação da Instrução Normativa nº 37-04, que regulamenta o processo de desenvolvimento de software corporativo no âmbito da JF3R (RES PRES nº 424/2015 - Processo SEI 0018648-74.2014.4.03.8000);

- aprovação do Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2016, no âmbito da JF3R (RES PRES/TRF3R nº 464/2015 - Processo SEI 0028994-50.2015.4.03.8000);

- consolidação e atualização das regulamentações dos serviços no âmbito da Vice-Presidência (Ordens de Serviço da Vice-presidência nº 0989380/2015 e 1015831/2015);

- atualização da Comissão Local de Resposta a Incidentes/CLRI e da Comissão Local Segurança da Informação/CLSI, bem assim dos procedimentos de abertura de incidentes (PORT PRES/TRF3R nº 7.847/2015 - Processo SEI 0017781-81.2014.4.03.8000);

- atualização da composição e atribuições da Comissão Permanente de Hastas Públicas Unificadas (PORT PRES/TRF3R nº 7.813/2015 - Processo SEI nº 0034258-79.2014.4.03.8001);

- regulamentação dos procedimentos para o monitoramento do pagamento de despesas contratuais, com observância da estrita ordem cronológica, e determina prazos para a liquidação da despesa e pagamento (Ordem de Serviço PRES/TRF3R nº 65/2015 - Processo SEI 0023887-25.2015.4.03.8000);

- melhorias na gestão documental, por meio da normatização de procedimentos para desfazimentos de agravos (Ordem de Serviço DFOR/JFMS nº 1233309/2015);

- normatização de procedimentos para expedição de certidões judiciais (PORT DFOR/JFMS nº 0389990/2015).

- continuidade da implementação da Gestão de Processos de Trabalho na JFSP (Processos SEI 0025103-52.2014.4.03.8001 e 0035539-70.2014.4.03.8001) em que foram mapeados os fluxos de trabalho de diversas áreas/atividades administrativas.

2.3 – Principais dificuldades encontradas pela JF3R para a realização dos objetivos no exercício de 2015

Dentre as dificuldades encontradas na execução dos trabalhos ao longo do exercício destacam-se:

- defasagem de 145 magistrados de 1º e 2º graus em relação ao total de cargos criados para a JF3R, equivalentes a 27,3% de cargos vagos, conforme demonstrado na Tabela 1 – Vagas de Magistrados da JF3R do item 3.1 – Finalidade e competências.

- defasagem de 4,16% do quadro de servidores efetivos (de carreira), conforme demonstrado no Quadro 5 – Força de trabalho da JF3R do item 8.1.1.1 – Força de trabalho da JF3R.

- limitação orçamentária, que não permitiu a execução das ações referentes aos



projetos de aquisição e reformas, conforme consignado no item 4.3 – Desempenho orçamentário.



3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 – Finalidade e competências

(Fonte: ASOM, ACOM, SCAJ, Gabinete da Coordenadoria do JEF e Gabinete da Conciliação, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP, SADM/JFMS)

A JF foi criada por meio do Decreto nº 848, de 11/10/1890, editado à mesma época em que nascia a República e o sistema federativo, mas foi institucionalizada somente em 1891, com a primeira Constituição Republicana.

O Poder Judiciário nacional, com o referido Decreto, passou a ser constituído pela JF e pelos juízes de Direito e Tribunais dos estados. À União coube dispor sobre o que se denominou "processo federal" (título III do Decreto n. 848/1890), que se aplicava aos crimes sujeitos à jurisdição federal — ou seja, de competência da JF —, incluindo aqueles de responsabilidade dos empregados públicos. Instaurava-se, desse modo, o dualismo do processo em nosso ordenamento.

Hoje, à JF compete processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autoras ou rés, além de outras questões de interesse da Federação previstas na CF.

O TRF3R é um dos cinco TRF criados pelo art. 27, §§ 6º e 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988. Sua composição inicial foi prevista na Lei nº 7.727/89 e sua instalação ocorreu no dia 30/3/1989. A RES nº 01/1988 do Tribunal Federal de Recursos estabeleceu como sede do TRF3R a cidade de São Paulo, com exercício da jurisdição sobre as Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

A JF3R, quanto aos órgãos, é composta pelo TRF3R e pelos Juízes Federais (art. 106 da CF). O TRF3 está sediado em São Paulo, sendo composto por 43 Desembargadores Federais, escolhidos dentre Juízes Federais de primeira instância, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da CF. A estrutura organizacional do TRF3R está descrita no RI/TRF3R, publicado no DOE de São Paulo, em 14/04/1992, Caderno 1, página 74/85, acompanhado dos textos das Emendas Regimentais 01 a 12 e dos Assentos Regimentais 1/99; 2/99; 3/200 e 4/2003, e da JF de 1º Grau, nas RES CJF3R nº 79/2009, 371/2009, 399/2010 e 449/2011.

Os 43 Desembargadores Federais vitalícios do TRF3R compõem 11 Turmas, 4 Seções, o Órgão Especial e o Plenário.

Há, na JF de 1º Grau, 488 cargos de Juízes Federais criados, estando 348 providos e 140 vagos.

Tabela 1 – Quadro de vagas de Magistrados da JF3R

(em 31/12/2015)

CARGOS – 2º Grau		CRIADO	PROVIDO	VAGO
DESEMBARGADOR FEDERAL		43	38	5
Total de Cargos de 2º Grau		43	38	5
CARGOS – 1º Grau		CRIADO	PROVIDO	VAGO
JUIZ FEDERAL	SP	201	195	6
	MS	16	16	0
Subtotal		217	211	6
JUIZ FEDERAL DE TURMA RECURSAL	SP	33	32	1
	MS	3	3	0
	S/D	18	0	18
Subtotal		54	35	19
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	SP	201	91	110
	MS	16	10	6
	RS	0	1	(-1)
Subtotal		217	102	115



Total de Cargos de 1º Grau	488	348	140

(Fonte: Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R)

Nota:

S/D – cargos vagos sem definição de Seccional

RS – vaga reservada por decisão judicial

O TRF3R tem como competência básica prestar tutela jurisdicional de acordo com as atribuições e nos limites que lhe são outorgados pela CF, conforme disposto em seu art. 108.

Quanto aos Juízes Federais, suas competências estão descritas no art. 109 da CF.

A JFSP é constituída por 142 Varas comuns sem competência de JEF, 12 Varas Federais com Juizado Cível e Criminal Adjunto, 01 Vara Previdenciária com Juizado Cível e Criminal Adjunto e 46 Varas-Gabinete (fonte: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUOM/ujcompetencias.pdf>, consulta realizada em: 12/02/2015).

A JFMS possui 11 Varas com competência ampla, 01 Vara de Execuções Fiscais, 02 Varas Criminais e 02 JEF autônomos (fonte: <http://www.jfms.jus.br/>, consulta realizada em: 12/02/2015).

No que tange aos JEF, foram instituídos pela Lei nº 10.259/2001, com competências fixadas nos arts. 2º e 3º da mesma Lei.

O Gabinete da Conciliação – GABCON e as Centrais de Conciliação – CECON compõem a estrutura da Conciliação na JF3R, funcionando, respectivamente, como Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Ao GABCON e às CECON competem as atribuições previstas nos arts. 7º e 8º da RES CNJ nº 125/2010, bem como a gestão e a adoção das providências administrativas necessárias ao bom funcionamento do Programa de Conciliação da 3ª Região.

A relação das varas federais por subseção judiciária consta do Anexo III.

3.2 – Organograma

(Fonte: ASOM, SEGE, SCAJ, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP, SADM/JFMS e NURE/JFMS)

Os organogramas do TRF3R, JFSP e JFMS vigentes no final do exercício de 2015 e as informações sobre áreas ou subunidades estratégicas, constam dos Anexos IV e V.

3.3 – Macroprocessos finalísticos

(Fonte: AEGE, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP)

No transcorrer de 2015, foram mapeados os processos de trabalho “Processar remessas” (Processo SEI 0018831-11.2015.4.03.8000) e “Gerir acervo físico recebido dos tribunais superiores” (Processo SEI 0018828-56.2015.4.03.8000). A modelagem desses processos auxiliou o Grupo de Trabalho constituído para analisar proposta de alteração dos processos de trabalho da Vice-Presidência, PORT PRES/TRF3R nº 7.770/2014, na análise e na simplificação de algumas atividades, com vistas à otimização dos recursos disponíveis (Processo SEI 0003600-41.2015.4.03.8000).

Foram mapeados, ainda, os processos “Processamento da sessão de julgamento do CJF3R OU CATRF3R” (Processo SEI 0029768-80.2015.4.03.8000) e “Gestão da transcrição de áudio” (Processo SEI 0016628-76.2015.4.03.8000).

Esses processos de trabalho estão relacionados ao projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3” (Processo SEI 0014809-75.2013.4.03.8000), e contribuíram para o ajuste do quadro macroprocessos finalísticos apresentado no relatório de gestão do exercício de



2014, com o acréscimo do macroprocesso “Recebimentos e Remessas de autos”, conforme detalhado no Anexo VI - Macroprocessos finalísticos.

Tendo em vista a complexidade do processo de trabalho “Processamento de Requisitórios” (Processo SEI 0011448-16.2014.4.03.8000), cujas atividades permeiam todas as unidades integrantes da Secretaria da Presidência – SEPE, do TRF3R, sua modelagem ainda não foi concluída. Foram mapeados os subprocessos desenvolvidos na Divisão de Análise de Requisitório, restando aqueles de competência da Divisão de Pagamento e da Subsecretaria dos Feitos da Presidência.

Quanto ao projeto “Implantar Gestão de Processos de Trabalho no Programa de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região” (Processo SEI 0013852-74.2013.4.03.8000), foi solicitado seu sobrestamento, até a consolidação dos seguintes itens: vigência do novo Código de Processo Civil que se dará em março de 2016; o Incidente Conciliatório em fase de teste (Processo SEI 0017936-50.2015.403.8000) e a implantação gradativa do PJe.



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 – Planejamento organizacional

(Fonte: AEGE, SOFI, SETI, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP e SADM/JFMS)

A Estratégia da Justiça Federal 2015-2020 tomou por base a RES CNJ nº 198, de 16 de junho de 2014, sendo regulamentada pela RES CJF nº 313/2014, as quais estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e do PEJF, respectivamente, contemplando inclusive TI, disponíveis em http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_198_16062014_03072014152008.pdf e http://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/cadernoestrategia_2015_2020_editorial2.pdf.

Foram definidos no PEJF 2015/2020 os seguintes macrodesafios:

- garantia dos direitos de cidadania;
- celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- adoção de soluções alternativas de conflito;
- aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- impulso às execuções fiscais e cíveis;
- combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- melhoria da gestão de pessoas;
- aperfeiçoamento da gestão de custos;
- instituição da governança judiciária;
- melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Dentre as iniciativas para dar efetividade ao PEJF na JF3R, destacam-se:

- Constituição do Comitê de Gestão Estratégica da JF3R – CGER-3R (PORT PRES/TRF3R nº 7.860/2015 – Processo SEI 0005319-58.2015.4.03.8000), com atribuições para elaborar propostas de políticas e diretrizes, recomendações, planos, iniciativas e metas alinhadas à estratégia da JF;

- Constituição do Comitê Orçamentário de Segundo Grau (PORT PRES/TRF3R nº 7.794/2015) para o alinhamento das propostas orçamentárias ao PEJF e ao PDTI;

- Aprovação do PDTI da JF3R para o triênio 2015-2017, por meio da PORT PRES/TRF3R nº 7.773/2014, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1300>, fruto do trabalho conjunto de servidores das unidades de Tecnologia da Informação, de Gestão dos Sistemas de Informação e de Gestão Estratégica, bem como de servidores das unidades de negócio do Tribunal e das Seções Judiciárias de SP e de MS.

4.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

(Fonte: PEJF 2015-2020)

O PEJF define, para o período de 2015-2020, a continuidade da política de incremento de produtividade de magistrados e servidores, que deve ser aumentada, no mínimo, a um nível que permita a equalização entre demanda (casos novos) e julgados, visando o descongestionamento do Judiciário e a garantia da razoável duração do processo, a fim de propiciar, ao final do período, a entrega de serviços judiciais de melhor qualidade, garantindo à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Especificamente para o exercício de 2015 foram definidos os objetivos:

- não admitir que um processo tenha, em qualquer grau de jurisdição, tramitação por período superior a cinco anos. No caso dos juizados especiais, que 70% dos processos não levassem



mais que três anos para serem resolvidos;

- baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos;
- julgar todos os processos de crimes relacionados a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e à redução à condição análoga a de escravos, recebidos pela JF até 31 de dezembro de 2012;
- enfrentamento, com maior racionalidade e de forma sistêmica, a plethora de casos judiciais repetitivos;
- melhoria da governança de tecnologia da informação visando, principalmente, a economicidade e a eficiência na aplicação de orçamentos destinados à modernização tecnológica do sistema judicial da JF;
- ampliar o quantitativo de processos encerrados pela via conciliatória em relação ao exercício anterior;
- aperfeiçoar os sistemas de controles internos da JF.

4.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos (Fonte: AEGE)

Os macrodesafios constantes do Mapa Estratégico da JF, apresentado abaixo, demonstram a vinculação do plano estratégico da JF com a sua competência estabelecida nos arts. 108 e 109 da CF, para processamento e julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação.

Figura 1 – Mapa estratégico da Justiça Federal 2015-2020





A elaboração das Propostas Orçamentárias Anuais e os créditos adicionais, contendo projetos e atividades, são alinhados ao PE e observam o disposto no § 3º, do artigo 2º, da RES CNJ nº 70/2009 e a RES CJF nº 194/2012.

O PPA vigente para o período 2012 a 2015 foi efetuado no que concerne às obras, construções, reformas e aquisições, de acordo com PDTI e o Plano de Obras Plurianual 2012 a 2015, devidamente vinculado ao PE e autorizado pelo Órgão Especial do TRF3R e pelo Colegiado do CJF. Para a JF o PPA possui programa único - Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, sem detalhamento de ações individualizadas, as quais são discriminadas nas leis orçamentárias anuais, embora seja efetuado o acompanhamento de acordo com registro individual no SIOP.

A execução de programações orçamentárias correspondentes ao PE em 2015 registrou o percentual de 9,58% em relação ao orçamento total, subtraído das despesas com pessoal, benefícios, concurso público, e assistência jurídica a pessoas carentes, conforme detalhado no Anexo VII - Planejamento Estratégico - RES CJF nº 313/2014.

As programações da execução extra orçamentária de TI no montante de R\$ 17.212.089,16 (Tabela 7 – Demonstrativo do montante aplicado em TI, constante do item 4.3 - Desempenho orçamentário) estão vinculadas ao PE – objetivo estratégico – Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a JF, não computada no percentual acima.

4.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos (Fonte: AEGE e SOFI)

O acompanhamento dos projetos estratégicos é feito por meio dos relatórios elaborados pelos gerentes dos projetos, inseridos no SEI e enviados à Assessoria Estratégica.

No tocante ao acompanhamento das Metas Específicas-CJF e Metas Nacionais-CNJ, este é realizado por meio de coleta, consolidação e alimentação no Observatório da Estratégia da Justiça Federal <http://www.cjf.jus.br/observatorio/> e no Portal do CNJ <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento>, respectivamente.

O monitoramento específico do PETI-PDTI se dá através de atuação dos Comitês, conforme detalhamento constante dos itens 8.3.1 - Informações sobre o PETI e o PDTI e 8.3.2 - Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.

Em relação às obras, a 3ª Região adota o Plano de Obras Plurianual da Terceira Região e Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal. Ambos observam os termos da RES CNJ nº 114/2010 e RES CJF nº 179/2011, que dispõem sobre planejamento, execução e monitoramento de obras no Poder Judiciário.

A elaboração de projetos, execução de obras de construções, reformas, modernização das instalações e aquisições, ficam condicionadas à prévia inclusão no Plano de Obras Plurianual da Terceira Região, que sofre aprovação pelo Órgão Especial do TRF3R e pelo Colegiado do CJF (art. 2º da RES TRF3R 377/2014).

Uma vez aprovado o plano, as obras são inclusas nas propostas orçamentárias anual e plurianual, em ordem de prioridade (art. 1º, XV, da RES CJF 179/2011).

Obras emergenciais e de pequeno porte (Grupo/Subgrupo 1) poderão ser realizadas sem a aprovação do Órgão Especial do TRF3R e do Colegiado do CJF, porém, fiscalizadas pela unidade de Controle Interno da respectiva UG (art. 4º, parágrafo único da RES CNJ 114/2010, c/c o parágrafo único do art. 2º da RES TRF3R 377/2014).

A gestão do Plano de Obras Plurianual da Terceira Região está afeta à SADI por intermédio da Divisão de Arquitetura e Engenharia - DAEG (art. 1º da RES TRF3R 377/2014).



4.3 – Desempenho orçamentário

(Fonte: SOFI)

No que se refere à previsão orçamentária, informa-se abaixo os ajustes efetuados à programação inicial, constante da Pré-Proposta Orçamentária para manutenção, obras, pessoal e benefícios, com abrangência para a JF3R, conforme os subitens 1 - Limites do PLOA-2015 e 2 - Projetos de Obras, reformas e aquisições, abaixo.

Quanto à execução do TRF3R, incluem-se os tópicos referentes às despesas com TI, despesas com pessoal, concursos públicos e as alterações orçamentárias provenientes de créditos suplementares e extraordinários e as alterações de Planos Orçamentários efetuadas em 2015.

As dotações aprovadas para a execução de obras no TRF3R permaneceram contingenciadas, conforme informação constante do subitem 11 - Detalhamento dos limites de empenho, infra.

O demonstrativo contendo a execução do valor autorizado na LOA 2015, para o TRF3R e Seções Judiciárias da 3ª Região consta do Anexo VIII - Execução orçamentária – Exercício 2015.

1 – Limites do PLOA-2015 – 3ª Região

A LOA 2015 contemplou dotação orçamentária insuficiente para fazer face à programação inicialmente prevista pela JF3R. Foram distribuídos os seguintes limites para o Projeto de Lei Orçamentária de 2015:

a) Manutenção GND (3) atendeu-se a LOA de 2014, com a incorporação dos valores relativos às obras acabadas de 2014; manutenção das varas implantadas em 2014 (impacto total anualizado); manutenção de TR implantadas até 2014 (impacto total anualizado); reajustes contratuais – 12% da execução dos contratos de 2013 (elementos de despesa 37 e 39) e novos contratos atendeu-se 5% da execução dos contratos de 2013 (elementos de despesa 37 e 39). Manutenção GND (4) atendeu-se ao PLOA 2014.

b) Assistência Jurídica à Pessoas Carentes – Seções Judiciárias – atendeu-se à execução de 2013 (competência). No TRF3R atendeu-se à solicitação, considerando o valor diminuto da despesa programada.

c) Modernização das Instalações (MIJF) – atendeu-se ao valor constante do PLOA 2014 no valor de R\$ 1.555.761,00.

d) Obras – atenderam-se as seguintes obras:

- Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais em São Paulo – SP – R\$ 1.000.000,00.

- Reforma do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo – SP – R\$ 4.000.000,00.

- Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF 3ª Região em São Paulo – SP – Unidade “E”- R\$ 10.000.000,00.

- Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo – SP – R\$ 4.000.000,00.

- Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto – SP – R\$ 1.000.000,00.

- Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo – SP – R\$ 2.500.000,00.

- Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo – SP – R\$ 2.000.000,00.

- Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo – SP - 2º Etapa – R\$ 3.000.000,00.

- Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo – SP – R\$ 1.745.800,00.

e) Fonte 150 – atendimento total R\$ 480.000,00 – Fonte vinculada à arrecadação de



inscrição para concurso público de Juiz Federal.

f) Pessoal e encargos sociais - atendeu-se a folha normal (base março de 2014).

g) Benefícios – o atendimento foi efetuado de acordo com a estrutura existente:

- Auxílio Alimentação – R\$ 751,96.

- Assistência Pré Escolar – R\$ 594,15.

- Assistência Médico Odontológica – R\$ 167,00 (valor acordado pelo CJF e CNJ).

- Auxílio Transporte – atendimento total da solicitação.

- Auxílio Natalidade e Funeral – atendimento total da solicitação.

A ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes apresentou incremento da dotação inicial para o exercício de 2015, em comparação com a LOA inicial de 2014 de 23,08% (2014 – R\$ 10.423.932,00) (2015 – R\$ 12.829.608,00).

Para o TRF3R (UO 12104) os ajustes aos limites importaram no atendimento de 83,37% (outras despesas correntes), 21,32% despesas de capital – investimentos e 55,56% (despesas de capital – inversões financeiras) em relação à programação inicial, conforme segue:

Tabela 2 – Pré proposta 2015 com LOA 2015

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Total
Pré-PO	456.684.362,00	20.800.102,00	73.969.499,00	41.668.058,00	18.000.000,00	611.122.021,00
LOA	425.447.801,00	31.705.198,00	61.669.868,00	8.881.943,00	* 10.000.000,00	537.704.810,00
%	93,16%	152,43%	83,37%	21,32%	55,56%	87,99%

Nota:

Orçamento recomposto por emenda da bancada de São Paulo no Congresso Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00, totalizando na abertura do Orçamento R\$ 20.000.000,00

Tabela 3 – Projetos PLOA e LOA 2015

	PLOA	LOA	Orçamento Final	Contingenciamento
Reforma TRF3R	6.400.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	3.900.306,00
Aquisição de Edifício-Anexo	-	-	-	-
Reforma do Edifício-Anexo	-	-	-	-
Aquisição de Imóveis Unidade E	18.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00
Construção de Ribeirão Preto	-	-	-	-
Total	24.400.000,00	24.000.000,00	24.000.000,00	23.900.306,00

2 – Projetos de obras, reformas e aquisições

Além dos valores distribuídos pelo Poder Executivo, foi incluído dotação no importe de R\$ 10.000.000,00, oriunda de emenda de Bancada do Estado de São Paulo, na ação Aquisição de Imóveis para o funcionamento do TRF-3ª Região – Unidade “E”, totalizando R\$ 20.000.000,00.

Os projetos de obras, reformas e aquisições da JF3R, contaram com dotação inicial na LOA 2015 no montante de R\$ 27.500.000,00, com atendimento parcial das programações encaminhadas, conforme demonstrativo abaixo:



Tabela 4 – Demonstrativo proposta orçamentária x LOA 2015
(Projetos de Obras, Reformas e Aquisições)

Ação	UO	Proposta Orçamentária	LOA/2015
Reforma do Edifício Sede do TRF-3ª Região	12104	6.400.000,00	4.000.000,00
Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF-“E”	12104	18.000.000,00	* 10.000.000,00
Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal - SP	12101	2.290.000,00	2.000.000,00
Reforma do Fórum Cível de São Paulo	12101	3.870.000,00	2.500.000,00
Reforma do Fórum Criminal e Previdenciário - SP	12101	7.840.000,00	4.000.000,00
Reforma do Fórum de Execuções Fiscais - SP	12101	1.400.000,00	1.000.000,00
Reforma do Juizado Especial Federal – SP – 2ª Etapa	12101	4.990.000,00	3.000.000,00
Reforma do Fórum de Ribeirão Preto – SP	12101	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL		45.790.000,00	27.500.000,00

Nota:

*A ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF-3ª Região, montante final de R\$ 20.000.000,00

3 – Modernização das instalações

Para a ação Julgamento de Causas - Plano Orçamentário Modernização das Instalações o atendimento na LOA 2015 foi parcial no valor de R\$ 1.555.761,00, destinado às Seções Judiciárias.

Quanto à ação Modernização das Instalações – Acessibilidade foi disponibilizado, da reserva do CJF, dotação no valor de R\$ 375.278,00, também destinada às Seções Judiciárias. O crédito não foi utilizado, permanecendo disponível no encerramento do exercício.

Tabela 5 – Demonstrativo proposta orçamentária x LOA 2015
(Julgamento de causas – PO Modernização das instalações)

Ação	UO	Proposta Orçamentária	LOA/2015
JC – PO Modernização das Instalações	12101	6.950.000,00	1.555.761,00
JC – PO Modernização das Instalações – acessibilidade	12101	2.070.000,00	-
TOTAL		9.020.000,00	1.555.761,00

4 – Tecnologia da informação

Na LOA 2015 houve alteração do Plano Orçamentário – PO para contemplar as despesas de manutenção, tendo sido criado o PO – Ações de Informática, distintamente para a JF de Primeiro e Segundo Graus.

As despesas de manutenção de TI executadas na ação Julgamento de Causas – Ações de Informática constam da tabela abaixo:



Tabela 6 – Despesas com manutenção de TI

AÇÕES DE INFORMÁTICA - 2015			
	Orçamento Total UO - 12104	RC Emitida	Saldo
33.90.30	2.377.404,80	2.350.441,92	26.962,88
33.90.39	6.120.641,07	5.915.066,25	205.574,82
33.91.47	1.600,00	1.600,00	0,00
33.90.92	53.368,13	53.368,13	0,00
Total Corrente	8.553.014,00	8.320.476,30	232.537,70
44.90.39	1.254.122,00	660.780,48	593.341,52
44.90.52	1.459.000,00	750.360,00	708.640,00
Total Capital	2.713.122,00	1.411.140,48	1.301.981,52
Total Geral	11.266.136,00	9.731.616,78	1.534.519,22

AÇÕES DE INFORMÁTICA - 2015			
	Orçamento Total UO - 12104	RC Emitida	Saldo
33.90.30	2.353.404,80	2.350.441,92	2.962,88
33.90.39	2.147.078,72	2.147.078,72	0,00
33.91.47	1.600,00	1.600,00	0,00
44.90.39	1.254.122,00	660.780,48	593.341,52
44.90.52	1.459.000,00	750.360,00	708.640,00
Total Despesas Ordinárias	7.215.205,52	5.910.261,12	1.304.944,40
33.90.30	24.000,00	0,00	24.000,00
33.90.39	3.973.562,35	3.767.987,53	205.574,82
33.90.92	53.368,13	53.368,13	0,00
Total Despesas de Duração Continuada	4.026.930,48	3.821.355,66	205.574,82
Total Geral	11.242.136,00	9.731.616,78	1.510.519,22

Os Projetos relacionados aos sistemas integrados de TI com abrangência no Tribunal e Seções Judiciárias constaram da execução extra orçamentária, centralizada no TRF3R e executados conforme previsão contida na RES CJF nº 300/2014 e no contrato celebrado em 26/12/2014 entre a União, representada pelo CJF e TRF, e a CEF, observando a Nota Técnica CJF nº 01/2015.

Ao TRF3R couberam os procedimentos administrativos de licitação, contratação, recebimento do objeto e liquidação da despesa, bem como os procedimentos decorrentes, tais como expedição de Informe de Rendimentos e inclusão na DIRF anual, ficando a cargo da CEF o pagamento ao fornecedor após autorização do Tribunal.

Os projetos foram incluídos no Plano de Ação para 2015 e os de natureza plurianual foram incluídos no PPA 2015-2019, contendo o Plano de Iniciativas – PDTI, elaborado pela SETI. O planejamento plurianual e os planos de ação anuais foram submetidos ao Plenário do CJF, conforme disposto no artigo 5º da RES CJF nº 300/2014.

Em 2015 foram efetuadas as seguintes contratações de despesas extra orçamentárias que se encontram publicadas no sítio do TRF3R, na página de Transparência Pública, Contratos, Contratos com Bancos Oficiais <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1958>:

Tabela 7 – Demonstrativo do montante aplicado em TI

Fornecedor	Especificação	12104 – TRF3R	12101 – Seções Judiciárias
LTA-RH	Servidor de rede	-	1.651.399,10
LENOVO TECNOLOGIA	Microcomputador	-	7.426.370,00
COMPUSOFTWARE	Aquisição Office STD ALNG Lincsapk MVL	1.685.805,20	-



Fornecedor	Especificação	12104 – TRF3R	12101 – Seções Judiciárias
COMPUSOFTWARE	Renovação Office ProPlus ALNG SA MVL	154.128,00	-
COMPUSOFTWARE	Aquisição Office STD ALNG Lincsapk MVL	-	6.066.842,86
COMPUSOFTWARE	Renovação Office ProPlus ALNG AS MVL	-	227.544,00
TOTAL		1.839.933,20	15.372.155,96
TOTAL GERAL		17.212.089,16	

(Fonte: DIAC – documentos SEI 1516161; 1516054 e 1557050)

5 – Despesas com pessoal

No que se refere às dotações correspondentes às despesas com pessoal no exercício de 2015, demonstraram-se insuficientes para o pagamento total dos passivos existentes, conforme detalhado no item 4.3.2 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.

6 - Créditos adicionais

Foram propostos no exercício de 2015, pela UO 12104, os seguintes créditos adicionais:

a) Decreto S/N de 20 de agosto de 2015 - Poder Executivo.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – GND (3) – Fonte 0150, no valor de R\$ 220.000,00, sem cancelamento compensatório. Destinação: crédito vinculado à arrecadação da taxa de inscrição de concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto.

b) RES nº CJF-RES-2015/00350, de 29 de junho de 2015.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – GND (4) – Fonte 0100, no valor de R\$ 450.000,00, com cancelamento compensatório da ação Julgamento de Causas – GND (3) – Fonte 0100, no valor de R\$ 450.000,00. Destinação: Complementação da dotação para contratação de projetos de reforma dos galpões da Av. Santa Mariana. Compõe a alteração de Plano Orçamentário no valor de R\$ 1.450.000,00, constante do tópico alteração de Planos Orçamentários.

c) RES nº CJF-RES-2015/00362, de 21 de setembro de 2015.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – GND (3) – Fonte 0150, no valor de R\$ 1.968.000,00, sem cancelamento compensatório. Destinação: Crédito vinculado à arrecadação da taxa de inscrição de concurso público para provimento de cargos de servidores.

d) RES nº CJF-RES-2015/00373, 10 de dezembro de 2015.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – GND (3) – Fonte 0100, no valor de R\$ 1.500.000,00, com cancelamento compensatório da ação Julgamento de Causas – GND (4) – Fonte 0100, no valor de R\$ 1.500.000,00. Destinação: contratação de empresa para realização de concurso público para provimento de cargos de servidores.

7 – Alteração de planos orçamentários (PO)

A ação Julgamento de Causas contemplou os Planos Orçamentários de Custeio: JC, Modernização das Instalações; Capacitação de Recursos Humanos e Ações de Informática, tendo sido efetuado no decorrer do exercício alterações de PO para adequação das programações entre os Gestores internos do Tribunal.

A ação Comunicação e Divulgação Institucional utilizou os Planos Orçamentários: CDI e Rádio e TV.

Houve suplementação da ação Julgamento de Causas – PO (Modernização das Instalações) – GND (4) no valor de R\$ 1.450.000,00, com respectivo cancelamento da ação Julgamento de Causas – PO (JC) – GND (4) no valor de R\$ 1.450.000,00, para contratação de projetos de reforma dos galpões situados à av. Santa Marina, 208, conforme Protocolo de Intenções



celebrado entre a Presidência do TRF3R, SPU, Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB e Departamento de Polícia Federal em São Paulo, visando repetição do certame licitatório que restou fracassado em 2014.

Houve suplementação da ação Julgamento de Causas – PO (Ações de Informática) – GND (3) no valor de R\$ 304.245,00, para subscrição de licenças VMWARE, consultoria, projeto e treinamento e PO (FAM – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) – GND (3) no valor de R\$ 100.000,00, destinado à contratação de palestrantes externos, bem como pagamento de diárias e passagens para participação em cursos de capacitação promovidos pela EMAG com respectivos cancelamentos nas ação Julgamento de Causas – PO (Capacitação de Recursos Humanos – GND (3) no valor de R\$ 130.000,00 e PO (JC) – GND (3) no valor de R\$ 274.245,00.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – PO (Ações de Informática) – GND (4) no valor de R\$ 440.000,00 com o cancelamento do mesmo valor na ação Julgamento de Causas – PO (JC) – GND (4), para aquisição e subscrição de licenças de VMWARE.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – PO (Ações de Informática) – GND (3) no valor de R\$ 551.464,00 – Fonte 0127 e de R\$ 1.191.601,00 – Fonte 0100, com cancelamentos da ação Julgamento de Causas – PO (FAM) – GND (3) no valor de R\$ 132.445,00, PO (Capacitação de Recursos Humanos) – GND (3) no valor de R\$ 200.000,00, PO (JC) – GND (3) – Fonte 0127 no valor de R\$ 551.464,00 e PO (JC) – GND (3) – Fonte 0100 no de valor R\$ 859.156,00, para compra de leitores de código de barras.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – PO (Ações de Informática) – GND (4) no valor de R\$ 1.214.000,00 e PO (JC) – GND (4) no valor de R\$ 136.306,00 com cancelamento da ação Julgamento de Causas – PO (Modernização das Instalações) – GND (4) no valor de R\$ 1.350.000,00, para aquisição de microcomputadores e persianas.

Houve, ainda, suplementação da ação Comunicação e Divulgação Institucional – PO (Rádio e TV Justiça) – GND (3) no valor de R\$ 9.984,00 com cancelamento do mesmo valor na ação Comunicação e Divulgação Institucional – PO (CDI) – GND (3), destinado à Rádio e TV Justiça.

8 – Concurso público – Fonte 0150

Não houve utilização pelo Tribunal da dotação orçamentária da ação Julgamento de Causas – Fonte 0150, vinculada à arrecadação da taxa de inscrição de concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto e de servidores, nos seguintes valores de R\$ 700.000,00 e R\$ 1.968.000,00, respectivamente.

Para o provimento de cargos de Juiz Federal Substituto não houve contratação de empresa para realização do concurso, entretanto a UGE registrou a arrecadação em 2015 do valor correspondente às inscrições de R\$ 1.222.600,00.

Para provimento de cargos de servidores a dotação não foi utilizada, visto a impossibilidade de arrecadação da taxa de inscrição até o encerramento do exercício. A contratação deu-se com a utilização de dotação orçamentária na Fonte 0100.

9 - Créditos extraordinários

A Medida Provisória nº 667, de 02 de janeiro de 2015, abriu créditos extraordinários para execução de investimentos e inversões financeiras no exercício de 2015, tendo sido consignado para a JF3R os seguintes créditos:



Tabela 8 – Créditos extraordinários consignados para a JF3R – Exercício 2015

Ação	GND	UO-12104-TRF3R	UO-12101 – Seções Judiciárias
Aquisição de Imóveis para o TRF-3ª Região Unid. “E”	5	3.333.333,00	-
Reforma do Edifício Sede do TRF-3ª Região	4	1.333.333,00	-
Julgamento de Causas – JC - JC	4	1.274.274,00	-
Julgamento de Causas–PO Ações de Informática	4	353.041,00	-
Reforma do Fórum Execuções Fiscais	4	-	333.333,00
Reforma do Fórum Criminal e Previdenciário	4	-	1.333.333,00
Reforma do Fórum de Ribeirão Preto	4	-	333.333,00
Reforma do Fórum Cível de SP	4	-	833.333,00
Reforma da Sede Administrativa de SP	4	-	666.667,00
Reforma do Juizado Especial Federal de SP-2ªE	4	-	1.000.000,00
Julgamento de Causas – JC - JC	4	-	1.909.611,00
JC – PO Modernização das Instalações da JF	4	-	518.587,00
JC – PO Ações de Informática	4	-	766.700,00
TOTAL		6.293.981,00	7.694.897,00

Não houve utilização desses créditos pelo TRF3R. As Seções Judiciárias de SP e MS utilizaram R\$ 740.812,06, tendo sido efetuada compensação quando da aprovação da LOA:

- ação Julgamento de Causas – JC - GND (4) – Fonte 0100, SJMS, no valor de R\$ 78.995,12;

- ação Julgamento de Causas – JC – GND (4) – Fonte 0100, SJSP, no valor de R\$ 661.816,94.

Os créditos extraordinários foram posteriormente devolvidos, visto não serem considerados como incremento.

10 – Dificuldades enfrentadas na execução do orçamento e os reflexos no cumprimento de seus objetivos

Dentre as dificuldades encontradas na execução do orçamento de 2015, destaca-se o alto nível de limitação de empenho e movimentação financeira ocorrida no exercício que não permitiu a execução das ações referentes aos projetos de aquisição e reformas, decorrente do cenário fiscal que o País atravessa.

A alteração da meta fiscal constante do PLN nº 5/2015, até a sua aprovação e conversão em Lei Ordinária nº 13.199/2015, em 03 de dezembro de 2015, provocou incerteza aos órgãos no fechamento do exercício caso o Projeto de Lei não fosse aprovado, pois canalizava para os últimos dias do exercício um contingenciamento elevadíssimo, que certamente comprometeria as despesas contratuais.

Podemos destacar também a frustração de alguns procedimentos licitatórios ocorridos no final do exercício, sem que houvesse tempo hábil para repetição dos certames.

Nas despesas com pessoal permaneceu registrado valor expressivo de dívida com passivos, às quais não puderam ser quitadas no decorrer do exercício, embora reconhecidas.

11 – Detalhamento dos limites de empenho

De acordo com o artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 52 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, o Poder Executivo publicou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2015, que indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, registrando o contingenciamento de



R\$ 187.048.950,00, para o Órgão JF.

A LOA 2015 foi publicada no dia 22 de abril, posterior ao prazo estipulado pelo § 4º do artigo 52 da Lei 13.080/2015, para o encaminhamento do Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias, relativas ao 1º bimestre de 2015.

De acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2015, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2015, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

O CJF, observado o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 13 do artigo 52 da LDO 2015, e em cumprimento ao disposto no artigo 4º da RES nº CJF-RES-2014/00317, de 24/10/2014, através do Ofício nº CJF-OFI-2015/02517, datado de 28 de maio de 2015, promoveu o rateio do valor contingenciado de forma proporcional à base contingenciável das unidades da JF, levando em consideração o saldo bloqueado correspondente ao crédito extraordinário aberto pela Medida Provisória nº 667/2015.

Para a JF3R coube à limitação de empenho e movimentação financeira no valor de R\$ 5.130.958,00, efetuada na ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF-3ª Região em São Paulo – SP – Unidade “E” – UO 12104 – GND (5), cujo bloqueio foi registrado através da PORT nº 7.927/2015.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2015, elaborado pelo Poder Executivo, constou a observação de que as estimativas consideram os efeitos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, de alteração LDO 2015, no sentido de reduzir a meta de resultado primário do setor público consolidado não-financeiro.

O Relatório indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira, tendo em vista a frustração de receita comparada à última avaliação. Para o Órgão JF foi registrado o contingenciamento de R\$ 211.978.081,00.

O CJF, por meio do Ofício nº CJF-OFI-2015/003343, observada a legislação pertinente, promoveu o rateio do valor contingenciado, de forma proporcional à base contingenciável das unidades da JF, levando em consideração a perda da vigência da Medida Provisória nº. 667, por meio do Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 22, de 2015.

Para a JF3R coube a redução dos limites de empenho e movimentação financeira no valor de R\$ 19.500.252,00, em complemento ao bloqueio de R\$ 5.871.770,00, do contingenciamento do 2º bimestre.

Foi considerado complementarmente para o 2º bimestre o valor de R\$ 740.812,00 do crédito extraordinário utilizado pelas Seções Judiciárias.

A composição final do contingenciamento do 3º bimestre correspondeu ao montante de R\$ 25.372.022,00, considerando o valor de R\$ 5.130.958,00 (2º bimestre), acrescido do crédito extraordinário de R\$ 740.812,00 (2º bimestre) e R\$ 19.500.252,00 (3º bimestre), cujo bloqueio foi publicado através da PORT nº 7.979, de 30 de julho de 2015.

Em 20 de outubro foi solicitada ao CJF a alteração de contingenciamento, com o bloqueio da ação Julgamento de Causas (UO 12104) no valor de R\$ 99.694,00 – GND (4) – Fonte (0100) e desbloqueio da ação Reforma do Edifício Sede do TRF-3ª Região (UO 12104) no valor de R\$ 99.694,00 – Fonte (0100).

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2015, considerou os efeitos do PLN nº 5/2015-CN, no sentido de reduzir a meta de resultado primário do setor público consolidado não-financeiro.

O Relatório do 4º bimestre conclui pela manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação aos limites constantes da Avaliação do 3º bimestre, não havendo contingenciamento complementar.

Foi divulgado no Portal da Secretaria de Orçamento Federal SOF/MP o Relatório de



Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2015, o contingenciamento complementar para a JF no importe de R\$ 343.086.057,00, correspondendo ao montante total de 2015 de R\$ 555.064.139,00, conforme Portaria Conjunta nº 3, de 27 de novembro de 2015, publicada em 30/11/2015, entretanto com a aprovação pelo Congresso Nacional do PLN nº 05/2015-CN, convertido na Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015, que alterou a LDO 2015, reduzindo a meta fiscal para o exercício de 2015, foi revertido o contingenciamento divulgado para o 5º bimestre (Portaria Conjunta nº 4, de 09 de dezembro de 2015, publicada em 10/12/2015, revogou a Portaria Conjunta nº 3, de 27 de novembro de 2015), não havendo bloqueios adicionais, permanecendo contingenciados os montantes apurados até o 3º bimestre, vez que a avaliação do 4º bimestre também concluiu pela manutenção dos valores até então bloqueados.

Tabela 9 – Limitação de empenho e movimentação financeira
(Contingenciamento 2015 – 5º Bimestre)

UO	Ação	GND	Fonte	Valor
12104	Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF-3ª R “E”	5	0100	20.000.000,00
12104	Reforma do Edifício Sede do TRF-3ª Região	4	0100	3.900.306,00
12104	Julgamento de Causas – Modernização das Instalações	4	0100	99.694,00
Sub Total				24.000.000,00
12101	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP	4	0300	70.975,00
12101	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP	3	0300	69.056,00
12101	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP	4	0100	210.000,00
12101	Reforma do Fórum Cível de São Paulo - SP	4	0300	221.017,00
12101	Reforma do Fórum Cível de São Paulo - SP	3	0300	60.162,00
12101	Julgamento de Causas - JC	4	0100	78.995,00
12101	Julgamento de Causas – Ações de Informática	4	0100	661.817,00
Sub Total				1.372.022,00
TOTAL				25.372.022,00

Além da limitação de empenho e movimentação financeira informada acima foi promovido o bloqueio no montante de R\$ 9.512.378,00, correspondentes aos créditos especiais abertos em 2014 e reabertos em 2015, de acordo com a previsão contida no § 2º, do artigo 167 da CF, tendo sido autorizado através da RES nº CJF-RES-2015/00337, de 19 de janeiro de 2015.

Tabela 10 – Limitação de empenho e movimentação financeira decorrente dos créditos especiais reabertos em 2015

UO	Ação	GND	Fonte	Valor
12101	Reforma do Fórum de Execuções Fiscais- SP	4	0100	581.831,00
12101	Reforma do Fórum Criminal e Previdenciário - SP	4	0100	2.023.965,00
12101	Reforma do Fórum de Ribeirão Preto - SP	4	0100	40.000,00
12101	Reforma do Fórum Cível de São Paulo - SP	4	0100	1.260.000,00
12101	Reforma da Sede Administrativa de São Paulo - SP	4	0100	1.230.000,00
12101	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP	4	0100	2.850.000,00
12101	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP	4	0300	1.511.582,00
Sub Total				9.497.378,00
12104	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	4	0100	15.000,00
Sub Total				15.000,00
TOTAL				9.512.378,00

Para a JF3R o montante final da limitação de empenho e movimentação financeira em 2015, foi de R\$ 25.372.022,00 e de R\$ 9.512.378,00, conforme as tabelas 9 e 10 acima, totalizando o valor de R\$ 34.884.400,00.



Tabela 11 – Limitação de empenho e movimentação financeira – Total 2015

Contingenciamento	12104	24.000.000,00
Crédito Especial Reaberto	12104	15.000,00
Sub Total		24.015.000,00
Contingenciamento	12101	1.372.022,00
Crédito Especial Reaberto	12101	9.497.378,00
Sub Total		10.869.400,00
TOTAL		34.884.400,00

As Portarias de contingenciamento e o bloqueio das dotações orçamentárias correspondentes aos créditos especiais reabertos encontram-se publicados no sítio do TRF3R – Transparência Pública (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2517>).

12 – Distribuição interna dos limites de empenho e da movimentação financeira entre as unidades gestoras e respectivas ações orçamentárias

A Distribuição dos limites de empenho e movimentação financeira decorrente dos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias foi efetuada pelo Tribunal considerando a análise dos projetos aprovados na LOA para a JF3R, bem como a priorização das reformas em andamento dos Fóruns na SJSP.

O montante contingenciado foi bastante expressivo no exercício de 2015 e a medida inicial adotada pela Administração do TRF3R, foi de não efetuar compras de imóveis, prevista na ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF-3ª Região – Unidade “E”, que consignou na LOA 2015 o valor de R\$ 20.000.000,00, sendo que R\$ 10.000.000,00, foram provenientes de emendas da Bancada do Estado de São Paulo, visto a precariedade das instalações de diversos Fóruns da JFSP. Com a informação do contingenciamento do 3º bimestre de 2015 e considerando a necessidade de bloqueio do montante equivalente aos créditos especiais reabertos, que em quase a totalidade, destinava recursos às reformas dos prédios da SJSP, a Administração optou por bloquear a ação Reforma do Edifício Sede do TRF-3ª Região, no valor de R\$ 4.000.000,00, que estava programada para o início dos subprojetos de reforma das instalações hidráulicas e substituição do alarme de incêndio, para o exercício de 2015, arcando o Tribunal com o valor de R\$ 24.000.000,00, nessas ações. Em outubro solicitou alteração de contingenciamento para contemplar a celebração de termo aditivo ao contrato de execução de obras de recuperação estrutural e impermeabilização dos reservatórios de água potável, marquise, poços dos elevadores e lajes da cobertura (26º pavimento) do Edifício Sede do TRF3R, disponibilizando dotação orçamentária da ação Julgamento de Causas Plano Orçamentário Modernização das Instalações.

Quanto ao valor correspondente aos créditos extraordinários, no valor total de R\$ 740.812,00, foram suportados pelas respectivas Seções Judiciárias de SP e MS, nos montantes por elas utilizados.

O valor de R\$ 631.210,00, foi bloqueado pela SJSP, visto o volume de projetos aprovados na LOA 2015, não sendo possível manter critério comparativo com a SJMS, no que se refere a projetos de obras, construções, reformas e aquisições em 2015, por ausência de ações dessa natureza na LOA 2015.

Na distribuição dos limites de empenho e movimentação financeira decorrente dos créditos especiais aprovados em 2014 e reabertos em 2015 foi mantida correlação com o órgão beneficiário do crédito, tendo sido suportado na integralidade pela SJSP, àqueles provenientes das reformas nos prédios e pelo Tribunal a ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, beneficiária do crédito.



4.3.1 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.1.1 – Ações orçamentárias - OFSS

Registra-se, inicialmente, que não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015 em relação às ações vinculadas a programas temáticos no PPA, segundo relação disponível em <https://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/cadastro-de-acoes/programas-tematicos>.

Conforme orientação do TCU publicada em 24/02/2016, na “Comunidade de Prestação de Contas”, disponível na URL <https://contas.tcu.gov.br/avec/>, as UPC vinculadas ao Poder Judiciário devem apresentar as ações de Programa de Gestão, Manutenção e Serviços, mas apenas as que se considerem relevantes e se caracterizem em verdadeiras atividades fins destes órgãos.

Apresentam-se, no Anexo IX - Ações de responsabilidade da UPC – OFSS, os quadros relativos à execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da JF3R, relativos aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços e de Operações Especiais.

4.3.1.1.1 – Análise situacional das ações orçamentárias

(Fonte: EMAG, SADI, SEGE, SEPE, SETI, SSEG, UDOC, Núcleo de Folha de Pagamento/JFSP, Núcleo de Biblioteca/JFSP, Núcleo de Serviços Administrativos/JFSP, Núcleo de Infraestrutura/JFSP, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços/JFSP, Núcleo de Segurança e Transporte/JFSP, Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial/JFSP, Núcleo de Material e Patrimônio/JFSP, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP, Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS)

Na análise situacional da execução das ações orçamentárias vinculadas aos Programas de Governo 0569, 0089 e 0901, abaixo, foram consideradas apenas as mais relevantes e que caracterizam atividades fins da JF3R. A suplementação/cancelamento de créditos, os contingenciamentos no exercício de 2015 e a análise do impacto do volume dos recursos inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, vigentes em 2015, estão registrados nos itens 4.3 - Desempenho orçamentário e 4.3.3 - Restos a pagar de exercícios anteriores.

1 - Ações 20TP (Pagamento de Pessoal Ativo da União) e **0181** (Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis)

TRF3R/JFSP/JFMS

As metas das ações foram cumpridas em relação aos pagamentos de folhas normais do exercício de 2015. No entanto, a dotação orçamentária foi insuficiente para cumprir a programação da ação relativa ao pagamento de passivos de pessoal de exercícios anteriores, conforme registrado no item 4.3.2 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento. No tocante à ação 0181 a análise qualitativa consta do item 8.1.1.4.c - Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível.

Ademais, da análise do Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 3ª Quadrimestre de 2015, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2343>, verifica-se que o percentual definido na RES CJF nº 250/2013, em comparação com o obtido na participação da Receita Corrente Líquida, encontra-se 37,28% abaixo do limite máximo permitido.



2 - Ação 4257 (Julgamento de Causas na Justiça Federal)

a - Julgamento de causas na Justiça Federal (PO 0001)

TRF3R/JFSP/JFMS

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2015, foi compatível às necessidades da JF3R, para cumprimento de sua programação de trabalho.

As metas físicas fixadas para a ação tem como unidade de medida o número de processos julgados. No exercício de 2015 a JF3R julgou 795.439 processos, sendo 537.428 na JF de 1º grau (508.679 na JFSP, 28.743 na JFMS e 6 na Turma Regional de Uniformização) e 258.011 em segundo grau de jurisdição.

b - Capacitação de Recursos Humanos (PO 0002)

TRF3R

EMAG

As ações desenvolvidas pela EMAG e respectivos resultados estão registrados no item 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

Para o exercício de 2015, a dotação orçamentária destinada à EMAG foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho. Da dotação total de R\$ 893.060,00 foram executados R\$ 605.310,29 (67,78%). O valor de R\$ 132.445,00 (ou 14,83% do total) foi disponibilizado durante o segundo semestre de 2015, devido à abertura das inscrições para o XVIII Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, em 23 de novembro, e o montante de R\$ 34.853,35 (ou 3,90% do total) foi inscrito e m Restos a Pagar. O saldo disponível em 31 de dezembro foi de R\$ 120.451,36 (13,49% do orçamento total). No tocante às metas físicas, houve o cumprimento de 100%, tendo sido capacitados 328 magistrados nos cursos de formação continuada. Para cumprimento da meta orçamentária, a EMAG otimizou a utilização de recursos, procurando realizar ações de capacitação que contemplassem, na medida do possível, juízes vitaliciandos e vitaliciados, bem como servidores e públicos externos. Respeitadas as particularidades de cada ação de capacitação, quando pertinente, a inclusão de diversos perfis de participante colabora para o aumento de público e, por consequência, reduz consideravelmente o custo individual por ação.

SEGE

As ações desenvolvidas pela SEGE e respectivos resultados estão registrados nos itens 8.1.1.4 - Análise crítica e 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

A dotação inicialmente destinada para capacitação em 2015 foi de R\$ 1.136.315,00. Entretanto, após realocações orçamentárias, a dotação final foi de R\$ 806.315,00. Deste valor, foram investidos R\$ 712.955,13 em ações de capacitação e R\$ 43.211,27 para o PJe (conforme registrado na análise da ação 151W, infra). No tocante à meta física, mesmo tendo sido prejudicada parcialmente, com a realocação orçamentária reduzindo o orçamento para 70,95% da dotação inicial foram capacitados 1.060 servidores do TRF3R, que representa 81,30% da meta prevista. Destacam-se, no exercício de 2015, as ações de capacitação voltadas à qualificação e especialização técnica e profissional dos servidores das áreas de TI, controle interno e dos gestores e fiscais de contratos alinhados à gestão por competências, com parcerias com instrutores do TCU e STJ.

JFSP

As ações desenvolvidas pela JFSP e respectivos resultados estão registrados nos itens 8.1.1.4 - Análise crítica e 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2015, foi afetada pela publicação da RES CJF nº 340/2015 que majorou os valores de diárias para magistrados e servidores que se deslocam para participar de ações de capacitação. Tal fato impôs a necessidade de



readequação do orçamento para que fosse possível oferecer as ações de desenvolvimento estratégicas e obrigatórias. Contudo, foi possível cumprir os programas obrigatórios e atender demandas emergenciais.

Apesar do cenário desfavorável os resultados não foram tão prejudicados, visto que houve rigoroso acompanhamento do investimento nas ações de capacitação contratadas, foco na atuação voluntária de conteudistas e instrutores internos, em cursos de Educação a Distância, Ambientações e outros eventos presenciais, permitindo, assim, o atingimento da meta física de 1963 servidores contemplados com pelo menos uma ação de capacitação, representando 43% dos servidores.

Cabe destacar que a oferta de cursos jurídicos foi expressiva, 519 participações, graças a utilização do ensino a distância e de instrutores e conteudistas internos, permitindo ampliar a oferta de cursos para servidores em unidades mais distantes da capital, inclusive com a oferta de vagas para a JFMS.

JFMS

As ações desenvolvidas pela JFMS e respectivos resultados estão registrados nos itens 8.1.1.4 - Análise crítica e 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

Para o exercício de 2015 houve a necessidade de revisão de algumas metas traçadas, em função do corte orçamentário implementado pela LOA 2015. Inobstante tal fato, pode-se dizer que o resultado final foi positivo, tendo sido possível viabilizar importantes ações de capacitação para as áreas meio e fim. Houve o remanejamento de crédito orçamentário da JFSP para a JFMS no valor de R\$ 38.000,00, que foi imprescindível para a consecução dos objetivos colimados.

c - Modernização de instalações da Justiça Federal (PO 0003)

TRF3R

Estava prevista para 2015 a contratação da elaboração de projetos executivos e legais para a reforma dos galpões da Avenida Santa Marina, oferecidos pela SPU, em troca do galpão utilizado atualmente pelo TRF3R, situado à Avenida Presidente Wilson.

O valor de R\$ 1.450.000,00, decorrente do oferecimento de crédito da ação Julgamento de Causas não pôde ser utilizado, uma vez que não houve definição da SPU quanto à eventual possibilidade de destinação de outro imóvel para a realização da troca.

JFSP

O Valor inicial liberado de R\$ 1.398.727,00 foi suficiente para atender os projetos e obras pretendidos para os fóruns englobados neste Programa de Trabalho, tendo sido efetuados as seguintes contratações: (Fórum de São Bernardo do Campo) projeto de adequação do sistema de combate a incêndio, no valor de R\$ 44.799,99 (Processo SEI: 0022904-23.2015.4.03.8001); (Anexo Administrativo República) aditamento da reforma de instalações hidráulicas do edifício, no valor de R\$ 218.981,73 (Processo SEI 0028410-14.2014.4.03.8001) e contratação de empresa para execução da instalação do sistema de combate a incêndio, no valor de R\$ 377.999,99 (Processo SEI 0029222-22.2015.4.03.8001); (Fórum Federal de Santos) contratação de empresa para execução da instalação do sistema de combate a incêndio, no valor de R\$ 358.121,89 (Processo SEI: 0018579-05.2015.4.03.8001), aditamento da reforma de reforma da fachada e recuperação de caixilhos, no valor de R\$ 72.582,92 (Processo SEI 0029494-50.2014.4.03.8001) e fornecimento e instalação de cabeamento estruturado, no valor de R\$ 159.099,18 (Processo SEI 0037068-90.2015.4.03.8001).

JFMS

A dotação orçamentária para o subtítulo apresentou corte de 77,5% em relação à PLOA 2015, tendo sido disponibilizados R\$ 157.034,00. Foi possível a abertura de apenas um procedimento licitatório, porém não realizado pela falta de tempo hábil.



d - Modernização de instalações da Justiça Federal – Acessibilidade (PO 0004)

TRF3R

Não houve dotação orçamentária para o subtítulo.

JFSP

Em 26/11/2015, houve a liberação de R\$ 375.278,00, destinados à contratação de projetos e obras de acessibilidades para algumas edificações. No entanto, não houve tempo hábil para a licitação dos projetos.

JFMS

Não houve dotação orçamentária para o subtítulo.

e - Ações de informática (PO 0010)

TRF3R

As ações desenvolvidas pela SETI e respectivos resultados estão registrados no item 8.3 - Gestão da tecnologia da informação.

A proposta orçamentária da SETI para o exercício de 2015 foi elaborada, inicialmente, prevendo o valor de R\$ 78.690.579,00. Não houve liberação de dotação orçamentária para o MTGI no exercício. Da proposta inicial quando ajustada ao teto restou o valor de R\$ 7.564.826,00 para o TRF3R e R\$ 11.147.613,00 para a JFSP. Posteriormente, houve dois créditos no TRF3R ao longo do exercício, em setembro, no valor de R\$ 744.245,00 e novembro, no valor de R\$ 2.957.065,00, sendo o total do orçamento em R\$ 11.266.136,00.

Os valores não liberados para o MTGI foram compensados pelos contratos com a CEF e BB (RES CJF nº 300/2014), considerando o planejamento inicial no montante de R\$ 25.982.046,00. Deste planejamento inicial com recursos oriundos dos bancos, foram executados o total de R\$ 17.212.089,16, sendo R\$ 8.134.320,06 – 9.216 licenças Microsoft Office; R\$ 1.651.399,10 – 55 servidores de rede; e R\$ 7.426.370,00 – 2.681 microcomputadores, conforme demonstrado na Tabela 7 - Demonstrativo do montante aplicado em TI.

No exercício de 2015, a execução do subtítulo voltou-se aos seguintes eventos: aquisição de Impressora Térmica de Código de Barras com Peel Off e Rebobinador Interno (R\$ 124.982,00), aquisição de Impressora Térmica de Código de Barras sem Peel Off e sem Rebobinador Interno (R\$ 24.798,00), aquisição de Impressora Térmica para emissão de senhas (R\$ 4.349,80), aquisição de Mesa Digitalizadora (R\$ 26.400,00), aquisição do item 6 - MW0153748 - Red Hat JBoss Enterprise Application Platform with Management, 16 Core Premium – Subscrição (R\$ 212.500,00), Contratação de prestação de serviço de Locação de equipamentos de radiofrequência ou enlaces de ópticos, incluindo toda a infraestrutura de transmissão de dados de alta capacidade, em caráter privado por 48 meses (R\$ 266.430,00), aquisição de Notebooks (R\$ 840.720,00), aquisição de Kits de manutenção para impressoras Laser (R\$ 25.571,60), aquisição de Leitores de Código de Barras com Fio e Sem Fio (R\$ 1.303.490,00), aquisição de Solução de VMware (2.030.000,00), aquisição de Solução Switches Layer 7 - Nexus (R\$ 1.958.631,92), renovação das licenças Symantec (R\$ 304.870,00), em Despesas de Duração Continuada foram executados o valor de R\$ 8.646.196,46; e em Restos a Pagar foram executados o valor de R\$ 11.457.547,92 restando um saldo disponível de R\$ 2.109.735,23.

Os investimentos permitiram a modernização dos equipamentos em geral, tornando o ambiente mais seguro, confiável e disponível, e foram concentrados na ampliação da capacidade de processamento e armazenamento dos servidores centrais; renovação e ampliação de contratos de suporte e manutenção dos equipamentos que compõem a infraestrutura central dos datacenter, aquisição de equipamentos e softwares para manutenção e modernização da infraestrutura tecnológica; modernização dos equipamentos de borda, tais como: computadores, tablets, leitores



de código de barras, impressoras, notebooks entre outros; os recursos destinados à comunicação de dados permitiram ampliar a comunicação de dados entre as localidades para a velocidade mínima necessária; Os recursos financeiros disponibilizados também permitiram investimentos na contratação e renovação de licenças de software para sistemas operacionais, banco de dados, linguagens de programação e aplicativos de usuário final. Houve, ainda, planejamento e investimentos para aquisição de equipamentos e softwares voltados à implantação do PJe em 14 Varas Federais e implantação de novos Juizados Adjuntos e Centrais de Conciliação.

A execução das ações planejadas ao longo dos últimos exercícios trouxe resultados significativos para a JF3R, pois viabilizou a ampliação do espaço de armazenamento das informações, possibilitando a implantação e continuidade dos sistemas de processos judiciais e administrativos eletrônicos, documentos eletrônicos do Sistema GEDPRO e PJe e armazenamento audiovisual de audiências, iniciativa que, agregada à aquisição de solução de backup contratada em 2014, garante maior segurança e recuperação de dados em caso de perda ou desastre. Importante ressaltar a contratação de solução de rede sem fio que trouxe maior mobilidade, flexibilidade e conectividade aos usuários, inclusive visitantes. O licenciamento de softwares diversos, tanto de rede corporativos e de banco de dados, como de usuários, bem assim a aquisição de computadores, tablets, notebooks, foram extremamente importantes para manter a confiabilidade, usabilidade e garantia no uso dos equipamentos, agilizando o trâmite das áreas judiciárias e administrativas.

JFSP

Não houve dotação orçamentária para o subtítulo.

JFMS

A dotação orçamentária para o subtítulo em 2015 foi compatível com as necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho, voltadas às contratações conjuntas de TI (TRF3R/JFSP/JFMS), e serviços de conexão à internet.

3 - Ação 4224 (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes)

JFSP/JFMS

A análise crítica da ação orçamentária 4224 encontra-se registrada no item 4.3.2 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.

4 - Ação 12S9 (Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo – SP)

JFSP

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Houve reabertura, em 2015, do crédito especial disponibilizado em 31/12/2014, no montante de R\$ 6.020.000,00, de acordo com o disposto no art. 47, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015.

Foram efetuadas as seguintes contratações: modernização dos elevadores, no valor de R\$ 1.971.504,12 (Processo SEI 0010682-23.2015.4.03.8001); fornecimento e instalação de divisórias, no valor de R\$ 569.263,48; reforma elétrica, nos valores de R\$ 207.115,56 + R\$ 495.317,19 + R\$ 38.250,00 + R\$ 41.103,74 (Processos SEI 0020341-56.2015.4.03.8001 e 0032251-80.2015.4.03.8001); troca do forro, nos valores de R\$ 423.515,00 + R\$ 182.515,08 + R\$ 566.625,65 + R\$ 33.326,00 (Processo SEI 0017006-29.2015.4.03.8001 e 0036830-71.2015.4.03.8001); reforma elétrica comum, nos valores de R\$ 533.333,35 + R\$ 53.861,42 (Processo SEI 0036835-93.2015.4.03.8001); projetos de acessibilidade, no valor de R\$ 58.778,82 (Processo SEI 0030962-15.2015.4.03.8001) e troca do revestimento do piso elevado, nos valores de



R\$ 892.210,48 + R\$ 115.049,73 (Processo SEI 0005416-55.2015.4.03.8001).

5 - Ação 14YN (Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo – SP)

JFSP

O valor inicialmente liberado abrangia integralmente as ações propostas no Plano de Obras para 2015. No entanto, houve contingenciamento de 50% dos recursos disponíveis.

Houve reabertura, em 2015, do crédito especial disponibilizado em 31/12/2014, no montante de R\$ 1.300.000,00, de acordo com o disposto no artigo 47, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015. No entanto, houve novo contingenciamento, no valor de R\$ 281.179,00.

Além disso, houve a impossibilidade de contratação da modernização do sistema de combate a incêndio do edifício. Diante do cenário de contingenciamento de despesas, houve grande incerteza sobre a disponibilidade de recursos até o final do exercício de 2015. Quando houve a autorização para lançamento da licitação, já não havia tempo legal para sua publicação.

Foram efetuadas as seguintes contratações: impermeabilização e recuperação estrutural em vigas e lajes, no valor de R\$ 201.499,56 (Processo SEI 0011739-76.2015.4.03.8001) e elaboração do projetos básico, executivo e legal de acessibilidade, no valor de R\$ 67.296,67 (Processo SEI 0030962-15.2015.4.03.8001) e fornecimento de materiais necessárias para instalação de revestimento de piso, no valor de R\$ 545.362,00.

6 - Ação 14YO (Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo – SP)

JFSP

O valor inicialmente liberado abrangia integralmente as ações propostas no Plano de Obras para 2015. No entanto, houve contingenciamento significativo dos recursos disponíveis, tendo sido efetuada somente a contratação dos projetos básico, executivo e legal de acessibilidade da sede administrativa, no valor de R\$ 33.089,71 (Processo SEI 0030962-15.2015.4.03.8001).

7 - Ação 158T (Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª ETAPA)

JFSP

O valor inicialmente liberado abrangia integralmente as ações propostas no Plano de Obras para 2015. No entanto, houve contingenciamento significativo dos recursos disponíveis (49%).

Houve reabertura, em 2015, do crédito especial disponibilizado em 31/12/2014, no valor de R\$ 1.677.378,00, de acordo com o disposto no artigo 47, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015. Porém, houve novo contingenciamento de 90%.

Foram efetuadas as seguintes contratações: retomada dos serviços de reforma e adequação das instalações e de prevenção e combate a incêndio, no valor de R\$ 1.318.169,00 e aquisição de no-break, no valor de R\$ 107.400,00 (Processo SEI 0008051-80.2013.4.03.8000); contratação dos projetos básicos, executivo e legal de acessibilidade do JEF/SP, no valor de R\$ 55.279,50 e adequação elétrica, lógica e de dados, no valor de R\$ 39.994,40.

8 - Ação 13FR (Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto – SP)

JFSP

O valor inicialmente liberado abrangia integralmente as ações propostas no Plano de Obras para 2015. No entanto, houve contingenciamento parcial dos recursos disponíveis.

Houve reabertura, em 2015, do crédito especial disponibilizado em 31/12/2014, no valor de R\$ 500.000,00, de acordo com o disposto no artigo 47, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de



2015.

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho. Dentro das atividades previstas, somente a instalação do banco de capacitores não foi contratada.

Foram efetuadas as seguintes contratações: modernização do sistema de combate a incêndios, no valor de R\$ 378.000,00; recuperação dos termobrisers, no valor de R\$ 358.966,55; troca do piso vinílico (aquisição de material permanente), no valor de R\$ 262.786,65,00 e troca do piso vinílico (serviço de instalação), no valor de R\$ 97.182,00.

9 - Ação 151W (Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal – PJe)

TRF3R

No exercício de 2015 foi destinado para a JF3R o valor de R\$ 43.211,27 para capacitação de magistrados e servidores.

A dotação orçamentária inicial não foi suficiente para cumprir a programação da ação de capacitação que visava a implantação do PJe, tornando-se necessária a realocação de recursos, no montante de R\$ 79.345,76, da conta "Capacitação de Recursos Humanos", da ação 4257 (Julgamento de causas) para efetivação do pagamento relativo aos instrutores.

No curso “Treinamento Básico em Processo Judicial Eletrônico - PJe” foram capacitados 15 magistrados, 847 servidores da JF3R e 197 usuários externos, atingindo o total de 1059 pessoas, conforme registrado no Anexo XV - Qualificação e capacitação da força de trabalho.

O evento demandou o investimento total na ordem de R\$ 122.557,03, relativo ao pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, realizado nos termos da RES CJF nº 294/2014.

Buscou-se a qualificação de magistrados e servidores da JF3R, bem como de usuários externos do sistema, como advogados autônomos, profissionais ligados à CEF e procuradores.

No exercício de 2015, os treinamentos foram realizados no TRF3R e nas cidades de Sorocaba, Osasco, Barueri e Santos, totalizando 89 turmas, sendo 53 para o Tribunal e 36 na SJSP.

10 - Ações 0005 (Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)), **00G5** (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) e **0625** (Cumprimento de Sentença Judicial transitada em Julgado de Pequeno Valor)

TRF3R

A análise das ações orçamentárias 0005, 00G5 e 0625 consta do item 9.5 - Gestão de precatórios.

4.3.1.2 – Ações subtítulos - OFSS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.



4.3.1.3 – Ações não previstas na LOA 2015 – Restos a pagar não processados - OFSS

Quadro 1 – Ações não previstas na LOA do exercício - Restos a pagar – OFSS

UG 090029

Identificação da Ação					
Código	3757		Tipo: Atividade		
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP e JFMS)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
203.600,00	75.000,00	128.600,00	Sistema Implantado	% de execução física	-

UG 090017

Identificação da Ação					
Código	12RZ		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São João da Boa Vista - SP				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
763.882,68	591.713,44	0,00	Sede construída	% de execução física	-

Identificação da Ação					
Código	12S1		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santos - SP				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.414.150,78	67.247,34	0,00	Edifício construído	% de execução física	-

Identificação da Ação					
Código	12SP		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São Carlos - SP				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
500.000,00	405.069,78	0,00	Edifício construído	% de execução física	-



Identificação da Ação					
Código	0396		Tipo: Atividade		
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
561.029,21	117.232,26	0,00	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	1052		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Bauru- SP				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.097.454,00	65.422,16	0,00	Edifício construído	% de execução física	-

UG 090015

Identificação da Ação					
Código	103F		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFMS)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
625.729,87	0.00	0.00	Anexo construído	% de execução física	-

Identificação da Ação					
Código	1J08		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 (JFMS)				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
84.164,82	0.00	0.00	Sede construída	% de execução física	-

4.3.1.4 – Ações do Orçamento de investimento - OI

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.



4.3.2 – Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

(Fonte: SOFI, Divisão de Folha de Pagamento/TRF3R, Núcleo Financeiro/JFSP e Seção de Finanças/JFMS)

Quadro 2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

TRF3R

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110100		SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090029	Vários	157.056.544,02	299.552,97	0,00	156.756.991,05

(Fonte: SIAFI)

Nota:

Com a implantação do PCASP em 2015, não é possível a individualização da conta, conforme macrofunção do SIAFI 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos.

JFSP

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (CONTA CORRENTE P) *			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090017	Vários	270.566.526,24	21.716.049,98	16.381.041,70	265.231.517,96

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090017	Vários	0,00	0,00	432.138,95	432.138,95

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211420103		INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
090017	Vários	0,00	0,00	86.427,79	86.427,79

(Fonte: SIAFI 2015, Sistema AJG-JF e Processo SEI)

Nota:

* Inscrição Genérica

JFMS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
090015	Vários	18.181.828,08	1.844.006,65	9.441,34	16.347.262,77



Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS *			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
090015	Vários	0,00	0,00	227.984,59	227.984,59

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211420103		INSS-CONTRIB. S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS – INTRA *			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
090015	Vários	0,00	0,00	45.596,92	45.596,92

(Fonte: SIAFI 2015/2016)

Nota:

* Reconhecimento de passivo AJG (Processo SEI 0003923-40.2015.4.03.8002 – credores), conforme relatórios 1565047 e 1572011.

4.3.2.1 – Análise crítica dos passivos

TRF3R

O registro de passivos de pessoal por insuficiência de créditos ou recursos refere-se ao pagamento de:

- auxílio-moradia – PA CJF nº 2006160031;
- aposentadorias – Decisão TCU nº 481/1997;
- auxílio-alimentação dos magistrados – RES CJF nº 175/2011;
- adicional de tempo de serviço – art. 67 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;
- quintos – art. 3º da Lei nº 8.911/94 e art. 3º da Lei nº 9.624/98 c/c o art. 62-A da Lei nº 8.112/90, acrescido pela Medida Provisória nº 2225-45/2001 e o decidido nos autos dos Processos nºs 2004164940 e 2004160918, bem como o que determina a Nota Técnica Conjunta SCI/SRH nº 02, de 16/5/2005, do E.CJF/STJ;
- reposicionamento – Portaria Conjunta STF nº 04/2013;
- abono de permanência – a) art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004; b) art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004; c) art. 40, § 19, da CF, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004;
- adicional de insalubridade – art. 68 a 72 da Lei nº 8.112, de 1990;
- reintegração – Processo Administrativo CATRF3R nº 2007.02.0019;
- diferença de indenizações – Processos Administrativos CATRF3R nºs 2008.02.0010 e 2011.02.0029.

A inscrição de passivos decorrentes de folha de pessoal, magistrados e servidores da JF, obedece à sistemática estabelecida na RES CJF nº224/2012, alterada pela RES CJF nº 275/2013, que dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do Conselho e da JF de 1º e 2º graus, e está condicionado à disponibilidade orçamentária e deliberação do CJF.



JFSP

A Ação 4224 visa garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante contratação de serviços especializados de terceiros (defensores dativos, peritos, tradutores, intérpretes e curadores especiais), indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal. Os procedimentos relativos aos pagamentos em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da JF, inclusive jurisdição delegada, regulamenta-se pela RES CJF nº 305/2014.

Em 2015, a UG 090017, inscreveu os passivos por insuficiência de créditos ou recursos para a Ação, no montante de R\$ 518.566,74, referente aos honorários dos prestadores de serviços AJG e da respectiva obrigação tributária dela decorrente.

Visando à gestão do passivo, registra-se a abertura de processo SEI nº 0038385.2.2015.403.8001, composto de relatórios discriminados por categoria profissional, CPF e valor, do Resumo de passivo AJG 2015 sem cobertura orçamentária (Memória de cálculo), do Termo de reconhecimento de dívida, dos documentos gerados no SIAFI etc.

Fatores que contribuíram para o aumento da despesa foram entre outros, a atualização monetária da tabela de honorários e o aumento de solicitações de honorários arbitrados pelo teto máximo, em até três vezes, principalmente nas Comarcas Estaduais, conforme respectivas tabelas do Anexo Único e art. 28, parágrafo único da RES CJF nº 305/2014.

O registro de passivos de pessoal por insuficiência de créditos ou recursos refere-se ao pagamento de:

1 – Abono de permanência - a) art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004; b) art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004; c) art. 40, § 19, da CF, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31.12.2003, regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.6.2004;

2 – Adicional de Qualificação – art. 14 da Lei n.º 11.416 de 15 de dezembro de 2006, a Portaria Conjunta nº 1 de 7 de março de 2007 e a PORT CJF nº 22 de 17.04.07;

3 – Adicional por Tempo de Serviço – art. 8º, incisos VI e XII, alínea “a”, e art. 12 da RES CJF nº 141/2011 e Lei nº 8.112/90;

4 – Aposentadorias e pensões – Decisão TCU nº 481/1997 e EC 41/2003;

5 – Designação de funções – Lei nº 8.112/90;

6 – Função gestante – art. 4º da RES CJF nº 002 de 20.02.08;

7 – Indenização – Processo Administrativo SEI 0016113-72.2014;

8 – Indenização de férias – Processo Administrativo SEI 0024168-12.2014;

9 – Licença Prêmio – art. 116 da Lei nº 1.711/52 e dos art. 87 e 245 da Lei nº 8.112/90 (redação original) e art. 7º da Lei nº 9.527/97 e de acordo com o Processo nº 06153/2010-NUAF e Informação nº 143/2010 – SUPE – Processo SEI 0015458-66;

10 – Parcela Autônoma de Equivalência – PA nº CJF/ADM 2013/00121;

11 - VPNI – art. 3º da Lei nº 8.911/94 e 3º da Lei nº 9.624/98 c/c o artigo 62-A da Lei nº 8.112/90, acrescido pela Medida Provisória nº 2225-45/2001 e o decidido nos autos dos Processos nºs 2004164940 e 2004160918, bem como o que determina a Nota Técnica Conjunta SCI/SRH nº 02, de 16/5/2005, do CJF/STJ;

12 – Progressão funcional – RES CJF nº 43 de 19 de dezembro de 2008 e nº 79 de 19 de novembro de 2009, e na Lei nº 11.416 de 15 de dezembro de 2006;

13 - Reposicionamento – Portaria Conjunta STF nº 04/2013;

14 – Substituição de magistrados – Processo Administrativo nº 2013.03.0013TRF3 (SCAJ) – SEI 0007272-25.2013.4.03.8000.

A inscrição de passivos decorrentes de folha de pessoal, magistrados e servidores da JF obedece à sistemática estabelecida na RES CJF nº 224/2012, alterada pela RES CJF nº 275/2013, que dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no



âmbito do Conselho e da JF de 1º e 2º graus, e está condicionado à disponibilidade orçamentária e deliberação do CJF.

JFMS

No exercício financeiro de 2015, a Ação 4224 registrou dotações orçamentárias finais de R\$ 3.674.188,00 para a UG 090015.

A UG 090015 não logrou êxito na gestão dos passivos registrados para a Ação 4224 no exercício de 2015, tanto em relação aos fornecedores, como à respectiva obrigação tributária, visto que, no exercício, ocorreram inscrições nas contas 2.1.3.1.1.04.00 e 2.1.1.4.2.01.03.

Ante a insuficiência de dotação orçamentária e a necessidade de efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/1988, e do art. 1º da Lei nº 1.060/50, os créditos dos profissionais cadastrados no Sistema Assistência Judiciária Gratuita da JF – AJG/CJF, que prestaram serviços em 2015, foram inscritos na conta contábil 3.3.2.2.1.01.00, no valor de R\$ 227.984,59, além de R\$ 45.596,92, na conta contábil 3.7.2.1.2.04.00.

Todos os registros referentes ao reconhecimento de passivo do Programa AJG estão no processo SEI 0003923-40.2015.4.03.8002, sendo que a relação dos credores está disponível nos relatórios 1565047 e 1572011.

Os passivos reconhecidos em 2015, no total de R\$ 273.581,51, comprometerão aproximadamente 9,83% do orçamento previsto para o exercício de 2016 (R\$ 2.785.628,00), remanescendo 90,17% da dotação para pagamento de despesas concernentes à assistência jurídica gratuita no exercício de 2016.

4.3.3 – Restos a pagar de exercícios anteriores

(Fonte: SOFI, Núcleo Financeiro/JFSP e Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS)

Quadro 3 – Restos a pagar de exercícios anteriores

TRF3R
UG 090029

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	29.709.228,98	25.521.708,50	1.290.153,82	2.897.366,66
2013	453.092,39	105.377,70	347.714,69	0,00
2010	280.586,39	0,00	280.586,39	0,00
2009	212.091,17	0,00	212.091,17	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	926.231,45	926.231,45	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

UG 090047 (Precatórios)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	295.148.085,75	231.810.921,52	45.948.542,09	17.388.622,14
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

UG 090055

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	9.207,84	1.657,78	7.550,06	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

JFSP
UG 090017

Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Reinscritos	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	63.832.499,34	0,00	48.136.868,12	622.373,66	15.073.257,56
2013	0,00	7.880.421,99	1.903.490,16	1.632.612,06	4.344.319,77
2012	0,00	1.599.827,39	1.075.774,03	0,00	524.053,36
2011	0,00	928.865,53	0,00	0,00	928.865,53
2010	0,00	746.675,01	117.232,26	0,00	629.442,75
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Reinscritos	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	3.062.324,87	0,00	2.334.251,60	0,00	728.073,27
2013	414.523,25	135.926,17	346.683,76	10.680,00	193.085,66
2012	7.627,86	32.092,17	2.923,22	0,00	36.796,81
2011	0,00	21.822,34	0,00	0,00	21.822,34
2010	0,00	245.356,41	131.056,50	0,00	114.299,91
2009	0,00	53.033,15	0,00	0,00	53.033,15
2008	0,00	27.021,23	0,00	0,00	27.021,23
2007	0,00	6.509,44	13,81	0,00	6.495,63
2006	0,00	49.227,81	0,00	0,00	49.227,81
2003	0,00	6.122,60	0,00	0,00	6.122,60

JFMS
UG 090015

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	143.272,37	142.512,92	0,00	759,45
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	4.239.692,99	3.265.225,88	380.867,84	593.599,27
2013	230.361,23	108.572,24	10.024,01	111.764,98



2012	299.903,22	0,00	0,00	299.903,22
2011	24.651,14	24.651,14	0,00	0,00
2010	625.729,87	0,00	0,00	625.729,87

4.3.3.1 – Análise crítica dos restos a pagar

TRF3R

A inscrição em restos a pagar de exercícios anteriores encontra-se registrado na conta contábil SIAFI 631100000- RP NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR, no montante total de R\$ 2.849.966,66, contudo refere-se aos empenhos do exercício de 2014, com vigência dos restos a pagar até junho de 2016, considerando a validade de 18 meses.

Durante o exercício é solicitado aos gestores análise da permanência dos saldos de empenho inscritos em restos a pagar a liquidar, visto que se encontram a cargo dos Gestores as respectivas liquidações das despesas e as solicitações de cancelamentos nos casos de descumprimento da obrigação contratual ou saldo de inscrição de despesas de duração continuada, dentro do prazo de validade. A SOFI solicitou nos meses de maio, agosto e novembro de 2015 avaliação dos respectivos gestores de toda a inscrição de restos a pagar do TRF3R, incluindo os restos a pagar de exercícios anteriores, conforme processos SEI 001435-42.2015.4.03.80004; 0006276-59.2015.4.03.8000; 0006241-02.2015.4.03.8000; 0006237-62.2015.4.03.8000; 0006231-55.2015.4.03.8000; 0006225-48.2015.4.03.8000; 0006170-97.2015.4.03.8000 e 0006151-91.2015.4.03.8000.

Não foram identificados impactos na gestão financeira decorrente do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de restos a pagar a partir do exercício de 2012 é precedida de análise detalhada dos respectivos Gestores com a expedição de formulário solicitando a inscrição de restos a pagar de despesas a liquidar ou de despesa em liquidação, devidamente autorizada pelo ordenador de despesas, efetuados para o cumprimento das normas para o encerramento do exercício.

A manutenção das inscrições em restos a pagar, bem como os cancelamentos e solicitações de desbloqueios são efetuados pelos respectivos gestores.

No exercício de 2014 as autorizações constam do processo SEI N°0032154-83.2015.4.03.8000.

Quanto ao prazo de validade os restos a pagar seguem atualmente o disposto no § 2º, do artigo 68 do Decreto nº 93.872/86, que estabelece a vigência de dezoito meses.

Os restos a pagar de exercícios anteriores que superam o prazo acima devem ser desbloqueados, nos termos do artigo 68 do Decreto 93.872/86, alterado pelo Decreto 7.654, de 23 de dezembro de 2011, por solicitação do gestor, nas hipóteses de execução iniciada, e autorizada pelo ordenador de despesas, observado o prazo prescricional.

As notas de empenho com prazo prescricional são anuladas após análise jurídica devidamente autorizada pelo ordenador de despesas.

No encerramento do exercício de 2015 não há registros de restos a pagar desbloqueados.

JFSP

A inscrição e execução de restos a pagar está consonante com as Normas de Encerramento do Exercício do Manual SIAFI, bem assim com o disposto na Lei nº 4.320/64, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Decretos nº 93.872/86, 6.708/08 e 7.654/11.

Em atenção ao Relatório de Auditoria DAUD 0482951 (Processo 0009346-21.2014.4.03.8000) de 19 de maio de 2014, foi elaborado o Relatório NUOR 0566271 (18 de julho de 2014), no qual foram informadas as medidas adotadas para regularização dos apontamentos ali contidos. A regulamentação dos novos procedimentos para inscrição dos empenhos em restos a pagar bem como quanto à gestão dos seus saldos deu-se com a edição em 23 de setembro de 2014



da OS DFOR/JFSP nº 0670091. Foram implementados também formulários nas quais o gestor da despesa justifica a necessidade de inscrição em restos a pagar e o ordenador de despesa a autoriza.

Foram também aperfeiçoados os procedimentos de desbloqueio de empenhos inscritos em Restos a pagar Não Processados a Liquidar de forma que, devidamente fundamentados e autorizados, somente os empenhos conformes ao art. 68 §§ 2º, 3º inciso I, e 4º do Decreto 93872/1986 são desbloqueados.

Em 2015, os gestores de despesas foram instados a avaliarem os saldos dos empenhos de 2010, 2011, 2012 e 2013 inscritos em restos a pagar de modo que os não mais necessários foram anulados e permaneceram reinscritos somente os absolutamente necessários. Com relação aos empenhos de 2013, o valor de R\$ 7.880.421,99 totalizam os empenhos que foram desbloqueados conforme critério informado no parágrafo anterior. Os demais empenhos de 2013 foram cancelados automaticamente em 31 de dezembro de 2015 conforme estipulado no art. 68, §§ 2º e 5º, do Decreto 93.872/86, mecanismo este que facilitou a gestão dos restos a pagar. Os documentos gerados para esse trabalho foram compilados no processo SEI 0024217-19.2015.4.03.8001.

Não obstante esse trabalho anual de exame periódico relativo à permanência dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar a liquidar, inclusive dos inscritos em exercícios anteriores, foram iniciadas em 2015 as tratativas para alteração da OS nº 0670091/2014 de modo a incluir cláusula de procedimentos de gestão dos saldos dos empenhos de modo a regulamentar o processo.

Não foram, outrossim, identificados impactos na gestão financeira decorrentes do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Com relação aos Restos a Pagar Processados, o saldo passou de R\$ 4.061.587,30 em 1º de janeiro de 2015, para R\$ 1.235.978,41 em 31 de dezembro de 2015, o que representa execução de 69,57%.

Os empenhos ainda existentes em Restos a Pagar Processados inscritos em restos a pagar há mais de 05 (cinco) anos, verifica-se pelos documentos SEI 0566282, 0566281 e 0582577, que se tratam de retenções de penalidades determinadas pela Diretoria do Foro nos procedimentos de apuração de descumprimento contratual, as quais aguardam decisão definitiva na maioria dos casos. Citados documentos foram elaborados em atendimento ao Relatório de Auditoria DAUD 0482951, do Processo SEI nº 0009346-21.2014.4.03.8000.

JFMS

A inscrição e execução de restos a pagar de exercícios anteriores na SJMS está em conformidade com as Normas de Encerramento do Exercício do Manual SIAFI, bem assim com o disposto na Lei nº 4.320/64, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Decretos nº 93.872/86, 6.708/08 e 7.654/11.

Há exame periódico dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar a liquidar, inclusive dos inscritos em exercícios anteriores, com vistas à avaliação da necessidade de permanência dos mesmos.

Não foram identificados impactos na gestão financeira decorrentes do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Algumas notas de empenho que permanecem inscritas em restos a pagar não processados a liquidar por mais de um exercício financeiro, sem pagamento, referem-se a obras cujos procedimentos licitatórios foram objeto de questionamentos por parte do TRF3R, ainda sem decisão final. São as seguintes:

- 2010NE000544 – Saldo de R\$ 625.729,87 – Construção de Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande-MS.

- 2012NE000644 – Saldo de R\$ 84.164,82 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí-MS.

Quanto à Nota de Empenho 2012NE000751 (Construção do Edifício-Sede da Justiça



Federal em Três Lagoas-MS), com saldo de R\$ 215.738,40, cumpre esclarecer que há pagamentos pendentes devidos à contratada, relativos ao 1º e 2º reajustes contratuais, incidentes sobre a 24ª e 25ª medição, bem assim ao 3º reajuste, incidente sobre as medições 24ª à 27ª, todos devidamente aditados/apostilados e, consequentemente, autorizados os respectivos pagamentos pelo Diretor do Foro, à época. Contudo, tais pagamentos não foram levados a efeito, em razão do fato da contratada não ter apresentado as notas fiscais correspondentes, não obstante tenha sido cobrada nesse sentido (Processo SEI nº 0001453-70.2014.4.03.8002, doc. 0783354). Ademais, não foi ainda emitido o Termo de Recebimento Definitivo da obra em razão de pendências apuradas.

Em relação às Notas de Empenho 2014NE000001, 2014NE000087 e 2014NE000979, serão canceladas, uma vez que não serão mais utilizadas.

Todos os saldos de restos a pagar vigentes, constantes do sistema SIAFI, tiveram suas vigências devidamente prorrogadas.

4.3.3.2 – Relatório de Auditoria nº 0482951/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

Item 12 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Movimentação de saldos de despesas inscritos em RP no exercício de 2013 e anteriores, vigentes no exercício de 2014, Processo SEI nº 0009346-21.2014.4.03.8000)

Foi realizada ação de monitoramento no exercício de 2015, em cumprimento ao PAA 2015, aprovado pela RES PRES/TRF3R nº 411/2014, tendo como resultado o Relatório de Monitoramento nº 1412039, concluindo pela implementação de todas as propostas de encaminhamento relativas às ocorrências relacionadas no Relatório de Auditoria nº 0482951/2014.

4.3.4 – Informações sobre a execução das despesas

4.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

As informações sobre as despesas totais por modalidade de contratação constam do Anexo X.

4.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

As informações sobre as despesas por grupo e elemento de despesa constam do Anexo XI.

4.3.4.3 – Análise crítica da realização da despesa

(Fonte: SOFI, Núcleo de Planejamento/JFSP, Seção de Finanças/JFMS)

A limitação de empenho e movimentação financeira ocorrida em 2015 demonstrou-se bastante expressiva já a partir do 3º bimestre. O elevado contingenciamento combinado com o bloqueio correspondente aos créditos especiais aprovados em 2014 e reabertos em 2015, relatados no item 4.3 – Despesas Orçamentárias, comprometeu a execução dos projetos de obras de reformas e aquisições, não sendo possível medida alternativa para aplicação dos recursos em 2015.

Entre as modalidades de licitação identifica-se a canalização para a realização de pregão eletrônico que concentrou a maior execução (97,88% na UO 12104 e 99,99% na UO 12101).

Com relação às contratações diretas:

- na UG 090015 - houve redução de 40% nas dispensas e majoração de 77% nas inexigibilidades de licitação, com destaque para despesas com energia elétrica e locação de imóveis;



- na UG 090029 - houve redução de 12,5% nas dispensas e de 5% nas inexigibilidades de licitação;

- na UG 090017 - houve majoração de 20% nas dispensas, onde se destaca despesas com locação de imóveis, e de 96,6% nas inexigibilidades de licitação, onde se destacam as despesas com manutenção de software e equipamentos de informática.

Quanto ao regime de execução especial, observa-se redução significativa na execução de suprimento de fundos, atribuída ao resultado do enfoque no planejamento das despesas: UG 090015 redução de 60%, UG 090017 redução de 82% e UG 090029 redução de 73%.

Verifica-se na análise das despesas das UG por grupo e elemento de despesas:

UG 090029

As Despesas Correntes apresentaram um crescimento de 10% em relação a 2014, praticamente mantendo a distribuição entre os Grupos de Despesa. Em 2015 as Despesas de Pessoal representaram 83% e Outras Despesas Correntes 17%. Em 2014 essa relação foi de 85% e 15%.

As Despesas de Capital apresentaram um decréscimo significativo de 84% em relação a 2014, concentrados no item Investimentos, o qual, em 2015, teve 11% da despesa empenhada liquidada, com a consequente inscrição do saldo de 89% em Restos a Pagar Não Processados.

UG 090015

As Despesas Correntes apresentaram um crescimento de 13% em relação a 2014, praticamente mantendo a distribuição entre os Grupos de Despesa. As Despesas de Pessoal em 2015 representaram 75% e Outras Despesas Correntes 25%. Em 2014 essa relação foi de 76% e 24%.

As Despesas de Capital tiveram um decréscimo de 44% em relação a 2014, concentrados no item Investimentos, o qual, em 2015, teve 15% da despesa empenhada liquidada, com a consequente inscrição do saldo de 85% em Restos a Pagar Não Processados.

UG 090017

As Despesas Correntes apresentaram um crescimento de 12% em relação a 2014, praticamente mantendo a distribuição entre os Grupos de Despesa. As Despesas de Pessoal em 2015 representaram 78% e Outras Despesas Correntes 22%. Em 2014 essa relação foi de 80% e 20%.

As Despesas de Capital tiveram um decréscimo de 25% em relação a 2014, em especial no item Investimentos, cuja queda foi de 18% em relação a 2014.

O item Investimentos teve 23% da despesa empenhada liquidada, com a consequente inscrição do saldo de 77% em Restos a Pagar Não Processados.

Os valores expressivos de despesas realizadas por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, tanto no exercício de 2014 como em 2015, decorrem do fato que essas modalidades abarcam as locações de imóveis, as concessionárias de energia elétrica, contratações de água e esgoto, assinatura de revistas, cursos, e contratações de empresas exclusivas de informática em razão dos equipamentos e softwares em uso na JF3R, restando para a contratação com fundamento no art. 24, inciso II, que em tese poderiam ser licitadas, montantes inexpressivos.

Quanto ao incremento dos valores de Inexigibilidade entre os exercícios de 2014 e 2015, verificados nas UG 090015 e 090017, é explicado, em grande parte, pela padronização ocorrida em razão do Relatório de Auditoria DAUD nº 0378094, do enquadramento das contratações de água e esgoto. Parte dessas contratações, em meados de 2014, passou de dispensa fundamentada no inciso VIII do art.24 para inexigibilidade com fundamento no “caput” do art. 25, conforme Acórdão TCU nº 524/2008.



Assim, no comparativo de 2014 e 2015 o diferencial do valor da inexigibilidade sofre uma redução, vez que no exercício de 2015 os valores deste tipo de contratação foram todos computados no montante da inexigibilidade.

Outro fator, esse específico para a UG 090017, decorre da contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, cuja despesa, em 2014, foi apropriada pela troca de exercício, e não tem correspondência no valor de contratação do exercício de 2014, o que aumenta o diferencial de inexigibilidade na comparação dos exercícios de 2014 e 2015.

Quanto ao aumento das despesas com Diárias verificado nas UG 090017 e 090029, 71% e 39%, respectivamente, decorre dos novos valores da tabela de diárias estabelecida pela PORT CJF (Ministro Presidente) nº 87/2015, publicada em 02/03/2015 que reajustaram os valores das diárias em mais de 100%. O reflexo deste aumento foi minimizado com algumas ações da Administração, entre elas a promoção de cursos à distância.

4.4 – Desempenho operacional

4.4.1 – Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário

Tendo em vista término do ciclo de PEJF 2010-2014, não foi possível a comparação de resultados com o exercício de 2015 pois os parâmetros são diferentes. O novo ciclo 2015-2020 estabeleceu novas premissas para a estratégia futura. Diferente do plano estratégico vigente em 2014, que apresentava 34 indicadores de desempenho e 4 metas, o novo ciclo estabeleceu macrodesafios que foram desdobrados em 13 metas, onde cada meta apresentava um único indicador estratégico, como pode ser observado no Anexo XII - Indicadores de desempenho – Resultado das metas 2015.

É possível, porém, comparar a Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, no ano corrente) que manteve-se a mesma.

1 - Análise da Meta 1

Observa-se melhor desempenho global no exercício de 2015 com percentual de cumprimento de 105,08% comparado ao exercício de 2014 cujo percentual de atingimento foi 87,25%.

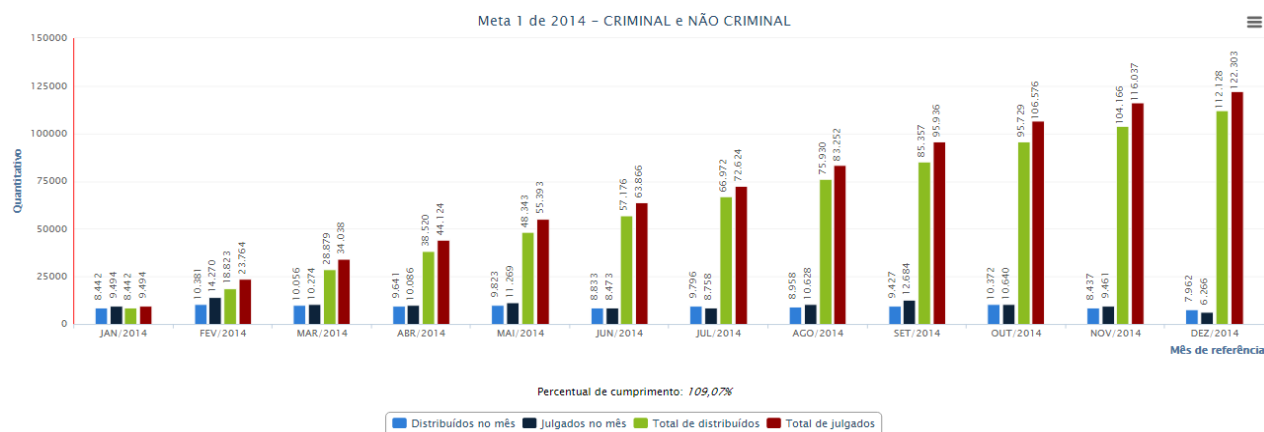
Comparando-se por instância nota-se que:

No 1º grau:

Em 2014 o cumprimento foi de 109,07%, levemente superior ao ano de 2015 cujo cumprimento foi de 107,40%.



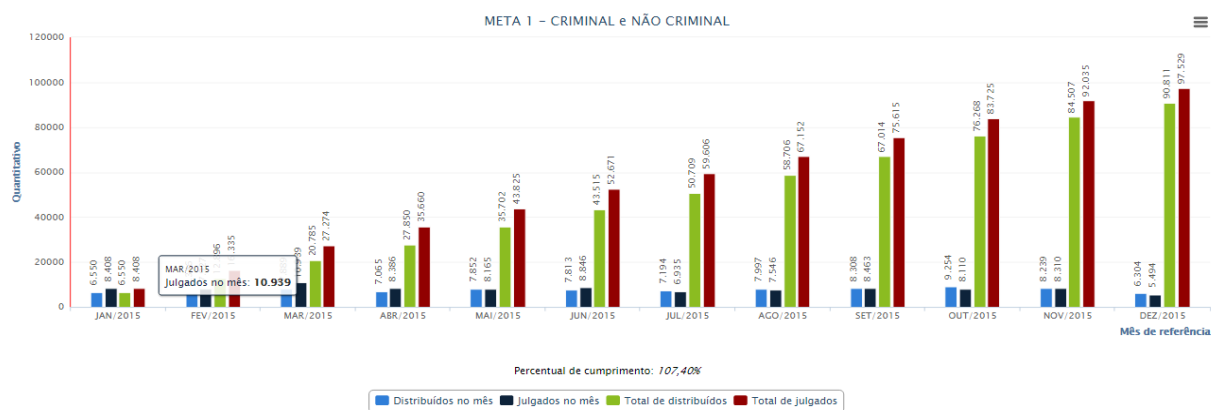
Gráfico 1 – Análise da Meta 1 (1º Grau)



Instâncias: 1º Grau comum

Período de referência: Em 2014

Relatório gerado às 17:28:12 do dia 19 de fevereiro de 2016



Instâncias: 1º Grau comum

Período de referência: Em 2015

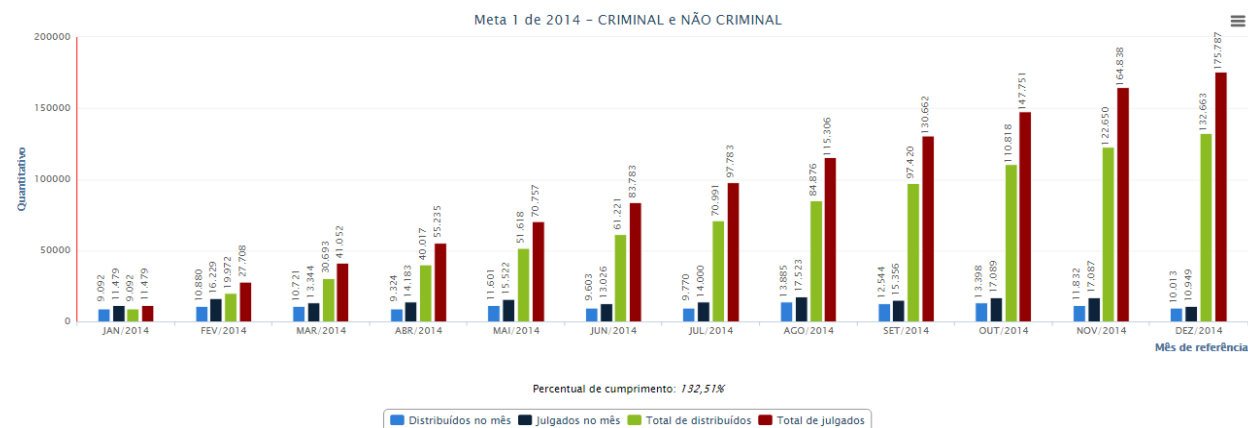
Relatório gerado às 17:29:17 do dia 19 de fevereiro de 2016

No 2º grau:

Em 2014, cumprimento de 132,51%, levemente superior ao ano de 2015 cujo cumprimento foi de 127,07%.



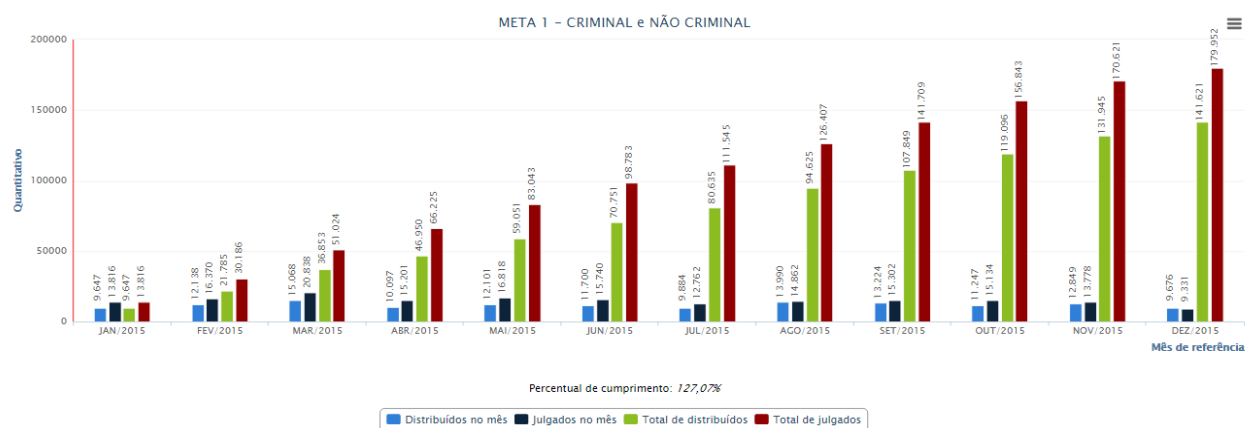
Gráfico 2 – Análise da Meta 1 (2º Grau)



Instâncias: 2º Grau

Período de referência: Em 2014

Relatório gerado às 17:30:30 do dia 19 de fevereiro de 2016



Instâncias: 2º Grau

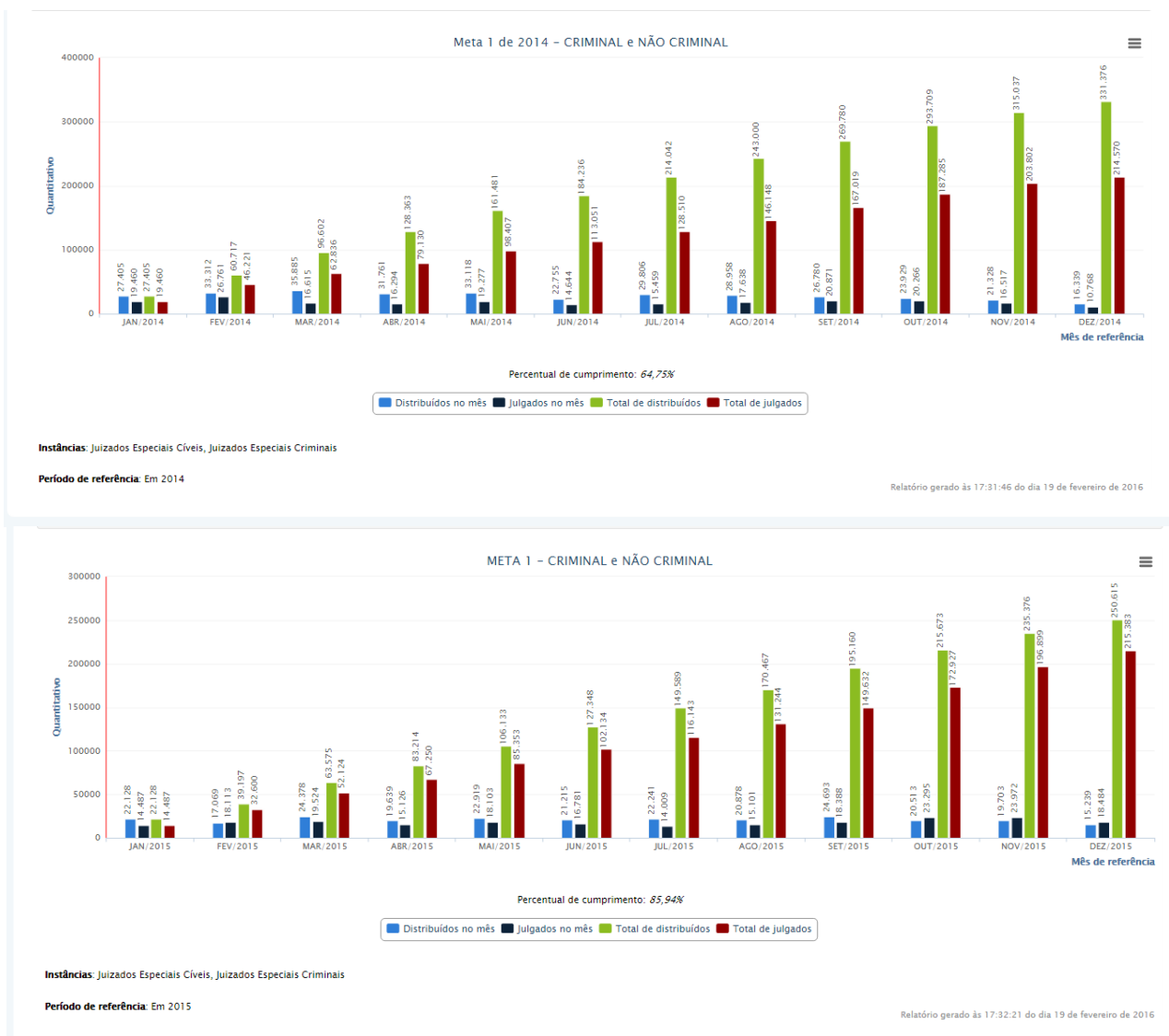
Período de referência: Em 2015

Relatório gerado às 17:31:8 do dia 19 de fevereiro de 2016

Nos JEF, a meta não foi alcançada em nenhum dos exercícios. Entretanto, houve uma evolução de mais de vinte pontos percentuais de 2014 para 2015 (de 64,75% em 2014 para 85,94% em 2015).



Gráfico 3 – Análise da Meta 1 (JEF)

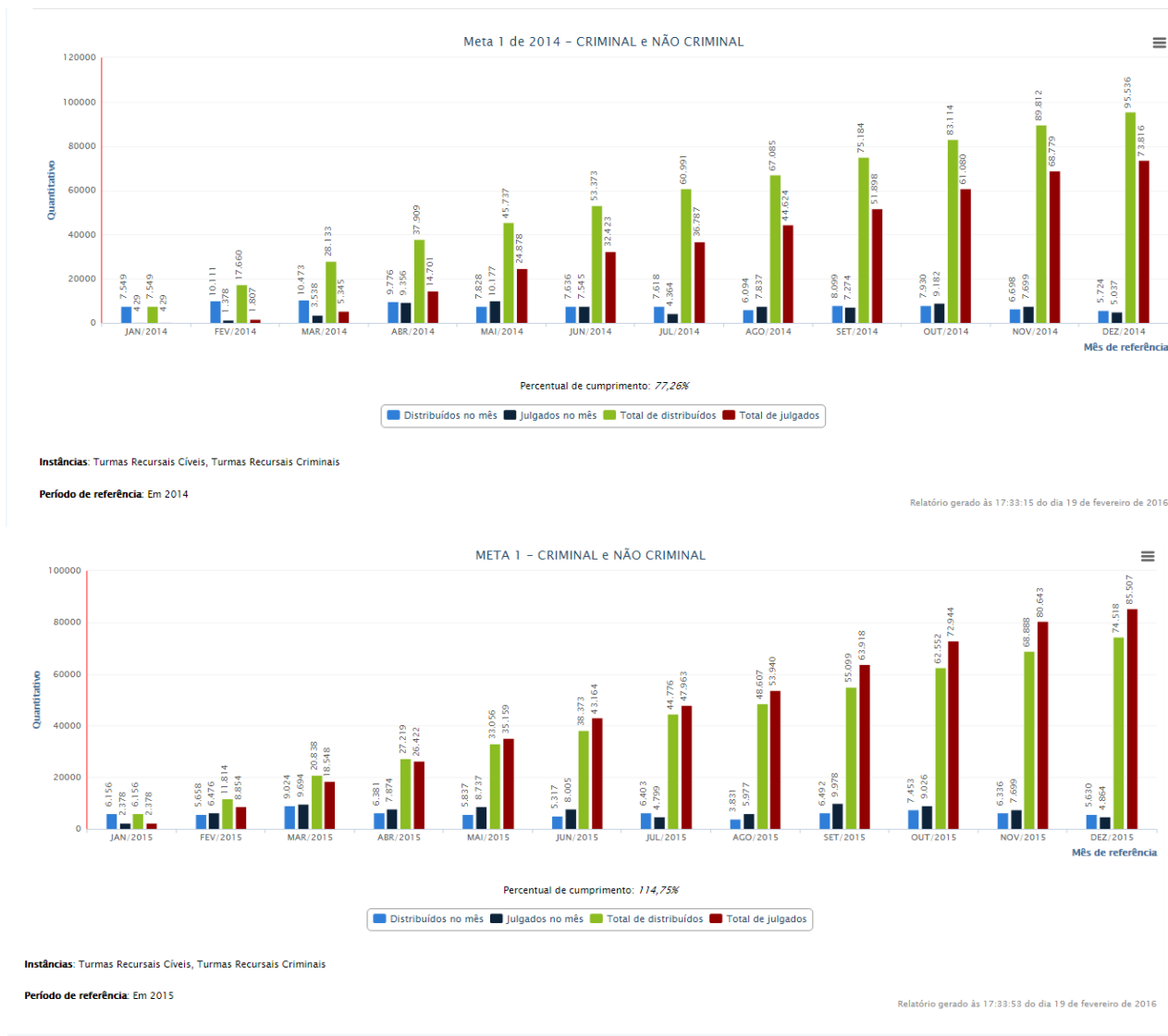


Turmas Recursais:

Em 2014, o desempenho das TR foi aquém do desejado (77,26%), diferentemente do de 2015 com cumprimento de 114,75%. Esta evolução deu-se, em grande parte, pela instalação de 6 novas Turmas Recursais criadas pela Lei 12.665/2012, estruturadas no final de 2014 por meio da Resolução 548/2014, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.



Gráfico 4 – Análise da Meta 1 (TR)



4.4.2 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos no PEJF 2015-2020, aferidos durante 2015, constam do Anexo XII - Indicadores de desempenho – Resultado das metas 2015.

4.4.3 – Indicadores específicos do desempenho dos Tribunais

O Anexo XII é composto pelas Metas Nacionais do CNJ, de 1 a 6 e Específicas do CJF, de 7 a 13.

Os critérios utilizados para mensuração das metas encontram-se em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/05/3924795e761052cb4e923a60fb245737.pdf>.



5 - GOVERNANÇA

5.1 – Descrição das estruturas de governança

(Fontes: ASOM, SEGE e Núcleo de Organização e Métodos/JFSP)

A estrutura orgânica de Governança e autocontrole da gestão da JF3R, órgão do Poder Judiciário, tem por alicerce fundamental a CF, notadamente o Capítulo III, Seção IV, que trata dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, sua composição e competência.

Observadas as premissas da Carta Magna, não se pode olvidar a vigente legislação infraconstitucional que disciplina assuntos como mecanismos de controle; transparência da gestão pública e atuação de magistrados e servidores, a exemplo, neste último caso, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura) e da Lei nº 8.112/1990. Destaque-se, outrossim, o RI/TRF3R no qual estão previstas as atribuições de seus principais órgãos diretivos e judicantes e ainda, os atos normativos expedidos pelo CNJ e CJP, órgãos de controle e coordenação sistêmica da JF.

Relevante mencionar a perene subserviência ao Código de Ética da Magistratura (aprovado na 68ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada em 06/8/2008, Processo nº 200820000007337 – Publicado no DJ 18/9/2008, páginas 1 e 2) e ao Código de Conduta da JF, instituído pela RES CJP nº 147/2011, alterada pela RES CJP nº 308/2014.

A estrutura orgânica de governança da UPC é composta pela Presidência, Vice-Presidência, CORE, CJP3R, CATRF3R, Órgão Especial, Plenário, cujas bases normativas, competências e atribuições estão detalhadas no Anexo V - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas. As ações relacionadas ao sistema de correição estão consignadas no item 5.2 - Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos, infra.

As Seções Judiciárias da JF3R tem, cada qual, um Diretor e um Vice-diretor do Foro. As competências e atribuições da Diretoria do Foro regem-se pela RES CJP nº 79/2009.

Compõem, também, a estrutura de Governança da UPC, a Diretoria-Geral, Assessoria de Licitações e Contratos, Assessoria de Organização e Métodos, Assessoria de Gestão dos Sistemas de Informação, Assessoria de Gestão Estratégica e áreas estratégicas da unidade (SOFI, SETI, SEGE, SADI, SSEG e UDOC). A norma de estrutura e atribuições das referidas áreas estão formalizadas pela RES CATRF3R nº 390/2010 e alterações subsequentes, conforme registrado no Anexo V.

A UPC conta, ainda, com a atuação, dentre outros, do Comitê Multidisciplinar de TI da JF3R – COMITI, responsável para orientar as ações e investimentos de TIC (RES TRF3R nº 292/2012), coordenado pela AGES/TRF3R (RES CATRF3R nº 446/2012 e PORT TRF3R nº 7.502/2014); Comitês de Direção Estratégica, formalmente designados para auxiliar nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional (PORT PRES/TRF3R nº 5864/2009, PORT DFOR/JFSP nº 76/2009 e PORT DFOR/JFMS nº 275/2009); Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região (PORT TRF3R nº 7.860/2015); Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R (PORT TRF3R nº 7.928/2015); Comitê Gestor de Sistema de Informação na 3ª Região (RES PRES/TRF3R nº 293/2012); Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional dos servidores do TRF3R (RES PRES/TRF3R nº 340/2013 e PORT PRES/TRF3R nº 9.114/2013); Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe (PORT TRF3R nº 7.489/14 e RES PRES/TRF3R nº 394/14) e Comitê Técnico de Obras (RES PRES/TRF3R nº 377/14 e PORT PRES/TRF3R nº 7.078/2013).

Destaca-se, outrossim, a constituição do Grupo de Trabalho para dar continuidade à revisão e uniformização dos procedimentos de contratação, fiscalização e gestão contratual para a JF3R (PORT PRES/TRF3R nº 7.938/2015); Comitê Orçamentário de Segundo Grau (PORT PRES/TRF3R nº 7.794/2015); Comissão Permanente de Regimento (Ato PRES/TRF3R nº 12.199/2014), Comissão Permanente de Registros Cadastrais (PORT DIRG/TRF3R nº 11.133/2015), Comissão Permanente de Licitação (PORT DIRG/TRF3R nº 11.241/2015), Comissão



Local de Segurança da Informação da JF3R – CLSI (PORT PRES/TRF3R nº 5.716/2009); Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação da JF3R - CLRI (PORT PRES/TRF3R nº 7.847/2015); Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental – CPAGD (PORT PRES/TRF3R nº 6991/2013); Comissão de Segurança Permanente da JF3R (PORT PRES/TRF3R nº 7057/2013); Comissão Censitária da JF3R (PORT PRES/TRF3R nº 7058/2013); Comissão Permanente de Sindicância e Processos Disciplinares (PORT PRES/TRF3R nº 7.427/2014); Comissão Permanente de Gestão Ambiental (PORT PRES/TRF3R nº 7.492/2014) e Comissão Permanente de Informática (Ato PRES/TRF3R nº 12.200/2014).

Acresça-se que a SJSP, possui, em sua estrutura de governança, a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental, as Comissões Setoriais de Avaliação e Gestão Documental das Subseções do interior, a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, prevista no Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional – SIADES, criada pela PORT DFOR/JFSP nº 19/2013; Comissão de Inventário Físico Anual do Patrimônio da SJSP, constituída pela PORT DFOR/JFSP nº 0203545/2013; Comissão de Inventário Físico Anual do Almoxarifado da SJSP, constituída pela PORT DFOR/JFSP nº 0203547/2013.

As unidades de CI funcionam sob a forma de sistema, regulamentado pela RES CJF nº 85/2009, tendo, como órgão central, a unidade de CI do CJF e, como órgãos setoriais e seccionais respectivamente, as unidades de controle interno do TRF e das Seções Judiciárias. No TRF3R a unidade de CI está subordinada hierarquicamente à Presidência e, nas Seções Judiciárias, à Diretoria do Foro.

No que atine ao controle externo, este é exercido pela sociedade, à qual são disponibilizados os canais de acesso constantes dos itens 6.1 - Canais de acesso do cidadão e 6.4 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade; por intermédio da Ouvidoria do TRF3R; pelo CNJ, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (art. 103-B, § 4º, CF); pelo CJF, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da JF de 1º e 2º graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante (art. 105, parágrafo único, II, CF) e pelo TCU (arts. 70 e seguintes da CF).

O Organograma de Governança da JF3R consta do Anexo XIII, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/asom/cc380363_ORGANOGRAMA_GOVERNANCA.pdf.

5.2 – Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

(Fonte: CORE)

A CORE “é órgão do TRF3R incumbido de exercer de forma primordial o aperfeiçoamento, uniformização e padronização das atividades forenses da Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região, tendo como atividade secundária a fiscalização dos serviços judiciários e a aplicação de penalidades aos servidores das Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul” (artigo 1º, caput, do Provimento Geral Consolidado CORE nº 64, de 28 de abril 2005).

Suas atribuições decorrem do disposto na CF, na Lei Complementar 35/79, nas Leis 5010/66 e 8.418/92, na RES CNJ nº 135/2011, na RES CJF nº 49/2009, no artigo 23 do Regimento Interno do TRF3R e no artigo 8º do Regimento Interno do CJF3R.

1 - Estrutura organizacional

As atividades realizadas pela CORE estão divididas em cinco setores principais:



a - Correições

Auxilia a realização das Correições Gerais Ordinárias e Inspeções Administrativas de Avaliação e processa os expedientes de Inspeção Geral Ordinária, compreendendo a elaboração dos atos preparatórios e relatórios prévios e, durante os trabalhos correicionais, a verificação dos aspectos formais do processamento dos feitos, a utilização das ferramentas processuais, o cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ, a regularidade dos livros e pastas e serviços cartorários em geral, bem assim a troca de experiência com os servidores das Varas e JEF, com a finalidade de aperfeiçoar a prestação jurisdicional, priorizando a disseminação de boas práticas e o incentivo à utilização das inovações tecnológicas

Nas Inspeções Administrativas de Avaliação, é responsável pela verificação quer das instalações e condições de segurança, conservação e limpeza do prédio do fórum e seus anexos, nas áreas não vinculadas às varas, bem assim estado de conservação e limpeza de mobiliários, equipamentos e veículos utilizados pelo setor administrativo; quer da regularidade e funcionamento dos serviços auxiliares diversos (Núcleo ou Seção de Apoio Regional, Distribuição, Setor de Comunicações, Contadoria Judicial, Central de Mandados, Central de Comunicação de Atos Processuais – CECAP, Protocolo Geral, Protocolo Integrado, Protocolo Integrado com o TRF3R, Depósito Judicial, Arquivo, Almoxarifado) e da existência, organização e atividades das comissões de gestão documental e de desfazimento de bens.

b - Julgamento e normatização

Responsável pela triagem, elaboração de minutas de decisões e acompanhamento do processamento de expedientes e recursos, bem como dos feitos de Relatoria do Corregedor-Regional, excetuadas as Correições Gerais Ordinárias; pelos expedientes preparatórios dos concursos de promoção e remoção; pelos procedimentos relacionados ao vitaliciamento de magistrados e, com relação à normatização, acompanha as inovações e alterações normativas; realiza pesquisas e propõe modificações.

c - Secretaria

Cabe à Secretaria da Corregedoria-Regional o protocolo, registro e processamento de expedientes e processos administrativos (correições parciais, representações, justificações de conduta, inspeções administrativas de avaliação, inspeções e correições gerais ordinárias, sindicâncias, dentre outros), requerimentos e documentos; o recebimento de intimações pelos mais diversos meios, incluído o acompanhamento dos sistemas de processos eletrônicos do CNJ; apoio aos Setores de Julgamento e Normatização e de Correições, inclusive quanto às intimações e publicações de atos; auxílio na elaboração dos relatórios de autoinspeção, enviado ao CJF, e de gestão.

d - Estatística

Responsável pelo recebimento, processamento, conferência e acompanhamento dos dados informativos relativos à tramitação de feitos nas Varas Federais e Centrais de Cumprimento de Atos Processuais – CECAP, bem como à produtividade dos Magistrados em Varas Federais, JEF e TR, resultando no mapa mensal de tramitação processual da JF de Primeiro Grau da 3ª Região e no mapa de produtividade dos magistrados federais (disponíveis em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=157>).

É o setor responsável, também, pelo gerenciamento e cadastramento de usuários nos Sistemas Eletrônicos BACENJUD (cadastramento e gerenciamento das senhas de acesso ao Sistema), INFOSEG, SNCI (Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas), CNCIAI



(Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), CNIEP (Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais), SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos), Controle de Prisão Provisória e Sistema de Serventia Judicial de 1º Grau - JUSTIÇA ABERTA.

O Setor consolida o relatório da produtividade dos magistrados e da tramitação das Varas Federais ou JEF, no período entre duas correições e em periodicidade semestral e anual para estudos críticos e de acompanhamento e elabora relatórios estatísticos individuais relativos a magistrados participantes de concursos de promoção e remoção e relatórios semestrais referentes aos processos de vitaliciamento.

e - Setor RH Magistrados (COGEAUTORIZA)

Responsável pelo processamento dos pedidos de ausência, controle anual do exercício do magistério, bem como acompanhamento dos pleitos de residência fora da Subseção Judiciária de lotação dos magistrados. Realiza atividades de apoio para a execução das correições-gerais ordinárias, dentre as quais a elaboração de relatórios informativos e históricos dos magistrados e das varas em correição. Auxilia a equipe em correição, atuando em questões operacionais e administrativas diversas.

É responsável, ainda, pela organização e agendamento dos compromissos institucionais do Corregedor-Regional.

2 - Quadro de pessoal

A CORE opera com dois módulos de recrutamento e alocação de servidores: o primeiro, com 12 (doze) servidores, é o quadro de pessoal da Corregedoria-Regional propriamente dito; o segundo, com 18 (dezoito) profissionais, quadro de pessoal do gabinete do(a) Desembargador(a) Federal eleito(a) para ser o Corregedor(a)-Regional.

QUADRO - CORE	QUADRO - DES. FED.
03 Assessores (CJ-3)	01 Assessor (CJ-3)
01 Chefe de Gabinete (CJ-2)	01 Chefe de Gabinete (CJ-2)
04 FC-4	01 FC-6
01 FC-3	04 FC-4
01 FC-2	09 FC-3
02 Técnicos Judiciários – Segurança e Transporte	02 Técnicos Judiciários – Segurança e Transporte

No momento, a força de trabalho atuante, ressalvados os funcionários especializados em segurança e transporte, corresponde a 22 (vinte e dois) servidores no total, 10 (dez) do quadro próprio da CORE e 12 (doze) do quadro de pessoal do gabinete da Desembargadora Federal Corregedora-Regional, 4 (quatro) a menos, portanto, do que o quantitativo considerado ideal.

3 - Resultados do exercício

1) Foram realizadas, durante o ano de 2015, englobando 29 subseções judiciárias, todas no Estado de São Paulo (65,91% das subseções da 3ª Região), em um total de 108 varas federais (63,91% das varas federais da 3ª Região), 37 varas-gabinete (59,68% das varas-gabinete da 3ª Região) de 22 JEF (48,89% dos JEF da 3ª Região) e 11 TR (91,67% das TR da 3ª Região), as seguintes correições gerais ordinárias, além de 29 inspeções administrativas de avaliação (52,73% da 3ª Região):



Tabela 12 – Correções gerais ordinárias e inspeções administrativas de avaliação realizadas no exercício

CALENDÁRIO	UNIDADES JUDICIÁRIAS	SUBSEÇÕES
19 a 23.01.2015	CGO 1ª Vara de Jaú e IAA Jaú CGO 1ª Vara e JEF de Botucatu IAA Botucatu e JEF Botucatu	17ª e 31ª/SP
27 a 30.01.2015	CGO 1ª Vara com JEF Adjunto de Avaré IAA Avaré	32ª/SP
09 a 13.02.2015	CGO JEF de São José do Rio Preto IAA São José do Rio Preto CGO 1ª Vara com JEF Adjunto de Catanduva IAA Catanduva	6ª e 36ª/SP
02 a 13.03.2015	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Varas Criminais de São Paulo IAA Fórum Criminal e Previdenciário de São Paulo	1ª/SP
23 a 27.03.2015	CGO 1ª Vara de Guaratinguetá IAA Guaratinguetá CGO 1ª e 2ª Varas e JEF de Taubaté IAA Taubaté	18ª e 21ª/SP
07 a 17.04.2015	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas Previdenciárias de São Paulo	1ª/SP
27 a 29.04.2015	CGO 1ª Vara de Americana IAA Americana	34ª/SP
11 a 20.05.2015	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas de Santos IAA Santos CGO JEF São Vicente IAA São Vicente	4ª e 41ª/SP
20 a 22.05.2015	CGO 1ª Vara com JEF Adjunto de Registro IAA Registro	29ª/SP
01 a 02.06.2015	CGO 1ª Vara de Mauá IAA Mauá	40ª/SP
08 a 19.06.2015	CGO 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 9ª Varas e JEF de Ribeirão Preto IAA Ribeirão Preto CGO 1ª Vara com JEF Adjunto de Barretos IAA Barretos	2ª e 38ª/SP
29.06 a 08.07.2015	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas e JEF de Guarulhos IAA Guarulhos	19ª/SP
27 a 31.07.2015	CGO 1ª, 2ª e 3ª Varas e JEF de Bauru IAA Bauru	8ª/SP
03 a 07 e 12 a 14.08.2015	CGO 2ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 21ª, 24ª, 25ª e 26ª Varas Cíveis de São Paulo IAA Fórum Cível de São Paulo	1ª/SP
24 a 28.08.2015	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas de São José do Rio Preto	6ª/SP
08 a 18.09.2015	CGO 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 14ª, 17ª, 19ª e 22ª Varas Cíveis de São Paulo	1ª/SP
28.09 a 09.10.201	CGO 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas de Execução Fiscal de São Paulo IAA Fórum das Execuções Fiscais de São Paulo CGO JEF e Turma Recursal de São Paulo IAA JEF – São Paulo IAA Turma Recursal – São Paulo	1ª/SP
19 a 29.10.2015	CGO 1ª e 2ª Varas e JEF de Araçatuba IAA Araçatuba CGO JEF Adjunto de Jales CGO 1ª Vara de Andradina	7ª, 24ª e 37ª/SP
03 a 06.11.2015	CGO 1ª e 2ª Varas e JEF de Osasco IAA Osasco	30ª/SP
09 a 13.11.2015	CGO 1ª, 2ª e 3ª Varas e JEF de Santo André IAA Santo André CGO 1ª, 2ª e 3ª Varas e JEF de São Bernardo do Campo IAA São Bernardo do Campo	26ª e 14ª/SP



CALENDÁRIO	UNIDADES JUDICIÁRIAS	SUBSEÇÕES
17 a 19.11.2015	CGO 1ª Vara e JEF de Bragança Paulista IAA Bragança Paulista	23ª/SP
23 a 27.11.2015	CGO 1ª, 2ª e 3ª Varas e JEF de Franca IAA Franca	13ª/SP
01 a 04.12.2015	CGO 1ª e 2ª Varas e JEF de Araraquara IAA Araraquara	20ª/SP
14 a 16.12.2015	CGO 2ª Vara com JEF Adjunto de Limeira CGO JEF de Piracicaba	43ª e 9ª/SP
17 a 18.12.2015	CGO 2ª Vara de Jundiaí	28ª/SP

2) Utilização integral do **SEI** nas autuações e no processamento dos feitos iniciados em 2015, colhendo-se o seguinte:

- efetuados **281** protocolos físicos (todos digitalizados e incluídos no SEI);
- gerados **729** processos no SEI;
- prolatados **1677** atos decisórios, assim divididos: no SEI (eletrônico), **572** decisões e **1095** despachos; no sistema SAPA (físico), **3** decisões e **7** despachos;
- concluídos **1.068** processos no SEI, dentre eles **434** expedientes administrativos;
- julgados **354** processos em sessões do CJF3R;
- proferidos **332** votos, relativos a **14** Inspeções de Avaliação Administrativa, **99** Correições Gerais Ordinárias, **192** Inspeções Gerais Ordinárias, **5** expedientes administrativos relativos a concursos de promoção a Desembargador Federal, **16** expedientes administrativos relativos a vitaliciamento de magistrados e **6** correições parciais;
- interposto **1** recurso contra decisão de arquivamento proferida no âmbito da CORE, a ser apresentado oportunamente para julgamento no Órgão Especial do TRF3R.

3) Formulada acusação em desfavor de magistrado, a teor do disposto no artigo 14 da RES CNJ nº 135/2011, em **1** expediente.

4) Levado a julgamento no Órgão Especial **1** expediente em que determinada a instauração de processo administrativo disciplinar contra magistrado, com consequente distribuição por sorteio (excluído o Corregedor-Regional) do feito a relator.

5) Levado a julgamento no Órgão Especial, tendo lhe sido negado provimento, **1** recurso contra decisão de arquivamento proferida no âmbito da CORE.

6) Realizadas **4** audiências no bojo de expediente em tramitação na CORE, com **13** depoimentos colhidos ao total.

7) Publicação de **26 (vinte e seis) Relatórios Estatísticos**, assim especificados:

- Mapa de Tramitação Mensal - 12 publicações (janeiro a dezembro de 2015), sendo 05 entre janeiro e maio de 2015 e 07 entre junho e dezembro de 2015 – divulga a **movimentação processual** das 169 Varas Federais existentes (155 no Estado de São Paulo e 14 no Estado do Mato Grosso do Sul), identificando os saldos mensais existentes em cada Unidade Judiciária;

- Mapa de Produtividade Mensal - 12 publicações (janeiro a dezembro de 2015), sendo 05 entre janeiro e maio de 2015 e 07 entre junho e dezembro de 2015 – divulga a **produtividade dos Magistrados**, tanto nas Varas Federais, quanto nos JEF, identificando a quantidade e o tipo de sentenças proferidas pelos Magistrados Federais;

- Mapas Anuais - 2 publicações – divulga os **resultados anuais de tramitação processual** e de **produtividade dos Magistrados Federais**.

8) Elaboração, em julho de 2015, de **2** Relatórios Estatísticos para concursos de promoção a Desembargador Federal, contendo **60** Mapas de Produtividade individual, referentes a cada magistrado inscrito nos processos seletivos.

9) Elaboração de **37** Mapas Estatísticos relativos a Juízes Federais Substitutos em vitaliciamento (XVI e XVII Concurso para Magistratura Federal da 3ª Região).



- 10) Decisão de **437** pedidos relativos a férias de magistrados.
- 11) Apreciação de **2.430** pedidos de ausência de magistrados.
- 12) Apreciação de **159** pedidos relativos a licença para tratamento de saúde.
- 13) Elaborado relatório de autoinspeção relativo ao período de 08/06/2014 a 07/07/2015, encaminhado ao CJF em 07/08/2015, envolvendo os aspectos abaixo:
 - dados funcionais e pessoais do Desembargador Federal Corregedor-Regional;
 - quadro administrativo do gabinete, abrangendo composição de servidores (em atividade e afastados), estagiários e terceirizados, e número de cargos e funções comissionadas existentes/preenchidos;
 - atividade jurisdicional, abrangendo número de sessões de julgamento, número de processos (em tramitação no gabinete, de relatoria do magistrado, baixados em diligência, sobrestados, extraviados, restaurados, pendentes junto a outros órgãos, previstos em META do CNJ, em fase recursal, originários, aguardando primeiro julgamento ou julgamento em mesa, pendentes de lavratura de acórdão, adiados, retirados de pauta, com pedidos urgentes, administrativos, distribuídos e redistribuídos, e julgados por pauta, decisão monocrática ou mesa), cumprimento da META 1 – CNJ, número de processos com decisões interlocutórias, grau de recorribilidade em decisões monocráticas e colegiadas, número de sessões ordinárias e extraordinárias realizadas e ausências do magistrado, processos com determinações de inspeção anterior, pendentes de cumprimento.

5.3 – Gestão de riscos e controles internos

LEGENDA:

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UPC.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UPC.

Quadro 4 – Avaliação do sistema de controles internos da JF3R

TRF3R

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X



11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

(Fonte: ALIC, AECE, DIRG, EMAG, SADI, SEGE, SETI, SSEG e UDOC)

Análise crítica

A avaliação do Funcionamento do Sistema de Controles Internos do TRF3R foi realizada em reunião, dia 21/01/2016, entre a DIRG, ALIC, EMAG, AECE, SADI, SEGE, SETI, SSEG e UDOC. Adotou-se, como base, os procedimentos internos de cada área e instrumentos institucionais existentes no TRF3R, CJF e CNJ (Normas de Estrutura, Resoluções, Ordens de Serviços, Manuais, Metodologias, programas e políticas dos gestores de projetos, metas e ações instituídos no Poder Judiciário, dentre outros).

Em relação ao supra, destacam-se os seguintes itens:

a) item 4 – Código de Conduta do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus, instituído pela RES CJF nº 147/2011, e Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R, constituído pela PORT PRES/TRF3R nº 6.749/2012;

b) Item 6 – os cursos ministrados, manuais e normativos garantem ou incentivam a



participação dos funcionários e servidores.

c) item 10 – Planejamento Estratégico, Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI estão formalizados pelos seguintes normativos:

- RES CNJ nº 198/2014 - dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, revogada em parte pela RES CNJ nº 204/2015;
- RES CJF nº 313/2014 - dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal e dá outras providências, alterada pela RES CJF nº 354/2015;
- RES CNJ nº 211/2015 - institui a Estratégia Nacional de TI e Comunicação; e
- PORT PRES/TRF3R nº 7.773/2014 - aprova o Plano Diretor de TI da JF3R para o triênio 2015-2017.

d) itens 11 a 15 e 19 – foram adotadas as seguintes ações visando o desenvolvimento da “Política de Gestão de Risco” no TRF3R:

- Capacitação dos servidores da área administrativa em “Gestão de Risco – Princípios e Diretrizes” (Processo SEI 0016485-24.2014.4.03.8000), “Governança, Controle Interno e Riscos” (Processo SEI 0017102-47.2015.4.03.8000) e “Construindo e Gerenciando Indicadores de Desempenho” (Processo SEI 0005207-89.2015.4.03.8000);
- Desenvolvimento do projeto "Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3", que vem mapeamento os processos críticos das áreas de negócio da UPC (Processo SEI 0014809-75.2013.4.03.8000 e vinculados), para posterior desenvolvimento de projeto que tenha por escopo a identificação e gestão dos riscos inerentes a esses processos, conforme proposta da AEGE e anuência da UCON (Processo SEI 0017480-37.2014.4.03.8000).

e) itens 3, 23, 25, 26 e 27 – concluída a primeira fase do projeto de elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, coordenado pela AEGE, aguardando autorização para disponibilização na internet e execução da segunda fase (Processo SEI 0025298-40.2014.4.03.8000); a página da SEGE na intranet, disponível em <http://www4.trf3.jus.br/SEGE/>, contém canal de acesso e informações sobre serviços, SEI-Passo a Passo, Comunicados SEGE, legislação, procedimentos, links de acesso aos sistemas de RH e formulários.

Com exceção do item 27, observou-se significativa melhoria nos demais, em razão da implantação do processo administrativo eletrônico (SEI), no que tange a identificação, armazenamento, comunicação e disponibilidade das informações.

JFSP

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS								VALORES				
Ambiente de Controle								1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.											X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.											X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.											X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.												X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.*									X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.									X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.											X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.**									X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.											X	
Avaliação de Risco***								1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.									X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da									X			



unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.****		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.*****		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.*****		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento*****	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Comentários relevantes:					
O preenchimento do quadro ocorreu a partir das conclusões obtidas no monitoramento dos resultados da auditoria de controles internos administrativos, Processo SEI 0024995-86-2015.4.03.8001, em consenso com as áreas responsáveis. Quanto ao conteúdo do quadro, seguem os comentários considerados relevantes:					
*item 5. De acordo com as conclusões da auditoria de controles internos, registrada no Processo SEI 0009370-49.2014.4.03.8000, a UPC carece de formalização dos procedimentos e instruções operacionais. Em relação às competências e atribuições, houve a compilação em documento formal, como manual, saneando a ocorrência apontada.					
Do Processo SEI 0009370-49.2014.4.03.8000 constou a Informação NUOM 0642002:					
(...)					
"Quanto a consolidação do Manual de Organização em documento formal e completo a ser disponibilizado na intranet, este Núcleo já procedeu a colheita das atribuições da maioria das áreas do Administrativo Central desta SJSP, porém estas competências se encontravam em formato fragmentado no ícone "Administração" da página inicial de nossa intranet.					
Desta feita, compilamos as atribuições anteriormente fornecidas e as disponibilizamos em formato de manual no link: http://intranet.jfsp.jus.br/assets/Uploads/adm/nuom/MANUAL-DE-ORGANIZAÇÃO-CONSOLIDADO.pdf .					



Não obstante, foram abertos os processos 0027245-29.3014.4.03.8001, 0027243-59.3014.4.03.8001, 0027068-65.3014.4.03.8001, 0027213-24.3014.4.03.8001, 0027267-87.3014.4.03.8001 e 0027241-89.2014.4.03.8001 com vistas a alterar/complementar as atribuições das áreas para que possamos atualizar o Manual de Organização instituído pela Portaria nº 29, de 16 de abril de 2010, da Diretoria do Foro."

No Processo SEI 003697-72.2014.4.03.8001 foi solicitada a regulamentação, em documento formal, da desvinculação dos processos de gestão e pagamento de obrigações contratuais, e processos correlatos, de modo a padronizar a instrução de tais processos no SEI, estando em estudo, ainda sem conclusão no exercício de 2015.

**** item 8.** Conforme tratado no referido Processo SEI 0009370-49.2014.4.03.8000, verificou-se que não há adequada segregação de funções em algumas das atividades desenvolvidas pela UPC, sendo apurada a necessidade de alteração na estrutura da unidade para saneamento. Durante o monitoramento realizado, verificou-se a continuidade das desconformidades no exercício de 2015, uma vez que não foram adotadas medidas corretivas no exercício.

***** Itens 10 a 18.** Em relação à avaliação de riscos, também por ocasião da citada auditoria apurou-se a necessidade de capacitação dos servidores em relação à identificação e gestão de riscos, sendo realizada ação de capacitação sobre gestão de riscos com instrutores do E. Tribunal de Contas da União, no exercício de 2015.

******Item 21.** Em relação à relação custo-benefício dos controles, verificou-se a necessidade de aprimoramento dessa avaliação, a partir das avaliações de risco.

*******Item 23.** Em relação tempestividade da informação relevante para a UPC, foi apurado que remanesce a situação de recebimento de demandas com prazo exíguo de cumprimento, com impacto negativo na unidade.

*******Item 25.** Em relação a essa questão, há consenso quanto à necessidade de padronização de algumas informações com vistas a torna-la apropriada, precisa, atual e acessível, porém não houve avanço no exercício de 2015 que possa ser destacado.

*******Itens 28 a 30.** Quanto ao monitoramento do sistema de controle interno da UPC, no exercício de 2014 a primeira auditoria com esse escopo, cujas conclusões foram objeto de monitoramento em 2015 – Processo SEI 0024995-86-2015.4.03.8001. O Relatório final não foi concluído no exercício, em razão de pendências de resposta da Diretoria da Secretaria Administrativa no que se refere às reestruturações e alterações de fluxo de trabalho detectados como necessários por ocasião da auditoria realizada em 2014.

Análise crítica

A avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da JFSP foi realizada com base nas evidências obtidas no Processo SEI 0024995-86-2015.4.03.8001, bem como em reuniões com as áreas da unidade. Adotou-se, como base, a realidade de cada qual das áreas, bem assim o conteúdo dos Relatórios de Auditoria DAUD 0483816 e NUCI 0629198, que tiveram por objeto a avaliação dos sistemas de controles internos do TRF3R e JFSP, respectivamente, bem como as evidências colhidas durante o monitoramento realizado em 2015. Destacam-se os seguintes aspectos:

- não foi concluído em 2015 o procedimento para regulamentação dos processos de gestão e pagamento de obrigações contratuais (Processo SEI 003697-72.2014.4.03.8001), estando pendente de deliberação.
- não houve reestruturação ou alteração do fluxo de trabalho das unidades com vistas a sanear a ausência de segregação de funções apontada no Relatório de Auditoria NUCI 0629198;
- em relação à necessidade de capacitação dos gestores em gestão de riscos, em 2015 foram realizadas ações de treinamento específicas;
- a relação custo-benefício dos controles deverá ser aprimorada a partir da implementação das avaliações de risco;
- no que atine à tempestividade da informação relevante para a UPC, houve consenso de que, no âmbito interno da unidade, a assertiva seria parcialmente válida. No entanto, optou-se por registrar o valor 2 “parcialmente inválida”, em função do impacto negativo decorrente do recebimento de demandas externas com prazo exíguo para atendimento;

Das respostas obtidas, verificou-se que, em comparação às respostas apresentadas por ocasião dos Relatórios de Gestão de 2012 e 2013, houve avanços, porém não se constatou melhorias em relação às respostas apresentadas no relatório de gestão de 2014, sobretudo em razão de dificuldades estruturais.



Um fator positivo foi a realização de diversos mapeamentos de processos de trabalho no exercício de 2015 pelo Núcleo de Organização e Métodos-NUOM. A implementação da Gestão por Processo de Trabalho, que integra o Planejamento Estratégico 2015/2020 foi favorecida pelos mapeamentos realizados, conforme registrado no Processo SEI 0030539-55.2014.4.03.8001, Informação NUOM 1326204.

A partir das informações apresentadas, é possível concluir que a unidade possui controles internos administrativos nas diferentes áreas, porém com base empírica e assistemática, não havendo homogeneidade em sua implementação, sendo reconhecida a necessidade e importância de disseminação da cultura de gestão de riscos e, via de consequência, de controles internos administrativos, de forma sistemática e institucionalizada, com suporte em sistemas informatizados, de modo a assegurar a consecução dos objetivos da unidade.

JFMS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.					X	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X			



22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

(Fonte: Núcleo de Apoio Administrativo – JFMS)

Análise crítica

A UG busca desenvolver suas atividades com plena obediência às leis e regulamentos vigentes, além de buscar a salvaguarda de seus recursos, de maneira a evitar a perda, mau uso e dano ao erário, além de trabalhar com afinco pelo alcance da eficiência e eficácia das operações em relação aos objetivos colimados.

Não obstante, não foi instituído, na JFMS, padronização e formalização de procedimentos e instruções operacionais. O acúmulo de serviço nas áreas administrativas, associado à carência histórica de pessoal na área meio dificultou que estas ações fossem iniciadas em 2015. Além disso, não há, na estrutura organizacional da UG, área específica de planejamento estratégico, representada por servidores titulares de outras unidades administrativas.

Iniciou-se, no exercício de 2014, a mensuração de indicadores gerenciais de RH, cujos resultados nortearão não só as ações de pessoal, como o planejamento da unidade.

No que atine à gestão de riscos, houve a participação da Diretora da Secretaria Administrativa e do Núcleo de Recursos Humanos em curso realizado pela SJSP, em São Paulo, mas o assunto ainda não foi disseminado na JFMS, para implementação. Entende-se que há prioridades, como gestão estratégica, gestão por processos e gestão por competências, a serem implementados nos próximos anos.

5.3.1 – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

Item 11 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Avaliação do Sistema de Controles Internos no TRF3R, Processo SEI nº 0009370-49.2014.4.03.8000)

Foi realizada ação de monitoramento no exercício de 2015, em cumprimento ao PAA 2015, aprovado pela RES PRES/TRF3R nº 411/2014, concluindo pela implementação das propostas de encaminhamento constantes do Anexo I do Relatório nº 1593285, quais sejam:

1) Identificação e mapeamento dos principais processos de negócio da instituição (item 3.1.1 do Relatório de Auditoria DAUD 0483816);

2) Análises estatísticas da força de trabalho (item 3.2.1 do Relatório de Auditoria DAUD 0483816);

3) Modelo de competências, adaptado à realidade da instituição, como base para a gestão de pessoas (item 3.2.2 do Relatório de Auditoria DAUD 0483816);



- 4) Plano anual de capacitação e desenvolvimento para os servidores que integram a área de aquisições (item 3.2.3 do Relatório de Auditoria DAUD 0483816);
- 5) Gestão de Riscos (item 3.3 do Relatório de Auditoria DAUD 0483816);
- 6) Nível de detalhamento no planejamento das contratações de maior risco. Registro, no processo de contratação, da análise dos riscos da contratação não gerar os benefícios esperados e, dessa forma, não atender à necessidade da contratação (item 3.5.2 do relatório DAUD 0483816);
- 7) Padronização de procedimentos, no âmbito da JF3R, para identificação e regularização de possíveis acumulações de cargos, empregos e funções públicas (Item 3.4.1 do relatório DAUD 0483816);
- 8) Aferição da compatibilidade dos horários de trabalho, nos casos de acumulações permitidas pela legislação (Item 3.4.2 do relatório DAUD 0483816);
- 9) Nomeação de representantes da administração para atuação na gestão/fiscalização dos contratos (item 3.5.7 do relatório DAUD 0483816).

Quanto às demais ocorrências, foram consideradas em implementação ou parcialmente implementadas, estando relacionadas nos itens 2.1 a 2.7 do Relatório nº 1593285 (2.1. Reunião inicial, devidamente registrada em ata, em contratações de serviços de natureza intelectual; 2.2. Atuação de servidores responsáveis pela realização da despesa (empenho, liquidação e pagamento), como membros de comissões instituídas para licitar, inclusive pregoeiro e equipe de apoio, de recebimento definitivo e atesto de bens e serviços ou de inventários físicos; 2.3. Elaboração e aprovação de plano de trabalho, previamente às contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra; 2.4. Registro, no processo de contratação, relativo à identificação explícita das soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados; 2.5. Registro, no processo de contratação, relativo à identificação de todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação e à avaliação do parcelamento ou não da solução a ser contratada; 2.6. Elaboração, na etapa de planejamento da contratação, de listas de verificação para os recebimentos provisório e definitivo (checklist) e 2.7. Termos circunstanciados de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado), e encaminhadas aos titulares das unidades monitoradas para providências quanto à implementação.



6 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 – Canais de acesso do cidadão

(Fonte: AEGE, Gabinete da Ouvidoria, ACOM, Núcleo de Apoio Judiciário/SJMS, Núcleo de Comunicação Social/SJSP)

6.1.1 – Canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc

Os canais de acesso do cidadão à UPC estão estabelecidos formalmente, inclusive, quanto aos mecanismos para tratar e acompanhar informações e denúncias recebidas, consoante RES PRES/TRF3R nº 181/2008, art. 3º, II, da RES PRES/TRF3R nº 226/2010 e OS PRES/TRF3R nº 15/2009 (Ouvidoria-Geral da JF3R); art. 375 do RI/TRF3R (Corregedoria da JF3R); PORT PRES/TRF3R nº 6.749/2012 (Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R) e itens 7 e 9 da RES CATRF3R nº 390/2010 (Norma de Estrutura da Assessoria de Comunicação Social).

A Ouvidoria-Geral da JF3R disponibiliza os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- Telefone e Fax: (11) 3012-1583, pelo qual é possível falar com um atendente, deixar uma mensagem gravada para posterior atendimento ou enviar solicitação via fax, por meio do menu informado em gravação de voz;

- “FALE CONOSCO”: <http://web.trf3.jus.br/Sistemasweb/ContatoOuvidoria>

- Formulário da Ouvidoria: disponível no portal do TRF3R na internet (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1047>), inclusive para denúncias e solicitações referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei do Acesso à Informação);

- Correio eletrônico: e-mail ouvidoria@trf3.jus.br.

- Link nos sítios da JFSP, JFMS e JEF na internet: www.jfsp.jus.br/ouvidoriatr3, <http://www.jfms.jus.br/> e <http://www.jfsp.jus.br/jef/>;

- Cartas: para o endereço Av. Paulista, 1842 - Torre Sul – 11º andar - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01310-936;

- Atendimento pessoal – No mesmo endereço acima, de segunda a sexta-feira, das 9:00h às 19:00h.

As informações sobre os canais de acesso da Ouvidoria-Geral são divulgados periodicamente no site do TRF3R (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1047>), em cartazes afixados em todas as Seções e Subseções Judiciárias, JEF e no TRF3R.

Além desses, a UPC disponibiliza, ao cidadão, os seguintes canais de acesso:

Presidência: e-mail: presidencia@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=57>); Corregedoria-Regional: Avenida Paulista, 1842 - 11º Andar, Torre Sul – São Paulo -SP - CEP 01310-936, telefones (11) 3012-1547 e 3012-1779 Fax: (11) 3012-1647, e-mail corregedoria@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=55>); Gabinete da Conciliação: Avenida Paulista, 1.912, 4º andar - conjuntos 41 e 42, Cerqueira César - São Paulo/SP, CEP: 01310-924, telefones (11) 3012-1768 / 1423 / 2047 / 2059 / 1749 / 1401, e-mail conciliar@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3793>); Coordenadoria dos JEF: Avenida Paulista, 1345 - 12º Andar, São Paulo -SP - CEP 01311-200, Tel. (11) 2927-0168, 2927-0178, 2927-0179, e-mail: cordjef3@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=404>); Escola de Magistrados: Av. Paulista, 1912, Edifício Funcef Center - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP 01310-924, 1º andar (Auditório) - 2º andar (salas de aula) - 3º andar (secretaria da EMAG), e-mail: emag@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=125>); Assessoria de Comunicação Social do TRF3R: e-mail imprensa@trf3.gov.br (URL: <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/ExibirUltimasNoticias>) e Núcleo de Comunicação Social SJSP, e-mail: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br; acesso à lista telefônica do TRF3R, JFSP e JFMS (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=891> / <http://www.jfsp.jus.br/informacoesgerais/> e



<http://www.jfms.jus.br/index.php/telefones-e-enderecos/>); “Fale Conosco”: canal direto com a Diretoria do Foro da SJSP para esclarecimento de dúvidas e recebimento de comentários ou sugestões relacionadas às áreas administrativas e judiciais (www.jfsp.jus.br/fale-conosco/ ou faleconosco@jfsp.jus.br).

O sítio do TRF3R, JFSP e JFMS na internet (www.trf3.jus.br / www.jfsp.jus.br e www.jfms.jus.br), reúnem também diversas outras informações e funcionalidades tais como: consulta processual, endereços, certidões, custas judiciais, Diário Eletrônico, últimas notícias, vídeos institucionais, Sistema Push (acompanhamento processual), plantão judiciário, atos normativos e campanhas.

O desempenho, a disponibilidade e a adequação dos canais de comunicação da JF3R foram avaliados no exercício de 2014, mediante Pesquisa de Satisfação do Usuário da JF 2013/2014, conforme relatado no item 6.3 infra (Processo SEI 0015965-64.2014.4.03.8000).

6.1.2 – Dados gerenciais e estatísticos

Apresentam-se nas tabelas abaixo, dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores.

Tabela 13 – Registro e acompanhamento de expedientes por tipo de solicitação

TRF3R

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	1.175	893	1.101	860	94%	92,7%	74	33
Dúvidas	107	187	106	180	99%	96,3%	1	7
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	26	57	24	54	92%	94,7%	2	3
Informação Processual	-	19	-	14	-	73,7%	-	5
Elogios	9	5	9	5	100%	100%	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	6	-	5	-	83,3%	-	1
Sugestões	6	11	4	10	90%	90,9%	2	1
Informações (Lei nº 12.527/2011)	29	17	26	16	93%	94,1%	3	1
TOTAL	1.352	1.195	1.270	1.144	94%	90,7%	82	51

JFSP

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	426	412	409	408	96%	99%	17	4
Dúvidas	138	129	135	129	98%	100%	3	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	12	30	10	30	83%	100%	2	0
Informação Processual	-	15	-	15	-	100%	-	0
Elogios	4	13	4	13	100%	100%	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	0	-	0	-	-	-	0
Sugestões	1	3	1	3	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	5	1	5	1	100%	100%	0	0



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
TOTAL	586	603	564	599	96%	99,3%	22	4

JFMS

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	44	55	44	55	100%	100%	0	0
Dúvidas	2	7	2	7	100%	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	0	3	0	3	-	100%	0	0
Informação Processual	-	0	-	0	-	-	-	0
Elogios	0	0	0	0	-	-	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	0	-	0	-	-	-	0
Sugestões	0	0	0	0	-	-	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	4	0	4	0	100%	-	0	0
TOTAL	50	65	50	65	100%	100%	0	0

JEF E TR

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	531	1146	524	1143	99%	99,7%	7	3
Dúvidas	50	97	50	97	100%	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	3	38	3	38	100%	100%	0	0
Informação Processual	-	127	-	127	-	100%	-	0
Elogios	9	13	9	13	100%	100%	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	6	-	6	-	100%	-	0
Sugestões	3	6	3	6	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	0	0	0	0	-	-	0	0
TOTAL	596	1433	589	1430	99%	99,8%	7	3

OUVIDORIA-GERAL DA JF3R

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	855	402	855	402	100%	100%	0	0
Dúvidas	546	442	546	442	100%	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	223	333	223	333	100%	100%	0	0
Informação Processual	-	122	-	122	-	100%	-	0
Elogios	2	7	2	7	100%	100%	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	14	-	14	-	100%	-	0
Sugestões	5	2	5	2	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	2	0	2	0	100%	-	0	0
TOTAL	1.633	1.322	1.633	1.322	100%	100%	0	0



JF3R (CONSOLIDADO)

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Reclamações	3.031	2.908	2.933	2.868	97%	98,6%	98	40
Dúvidas	843	862	839	855	99%	99,2%	4	7
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	264	461	260	458	98%	99,3%	4	3
Informação Processual	-	283	-	278	-	98,2%	-	5
Elogios	24	38	24	38	100%	100%	0	0
Pedidos de Preferência/Prioridade	-	26	-	25	-	96,2%	-	1
Sugestões	15	22	13	21	87%	95,5%	2	1
Informações (Lei nº 12.527/2011)	40	18	37	17	93%	94,4%	3	1
TOTAL	4.217	4.618	4.106	4.560	97%	98,7%	111	58

Gráfico 5 – Comparativo de expedientes por tipo de solicitação – 2014-2015

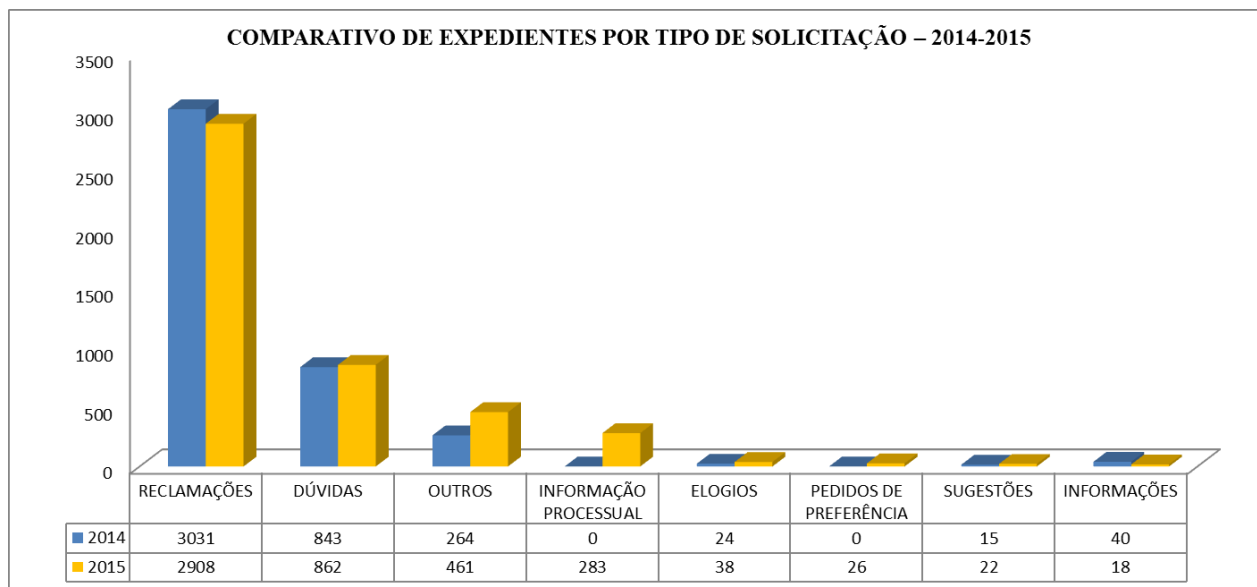
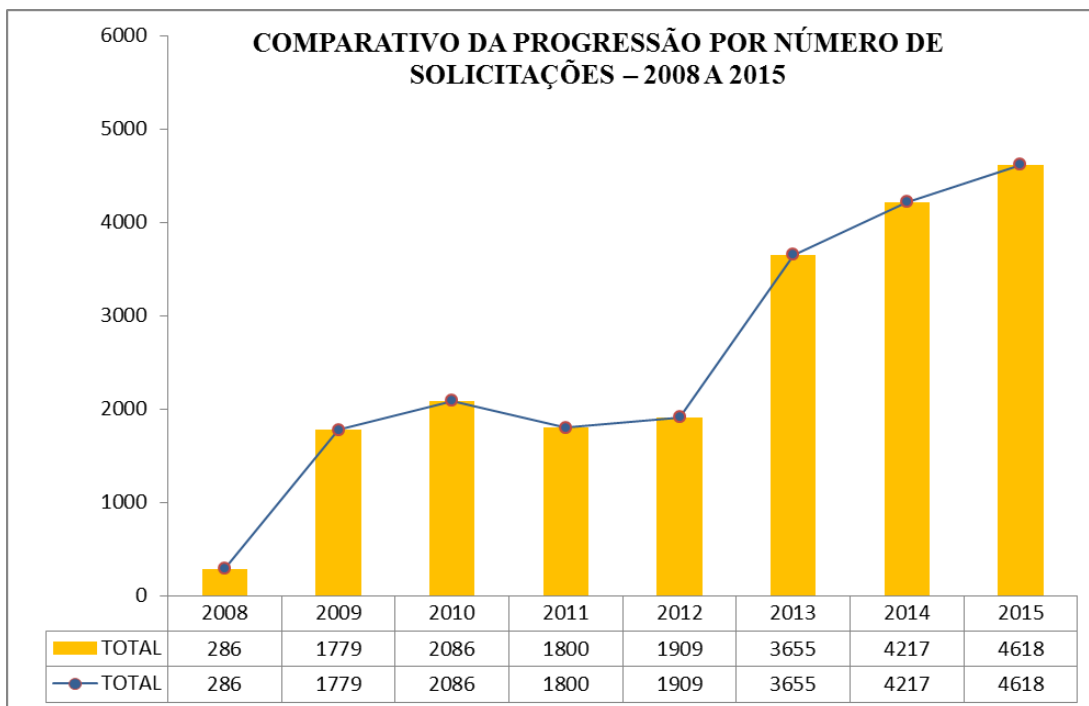




Gráfico 6 – Comparativo da progressão por número de solicitações – 2008-2015



6.1.3 – Análise dos resultados

Verifica-se no Gráfico 6 acima que houve elevação no número de solicitações recebidas na Ouvidoria-Geral da JF3R, a partir do exercício de 2011, fato decorrente da modernização dos sistemas informatizados para recepção e tratamento das solicitações. Nota-se aumento expressivo do número de solicitações, de 89,42%, do exercício de 2012 para o de 2013, após a implantação de formulário padronizado para recepção de solicitações, disponibilizado na página da Ouvidoria-Geral da JF3R na internet. De 2014 para 2015, o aumento de expedientes foi de 6,7%, atribuído principalmente à inclusão do link da Ouvidoria nas páginas eletrônicas dos JEF e JFMS.

Quanto aos resultados coligidos, houve redução do índice de atendimento às solicitações no TRF3R, de 94% em 2014, para 90,7% na gestão de 2015. Em relação à JF de Primeiro Grau, houve aumento de 96% (2014) para 99,6% (2015). Nos JEF e TR atingiu-se 99,8% e o número total de solicitações gerou um índice à ordem de 98,7% de solicitações atendidas.

6.1.4 – Alterações dos procedimentos adotados decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

Visando a rapidez no atendimento, houve a adequação da Central de atendimento telefônico, com reativação de 02 pontos computadorizados, além de treinamento e padronização dos procedimentos para atendimento telefônico.

6.2 – Carta de serviços ao cidadão

O desenvolvimento da Carta de Serviços da JF3R possui alinhamento estratégico (PEJF 2015-2020, Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania, Objetivo Estratégico: Buscar a satisfação do usuário/cidadão), sendo tratado no TRF3R como prioritário.

A primeira fase do projeto, consistente no piloto da “Carta de Serviços da Justiça Federal da 3ª Região” (Processo SEI 0025298-40.2014.4.03.8000), foi concluída de acordo com o



cronograma estabelecido, aguardando liberação da alta administração para sua publicação na internet e continuidade da segunda fase que terá por objeto o aprimoramento das informações e, a depender de análise, a possibilidade de constar, na própria página da internet da Carta de Serviços, ferramenta de aferição da satisfação dos cidadãos que a utilizarem.

A Carta de Serviços é catálogo de informações, definido e acessível, às quais a organização se compromete a dar transparência ativa. É um documento que dará visibilidade e transparência à gestão da UPC, informando aos cidadãos os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

6.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Entre 18 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, o CJF – em parceria com os TRF – realizou a Pesquisa de Satisfação da Justiça Federal - 2013/2014, sob o tema “Sempre pode melhorar... e sua opinião fará diferença”. A pesquisa teve o intuito de avaliar a qualidade de itens como: atendimento, acessibilidade, telefonia, tempo de duração dos processos, transparência e segurança judicial. O questionário disponível na internet possuía 47 perguntas objetivas, além de um espaço para críticas e sugestões, que poderiam ser respondidas em até 7 minutos.

O resultado quantitativo da pesquisa foi encaminhado pelo CJF ao TRF3R em 25/08/2014 e, por ordem do presidente do Tribunal, foi divulgado entre as áreas da instituição para realização de estudos e propostas a partir do que foi apurado na pesquisa (Processo SEI 0015965-64.2014.4.03.8000).

O resultado qualitativo da referida pesquisa foi encaminhado em 29 de junho de 2015 (Processo SEI 0015802-50.2015.4.03.8000). A DIRG determinou o encaminhamento do resultado às SADMs das Seções Judiciárias de SP e MS, à AEGE, AGES, ASOM, SEGE, SADI, SETI, Secretaria Judiciária/SEJU, SOFI, SSEG, UCON e à UDOC, para ciência e análise das informações apresentadas e possível implementação de ações para melhoria dos resultados alcançados.

Dos resultados quantitativos decorrentes da pesquisa, o tema “Serviços Judiciais” foi que obteve as piores avaliações no âmbito da JF3R, ensejando ações, realizadas no exercício de 2015, para melhoria deste resultado:

- implantado do sistema de Emissão de GRU de Custas e Despesas Judiciais, válido para toda a 3ª Região;
- implantado novo sistema de Emissão de Certidão de Andamento Processual, possibilitando que as os próprios interessados a obtenham através da internet;
- iniciada a implantação do PJe em 14 varas, com verificação de prevenção com o sistema de acompanhamento processual do 1º grau e JEF, e integração com o diário eletrônico;
- implantado o Cadastro de Bens Apreendidos com bloqueio de baixa findo dos autos de natureza criminal quando existirem bens apreendidos e não destinados;
- implantado o editor de petições no Sistema do JEF;
- feito o envio de dados de precatórios, conforme Res. 115/2010, expediente 0015449-44.2014.4.03.8000, através da integração do sistema WebFecha com o SisGP, do CNJ;
- feita a adaptação do SISJEF para uso da Turma Regional de Uniformização (exp. 0003011-49.2015.4.03.8000);
- implantada nova versão da Consulta de Acórdãos, com substituição da tecnologia NXT4 pelo Solr;
- implementada aplicação para geração automática da Informação de Prevenção no Siapro;
- implantada integração entre o sistema Sedex e o sistema Siapro através da GRPJ;



- implantadas alterações no sistema Sedex e no sistema SICOM para melhoria significativa de performance, com reflexos positivos diretos na área de Passagem de Autos;
- implementação de adequações e implantação do sistema de Pedido de Inscrição em Concurso de Magistrados;
- implementação da integração entre EstCore e Mapa Vara – em homologação;
- em andamento a implementação da integração do SISJEF ao diário eletrônico.

6.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Estão disponíveis no Portal do TRF3R, JFSP e JFMS as informações referentes a sua atuação, julgadas úteis a sociedade e que contribuam para a transparência da gestão (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2517> / <http://www.jfsp.jus.br/transparencia/> e <http://www.jfms.jus.br/>), inclusive os relatórios de gestão fiscal (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2343>), relatórios de gestão e de auditoria de gestão (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>) e resultados dos respectivos julgamentos pelo TCU.

No portal do TRF3R são disponibilizadas informações sobre a gestão estratégica (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1300>).

6.5 – Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

A Pesquisa de Satisfação da JF - 2013/2014, relatada no item 6.3 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, supra, revelou que 58% dos cidadãos estão satisfeitos com os serviços oferecidos pela JF em todo o país, índice 3% superior à meta estipulada pelo PEJF.

6.6 – Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

6.6.1 – Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Fonte: SADI, Núcleo de Infraestrutura/JFSP e Seção de Arquitetura e Engenharia/JFMS)

TRF3R

Os edifícios do TRF3R tem sofrido constante processo de adaptação visando a eliminação de barreiras arquitetônicas, incluindo a colocação de sinalização visual e em braille nos elevadores, escadas, halls dos andares, de modo a permitir o acesso e a livre circulação de portadores de necessidades especiais a todos os setores do edifício.

O acesso à garagem também foi devidamente sinalizado com a demarcação de vagas para veículos de pessoas portadoras de deficiência física e de idosos.

Os estudos que embasaram tais modificações foram balizados pela Norma da ABNT NBR 9050/2004 posturas municipais, para atendimento à Lei nº 1.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004.

O prédio Sede possui sanitários para deficientes em diversos andares e encontra-se em fase de planejamento, a reforma de todos os sanitários e instalações hidráulicas, com a execução de sanitários para portadores de necessidades especiais em todos os andares do edifício.

JFSP

Na JFSP tem sido adotadas medidas com vistas à remoção de barreiras impeditivas ao amplo acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem assim realizados estudos e vistorias para avaliação da situação de seus edifícios-sede, cuja situação relata-se no Anexo XIV - Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade



reduzida.

JFMS

As adequações nos prédios da JFMS estão sendo efetuadas, conforme disponibilidade orçamentária. Relata-se, a seguir, as ações realizadas:

- Subseções de Ponta Porã, Coxim, Corumbá, Naviraí: Foram recebidos, em janeiro 2016, os projetos básicos e executivos para adequação aos quesitos de acessibilidade, objeto do Processo SEI 0003518-38.2014.4.03.8002. Serão solicitados recursos orçamentários para a execução dos serviços.

6.6.2 – Acessibilidade nos sítios da internet da JF3R

(Fonte: SETI, ACOM, Processos SEI 0022016-91.2014.4.03.8000 e 0001724-79.2014.4.03.8002)

O portal WEB institucional do TRF3R (www.trf3.jus.br) está adaptado aos padrões de acessibilidade, seguindo o padrão "dasilva" (www.dasilva.org.br), avaliador de acessibilidade em português, para Websites, um programa de computador construído pela Acessibilidade Brasil, segundo princípios internacionais, o qual, ao ser executado, realiza uma varredura do site indicado acusando erros como links sem texto ou elementos dissonantes das regras de acessibilidade.

Além desse, os serviços de consulta processual do TRF3R e dos JEF (URL: www.jfsp.jus.br/jef/) possuem mecanismo de segurança para evitar automatização da consulta por robôs, denominado captcha, e são acessíveis a deficientes visuais, uma vez que os softwares utilizados por este público é capaz de reconhecer o áudio disponibilizado no aludido mecanismo de segurança.

A utilização de software avaliador de acessibilidade está alinhada ao objetivo estratégico “Facilitar o Acesso à Justiça” e garante o cumprimento do Decreto-lei nº 5.296/2004 (Lei de Acessibilidade), regulamentador das Leis nº 10.048/2000 – que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica – e 10.098/2000 – que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

A partir do exercício de 2014, passou-se a utilizar, na JF3R, os softwares “NVDA Versão de 2014.2”, Microsoft "SpeechPlatformRuntime" e "MSSpeech_TTS_pt-BR_Heloisa", possibilitando o uso do computador por deficientes visuais. Todos os softwares são de uso gratuito e oferecidos em versões completas para uso, sem restrições de tempo ou chaves de liberação.

Objetivando dar cumprimento à acessibilidade plena, encontra-se inserido no projeto de aquisições e desenvolvimento para o triênio 2015-2017, do PDTI, as ferramentas necessárias para tanto, quais sejam, ferramenta de leitor de tela, ferramenta conversora de estilos para daltônicos e disponibilização de links de acesso a softwares sintetizadores de voz.



7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

(Fonte: UCON)

7.1.1 – Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10

A UPC atendeu aos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

7.1.2 – Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição do bem. Do mesmo modo, o ativo imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição, ajustado pelo valor de depreciação, baseado no desgaste pelo uso, obsolescência e ação da natureza, de maneira a evidenciar o valor justo do bem na data do encerramento do balanço patrimonial.

7.1.3 – Metodologia de cálculo da depreciação, amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão adotados cumprem a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta na União, Autarquias e Fundações, do SIAFI.

A partir de janeiro de 2010 os ativos imobilizados, especificamente os bens móveis, adquiridos pela UPC, são depreciados, prescindindo da aplicação do procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, posto apresentarem base monetária inicial confiável. Utiliza-se o método linear de depreciação de quotas constantes. Já, para as aquisições anteriores a janeiro de 2010, observou-se o cronograma limite para implantação obrigatória da depreciação, estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Os registros da amortização sobre os ativos intangíveis (*softwares*) da UPC serão objeto de aplicação em 2016, conforme manifestado no Processo SEI nº 0006483-24.2016.4.03.8000.

7.1.4 – Taxas utilizadas para os cálculos

Para elaboração dos cálculos de depreciação, utilizou-se a tabela de vida útil, disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Macrofunção SIAFI 02.03.30 (<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020330/>).

7.1.5 – Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

O reconhecimento do ativo imobilizado é realizado com base no valor de aquisição menos a depreciação acumulada. Os bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010 foram submetidos a testes de recuperabilidade, para apurar a Redução a Valor Recuperável (*Impairment*) ou Reavaliação.

Para realização dos testes de recuperabilidade, foram constituídas comissões de servidores no TRF3R, JFSP e JFMS (PORT nº 7.195/2011, 03/2012 e 14/2012, respectivamente).



Na apuração do valor dos veículos de tração mecânica, utilizou-se consulta à tabela FIPE. Para os demais casos, diante da dificuldade de apuração dos valores de mercado, utilizou-se o valor da depreciação que teria sido lançado até o final do exercício de 2009.

7.1.6 – Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 T sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

Com relação às despesas com depreciação, a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 permitiram a evidenciação dos bens móveis registrados na JF3R. No exercício de 2015, o valor da depreciação acumulada correspondeu a 22,70% do valor dos bens móveis da UPC.

7.2 – Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Poder Judiciário Nacional, preocupado com o estabelecimento de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, ao aprimoramento da prestação jurisdicional, incluiu em seu PEJF – 2015/2020 o Macrodesafio “Aperfeiçoamento na gestão de custos”.

Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Para esse macrodesafio foi estabelecido o objetivo estratégico “Otimizar custos operacionais”, tendo por meta a racionalização na aquisição e utilização dos bens e serviços por meio de ações conjuntas dos órgãos da JF, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Para o alcance do objetivo estratégico em apreço será desenvolvido “Programa de sustentabilidade”.

7.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis das unidade gestoras da JF3R, exigidas pela Lei nº 4.320/64, constam do Anexo XXV.



8 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 – Gestão de Pessoas

8.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1.1 – Força de trabalho da JF3R

Quadro 5 – Força de trabalho da JF3R

Notas:

1) Item 1.2.4. “Servidores requisitados de outros órgãos e esferas”, coluna “Lotação Autorizada” - corresponde a 100% das FC e 50% das CJ (artigo 5º, §§1º e 7º, da Lei nº 11.416/2006);

TRF3R

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3817	2258	108	125
1.1. Membros de poder e agentes políticos	531	386	3	9
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3286	1872	105	116
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1865	1804	79	98
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	32	32	7	5
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1389	36	19	13
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	117	11	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	3934	2269	109	128

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos (SISRH), controles setoriais (Divisão de Ingresso, Afastamento e Frequência, Seção de Desligamentos e Afastamentos e Divisão de Desenvolvimento de Competências) e Quadro de cargos de Magistrados de 1º e 2º Grau da JF3R criados pelas Leis nºs: 7.595/89, 7.729/89, 8.235/91, 8.416/92, 8.418/92, 9.968/00, 10.772/03 e 12.665/12).

Observações:

1) Item 1.1. Os 3 (três) ingressos apontados referem-se a magistrados de primeiro grau removidos das 1ª e 2ª Regiões para a JF3R.

Dos 9 (nove) egressos apontados, 4 (quatro) referem-se a magistrados de primeiro grau removidos para outras regiões, 1 (um) aposentado, 1 (um) falecido e 3 (três) referem-se a Desembargadores Federais que implementaram idade-limite de permanência no serviço público ativo e solicitaram aposentadoria voluntária.

2) Item 1.2.1. Na coluna “Egressos no Exercício”, foram considerados todos os desligamentos constantes do Relatório de Vacância de Servidores, extraído do SISRH, correspondente ao período entre 1º/01/2015 e 31/12/2015, bem como a aposentadoria da servidora Maria Noriko Massuyama, que não consta no referido relatório, e as vacâncias dos cargos ocupados pelos servidores Marcela Medeiros de Moura (egressa no dia 18/12/2015) e Marcelo da Silva Paranhos (falecido no dia 26/12/2015), cujos processos de vacância ainda estão em instrução (Processos SEI nº 0030309-16.2015.4.03.8000 e nº 0000181-76.2016.4.03.8000, respectivamente);

Ainda, quanto aos Ingressos no Exercício, foram desconsiderados 4 servidores que tomaram posse em 2014 e entraram em exercício em 2015, pois constaram como ingressantes no Relatório de Gestão 2014.

3) Item 1.2.3. Tanto no campo “Lotação Autorizada” quanto no campo “Lotação Efetiva” foram considerados os servidores de outros órgãos removidos nos termos do artigo 36 da Lei nº 8.112/90, bem como os licenciados por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro, com base na previsão legal dos artigos 81, inciso II, e 84 daquela Lei, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.527/1997, razão pela qual sempre a lotação autorizada equivalerá à lotação efetiva.

JFSP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	7555	4475	327	146



1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	7555	4475	327	146
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4547	4334	295	125
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	94	94	17	10
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2914	47	15	11
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	99	5	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	7654	4480	328	146

(Fonte: Relatórios do Sistema MUMPS/CACHE)

JFMS

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	412	353	22	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	412	353	22	19
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	325	319	15	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	22	22	1	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	65	12	6	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	8	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	420	354	22	19

(Fonte: Relatório do sistema de recursos humanos e dados de planilhas em excel – JFMS)

8.1.1.2 – Distribuição da lotação efetiva

Quadro 6 – Distribuição da lotação efetiva

TRF3R

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	611	1185
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	611	1185
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	596	1132
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	9	23
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	30
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	614	1193

(Fonte: Relatórios do Sistema de Recursos Humanos/SISRH)

Nota:

1) Item 1.1.1: do total de 1804 servidores vinculados, 76 não foram distribuídos entre as áreas meio ou fim, pois estão afastados ou licenciados do órgão, totalizando 1728 servidores na lotação efetiva.

JFSP

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1098	3377
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	1098	3377
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1068	3266
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	15	79



1.1.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	32
2.Servidores com Contratos Temporários	0	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5
4.Total de Servidores (1+2+3)	1098	3382

(Fonte: Relatórios do Sistema MUMPS/CACHE)

JFMS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	73	280
1.1.Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	73	280
1.1.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	69	250
1.1.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3.Servidores de carreira em exercício provisório	2	20
1.1.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	10
2.Servidores com Contratos Temporários	0	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1
4.Total de Servidores (1+2+3)	73	281

(Fonte: Seção de Pessoal da JFMS)

JF3R (CONSOLIDADO)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva					
	TRF3R		JFSP		JFMS	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	611	1185	1098	3377	73	280
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	611	1185	1098	3377	73	280
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	596	1132	1068	3266	69	250
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	9	23	15	79	2	20
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	30	15	32	2	10
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	8	0	5	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	614	1193	1098	3382	73	281

8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da JF3R

Quadro 7 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da JF3R

TRF3R

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	235	235	59	56
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	235	235	59	56
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	235	223	57	52
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	117	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	117	8	1	4
1.2.5. Aposentados	117	3	1	0
2. Funções Gratificadas	1270	1222	673	631
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1270	1222	673	630
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1505	1457	732	687



(Fonte: Relatórios do Sistema de Recursos Humanos/SISRH)

Observação: consideraram-se, nos itens 1.2 e 2.1, todos os servidores do TRF3R que constaram dos relatórios do sistema de RH como ingresso ou egresso de CJ/FC no exercício, mesmo que em mais de uma oportunidade.

JFSP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	199	197	29	23
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	199	197	29	23
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	199	184	28	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	99	8	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	99	5	1	0
1.2.5. Aposentados	99	0	0	0
2. Funções Gratificadas	2815	2647	912	854
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2815	2578	894	847
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	563	69	18	7
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	3014	2844	941	877

(Fonte: Relatórios do Sistema MUMPS/CACHE)

JFMS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	17	17	4	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	17	17	4	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	9	0	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	8	7	4	1
1.2.4. Sem Vínculo	8	1	0	0
1.2.5. Aposentados	8	0	0	0
2. Funções Gratificadas	217	206	5	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	217	188	4	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	43	18	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	234	223	9	3

(Fonte: Seção de Pessoal da JFMS)

8.1.1.4 – Análise crítica

(Fonte: SEGE, SCAJ, Núcleo de Administração Funcional/JFSP e NURE/JFMS)

8.1.1.4.a – Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da UPC

TRF3R

De acordo com o Quadro 5, acima, a força de trabalho efetiva da JF3R, em 31/12/2015, corresponde a 386 magistrados, o que representa, aproximadamente, 72,69% da lotação autorizada (531 magistrados), gerando sobrecarga de trabalho aos magistrados em atividade.

No exercício de 2015, a força de trabalho da JF3R sofreu redução de três magistrados de segundo grau e um magistrado de primeiro grau, por implementação dos requisitos necessários à aposentadoria. Considerando que já havia um déficit de dois cargos vagos no quadro de magistrados do segundo grau, decorrentes de aposentadorias, a defasagem computada ao longo do ano foi de



cinco Desembargadores Federais.

Ressalte-se que os Juízes Federais de primeiro grau são convocados para atuar nos gabinetes que estão vagos, além das convocações para substituir os Desembargadores Federais nos períodos de férias, licenças e demais afastamentos.

Ocorrendo o preenchimento dos cinco cargos que se encontram vagos, em razão das posses previstas para fevereiro de 2016, o impacto será transferido para a Justiça Federal de primeiro grau, pois os cargos são destinados ao preenchimento por juízes federais de primeiro grau. Acrescentamos que, em 31/12/2015, o quantitativo de vagas para preenchimento do cargo de Juiz Federal Substituto corresponde a cento e quinze.

O número de “servidores de carreira vinculada ao órgão” no TRF3R, em 31/12/2015, totaliza 1.804 servidores, correspondendo a 96,72% da lotação autorizada (1865 servidores). A força de trabalho efetiva, considerando servidores em exercício provisório, requisitados de outros órgãos e comissionados sem vínculo, totaliza 1883 servidores.

Tabela 14 – Força de trabalho por faixa etária no TRF3R

FAIXA ETÁRIA	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
Até 30 anos	117	6,21%
31 a 40 anos	490	26,02%
41 a 50 anos	709	37,65%
51 a 60 anos	488	25,92%
Acima de 60 anos	79	4,20%
TOTAL	1883	100,00%

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos SISRH)

Gráfico 7 – % de pessoal por faixa etária no TRF3R

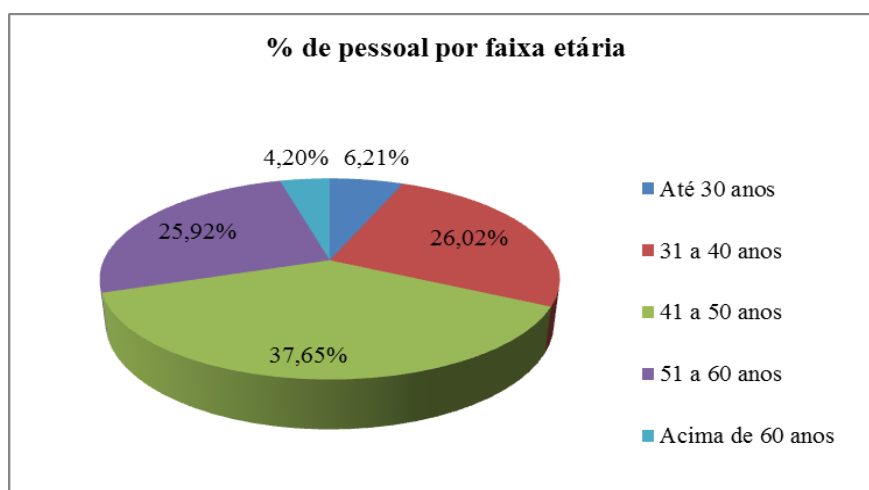


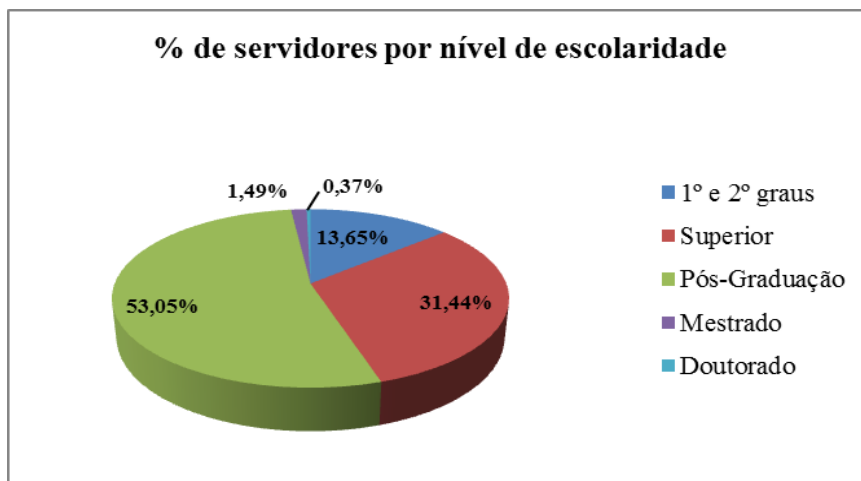
Tabela 15 – Força de trabalho por nível de escolaridade no TRF3R

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
1º e 2º graus	257	13,65%
Superior	592	31,44%
Pós-Graduação	999	53,05%
Mestrado	28	1,49%
Doutorado	7	0,37%
TOTAL	1883	100,00%

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos SISRH)



Gráfico 8 – % de servidores por nível de escolaridade no TRF3R



Verifica-se, outrossim, do quadro “Força de Trabalho por Faixa Etária”, que as faixas etárias “de 51 a 60 anos” e “acima de 60” anos de idade, cuja expectativa de aposentadoria é de curto prazo, totalizam 567 servidores, número que representa 30,11% da força de trabalho da UPC. Em 2015 houve 52 aposentadorias, das quais 2 compulsórias, 7 por invalidez e 43 voluntárias.

Há 152 servidores recebendo abono de permanência, sendo 42 Analistas Judiciários (33 da Área Judiciária, 2 da Área Administrativa, 2 da Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, 2 da Especialidade Informática, 1 da Especialidade Taquigrafia, 1 da Especialidade Biblioteconomia e 1 da Especialidade Psicologia) e 110 Técnicos Administrativos (86 da Área Administrativa, 10 da Especialidade Segurança e Transporte, 6 da Especialidade Digitação, 4 da Especialidade Operação de Computadores, 2 da Especialidade Telefonia, 1 da Especialidade Contadoria e 1 da Especialidade Eletricidade e Comunicação). O abono de permanência deve ser considerado como sinalizador de futuras aposentadorias, pois, uma vez cumpridos os requisitos para implementação do benefício, especialmente com paridade, o servidor poderá solicitar a aposentaria a qualquer momento.

Caso a PEC nº 139/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que trata da revogação do benefício, seja aprovada, muitos servidores poderão requerer a aposentadoria, especialmente os que já cumpriram regra para aposentadoria com paridade.

Com a publicação da Lei Complementar nº 152, de 03/12/2015, publicada no DOU de 04/12/2015, alterando a idade-limite de permanência no serviço ativo de 70 para 75 anos, não há previsão de aposentadoria compulsória nos próximos anos.

O quantitativo de servidores acima mencionado, que recebem abono de permanência, representa uma possível redução do quadro de pessoal capacitado em até 5 anos, em média, levando-se em consideração a data de implemento dos requisitos para concessão de abono e a data de implemento dos requisitos da aposentadoria, “mais vantajosa” para o servidor.

Não obstante a perspectiva de perda de capital intelectual da organização, o quadro “Força de trabalho por nível de Escolaridade” evidencia potencial para desenvolvimento institucional e alcance dos resultados pretendidos, mormente diante da qualificação do quadro de pessoal — em que 86,35% possuem nível de escolaridade superior e 54,91% possuem pós-graduação (*lato e stricto sensu*)— e mediante investimento da Administração em ações de capacitação e de desenvolvimento organizacional, relatadas no item 8.1.2 - Qualificação e capacitação da força de trabalho, infra.



JFSP

De acordo com o Quadro 5 - Força de trabalho da JF3R, o número de “servidores de carreira vinculada ao órgão” na JFSP, em 31/12/2015, totaliza 4.334 servidores, correspondendo a 95,32% da lotação autorizada (4.547 servidores). A força de trabalho efetiva, considerando servidores de carreira vinculada ao órgão (4.334), servidores em exercício provisório (94), servidores requisitados de outros órgãos e esferas (47) e servidores comissionados sem vínculo (5), totaliza 4.480 servidores.

O andamento das nomeações do último concurso público, iniciadas em agosto de 2014, propiciou um incremento significativo na força de trabalho da JFSP durante o exercício de 2015, até o mês de dezembro, quando se findaram as últimas publicações, fazendo com que o quadro de lotação do órgão fosse preenchido quase que em sua totalidade nesse mesmo exercício.

Assim, considerando que a maioria das unidades jurisdicionais está com a força de trabalho completa e não está clamando por aumento em seus quadros para a área de gestão de pessoas, continua-se a acreditar que a quantidade de cargos autorizada está adequada à atual demanda. Todavia, há de se considerar também, para a melhora desse panorama, o ajuste na quantidade de pessoal realizado em diversas unidades de lotação decorrente de recentes reestruturações, aprovadas e já publicadas pelo CJF3R, as quais buscaram padronizar estruturas para corrigir distorções na relação demanda x força de trabalho.

Contudo, ressalte-se que a priorização da informatização, desburocratização e mapeamento dos processos de trabalho são imprescindíveis para a manutenção dessa visão. Caso contrário, rapidamente o balanço pode tender para o negativo, pois a demanda ao Poder Judiciário continua crescente.

Conforme se observa na tabela abaixo, quanto à força de trabalho por faixa etária na JFSP, observa-se maior representatividade entre os servidores de 41 a 50 anos de idade, com o acréscimo de 50 servidores em relação ao exercício de 2014. Quanto à faixa etária de 31 a 40 anos, permanece sendo a segunda maior em relação ao número total de servidores, com decréscimo de 31 servidores em relação ao exercício anterior. Na faixa etária até os 30 anos houve aumento de 75 servidores comparativamente ao exercício de 2014. Já nas faixas etárias de 51 a 60 anos e acima dos 60 anos, houve um aumento de 75 e 12 servidores, respectivamente, num total de 87 servidores.

Evidencia-se mais uma vez, dos dados coligidos, o envelhecimento da força de trabalho da UPC, conforme conclusão feita em 2014, reforçada pelos dados de 2015. É importante verificar que na faixa etária até os 30 anos de idade há 317 servidores e na faixa etária acima dos 51 anos há 1.014 servidores.

Tabela 16 – Força de trabalho por faixa etária na JFSP

FAIXA ETÁRIA	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
Até 30 anos	317	7,08%
31 a 40 anos	1445	32,29%
41 a 50 anos	1699	37,97%
51 a 60 anos	868	19,40%
Acima de 60 anos	146	3,26
TOTAL	4475	100,00%

(Fonte: Núcleo de Administração Funcional/JFSP)

A respeito dos números acima, ações que promovam a integração de profissionais de diferentes gerações dentro do órgão tornam-se urgentes para administrar essa realidade, fazendo com que as relações se deem da melhor forma possível, já que os mais novos podem usufruir da expertise dos mais antigos e esses, da inovação trazida pelos mais jovens.



JFMS

O quadro de pessoal efetivo da JFMS, em 31/12/2015, totalizou 319 servidores de carreira vinculada ao órgão, que representam 98,15% da lotação autorizada de 325 servidores.

Registra-se, para a mesma data, um ocupante de cargo em comissão sem vínculo com a Administração Pública, correspondendo a 0,31% do total dos servidores de carreira vinculada ao órgão, atendendo-se ao disposto no art. 5º, §7º, da Lei nº 11.416/2006 e ao art. 2º, §2º, da RES CNJ nº 88/2009.

Em 2015, foram providos 14 cargos, mediante nomeação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos efetivos na JF3R, restando, ao final do exercício, 9 cargos vagos. Dos 14 cargos, 13 foram utilizados para reposição de servidores desligados, por vacância, exoneração ou aposentadoria. Um cargo foi remanejado da JFSP, gerando um aumento real do quadro de vagas da JFMS de 324 para 325 servidores.

Os estudos para aumento do quadro de pessoal da UPC (Processos SEI 0001574-98.2014.4.03.8002, 0019821-70.2013.4.03.8002 e 0002424-55.2014.4.03.8002) revelam a necessidade de ampliação do quadro de pessoal das áreas fim e meio, pois a demanda é grande em relação à disponibilidade atual de pessoal e o nível de informatização do órgão, gerando grande carência de recursos humanos. No entanto, por meio do Processo SEI 0024330-73.2015.4.03.8000, houve o sobrestamento pelo CJF de todos os processos que versam sobre criação de Varas Federais, cargos efetivos, cargos e funções comissionadas.

8.1.1.4.b – Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

TRF3R

Estudos do CJF, referentes à criação de cargos, considera como parâmetro ideal a distribuição, entre área meio e fim, dos percentuais de 30% e 70%, respectivamente. No TRF3R, a distribuição da força de trabalho entre área meio (33,97%) e área fim (66,02%) está próxima dos parâmetros adotados no estudo.

Prioriza-se, na UPC, a ocupação de cargos comissionados e funções gratificadas por servidores de carreira vinculada ao órgão. Verifica-se, com base nos dados de 31/12/2015, que, do total de 235 cargos em comissão e 1222 funções gratificadas, 94,89% e 100%, respectivamente, são ocupados por servidores de carreira vinculada ao órgão, atendendo-se ao disposto no art. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/2006 e art. 2º, § 2º, da RES CNJ nº 88/2009.

JFSP

Em relação à distribuição da força de trabalho, este órgão dispõe, até o momento, de um cálculo matemático, baseado no número de processos em trâmite nas áreas finalísticas do órgão, que apura o número ideal de servidores nessas unidades de lotação. Esse estudo tem se mostrado eficiente em parte, contudo, não pode ser estático, sendo necessária a sua renovação com frequência ou de acordo com as necessidades apontadas pelas próprias áreas.

Vale mencionar que a produtividade também é afetada por outras intercorrências não previsíveis, como afastamentos frequentes de servidores, composição da própria equipe de trabalho e habilidade gerencial do líder.

Ainda em relação à distribuição, é relevante mencionar que, embora a maior parte das unidades tenha ficado satisfeita com a quantidade de servidores lotados após as reestruturações, há características específicas em algumas varas, como as especializadas e criminais, que não foram contempladas com um número diferenciado de servidores em sua força de trabalho.

Para a área meio, o expediente iniciado em 2014, que trata de proposta de fixação do quadro de lotação de pessoal ideal por unidade administrativa da administração central, terá andamento em 2016, com a realização de turmas do curso Bizagi. Com isso, espera-se corrigir



distorções nas diversas diretorias administrativas de fóruns e juizados.

Ademais, cabe mencionar que na área fim o número de cargos comissionados e funções de confiança parece estar compatível com a estrutura atual, todavia, em algumas unidades administrativas esses números mostram-se insuficientes, isso porque a cada dia há aumento de responsabilidades e demandas de trabalho para acomodação em estruturas precárias, que necessitariam de reformas. Atualmente, as áreas com alerta são: Licitações, Contratos, Folha de Pagamento, Financeiro e Administração Funcional.

Quanto ao número de servidores em cargos comissionados sem vínculo, a JFSP mantém 5 ocupantes de cargo em comissão sem vínculo com a Administração Pública, correspondendo a 0,1% do total dos servidores de carreira vinculada ao órgão, percentual este que atende aos limites fixados nos arts. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/2006, e 2º da RES CNJ nº 88/2009, que preveem provimento de pelo menos 50% dos cargos em comissão por servidores efetivos integrantes do quadro de pessoal.

JFMS

Não foi possível em 2015, devido à falta de pessoal para tanto, a definição do quadro de servidores das unidades judiciárias da JFMS, com base na metodologia estabelecida na RES CJF3R nº 594/2014, visando readequar e padronizar os quadros, com vistas a distribuir a força de trabalho entre as áreas fim e meio, de forma mais eficiente, inclusive em relação aos cargos comissionados.

8.1.1.4.c – Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

TRF3R

Em 2015 houve 52 aposentadorias, das quais 2 compulsórias, 7 por invalidez e 43 voluntárias. Ainda, 30,12% da força de trabalho de servidores da UG está concentrada nas faixas etárias entre 51 a 60 anos e acima de 60 anos, com expectativa de aposentadoria e, conseqüentemente, de perda de capital intelectual, a curto prazo.

Ante o acompanhamento dos servidores em licenças médicas prolongadas, estima-se que cinco deles poderão ter recomendação para aposentadoria por invalidez em 2016.

JFSP

No exercício de 2015, conforme consta do Indicador 4 (aposentadoria por invalidez), do item 8.1.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos, a JFSP contou com 59 aposentadorias.

Para o monitoramento das informações referentes às aposentadorias, o Setor de Qualidade de Vida do Núcleo de Saúde desenvolveu programa para gerenciar esse tipo de desligamento, o qual contribuirá para o planejamento estratégico de gestão de pessoas, em especial daquelas com idade ou alguma questão de saúde que resulte em aposentadoria.

Conforme conclusão efetivada em 2014, reforçada pelos dados de 2015, a força de trabalho do órgão está envelhecendo, assim como a realidade da população brasileira, situação que, se não enfrentada, poderá ser motivo de preocupação tanto do ponto de vista da perda do capital intelectual, como das relações e da manutenção da produtividade que essa população com mais idade poderá oferecer.

Além do envelhecimento natural, há de se considerar também o projeto de lei complementar que regulamentou a aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade para todos os servidores públicos da União, fato que aumentará ainda mais a faixa etária do órgão.

Com o intuito de trabalhar com a questão acima, entrará em vigor o Programa de Preparação para Aposentadorias, elaborado pelo setor de Qualidade de Vida do Núcleo de Saúde, atualmente em fase de revisão. Em tal Programa serão verificados vários dados, como por exemplo, quantos, quais e onde estão lotados os servidores com maior tempo de serviço e com idades mais



avanzadas, suas intenções de permanecerem no órgão, o acompanhamento do estado de saúde e o nível de qualidade de vida desse público, além de outros fatores que surgirem não vislumbrados no escopo do Projeto.

Ainda, um dado significativo para a análise de possíveis aposentadorias é o número e caracterização de servidores em abono de permanência, já apurado pelo Setor de Qualidade de Vida. Atualmente a JFSP possui 233 servidores em abono de permanência.

Tomando por base os dados gerais que nos apontam um total de 4.480 servidores, podemos perceber que a JFSP possui 5,20% de seus servidores ativos recebendo o percentual de abono de permanência, o que, em outras palavras, coloca-os em condições de solicitarem aposentadoria quando assim o desejarem.

Considerando que muitos destes servidores ocupam cargos gerenciais e detêm muito conhecimento acumulado acerca das rotinas do trabalho na JFSP e para que possa se dar a manutenção da força de trabalho no âmbito de todos os setores deste órgão, com qualidade na prestação de serviços e com capacidade de execução de todas as atividades respeitando necessidades e prazos a serem cumpridos, torna-se de extrema importância que os gestores administrativos identifiquem estes servidores e seu capital intelectual adquirido para a implantação de um Programa de Repasse do Conhecimento.

No tocante à faixa etária de 66 anos em diante, apesar de representar menos de 1% do total de servidores, é significativa por ter cumprido o requisito de idade para se aposentar.

Tabela 17 – Servidores acima de 66 anos em diante por sexo - JFSP

Sexo	Homens	Mulheres	Total
Estatutários	14	22	36

(Fonte: Relatórios Sistema Administrativo. Acessado em dezembro 2015)

Pode-se verificar na tabela acima que atualmente a JFSP possui 36 servidores acima de 65 anos. Este dado refere-se aos servidores estatutários com o requisito de idade cumprido para aposentadoria.

JFMS

As 10 aposentadorias ocorridas no exercício de 2015 não impactaram negativamente sobre a força de trabalho disponível, vez que se buscou, antecipadamente, a preparação dos substitutos. No entanto, devido aos limites estabelecidos na Lei nº 13.242/15 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e as orientações oriundas do CJF, o impacto será bastante negativo no exercício de 2016, pois não poderá haver provimento de cargos que gerar impacto financeiro, mormente aquelas em virtude de aposentadoria e de falecimento com geração de pensão. Nesse sentido, as reposições desses servidores aposentados, que não foram feitas em 2015, não poderão ser feitas em 2016, até ulterior deliberação.

8.1.1.4.d – Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na JF3R

TRF3R

Tabela 18 – Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível no TRF3R

Tipo de afastamento	Quantitativos
Cedidos	51
Removidos	49
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com exercício provisório.	10
Licença para Acompanhamento de Cônjuge sem exercício provisório.	08
Licença para Tratar de Assuntos Particulares	03



Tipo de afastamento	Quantitativos
Licença para Mandato Classista	02
Afastamento para Estudo no Exterior	00
TOTAL	123

Há déficit no número de servidores que ingressaram no quadro do TRF3R, vindos de outros órgãos (69), comparativamente ao número de servidores que se deslocaram para atuar em outros órgãos (110 servidores, sendo 51 cedidos + 49 removidos + 10 lotação provisória). Quanto aos magistrados, houve remoção de seis magistrados de primeiro grau para a JF4R, somente uma delas por permuta, contribuindo para o cenário de sobrecarga de trabalho dos magistrados em atividade, relatado no item “a”, supra.

JFSP

Tabela 19 – Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na JFSP

Tipo de afastamento	Quantitativos
Cedidos	63
Removidos	120
Licença Não Remunerada	18
Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo	01
Lotação provisória	11
TOTAL	213

O número de servidores afastados que reduziram a força de trabalho em 2015 alcançou 213 pessoas. Tal situação prejudica determinadas unidades pelo fato de a vaga correspondente permanecer presa no local de lotação em que se encontram os servidores em prestação de serviços em outros órgãos.

Assim, diante da crescente demanda pelos serviços da Justiça e metas a serem cumpridas, cada vez com maior rigor, controle e rapidez, qualquer déficit na força de trabalho causa impacto negativo com o acúmulo de trabalho. Como ainda não há meios para evitar tais situações, pois os afastamentos são previstos em leis e beneficiam servidores com novas oportunidades de trabalho, com gratificações e até em questões de saúde própria e dos familiares, o órgão convive com essa situação.

Vislumbra-se sanear parte dessa questão com atrativos possíveis de colocar prática, tais como a implantação do trabalho a distância e do programa de gestão por competências, o qual apontará os servidores com competências, habilidades e atitudes adequadas a assumirem postos gerenciais.

Tratando ainda de tal redução na força de trabalho, atualmente há um déficit de 72 servidores no número dos que ingressaram no quadro da JFSP, vindos de outros órgãos, que totalizaram 141 (89 removidos + 52 cedidos), comparativamente ao número de servidores que se deslocaram para atuar em outros órgãos, num total de 213 servidores. Em 2014, o resultado negativo foi de 24 servidores, aumentado em 48 servidores no exercício de 2015.

Pelo exposto, entende-se que a atenção a ser dada na questão é de não permitir que esse quadro piore crescentemente, ano a ano, para que não afete a produtividade do conjunto, já que em determinadas unidades que vivenciam essa situação não há o que fazer imediatamente até o retorno de seus respectivos servidores aos locais de origem ou até que haja a liberação de tais vagas por redistribuição ou remoção de ofício, quando for o caso.

JFMS

Situação verificada na JFMS é o número de servidores afastados por motivo de saúde, por períodos curtos ou longos, que reduzem a força de trabalho, impactando negativamente



nas atividades desenvolvidas nas suas unidades de lotação (vide quadro abaixo). O quadro de pessoal já é reduzido na JFMS e essas licenças, principalmente as prolongadas, potencializam a já instalada carência de servidores.

Tabela 20 – Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na JFMS

Tipo de afastamento	Número de Servidores	Número de Requerimentos	Total de dias perdidos	Média de dias concedidos por servidor
Afastamentos Longos	8	13	1207	150,87
Afastamentos Curtos	161	473	1170	7,26

8.1.2 – Qualificação e capacitação da força de trabalho

(Fonte: EMAG, SEGE, Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP e Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos/JFMS)

TRF3R

EMAG

Seguindo as diretrizes de órgãos superiores, principalmente, a ENFAM, o CJF, o CEJ, o CNJ, além das necessidades apresentadas pelos magistrados lotados na JF3R, a EMAG atua na formação inicial e na formação continuada de magistrados (em vitaliciamento ou em aperfeiçoamento). Quando pertinente, também na formação continuada de servidores. Em casos específicos, como em eventos abertos ao público, na formação continuada de terceiros. Essas ações de formação podem ser desenvolvidas em nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância.

Consoante Anexo XV - Qualificação e capacitação da força de trabalho, a EMAG realizou 35 ações de capacitação de força de trabalho, sendo 19 na modalidade presencial (54,28 % das ações) e 16 em EAD (45,72 % das ações). Em 2015, foram capacitados 2.283 participantes, sendo 1.629 servidores (71,35%), 326 participantes externos (14,27%) e 328 magistrados (14,36%). Dentre estes, 75 foram juízes federais substitutos em vitaliciamento (22,87%) e 253 foram de juízes federais e desembargadores em aperfeiçoamento (77,13%). Os Cursos de Formação Continuada atingiram 100% de aproveitamento, pois os 328 magistrados lograram aprovação.

Para fins de aprovação, são utilizados os critérios de frequência e/ou de aproveitamento. Exige-se a frequência mínima de 75% em eventos presenciais. O acesso a todos os módulos, em eventos a distância, indica a frequência integral, não sendo permitido o acesso parcial aos conteúdos. Quanto ao aproveitamento, como a própria ENFAM impõe a apresentação de trabalho escrito pelos magistrados participantes, ou a sua avaliação, ao final de cada ação de capacitação, exige-se a nota mínima 7,0 (sete) para aprovação, em qualquer modalidade.

SEGE

No TRF3R, há potencial favorável para o desenvolvimento institucional e alcance dos resultados planejados, evidenciado pela qualificação do quadro do seu pessoal. Dos 1804 servidores de carreira vinculada ao órgão, 86,09% (1553) têm nível de escolaridade superior. Dentre estes, 63,49% (986) têm pós-graduação *lato sensu*; 1,80% (28) mestrado, e 0,39% (6) doutorado.

A título de exemplo, no exercício de 2015 foram concedidos 59 Adicionais de Qualificação de pós-graduação, além dos já pagos pelo Órgão. Dos 1132 servidores vinculados ao órgão que estão lotados em unidades com macroprocessos finalísticos da UPC, somente 127 (11,21%) não apresentaram nível de escolaridade superior, o que não significa necessariamente que não tenham a formação.

No que atine ao investimento da Administração em ações de capacitação e de desenvolvimento organizacional, buscou-se equacionar as oportunidades de capacitação otimizando



o orçamento disponível, a fim de promover o constante desenvolvimento das competências e capacidades individuais e organizacionais, na busca pela excelência dos serviços prestados pela UPC, no cumprimento de sua missão institucional.

Foram elaborados planos anuais de capacitação para as áreas de TI, CI e para os gestores e fiscais de contratos. Em relação às demais áreas, foram oferecidos cursos, nas modalidades presencial e a distância, e realizadas ações detalhadas no Anexo XV.

Houve incremento dos cursos oferecidos na modalidade de instrutoria interna, bem como do Banco de Talentos da 3ª Região, que conta com 84 servidores cadastrados, e, destes, 17 ministraram 106 cursos com o número total de 1.147 oportunidades de capacitação, o que equivale a 57,70% do total de oportunidades de capacitação disponibilizadas.

Destaque-se, no exercício de 2015, a continuidade do Programa de Incentivo à Especialização para servidores do TRF3R, com a concessão de 18 bolsas de estudo e continuidade de pagamento a beneficiados em programas anteriores. Desde 2008, ano de implantação do referido programa, foram concedidas 547 bolsas de estudo, sendo 532 para cursos de pós-graduação *lato sensu*, 11 mestrados e 04 doutorados.

Por sua vez, o estabelecimento de parcerias com áreas estratégicas para elaboração, divulgação e manutenção de tutoriais relativos a sistemas informatizados, como parte integrante da estratégia de implantação e suporte, atingiram 1.169 inscrições.

Em 2014, foi editada a RES CJF nº 294, trazendo significativas alterações para a promoção de cursos internos e pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso aos servidores, exigindo a reestruturação e consequente aprimoramento de procedimentos internos.

Em 2015, além da Reciclagem Anual para atividade de segurança, destaca-se o curso “Gerenciamento de Distúrbios e Crises”, realizado com 27 participantes, com o objetivo de dotar o agente de conhecimentos, técnicas e habilidades específicas desta área.

Ressalte-se, outrossim, o apoio concedido ao Gabinete da Conciliação para realização do curso de Formação de Conciliadores, que reuniu 77 participantes, dentre servidores e voluntários (público externo).

Houve ações de capacitação vinculadas aos projetos estratégicos da 3ª Região e que constavam do Plano Anual de Capacitação da Área de Tecnologia da Informação em 2015, todas elas especificadas no Anexo XV do presente documento.

Como consequência das ações de capacitação realizadas em 2015, houve continuidade e aprimoramento dos programas de ambientação, aperfeiçoamento e especialização; manutenção do Programa de Desenvolvimento Gerencial em consonância ao PE da JF3R; manutenção dos cursos oferecidos na modalidade de instrutoria interna; abertura de novo processo seletivo no Programa de Incentivo à Especialização e, ainda, manutenção da grade específica de eventos para a área de TI, que correspondeu a 11,64% das ações de capacitação do exercício.

Quanto aos cursos externos, sistematizou-se a contratação da modalidade *in company* a partir do exercício de 2014, mediante consulta prévia às áreas para definição mais precisa do número de participantes e de turmas a serem contratadas. Essa política foi mantida e aprimorada no exercício de 2015.

Além do aprimoramento logístico, esse procedimento visa a otimização orçamentária e equacionar as áreas prioritárias, pois o levantamento exige do gestor a inserção dos seguintes dados: quantidade de vagas pretendidas; quantidade mínima de vagas necessárias, nomes dos indicados; justificativa para participação no curso; prejuízos decorrentes da não participação no curso.

Dentre os fatores que influenciam na distribuição de vagas, por curso, entre os setores, destacam-se os seguintes: número de servidores que trabalham com a matéria; número de servidores ainda não capacitados no assunto; número de novos servidores na área; disponibilidade dos servidores interessados na participação no evento.

Assim, a estimativa inicial de participações por evento, feita com base nas atribuições das áreas e sua relação com a temática do curso, é reajustada em contato direto com os



setores, em uma interação dinâmica, que ultrapassa modelos baseados em técnicas quantitativas de estimação, nos termos do art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/1993.

Apesar dos benefícios dessa mudança de procedimentos, a necessidade de levantamento adia o início do processo de contratação, fazendo com que a unidade de recursos humanos tenha de trabalhar com possibilidades de datas, no momento da oferta do curso, que algumas vezes não se confirmam.

Em que pesem as dificuldades, foram equacionadas as oportunidades de capacitação, a fim de manter o desenvolvimento de competências individuais e o alcance da estratégia, conforme quadro abaixo:

Tabela 21 – Total de servidores capacitados nas competências estratégicas

Temas Estratégicos	2015
Total de servidores (de carreira e sem vínculo com a Adm. Pública)	1883
Total de servidores capacitados	1060
Percentual de servidores capacitados	56,29%
Total de servidores capacitados em temas estratégicos	367
Percentual de servidores capacitados em temas estratégicos, dentre o total de servidores	19,49%
Percentual de servidores capacitados em temas estratégicos, dentre o total de servidores capacitados	34,62%

JFSP

As ações de capacitação ofertadas pela JFSP guardam correlação com o desenvolvimento das competências estabelecidas pelo CJF e com as necessidades de treinamento voltadas para atendimento dos objetivos estratégicos integrantes do Planejamento Estratégico 2015/2020. No exercício de 2015, foram contempladas tanto a área de negócio, como as áreas técnica e administrativa, sendo ofertadas 95 ações educacionais com 2.579 participações em cursos, conforme Anexo XV. As ações gerenciais atenderam a 276 gestores da JFSP com 30h de capacitação gerencial. O Programa de Desenvolvimento Gerencial terá continuidade em 2016, objetivando atingir 100% dos gestores. As ações nas modalidades a distância ou semipresenciais resultaram na capacitação de 1.216 servidores, com impacto positivo na economia de recursos e na facilitação de acesso do servidor a um leque maior de ações educacionais.

Por sua vez, todos os agentes de segurança da JFSP que percebem Gratificação por Atividade de Segurança – GAS realizaram Programa de Reciclagem Anual e Teste de Aptidão Física, e 99% dos servidores recém-ingressos passaram por Curso de Ambientação para Novos Servidores.

Vale consignar que, em 2015, foi iniciado o Programa de Capacitação em Gestão de Riscos com a capacitação de 84 gestores das áreas jurídica e administrativa, com previsão de capacitação de 100% dos gestores em 2016.

Por fim, com relação ao tema da Sustentabilidade, foram capacitados 352 servidores como agentes multiplicadores, por meio do curso online “Água e Energia: Reflexão e Ação” e da palestra “Sustentabilidade e o Futuro do Brasil”, com a divulgação das ações da JFSP na agenda do MMA e o fomento de reflexões, debates e ações sobre a matéria.

JFMS

As competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, de maneira geral, são compatíveis com a qualificação do pessoal disponível, possuindo, a maior parte dos servidores, pós-graduação em suas respectivas áreas de formação.

Foi realizado levantamento de necessidades de treinamento junto às unidades de trabalho em 2014, bem como por indicação dos próprios setores, tanto na área fim como na área meio, que foram sendo desenvolvidas no exercício de 2015.

A avaliação de reação é o único instrumento utilizado após o término dos



treinamentos, sendo que, através dela, pôde ser verificada que as demandas dos cursos foram atendidas de forma satisfatória. No entanto, ainda não existe indicador que identifique demais resultados na força de trabalho da JFMS.

A principal dificuldade encontrada nos eventos de capacitação, no que se refere à finalização do curso, refere-se aos cursos a distância, visto que, mesmo após a prorrogação do prazo para o término do curso, alguns alunos não concluíram o treinamento por não atingirem a frequência mínima para certificação, além de, na área fim, praticamente, são os mesmos servidores que participam dos cursos ofertados.

O quadro das ações de capacitação desenvolvidas na JFMS no exercício de 2015, consta do Anexo XV.

Foi dado enfoque, em relação à área meio, aos treinamentos para servidores que atuam diretamente na fiscalização e gerenciamento de contratos administrativos, principalmente, em razão da aprovação do Manual de Fiscalização de Contratos da JF3R, através da RES TRF3R nº 433, de 07 de julho de 2015. Destacaram-se também treinamentos na área gerencial, com enfoque em gestão de pessoas. Para a área fim, os temas foram definidos por meio de sugestões das unidades, devido a alterações na legislação, como no Código de Processo Civil e na legislação previdenciária, visando atender as atividades de competência da JF de 1ª grau.

Algumas demandas identificadas não puderam ser atendidas, notadamente, pela limitação estrutural e orçamentária para a realização dos cursos, a exemplo, informática instrumental e programas de qualidade de vida direcionados aos servidores.

Também houve dificuldade na realização de cursos presenciais na Seção Judiciária, pois não há sala de treinamento adequada. Assim, buscaram-se órgãos parceiros que, quando possível, cedem suas salas de treinamento, para realização dos cursos presenciais. Caso estritamente necessário, utiliza-se o Auditório, visto que é ocupado constantemente para realização de videoconferências.

Destarte, os eventos de treinamentos ofertados foram aquém da real necessidade da força de trabalho. Para reduzir as dificuldades na promoção de eventos de capacitação, buscou-se ampliar a comunicação na JFMS, quanto aos cursos e treinamentos externos.

8.1.3 – Demonstrativo das despesas com pessoal

O demonstrativo das despesas com pessoal consta do Anexo XVI deste Relatório de Gestão.

8.1.4 – Irregularidade na área de pessoal

Não houve constatação de irregularidades relacionadas a pessoal, no âmbito da JF3R, no exercício de 2015.

8.1.4.1 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

(Fonte: SEGE, Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

8.1.4.1.a – Controles internos implementados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos; periodicidade de revisão e propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência

Adotam-se, na JF3R, os seguintes controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:



TRF3R

1) No momento do ingresso dos magistrados e servidores: inclusão, no edital do concurso público, de dispositivo que determina a apresentação, na data da posse, de pedido de exoneração, se o candidato já for servidor público, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e quanto ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos; e emissão do extrato da RAIS, pelas áreas de gestão de pessoas, para verificação da informação prestada na declaração.

2) Anualmente: prestação de nova declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e quanto ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos, por meio de rotina informatizada, que possibilite a anexação do extrato da RAIS pelo próprio interessado — servidores e magistrados — com vistas à verificação da informação prestada na declaração.

Em dezembro de 2013, aludido cadastramento passou a ser realizado por meio de sistema informatizado.

As áreas de gestão de pessoas cotejam, por amostragem, as informações prestadas pelos servidores e magistrados, com extratos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e dados dos Sistemas Cadastro Nacional de informações Sociais-CNIS/ PLENUS, do INSS.

O Sistema CNIS permite consulta à base de dados nacional que contém informações cadastrais de trabalhadores empregados e contribuintes individuais, empregadores, vínculos empregatícios e remunerações. O Sistema PLENUS possibilita a consulta de informações cadastrais dos beneficiários da Previdência Social, inclusive vencimentos, além de dados técnicos sobre os benefícios concedidos.

A consulta à RAIS, importante instrumento de coleta de dados, que trata dos vínculos empregatícios da administração pública e privada, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em seu sítio na *internet*, mediante indicação do número do PIS/PASEP dos trabalhadores, mostra-se o modo mais adequado à consulta *online* dos vínculos empregatícios dos cidadãos.

Em 04/11/2014, foi firmado o Termo de Sigilo nº 002/2014, entre TRF3R e MTPS, visando ao acesso às informações constantes da RAIS, disponibilizadas por esse Ministério (Diário Eletrônico da JF3R nº 205, de 11/11/2014, e Diário Oficial da União nº 218, de 11/11/2014, Seção 3, pág. 190, Processo SEI 0021329-51.2013.4.03.8000).

Está em elaboração, na UPC, ato normativo com o fito de padronizar procedimentos, no âmbito da JF3R, em relação à identificação e regularização de possíveis acumulações de cargos, empregos e funções públicas (Processo SEI 0017484-74.2014.4.03.8000).

Quanto aos magistrados que receberam proventos de aposentadoria de outros órgãos e não encaminharam demonstrativos desses pagamentos, foram expedidos ofícios aos respectivos órgãos de origem, solicitando cópias dos demonstrativos referentes ao mês de junho de 2006, bem como dos demais meses em que tenha havido variação desses valores (Processo SEI 0003135-66.2014.4.03.8000).

JFSP

O Núcleo de Administração Funcional averigua possíveis acúmulos indevidos de cargos, funções e empregos públicos por ocasião da averbação de tempo de serviço, quando for constatada a concomitância de prestação de serviço em órgãos públicos diferentes relativamente a um mesmo período.

Os casos de acúmulo de cargo por servidor ativo, sem o devido desligamento, são encaminhados à Diretoria do Foro, para apreciação e abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, analisa-se a compatibilidade dos horários de trabalho, com base nos documentos apresentados pelo servidor, em que conste a carga horária nos outros órgãos, certificando-se no respectivo Processo SEI a legalidade do acúmulo.



JFMS

Adotam-se os mesmos controles internos do TRF3R (anualmente e no momento do ingresso dos magistrados e servidores), com a finalidade de detectar possível acúmulo ilegal de cargos, funções e empregos públicos.

8.1.4.1.b – Existência e quantitativo de servidores e magistrados que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da UPC e providências adotadas para regularizar a situação, tomando-se como parâmetro o art. 133, da Lei 8.112/1990.

TRF3R

No que atine aos servidores do TRF3R, da análise dos dados apresentados no exercício de 2013 (Processo SEI 0000801-59.2014.4.03.8000), há três situações pendentes de regularização, a saber:

1) esclarecer se a certidão expedida pela Divisão de Folha de Pagamento, no que se refere ao exame da obediência ao teto remuneratório, abarca as situações de múltiplas fontes remuneratórias detectadas por ocasião da Manifestação DAJU 0610588;

2) irregularidade de inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP da servidora Érica Araújo Batista Leal Coelho: não consta dos autos que tal questão tenha sido solucionada. Caberá à servidora informar ao TRF3R o número correto de sua inscrição ativa no PASEP, para retificação de seu cadastro funcional e para preenchimento anual das informações da RAIS pelo órgão. Para tanto, a servidora será intimada para cumprir tal diligência;

3) o servidor Luiz Fernando de Barros Vidal, cedido à Seção Judiciária de Minas Gerais, apresentou a declaração de acumulação de cargo e teto constitucional, mas, embora notificado, não juntou os contracheques relativos aos valores pagos por aquela seccional. Para tanto, será intimado a cumprir tal diligência.

Em relação aos magistrados, da análise dos dados apresentados no exercício de 2015, não foi constatado nenhum caso de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

JFSP

No exercício de 2015, houve análise conclusiva pela inexistência de acúmulo ilegal de cargos, funções e empregos públicos e, conseqüentemente, pela compatibilidade de horários de trabalho.

JFMS

No final do exercício de 2014, observou-se na JFMS que todos os servidores já haviam efetuado a declaração relativa ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos.

Das declarações positivas apresentadas em 2015, averiguou-se que não caracterizaram acumulação ilícita de cargos, funções e empregos públicos. Não há, portanto, casos de acúmulo irregular de cargos, funções e empregos públicos na SJMS.

Em 2015 foi oportunizado o acesso, aos servidores da área de recursos humanos da JFMS, aos Sistemas CNIS/PLENUS do INSS.

Até o presente momento, todavia, ainda não foi possível a verificação, por amostragem, das informações prestadas pelos servidores e magistrados com os dados constantes dos mencionados sistemas.

Ressalte-se que, elaborados os pedidos de aposentadoria, as averbações de tempo de serviço são revistas, ocasião em que eventuais inconsistências são detectadas, pois diversas averbações são antigas. Nessas hipóteses, o processo é instruído e submetido à Diretoria do Foro, que decidirá quanto à legalidade da acumulação.



8.1.4.2 – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD, item 3.4

Itens 11.4.6 e 11.4.7 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Avaliação do Sistema de Controles Internos Administrativos relativos à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, Processo SEI nº 0009370-49.2014.4.03.8000)

Foi realizada, em cumprimento ao PAA 2015, aprovado pela RES PRES/TRF3R nº 411/2014, ação de monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria DAUD nº 0483816, registrada nos itens 6 e 7 do Anexo I do Relatório de Monitoramento nº 1593285, conclusivo pela implementação, pelas unidades auditadas, das propostas relativas à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.

Verificou-se ainda, adoção de medidas para edição de ato normativo a fim de padronizar procedimentos e disciplinar a obrigatoriedade de recadastramento e de análise periódica relativos à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos por magistrados e servidores da JF3R.

8.1.4.3 – Terceirização irregular de cargos

(Fonte: SEGE, SETI, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

8.1.5 – Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

(Fonte: SEGE, SETI, SCAJ, Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R, Divisão de Procedimento e Coordenação/TRF3R, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

TRF3R

Verifica-se, da Tabela 14 – Força de trabalho por faixa etária no TRF3R, do item 8.1.1.4.a – Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da UPC, supra, que as faixas etárias de 51 a 60 anos e acima de 60 anos de idade, com expectativa de aposentadoria a curto prazo, totalizam 567 servidores, número que representa 30,11% da força de trabalho do TRF3R e sinaliza a perda de capital intelectual da organização. Alia-se a este fato, a ausência de perspectiva de reajuste da Tabela de Remuneração dos Cargos dos Quadros de Pessoal do Conselho e da JF de Primeiro e Segundo Graus. A última parcela de reajuste prevista na Lei nº 12.774/2012 foi implementada em janeiro de 2015, sinalizando possíveis desligamentos de servidores, bem como desinteresse dos candidatos habilitados em concurso público na assunção dos cargos quando nomeados (índice que atingiu 30% no TRF3R em 2015).

Ademais, em 31/12/2015, o TRF3R contava com 1804 cargos providos, dos quais 1250 servidores estavam na última Classe/Padrão, ou seja, 69,29% na classe “C”, Padrão 13, não havendo, para estes servidores, perspectiva de ascensão na carreira.

Em 2015, com a realização da pesquisa de desligamento foi possível mapear os motivos ensejadores dos desligamentos e levantar dados que subsidiarão ações para mitigar os riscos de perda de pessoal. Os dados da pesquisa de desligamento realizada em 2015 constam do Indicador 3 (rotatividade - *turnover*), do item 8.1.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

No tocante à área de TI, entre 2011 e 2013 houve perda na ordem de 10% da força total de trabalho. Parte significativa desses servidores ingressou em outras carreiras públicas em busca de melhores salários e oportunidades. A partir de setembro de 2014 foram lotados 13 novos Analistas e Técnicos Judiciários, Área Apoio Especializado – Especialidade Informática. Destaque-



se que, das 11 vagas disponíveis para Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Informática, apenas 8 foram efetivamente lotadas, não havendo candidatos remanescentes na lista de aprovados.

Quanto aos magistrados, a defasagem no quadro da UPC enseja recorrentes acúmulos de varas. A fim de mitigar esse risco, a Administração busca suprir o quadro deficitário de Juízes Federais Substitutos, o que se verifica, em 2015, pela abertura do XVIII Concurso Público para Provisão de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região, para o preenchimento de 115 vagas existentes, consoante edital disponibilizado no Diário Eletrônico da JF3R, edição nº 212/2015, de 17 de novembro de 2015. Há estudo para abertura de Concurso de Remoção Externa de Juízes Federais Substitutos, com o objetivo de atrair para o TRF3R magistrados de outras Regiões da JF, a fim de aumentar a força de trabalho.

JFSP

Evidencia-se, na JFSP, o risco de perda da sua força de trabalho. Conforme levantamento feito por ocasião dos atendimentos efetuados no Setor de Psicologia Organizacional da JFSP, verifica-se que os desligamentos de novos servidores, que representaram 45% do total de desligamentos, decorreram de oportunidades de trabalho mais atrativas para o servidor ou em função de planejamentos pessoais, não podendo ser estabelecida correlação entre tais desligamentos e a insatisfação com aspectos do ambiente e estrutura de trabalho da Instituição.

Em 2015, o contingente de servidores recebendo abono de permanência passou de 213 para 233, o que representa aproximadamente 5,20% dos 4.480 servidores da JFSP. A aposentadoria desses servidores pode ensejar, no curto prazo, perda de capital intelectual da Instituição, sem perspectiva de reposição imediata.

JFMS

Evidencia-se o início de um processo de aposentadorias na JFMS, considerando a faixa etária e o tempo de serviço de vários servidores do quadro (52 servidores entre 51 a 60 anos e 10 servidores entre 61 a 70 anos, representando 14,69% do quadro).

A perda da força de trabalho também é esperada. Servidores mais novos e os recém-ingressos, altamente qualificados, continuam participando de concursos públicos e, muitas vezes, estão na expectativa de serem nomeados para outros órgãos, com remuneração mais atraente. Ademais, há 15 servidores da JFMS (representando 4,24% do quadro) recebendo abono de permanência e que, no curto prazo, poderão aposentar-se.

8.1.6 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

(Fonte: SEGE, UBAS, Subsecretaria de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional/TRF3R, Divisão de Ingresso, Afastamento e Frequência/TRF3R, Comissão Permanente de Sindicância/TRF3R, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP, Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas/JFSP, Núcleo de Administração Funcional/JFSP, Núcleo de Saúde/JFSP, Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP, Núcleo de Recursos Humanos/JFMS, Seção de Benefícios e Assistência Social/JFMS, Prontuários médicos e relatórios de licenças médicas do sistema e-GP e Processo SEI nº 0012043-49.2013.4.03.8000)

Conforme exposto no relatório de gestão do exercício anterior, em 2015 foram analisados os indicadores gerenciais de RH reavaliados e definidos pelo Grupo de Estudos constituído pela PORT PRES/TRF3R nº 7.227, composto por representantes de Gestão de Pessoas e demais áreas estratégicas do TRF3R, JFSP e JFMS. São eles: 1) Absenteísmo; 2) Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais; 3) Rotatividade (Turnover); 4) Aposentadoria por Invalidez; 5) Jornada de Trabalho; 6) Disciplina e 7) Educação Corporativa.

A descrição, mensuração de resultados e análises quantitativa e qualitativa relativas dos indicadores gerenciais de RH no exercício de 2015, constam do Anexo XVII - Indicadores



gerenciais sobre RH.

8.1.7 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

8.1.7.1 – Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Os quadros relativos aos contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade, constam do Anexo XVIII.

8.1.7.2 – Análise crítica

Em relação aos contratos detalhados no Anexo XVIII, registram-se, no TRF3R e na JFSP, as seguintes ocorrências no exercício de 2015 e providências adotadas:

TRF3R

Contrato 04.015.10.11 (Processo SEI 0001154-65.2015.4.03.8000)

Ocorrência: apuração de falta contratual em decorrência de pagamento de cesta básica aos funcionários em valor inferior ao estipulado em convenção coletiva de trabalho. Providência adotada: aplicação de penalidade de multa contratual no valor de R\$ 5.053,75.

JFSP

Contrato 04.498.10.11 (Processo SEI 0004117-43.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual no valor de R\$ 10.261,56, em decorrência da falta de cobertura de postos.

Contrato 04.499.10.11 (Processo SEI 0000919-95.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual no valor de R\$ 1.836,38, em decorrência da ausência de cobertura do posto de limpador de vidros no período de 18/12/2014 a 07/01/2015 e não encaminhamento à fiscal do contrato de cópia da CTPS devidamente regularizada da colaboradora Berenice; atrasos na entrega dos uniformes das colaboradoras Berenice e Rosana; atrasos no encaminhamento do encaminhamento à fiscal do contrato do exame admissional da colaboradora Angélica Carvalho Horácio Trosdolfo, bem como dos contratos de trabalho das funcionárias Patrícia Aparecida da Silva e Rosana Soares de Souza; atraso na conclusão dos serviços de jardinagem; não cobertura das ausências da auxiliar de limpeza Vera Lúcia, no período de 02/02/2015 a 18/02/2015, e da encarregada Jocélia, no período de 04/02/2015 a 09/02/2015.

Contrato 04.501.10.11 (Processo SEI 0004004-89.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual no valor de R\$ 3.200,67, em decorrência do desvio de posto de limpador de vidros e auxiliar de limpeza para execução dos serviços esporádicos de jardinagem.

Contrato 04.503.10.11 (Processo SEI 0006602-16.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual no valor de R\$ 1.308,35, em decorrência da falta de cobertura do posto de Auxiliar de Limpeza no Fórum de Jales.



Contrato 04.579.10.13 (Processos SEI 0006270-83.2014.4.03.8001 e 0008431-32.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação das seguintes penalidades:

I) multa contratual no valor total de R\$ 666,38, em decorrência de descumprimento dos itens 1 e 5 da Cláusula Oitava do Contrato e dos itens 17.3 e 19.1 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2013, , relativos ao faturamento.

II) multa compensatória, no valor total de multa contratual no valor total de R\$ 288,33, correspondente a 1% do valor mensal atualizado do Contrato, pelo fato de a Contratada ter enviado cartas a seus empregados, sem o conhecimento desta Administração, orientando-os a informar ao público do Fórum Criminal, do Fórum de Execuções Fiscais e do Fórum Cível, domicílio bancário diverso daquele previsto no contrato para o pagamento das custas referentes às cópias extraídas naqueles Fóruns.

Contrato 04.594.10.14 (Processos SEI 0015575-91.2014.4.03.8001 e 0027525-97.2014.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação das seguintes penalidades:

I) multa contratual no valor total de R\$ 38.669,10, composta da seguinte forma: a) multa de R\$ 3.587,36, pelo expressivo número de faltas em diversas localidades, de acordo com o item 1, alínea “b”, subitem 6, da Cláusula Décima Sétima (Das Penalidades); b) multa de R\$ 3.391,53 pelo fornecimento com atraso ou incompleto do material/equipamentos previsto por unidade e pela não entrega dos armários para funcionários no JEF de São Paulo, com fulcro no item 1, alínea b, subitem 8 e no item 1, alínea “b.1”, da Cláusula Décima Sétima (Das Penalidades), composto pela soma das seguintes multas: R\$ 1.411,13 para o Fórum Pedro Lessa, R\$ 1.650,85 para o JEF de São Paulo e R\$ 329,55 para o Fórum de São Bernardo do Campo; c) multa de R\$ 885,58 por deixar de atender os prazos estabelecidos pela Contratante para a apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do contrato (Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos), com base no item 1, alínea b, subitem 9, da Cláusula Décima Sétima (Das Penalidades); e d) multa de R\$ 30.804,63, pelo atraso no fornecimento dos uniformes, com base no item 1, alínea b, subitem 15, da Cláusula Décima Sétima (Das Penalidades), composto pela soma das seguintes multas: R\$ 9.170,19 para o Fórum Pedro Lessa, R\$ 6.511,43 para o JEF de São Paulo, R\$ 3.077,01 para o Fórum de Santo André, R\$ 3.808,35 para o Fórum de Mauá, R\$ 6.593,59 para o Fórum de São Bernardo do Campo, R\$ 1.644,06 para a Sede Administrativa – Peixoto Gomide.

II) multa contratual total no valor de R\$ 16.059,39, composta pelas seguintes multas: a) multa no importe de R\$ 4.933,52, decorrente do não cumprimento do dever de apresentar, trimestralmente, cópia autenticada da análise microbiológica da água; b) multa na importância de R\$ 11.125,87, em razão da não apresentação da cópia da apólice de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, referente aos meses de Maio, Junho, Agosto, Setembro e Outubro/2014, referente a todas as localidades, com exceção do JEF de São Paulo (somente agosto, setembro e outubro/2014).

Contrato 04.598.10.14 (Processos SEI 0021264-19.2014.4.03.8001, 0021264-19.2014.4.03.8001 e 0027896-61.2014.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação das seguintes penalidades:

I) advertência, pelas seguintes faltas contratuais: a) atrasos na entrega de parte dos uniformes dos colaboradores dos Fóruns de Americana, Avaré, Campinas, Juizado Especial de Campinas, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Registro, Santos, São João da Boa Vista e Sorocaba; b) pela demora em fornecer os crachás com foto para alguns dos funcionários dos Fóruns de Sorocaba, Santos, Piracicaba e Avaré.

II) multa contratual total de R\$ 105.116,16, composta pelas seguintes multas: a) R\$ 42.356,16, decorrente do atraso ou não pagamento de salários e benefícios nas seguintes localidades: Avaré (R\$ 136,05), Fórum de Campinas (R\$ 4.015,98), Guaratinguetá (R\$ 2.941,83),



Registro (R\$ 549,24), Santos (R\$ 28.552,39), São João da Boa Vista (R\$ 436,76), São José dos Campos (R\$ 756,83), Taubaté (R\$ 4.132,61) e Limeira (R\$ 834,47); b) R\$ 3.778,44, pelo expressivo número de faltas dos colaboradores da Contratada nos meses de maio, junho e julho de 2014, nos Fóruns de Campinas, Piracicaba e Santos; c) R\$ 2.797,33, decorrente da soma das multas referentes ao atraso no fornecimento dos materiais, bem como fornecimento de materiais em desconformidade ao Termo de Referência, como segue: Americana (R\$ 371,33), Avaré (R\$ 798,58), Jundiaí (R\$ 312,73), Mogi das Cruzes (R\$ 367,15), Piracicaba (R\$ 380,00) e Santos (R\$ 567,54); d) R\$ 51.405,48, decorrente da soma das multas referentes ao expressivo atraso para o fornecimento dos uniformes dos funcionários dos Fóruns de Bragança Paulista (R\$ 25.576,62) e Taubaté (R\$ 25.828,86); e) R\$ 3.436,88, em razão da contratação de seguro de vida para os 38 postos de telefonistas ter ocorrido somente em 13/08/2014, embora o contrato tenha tido início em 21/05/2014; f) R\$ 1.341,87, pela não apresentação/não cumprimento dos prazos para apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do Contrato (Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos), em diversas localidades integrantes do Contrato.

III) multa contratual no valor de R\$ 1.105,30, em razão da ausência de cobertura do posto de auxiliar de serviços gerais do Fórum de Mogi das Cruzes por 19 dias no mês de setembro de 2014.

Contrato 04.597.10.14 (Processos SEI 0022027-20.2014.4.03.8001, 0004051-63.2015.4.03.8001)

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de advertência, pelas seguintes faltas contratuais: a) atrasos para a entrega dos uniformes dos colaboradores dos Fóruns de Araçatuba, Tupã, Jales, Ourinhos, São José do Rio Preto, Andradina, Jaú, Marília e Presidente Prudente; b) demora em fornecer os crachás com foto para alguns dos funcionários dos Fóruns de Araçatuba, Tupã, Ribeirão Preto, Bauru, Ourinhos, Assis, Catanduva, Franca, Jales e Jaú.

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual total de R\$ 83.700,49, composta da seguinte forma: a) R\$ 26.199,64, decorrente da soma das multas referentes à atraso ou não pagamento de salários e benefícios, como segue: Andradina (R\$ 1.448,33), Ribeirão Preto (R\$ 16.436,14), Barretos (R\$ 167,11), Botucatu (R\$ 4.529,87), Jales (R\$ 334,23), Lins (R\$ 911,96) e Ourinhos (R\$ 2.372,00); b) R\$ 534,56, em razão das faltas dos colaboradores da Contratada nos meses de maio, junho e julho de 2014, nos Fóruns de Bauru, Marília e Ribeirão Preto; c) R\$ 2.131,25, decorrente da soma das multas referentes ao atraso no fornecimento dos materiais/equipamentos, nos Fóruns de Jaú, Lins, Araçatuba, Bauru, Botucatu, Marília, Ourinhos e Presidente Prudente; d) R\$ 50.540,30, decorrente do expressivos atrasos no fornecimento de parte dos uniformes de todos os funcionários do JEF de Botucatu (R\$ 8.073,34) e da maioria dos colaboradores do Fórum de Catanduva (R\$ 22.466,96); e) R\$ 1.171,69, não apresentação/não cumprimento dos prazos para apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do Contrato (Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos), no JEF de Botucatu e nos Fóruns de Tupã, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Ourinhos, Marília, Lins, Jaú, Franca, Jales, Catanduva, Araçatuba, Assis, Barretos, Botucatu e São Carlos; f) R\$ 3.123,05, em razão da irregularidade na contratação de seguro para telefonistas dos Fóruns de Araçatuba, Andradina, Araraquara, Assis, Barretos, Bauru, Botucatu, Catanduva, Franca, Jales, Lins, Ourinhos, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto e Tupã.

Ocorrência/Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual total de R\$ 5.108,72, composta da seguinte forma: a) R\$ 4.700,96, decorrente do atraso no fornecimento do uniforme completo à controladora de acesso do Fórum de Catanduva; b) R\$ 201,83, em razão do uso de crachá provisório, entre 22/04/2014 a 15/01/2015, pela copeira Maria, pela telefonista Isabela Ramos, e pelo auxiliar de serviços gerais Willian; c) R\$ 68,64, referente à falta de apresentação do contrato de trabalho da telefonista Isabela Senhorini, e das folhas de ponto do mês de novembro de 2014 de todos os funcionários, e a folha de ponto do mês de dezembro da funcionária Amanda, admitida neste último mês; d) R\$ 137,29, decorrente de encaminhamento de



funcionária despreparada, (no caso, a supervisora sem qualificação para orientar a nova líder dos controladores de acesso no Fórum de Catanduva).

Contrato nº 08.194.10.09

(Processo SEI 0015028-85.2013.4.03.8001)

Ocorrência: apuração de falta contratual por atraso no pagamento do salário de seus funcionários, não cobertura de faltas e não cumprimento do horário devido a saídas antecipadas de funcionários. Providência adotada: aplicada sanção de multa contratual de R\$ 15.178,71. Aos 05/05/2015 a empresa recolheu o valor da multa em Guia de Recolhimento da União.

(Processos SEI 0002097-16.2014.4.03.8001 e 0024657-15.2015.4.03.8001)

Ocorrência: apuração de falta contratual em decorrência da apresentação de documentos com indício de fraude para liberação da conta vinculada aberta para provisionamento de encargos trabalhistas de seus funcionários. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato 08.215.10.10 (Processo SEI 0009712-23.2015.4.03.8001)

Ocorrência: atraso no pagamento de salários e benefícios de funcionários. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato nº 08.273.10.15 (Processo SEI 0011549-16.2015.4.03.8001 e 0027599-20.2015.4.03.8001)

Ocorrência: apuração de falta contratual por não manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a vigência contratual. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contratos nº 08.268.10.15 e 08.269.10.15 (Processos SEI 0005592-34.2015.4.03.8001 e 0029631-95.2015.4.03.2015)

Ocorrência: apuração de falta contratual por atraso na entrega de documentos referentes à exclusão do Simples Nacional em ambos os contratos. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

8.1.7.3 – Contratação de estagiários

(Fonte: SEGE, Seção de Avaliação de Desempenho e Seção de Ingresso/JFSP e Seção de Capacitação e Desenvolvimento de RH/JFMS)

Quadro 8 – Composição do quadro de estagiários

TRF3R

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	342	356	348	345	3.227.699,82
1.1 Área Fim	295	305	298	297	2.767.453,98
1.2 Área Meio	47	51	50	48	460.245,84
2. Nível Médio	70	86	92	94	613.306,39
2.1 Área Fim	45	55	57	61	386.515,23
2.2 Área Meio	25	31	35	33	226.791,16
3. Total (1+2)	412	442	440	439	3.841.006,21

(Fonte: SEGE)



JFSP

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1169	1195	1207	1190	3.351.717,00
1.1 Área Fim	983	989	997	987	2.784.192,00
1.2 Área Meio	186	206	210	203	567.525,00
2. Nível Médio	47	87	95	94	159.134,00
2.1 Área Fim	10	21	20	22	33.646,00
2.2 Área Meio	37	66	75	72	125.488,00
3. Total (1+2)	1216	1282	1302	1284	3.510.851,00

(Fonte: Agente de Integração Super Estágios Ltda ME)

JFMS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	79	80	83	80	R\$ 847.175,43
1.1 Área Fim	71	72	75	72	R\$ 713.632,87
1.2 Área Meio	8	8	8	8	R\$ 133.542,56
2. Nível Médio	6	8	9	10	R\$ 61.231,82
2.1 Área Fim	0	3	3	3	R\$13.660,36
2.2 Área Meio	6	5	6	7	R\$ 47.571,46
3. Total (1+2)	85	88	92	90	R\$ 908.407,25

(Fonte: Seção de Capacitação e Desenvolvimento de RH/JFMS e Agência Brasileira de Emprego e Estágio)

Análise Crítica

O Estágio visa à complementação do ensino e ao desenvolvimento profissional, social e cultural dos estudantes. A Política de Contratação de Estagiários na JF3R é regulamentada pela RES CJF nº 208/2012 e RES PRES/TRF3R nº 334/2013. Na JFMS, a distribuição das 106 vagas de estágio também está disposta na Portaria DFOR 1541184, de 15/12/2015.

Atuam, como Agentes de Integração do Programa de Estágio, no TRF3R, a empresa Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP (Contrato nº 04.024.10.2013); na JFSP, a empresa Super Estágios Ltda ME (Contrato nº 04.602.10.14); e, na JFMS, a empresa Diluas RH Processamento de Dados Ltda ME.

Consoante demonstrado no quadro acima há maior concentração de estagiários de nível superior na área fim.

Até 31/08/2014, os estagiários da UPC eram contratados mediante seleção simplificada, com currículo e entrevistas, e, a partir dessa data, passaram a ser contratados por meio de processo seletivo por provas de múltipla escolha. No exercício de 2015, houve aumento dos valores de bolsa-auxílio dos estagiários de nível superior (de R\$ 530,00 para R\$ 705,00) e de nível médio (de R\$ 377,00 para R\$ 502,00).

No exercício de 2015, o valor das bolsas de estágio de nível superior (R\$ 705,00) foi menor comparativamente ao oferecido por outros órgãos públicos, como: Procuradoria da República em São Paulo (R\$ 800,00); Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (R\$ 850,00); Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (R\$ 771,00); e Tribunal Regional Federal da 4ª Região (R\$ 833,00).

Quanto às bolsas de estágio de nível médio, seu valor em 2015 (R\$ 502,00) foi superior ao oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (R\$ 450,00) e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (R\$ 463,93). Contudo, ficou aquém do valor pago pela Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (R\$ 590,00).



8.1.8 – Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

8.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 – Gestão da frota de veículos própria

(Fonte: SSEG, SADI, Núcleo de Segurança e Transporte/JFSP e Seção de Segurança e Transportes/JFMS)

8.2.1.1 – Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A constituição, gestão e a forma de utilização de veículos da frota oficial da UPC estão regulamentadas pela RES CJF nº 72/2009, alterada pelas RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013, 342/2015 e 376/2015, que estabelece as diretrizes para aquisição, utilização e controle de veículos, no âmbito do CJF e da JF; IN CJF nº 04-01/2010, que dispõe sobre norma complementar para atender as diretrizes preconizadas no art. 14 da RES CJF nº 72/2009, e RES CNJ nº 83/2009, que dispõe sobre aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro.

8.2.1.2 – Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da JF3R

A frota de veículos oficiais da JF3R é imprescindível para atendimento às necessidades de deslocamentos, em segurança, de magistrados e servidores, bem como de transporte de materiais gerais de consumo, documentos e equipamentos, em objeto de serviço.

8.2.1.3 – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da JF3R

8.2.1.4 – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação por grupo

8.2.1.5 – Idade média da frota, por grupo de veículos

8.2.1.6 – Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

A discriminação da quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, por grupos, segundo a classificação dada pela RES CJF nº 72/2009, disponível em <https://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/16531>, bem como sua totalização por grupo e geral, média anual de quilômetros rodados, idade média da frota e custos associados à manutenção (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), constam das tabelas abaixo.



Tabela 22 – Informações sobre os veículos
(quantidade, média anual de km rodados, idade média da frota e custos com manutenção)

TRF3R

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade média da frota (anos)	Total de custos com manutenção (em R\$)
Grupo A	1	5.501	1	3.223,42
Grupo B	55	3.910,5	5,5	178.155,46
Grupo C	5	1.802	4,6	9.054,63
Grupo D	2	4.383	4,0	10.377,75
Grupo E	18	2.206,5	4,5	31.826,54
Grupo G	1	46	13	690,39
Total Geral	82	2.974,83	5,43	233.328,19

JFSP

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade média da frota (anos)	Total de custos com manutenção (em R\$)
Grupo B	1	18.532	3	7.508,99
Grupo C	59	2.925	8,98	113.831,43
Grupo D	18	598	14,72	22.875,59
Grupo E	35	3.681	4,74	74.216,39
Grupo F	6	23.289	13,33	76.390,98
Grupo G	2	2.456	4,50	4.864,53
Total Geral	121	8.580	8,21	299.687,91

JFMS

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade média da frota (anos)	Total de custos com manutenção (em R\$)
Grupo B	03	2.261	8	4.739,84
Grupo C	09	17.826	7,88	20.669,08
Grupo D	05	10.984	10	15.941,75
Grupo E	03	6.447	10	13.253,57
Grupo F	01	2.226	12	8.324,39
Grupo H	01	15.020	4	12.460,98
Total Geral	22	9.127,33	8,646	75.389,61

8.2.1.7 – Plano de substituição da frota

A renovação/expansão da frota de veículos oficiais da UPC, regulamentada na RES CJF nº 72/2009, é condicionada à existência de plano anual de aquisição, aprovado pelo CJF no âmbito de sua Secretaria e pelo respectivo TRF nos limites de sua jurisdição, devendo ser incorporado à proposta orçamentária anual.

8.2.1.8 – Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Apresentam-se, abaixo, tabelas com os comparativos, por UG, dos custos de locação x aquisição de veículos.



Tabela 23 – Quadro comparativo dos custos de locação x aquisição de veículos – por UG

Legenda:

(A) Estimativa do valor da locação pelo período de 5 anos (tempo de vida útil dos veículos oficiais da UG)

(B) Valor da frota de veículos oficiais da UG - Dezembro/2015

(C) Custos Anuais de Manutenção - Dezembro/2015

(D) Valor da Frota de Veículos Oficiais da UG - Dezembro/2015 + Custos Anuais de Manutenção - Dezembro/2015, pelo período de 5 anos

(E) Diferença Aquisição X Locação (%) - Valor total estimado para locação / Valor total da frota + custos de manutenção pelo período de 5 anos

TRF3R

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Estimativa do valor da locação mensal	(A)	(B)	(C)	(D)=B+(Cx5)	(E)=(A/D)*100
Grupo A	01	11.393,40	683.604,00	58.704,00	0,00	58.704,00	1.164%
Grupo B	51	483.128,10	28.978.686,00	1.556.194,00	46.349,96	1.787.943,80	1.620%
Grupo C	08	32.973,60	1.978.416,00	275.564,00	2.783,00	289.479,00	683%
Grupo D	02	30.600,00	1.836.000,00	130.644,00	2.889,00	145.089,00	1.265%
Grupo E	15	175.603,50	10.536.210,00	546.139,00	4.081,65	566.547,25	1.859%
Grupo G	01	-	-	15.546,00	0,00	15.546,00	0,00%
Total Geral	78	733.698,60	44.012.916,00	2.582.791,00	56.103,61	2.863.309,05	1.537%

Nota: Disponível em www.locatruck.com.br, www.atacar.com.br, www.movida.com.br, www.localiza.com.br, www.unidas.com.br, www.hertz.com.br, www.eurovan.com.br e www.liguevanservice.com.br.

JFSP

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Estimativa do valor da locação mensal	(A)	(B)	(C)	(D)=B+(Cx5)	(E)=(A/D)*100
Grupo B	1	3.689,03	221.342,00	57.609,00	2.295,23	69.085,13	320,39%
Grupo C	59	186.215,41	11.172.924,40	1.265.294,00	58.139,33	1.555.990,65	718,06%
Grupo D	18	105.476,80	6.328.608,00	336.330,00	18.466,14	428.660,72	1.476,37%
Grupo E	35	194.859,21	11.691.552,40	1.425.809,00	29.914,60	1.575.382,01	742,14%
Grupo F	6	123.200,00	7.392.000,00	431.045,00	37.331,89	617.704,44	1.196,69%
Grupo G	2	27.372,18	1.642.330,80	100.131,00	3.334,71	116.804,56	1.406,05%
Total Geral	121	640.812,63	38.448.757,60	3.616.218,00	149.481,90	4.363.627,51	881,12%

(Fonte: Tabela FIPE; Relatório de manutenção "Good Card", empresa contratada responsável pela manutenção dos veículos oficiais; Tabela de valores do seguro DPVAT; Planilha de preço dos prêmios referentes ao seguro auto, contratado da Cia Porto Seguro)

Notas:

- Valores contemplam custos com seguro privado, DPVAT e manutenção dos veículos oficiais.

- Veículos como ambulância, caminhão e van, passageiro ou utilitário, são locados com motorista (não foram encontradas empresas que locam apenas o veículo).

JFMS

Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Estimativa do valor da locação mensal	(A)	(B)	(C)	(D)=B+(Cx5)	(E)=(A/D)*100
Grupo B	03	29.370,00	1.762.200,00	101.821,00	4.739,84	125.520,20	1.403,91%
Grupo C	09	22.770,00	1.366.200,00	219.333,00	20.669,08	322.678,40	423,39%
Grupo D	05	53.900,00	3.234.000,00	252.455,00	15.941,75	332.163,75	973,61%
Grupo E	03	25.740,00	1.544.400,00	91.313,00	13.253,57	157.580,85	980,07%
Grupo F	01	*	*	48.899,00	8.324,39	90.520,95	*



Grupo de veículos	Quantidade de veículos	Estimativa do valor da locação mensal	(A)	(B)	(C)	(D)=B+(Cx5)	(E)=(A/D) *100
Grupo H	01	*	*	132.896,00	12.460,98	195.200,90	*
Total Geral	22	131.780,00	7.906.800,00	846.717,00	75.389,61	1.223.664,10	646.16%

Notas:

- Valores fornecidos pela YES – Aluguel de Carros – Av. Afonso Pena, 829, Bairro Amambai, Campo Grande (MS), CEP 79.005-000 – (67) 3324-0055.

* Não há disponibilização de veículos dos Grupos F e H (caminhão e blindado).

8.2.1.9 – Estrutura de controles de que a JF3R dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Há, no âmbito das UG, estrutura própria, na área de transportes, e sistemas informatizados padronizados com base na IN CJF 04-01/2010 (<https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/43059/in04-01-2010.pdf?sequence=1>), para gestão, controle e avaliação mensal, por veículo, de deslocamentos (usuários, utilização, registro de entrada e saída das garagens e estacionamento, horário e quilometragem percorrida); identificação visual; manutenção; cota mensal, consumo e abastecimento de combustíveis; utilização de lubrificantes e pedágios.

Os veículos oficiais da JF3R são utilizados exclusivamente em serviço, nos dias úteis e durante a jornada de trabalho ou, fora desses dias, no desempenho de atividades externas, por comprovado interesse do serviço e com a devida autorização. É vedado seu uso para serviços particulares e para deslocamento para fora dos limites territoriais do município onde se localiza a sede, respectivamente, do TRF3R, das JFSP e JFMS e das subseções judiciárias, salvo na hipótese de viagem a serviço devidamente autorizada.

Na condução dos veículos oficiais, o motorista deverá economizar o máximo possível de combustível, dentro dos procedimentos normais de segurança; escolher o itinerário que resulte em menor tempo e percurso; utilizar, obrigatoriamente, o cinto de segurança e manter todos os outros cintos do veículo em posição e condições de uso.

Todos os veículos devem ser recolhidos diariamente, após o término do expediente, em garagens da JF3R, onde serão, obrigatoriamente, mantidos, até o expediente seguinte.

Exceto quanto aos veículos pertencentes ao Grupo “A”, a utilização de veículos oficiais pelas unidades administrativas da JF ocorre mediante requisição, em formulário padronizado, contemplando, entre outros itens, o itinerário e tempo de utilização do veículo.

Compete à área de transporte a logística e otimização do uso da frota de veículos oficiais, por meio da elaboração de programação de atendimento em conformidade com as requisições recebidas e com o número de veículos e de motoristas disponíveis, sendo obrigatório o uso da mesma viatura para atender diversos solicitantes, sempre que houver compatibilidade de itinerário.

Devem, ainda, ser mantidas pastas individualizadas para cada veículo, com todos os documentos pertinentes, como: manual do fabricante, DUT, original do CRPV, documentos das revisões e manutenções do veículo, histórico de peças substituídas, histórico de avarias em acidentes e relatório de consumo.

8.2.2 – Gestão da frota de veículos terceirizada

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.



8.2.3 – Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso

A política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso na JF3R segue o disposto no Decreto nº 99.658/90, da Presidência da República.

A avaliação do veículo é efetuada pelo próprio gestor. Após, o processo é encaminhado à Comissão Permanente de Alienação de Material, que solicita autorização do Diretor-Geral ou Diretores das Secretarias Administrativas de São Paulo ou Mato Grosso do Sul, para iniciar o processo de desfazimento.

Inicialmente os veículos são oferecidos às UG da JF3R. Se inexistente o interesse, é feita a publicação do processo de desfazimento no SIAFI, no Diário Eletrônico e site do TRF3R/JFSP/JFMS.

Aguarda-se a manifestação e habilitação dos interessados.

Com a manifestação de interessados, são realizados os demais procedimentos, para colocar termo ao processo de desfazimento.

8.2.4 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

(Fonte: SADI, Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços e Núcleo de Infraestrutura/JFSP, Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS e SPIUnet)

8.2.4.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 9 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

Nota: Não há imóveis de propriedade da União localizados fora do Brasil sob a responsabilidade da UPC.

TRF3R

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF SP	15	15
	São Paulo	15	15
Total Brasil		15	15

JFSP

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF SP	28	27
	Assis	01	01
	Araçatuba	01	01
	Barretos	01	01
	Bauru	01	01
	Campinas	01	01
	Limeira	01	01
	Lins	01	01
	Presidente Prudente	02	02
	Marília	01	01
	Ribeirão Preto	01	01
	Santos	02	02
	São Bernardo	01	01
	São João da Boa Vista	01	01



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
	São José do Rio Preto	03	02
	São Carlos	01	01
	São Paulo	07	07
	Sorocaba	01	01
	São José dos Campos	01	01
Total Brasil		28	27

Notas:

- 1) Imóvel em Limeira com “Contrato de Doação” do município para a União que aguarda o “Termo de Entrega” para SJSP.
- 2) Imóveis entregues à SJSP por meio de “Termo de Entrega Provisória”: Santos e Sorocaba. Estes imóveis não possuem RIP em razão da documentação estar em fase de regularização perante a Gerência do Patrimônio da União.

JFMS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF MS	13	13
	Campo Grande	3	3
	Três Lagoas	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Dourados	2	2
	Naviraí	1	1
	Corumbá	5	5
Total Brasil		13	13

8.2.4.2 – Despesas com manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da JF3R

Os quadros de despesas com manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da JF3R constam do Anexo XIX.

8.2.5 – Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 10 – Cessão de espaço físico em imóvel da união na responsabilidade da JF3R

Nota: Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015 para a JFMS.

TRF3R

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107.00941.500-0 (parcial – 3 salas)
	Endereço	Av. Paulista, nº 1842 – Torre Sul
Identificação do Cessionário	CNPJ	59.949.362.0001-76
	Nome ou Razão Social	1 - Instituto Nacional do Seguro Social 2 - Ministério Público Federal 3 - Ordem dos Advogados do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	-
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio aos jurisdicionados
	Prazo da Cessão	Indefinido
	Caracterização do espaço cedido	1 - Sala com 38 m² situada no 11º andar 2 - Sala com 27 m² situada no 14º andar



		3 - Sala com 38 m² situada no 11º andar
	Valores e Benefícios, Pecuniários ou não, Recebidos pela UPC Cedente	Não há
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel, quando Cessão Parcial	Não há

JFSP

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6643.00013.500-8
	Endereço	Avenida Brasil, nº 34 (atual) 261, Centro Lins/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	44.531.788/0001-38
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Lins
	Atividade ou Ramo de Atuação	-
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convênio nº 01.003.10.2014 celebrado entre a União, união, por intermédio do TRF3R, e a Prefeitura Municipal de Lins
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	O benefício da guarda pelo município para todos os efeitos legais e especialmente para que o dito imóvel seja preservado de invasões, depredações e para que seja procedida limpeza periódica no terreno e prédio de acordo com as normas de saúde pública, bem como reformas necessárias para a manutenção da edificação. (Clausula Quinta do Convênio nº 01.003.10.2014).
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses
	Caracterização do espaço cedido	Um prédio e seu respectivo terreno, contendo como benfeitorias, quatro pequenas casas de madeira, para residência,
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	Cobertura das despesas da JFSP com a locação do imóvel localizado na Rua José Fava nº 460, bairro Junqueira, Lins/SP
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Compromisso do município em continuar cobrindo as despesas com a locação do imóvel localizado na Rua José Fava nº 460, bairro Junqueira, Lins/SP, ou outro imóvel que venha a ser indicado, durante a vigência do Convênio nº 01.003.10.2014
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas relacionadas ao uso e conservação do imóvel, por sua exclusiva do Município (Cláusula Nona do Convênio nº 01.003.10.2014)

8.2.6 – Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da JF3R

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

8.2.7 – Análise crítica

A JF3R contabiliza, no SIAFI, as despesas com locação e manutenção de imóveis; no SPIUnet, o controle dos imóveis de uso especial sob sua responsabilidade, e no Sistema de Cadastro de Imóveis da JF - CADI-JUS, que relaciona os imóveis da JF e as ações orçamentárias (projetos) destinadas à construção, à reforma, à modernização, à ampliação ou à aquisição de imóveis (RES



CJF nº 179/2011).

O SPIUnet permite o cadastro dos imóveis, próprios ou alugados, identificados por UG, pelo número do RIP - Registro Imobiliário Patrimonial, destacando o valor do imóvel e possibilitando a segregação do valor do terreno, das benfeitorias e do aluguel, quando o caso. No entanto, não admite a distinção dos registros relativos a despesas com manutenção.

Os registros contábeis das despesas com locação de imóveis e das despesas com manutenção dos imóveis próprios e locados são efetuados no SIAFI, em contas contábeis que segregam a despesa até o nível de subitem.

Não obstante, a identificação do imóvel é factível apenas no campo “observação” do documento emitido pelo SIAFI. Consubstancia, portanto, uma informação não parametrizada, a qual, se por um lado, viabiliza a análise pelas unidades de auditoria interna e órgãos de controle externo, por outro, impede a utilização do sistema para emissão de relatórios analíticos ou gerenciais.

Logo, os sistemas utilizados na JF3R não possuem segregação contábil suficiente para identificação das despesas com manutenção e locação de imóveis, de forma analítica e individualizada, durante o exercício financeiro.

Os controles para identificação das referidas despesas estão afetos às áreas gestoras, que utilizam recursos de rede e aplicativos internos.

Há, atualmente, na JF3R, necessidade de locação de imóveis. Os edifícios-sede do TRF3R e das Seções Judiciárias não comportam a expansão das instalações físicas. Registre-se, por oportuno, que não há locação de imóveis para uso de servidores e locação de imóveis de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

No exercício de 2015, foi realizado levantamento, pela unidade de CI do TRF3R, tendo por objeto a avaliação, na JF3R, do atendimento à Macrofunção SIAFI/STN 021107 – Imóveis de Propriedade da União, conclusivo pela regularidade dos registros dos imóveis sob responsabilidade da JF3R, no SPIUnet, e correspondente ratificação, no SIAFI, em consonância com o Acórdão TCU nº 639/2007-Plenário. A descrição do trabalho e resultados alcançados consta do item 9.2.1.2 - Recomendações recebidas e pendentes de atendimento. O procedimento encontra-se autuado nos Processos SEI nº 0012085-64.2014.4.03.8000 e 0017413-38.2015.4.03.8000.

No mais, no TRF3R, a administração predial compete à Secretaria da Administração, Subsecretaria de Serviços Gerais e à Divisão de Arquitetura e Engenharia, e a contratação de seguros e prevenção de sinistros, à Secretaria de Segurança Institucional. Até o início de 2014, o acompanhamento dos processos de locação e aquisição de imóveis para a JF3R esteve sob responsabilidade da Seção de Cooperação Judiciária e Patrimônio Imobiliário/RCOI do TRF3R, passando, após, para a Secretaria da Administração e Subsecretaria de Serviços Gerais.

Na JFSP, a administração predial compete aos Núcleos de Administração Predial e Gestão de Serviços (inclusive a aquisição de imóveis) e de Infraestrutura (reforma de imóveis), ambos subordinados à Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura.

Na JFMS, a administração predial compete às Seções de Serviços Gerais (conservação e manutenção dos imóveis) e de Arquitetura e Engenharia (obras, reformas e serviços de natureza mais complexa), ambas vinculadas ao Núcleo de Apoio Administrativo.

8.2.8 – Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 11 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

TRF3R

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	UF SP	19	19



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

	São Paulo	19	19
Total Brasil		19	19

JFSP

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	UF SP	39	42
	Araraquara – JF	01	01
	Avaré – JF	01	01
	Bauru – JF	01	01
	Barueri - JF (aluguel 67,86% da Justiça Federal e 32,14% da Prefeitura Municipal)	01	01
	Andradina – JF	01	01
	Campinas (fórum) – JF	01	01
	Caraguatatuba – JF	01	01
	Franca – JF	01	01
	Guaratinguetá – JF	01	01
	Guarulhos – JF	01	01
	Jaú (imóvel de propriedade da CEF)	01	01
	Jundiaí – JF	01	01
	Mauá (estacionamento) – JF	00	01
	Mogi das Cruzes - JF	01	01
	Osasco (aluguel 50% da Justiça Federal e 50% CEF)	00	01
	Osasco (aluguel pago pela JF integralmente)	01	00
	Piracicaba (fórum e estacionamento) – JF	01	01
	São Carlos – JF	01	01
	São Paulo (Al. Rio Claro) – JF	01	01
	Sorocaba – JF	01	01
	Americana (CEF)	00	01
	Americana - JF	01	00
	Barretos (Prefeitura Municipal)	01	01
	Bragança Paulista (aluguel 25% da Justiça Federal e 75% da Prefeitura)	00	01
	Bragança Paulista (aluguel 50% da Justiça Federal e 50% da Prefeitura)	01	00
	Botucatu (imóvel de propriedade da Prefeitura)	02	02
	Campinas - JEF (aluguel 45% da Justiça Federal e 55% da CEF)	01	01
	Catanduva (CEF)	00	01
	Catanduva - JF	01	00
	Itapeva (Prefeitura Municipal)	00	01
	Itapeva - JF	01	00
	Jales (Prefeitura Municipal)	01	01
	Lins (Prefeitura Municipal)	00	01
	Lins - JF	01	00
	Limeira (Prefeitura Municipal)	01	01
	Mauá (Prefeitura Municipal)	00	01
	Mauá – (Aluguel de R\$ 26.633,22 pago pela Prefeitura e R\$ 41.866,78 pago pela JF)	00	01
	Mauá – (Aluguel pago pela JF integralmente R\$ 68,5mil)	01	00
	Ourinhos (Prefeitura Municipal)	01	01
	Marília (Imóvel de propriedade da Prefeitura)	01	01
	Registro (imóvel de propriedade do BB)	01	01
	Santo André (aluguel R\$ 53mil da Justiça Federal e R\$ 45mil da Prefeitura Municipal)	00	01
	Santo André (aluguel pago pela JF integralmente 98mil)	01	00



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
	São João da Boa Vista (Prefeitura Municipal)	00	01
	São João da Boa Vista - JF	01	01
	São João da Boa Vista (estacionamento) –JF	01	01
	São Vicente (Prefeitura Municipal)	00	01
	São Vicente - JF	01	00
	Taubaté - JF	01	01
	Tupã (imóvel de propriedade do BB)	01	01
Total Brasil		39	42

Notas:

- 1) Em relação ao **imóvel em Santo André**, houve reformulação no contrato de locação, o endereço permanece o mesmo, anteriormente, quem assumia o contrato em sua totalidade era a prefeitura municipal de Santo André, porém no novo contrato firmado em 2014, houve desmembramento do mesmo, cabendo à prefeitura municipal de Santo André a importância de R\$ 45mil e R\$ 53mil para a Justiça Federal, totalizando mensalmente R\$ 98mil. Atualmente a Justiça Federal é responsável pelo pagamento de locação integralmente, conforme reza no contrato de locação.
- 2) Com referência a inclusão em 2014 do **imóvel em São João da Boa Vista**, bem como estacionamento, a mudança do prédio se dará em virtude da capacidade reduzida do prédio atual (que a prefeitura paga o aluguel), para o que a JF assumirá a locação (prédio e estacionamento). Por essa razão o contrato anteriormente firmado com o município encontra-se rescindido.
- 3) Relativo ao **imóvel em Mauá**, incluso em 2014, também houve reformulação no contrato de locação, o endereço do prédio mudou, houve a formalização de novo contrato de locação, firmados entre o município e a Justiça Federal. Atualmente a Justiça Federal é responsável pelo pagamento de locação integralmente, conforme reza no contrato de locação. Enquanto ao contrato de locação anterior que somente a prefeitura assumia a locação, bem como a do estacionamento em que a Justiça Federal assumia a locação, ambos encontram-se rescindidos.
- 4) No que tange, ao contrato de locação do **imóvel em Bragança Paulista** firmado entre o município e a Justiça Federal, houve tão somente alteração de porcentagens de responsabilidade de cada órgão (Justiça Federal e Prefeitura) referente ao pagamento da locação.
- 5) Já os **imóveis em Lins, Itapeva e São Vicente**, houve o encerramento dos contratos de locações anteriormente firmados com o município, e foram efetivados novos contratos de locações, porém estes somente em nome da Justiça Federal.
- 6) Quanto ao contrato de locação do **imóvel em Catanduva**, firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF, também houve encerramento, sendo firmado novo contrato de locação, este também em nome somente da Justiça Federal.

JFMS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
BRASIL	UF MS	06	07
	Campo Grande-Arquivo	01	01
	Campo Grande-Almoxarifado	01	01
	Campo Grande-Turma Recursal do JEF/MS	01	01
	Corumbá	01	01
	Coxim	01	01
	Dourados-JEF	00	01
	Naviraí	01	01
Total Brasil		06	07

8.2.8.1– Análise crítica sobre os imóveis locados de terceiros

A análise crítica do imóveis locados de terceiros consta do item 8.2.7, supra.



8.3 – Gestão da tecnologia da informação

8.3.1 – Informações sobre o PETI e o PDTI

(Fonte: AEGE, AGES e SETI)

O PDTI da JF3R para o triênio 2015-2017, aprovado pela PORT PRES/TRF3R nº 7.773/2014, está disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1300>.

Em decorrência do PDTI, o Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região (CGER-3R), instituído pela PORT TRF3R nº 7860/2015, aprovou o Plano de Ação de TIC para 2015 (documento 1151759 do Processo SEI 0013675-42.2015.4.03.8000).

O PEJF e o PETI para o período de 2015/2020, disponível em http://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/cadernoestrategia_2015_2020_editorial2.pdf, foram aprovados pela RES CJF nº 313/2014.

O planejamento estratégico de TI está constituído sobre 3 objetivos estratégicos:

- assegurar efetividade dos serviços de TI para a JF que consistem em suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

- aperfeiçoar a governança de TI na JF visando aperfeiçoamento e consolidação de conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da JF e as operações das áreas de TI e de negócio.

- assegurar a atuação sistêmica da TI na JF para que atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Nestes termos, o PDTI foi elaborado considerando iniciativas para cumprimento de normas legais, tais como implantação de tabelas de fases, assunto e movimentação processual, implantação de sistemas, tais como implantação do PJe, adequações em sistemas legados tais como Siapro, Mumps-cachê, gedpro e SisJEF, e unificação de sistemas tais como Recursos Humanos, folha de pagamento, entre outros.

A atuação dos Comitês Gestores de Sistemas, disciplinado pela RES TRF3R nº 293/2012 tem contribuído significativamente para uma aproximação e entrosamento entre os gestores dos sistemas e a unidade de TI, com a colaboração dos envolvidos para alcance dos objetivos definidos, reduzindo as falhas de projeto por não compreensão dos requisitos tanto por parte dos gestores como dos técnicos envolvidos.

Dentre as iniciativas previstas no PDTI, as principais ações executadas no exercício de 2015 estão reportadas no item 8.3.7 - Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período.

Espera-se, ainda, uma melhoria significativa no alcance dos resultados com a utilização dos artefatos e a consolidação do modelo de processo de desenvolvimento de software, instituído pela RES TRF3R nº 424/2015.

No entanto, em que pese os esforços para definição de processos de trabalho que contribuem para alcance dos resultados planejados, ainda se faz necessário investimentos em conscientização das pessoas quanto a importância de se planejar e acompanhar, de definir e cumprir processos de trabalho instituídos. Nesta esteira, ainda há bastante dificuldade por parte da SETI, no entendimento dos gestores de sistema quanto ao seu papel fundamental na definição, desenvolvimento, implantação e sustentação dos sistemas de informação pelo qual os gestores são responsáveis.

Dentre os quesitos da governança corporativa e de TI, importante ressaltar:



- a publicação pela Alta Administração da Instituição da RES TRF3R nº 293/2012 que instituiu o Gestor de Sistema de Informação e das PORT PRES/TRF3R nºs 6.810 e 6.811/2012 e 7.456, 7.713 e 7.460/2014, que definiram os gestores ou comitês gestores de sistemas de informação da UPC. A médio e longo prazo, há expectativa de uso mais eficiente dos recursos corporativos de TI, à medida que os sistemas sejam otimizados e unificados.

- a publicação, pela Alta Administração, da RES TRF3R nº 292/2012 que instituiu o Comitê Multidisciplinar de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 3ª Região – COMITI composto pelos representantes indicados pela PORT PRES/TRF3R nº 7.502/2014, cuja atuação tem sido importante no auxílio às decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.

- a implantação, pela RES TRF3R nº 424/2015, da Instrução Normativa 37-04, que regulamenta o Processo de Desenvolvimento de Software Corporativo no âmbito da JF3R.

Como consequência direta, espera-se a unificação de processos de trabalho e a otimização dos recursos humanos, seja das áreas operacionais, seja da área de TI.

Ainda que a unificação de sistemas possa colaborar para o uso racional dos recursos humanos de TI, o quadro atual de TI do TRF3R continua insuficiente para alcançar novos patamares no âmbito da gestão da governança de TI, de segurança da informação e melhoria dos controles internos. Nesse sentido, foi aprovada, pelo CJF, em sessão ordinária realizada no dia 19/12/2012, proposta de aumento do quadro de TI do TRF3R em 98 analistas. Aguarda-se encaminhamento ao Congresso Nacional pelas autoridades competentes. Durante os exercícios de 2014 e 2015 não houve qualquer informação sobre a continuidade do processo.

No exercício de 2015 a definição de gestores, a política de unificação de sistemas, a implantação de processos de trabalho, tais como gestão de mudanças, gestão de requisição e incidente, a definição de processo de desenvolvimento de software, entre outros, trouxeram resultados profícuos, tais como:

- Definição do catálogo de serviços;
- Definição do processo de gestão de requisição e incidentes;
- Implementação da base de conhecimento;
- Implantação da ferramenta de apoio a gestão de níveis de serviço (OTRS);
- Implantação do PJe na 3ª Região em 14 varas federais;
- Cadastro de bens apreendidos;
- Implantação do sistema Mapa Vara;
- Ampliação da velocidade de comunicação (links de rádio) em 12 Subseções

Judiciárias;

- Disponibilização de sistema à Vice-presidência para baixa eletrônica de autos julgados pelo STJ, agilizando o trâmite dos processos e otimizando a utilização de recursos humanos;

- Implantação do sistema de bibliotecas, denominado Pergamum, coordenado pelo CJF, em substituição ao sistema Thesaurus;

- Unificação da base de audiências da versão 3 do DRS-Audiências para a versão 4, contribuindo para a redução da quantidade e complexidade das tecnologias envolvidas;

- Continuidade às ações de segurança apontadas no relatório de auditoria externa, denominada pentest, expediente SEI 0008927-98.2014.4.03.8000;

- Integração do sistema de processo eletrônico PJe aos sistemas legados, tais como prevenção e publicação;

- Atualizações diversas de versões de sistemas, sistemas operacionais, banco de dados e substituição de equipamentos.

Em relação às auditorias internas, o Plano Anual de Auditorias para o exercício de 2014 (expediente SEI 0008310-41.2014.4.03.8000) aprovado pela RES PRES/TRF3R nº 372/2013, contemplou o monitoramento dos controles gerais e da Governança de TI da JF3R com base nos



achados de auditoria definidos no escopo do trabalho.

Dentre as providências solicitadas no relatório de auditoria DAUD 0460035, expediente SEI 0008310-41.2014.4.03.8000, as principais providências adotadas foram:

- alinhamento das ações de capacitação ao plano anual de capacitação de TI, processo SEI 0018643-52.2014.4.03.8000.

- definição do catálogo de serviços, implantação da nova ferramenta de chamados de tecnologia da informação e disponibilização da base de conhecimento, contribuindo para a definição de um processo de trabalho para gestão de incidente, requisição e problema e a definição formal de papéis e responsabilidades da área de TI. A planilha com a relação de serviços (papéis) e os responsáveis pelo atendimento (responsabilidades) estão divulgadas na intranet da SETI, sob o título catálogo de serviços de TI e no Anexo XX - Catálogo de sistemas disponibilizados pela SETI.

- quanto ao processo de gestão de ativos, no processo de gestão de serviços, há duas frentes de trabalho em andamento: a 1ª diz respeito às adequações no sistema SIMAP para comportar gestão de ativos de software, cujo cronograma foi aprovado pela DIRG, expediente SEI 0017669-15.2014.4.03.8000; a 2ª se refere a implantação do Sistema de Controle de Materiais – SIMAP, no âmbito da SJSP, cujo assunto está sendo acompanhado pelo processo SEI 0018996-29.2013.4.03.8000.

- o processo de gestão de mudanças, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3557>, vem sendo utilizado fortemente pela SETI, inclusive com resultados positivos demonstrados pelo alto índice de assertividade nas intervenções executadas no complexo ambiente computacional de TI do órgão. Consta pendente a proposição de minuta de resolução para formalização do processo.

8.3.2 – Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

(Fonte: AGES)

O Comitê Multidisciplinar de Tecnologia da Informação, instituído pela RES nº 292/2012 é composto por representantes indicados na PORT PRES/TRF3R nº 7.502/2014, sendo um Magistrado indicado pela Presidência, um Magistrado indicado pela Corregedoria, um Magistrado indicado pela Coordenadoria dos JEF, o Assessor de Gestão de Sistemas da Informação, o Diretor da Secretaria de TI, o Diretor da Secretaria Judiciária, o Assessor de Gestão Estratégica, um representante da DIRG, um representante da SJSP e um representante da SJMS.

As alterações de composição do COMITI, as reuniões e as principais decisões tomadas são retratadas no expediente administrativo 0007226-39.2013.4.03.8000.

Durante o exercício de 2015, houve a realização de reunião presencial para aprovação do Plano de Ação, elaborado com a observância ao estabelecido no PEJF, no PETI e na política de nivelamento prevista no item “c” do inciso II do artigo 4º da RES CJF nº 313/2014.

As demais deliberações, durante o ano, tratadas pelo COMITI foram tomadas por e-mail, devidamente registradas no expediente supramencionado.

Além da aprovação do plano de ação para o exercício de 2015, houve a sua atualização para a aquisição de certificados digitais, conforme retratado no expediente 0023642-14.2015.4.03.8000.

8.3.3 – Descrição dos principais sistemas de informação

(Fonte: SETI, AGES, Seção de Informática da JFMS)

A relação dos sistemas computacionais da JF3R e a função de cada um deles consta do Anexo XX. Essa relação, considerada de interesse interno, está disponível na Intranet, URL: <http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=10>.

Além desses sistemas, na JFMS utilizam-se outros sistemas, dos quais os principais são: DIPONTO (Sistema de Controle de Ponto Eletrônico), Ronda Acesso (Sistema de Controle de



Acesso de Pessoas mediante cartão de acesso) e ASI (Sistema de Controle de Material e Patrimônio/Almoxarifado).

8.3.4 – Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

(Fonte: SETI)

O plano de capacitação do pessoal de TI 2014-2015 foi formalizado e aprovado no Processo SEI 0018643-52.2014.4.03.8000, com treinamentos classificados em temas: 1 – Governança de TI (ITIL e COBIT), 2 – Desenvolvimento de Gestores de TI, 3 – Desenvolvimento de Equipes e 4 – Atendimento a Usuário.

No exercício de 2015 foram realizados os seguintes treinamentos:

Tabela 24 – Treinamentos realizados pelo pessoal de TI

CURSOS	PERÍODO
RH124 - Red Hat System Administration I	19/01 a 23/01/15
RH135 - Red Hat System Administration II	02/02 a 05/02/15
IUWNE - Implementing Cisco Unified Wireless Networking Essenciais	16/03 a 20/03/15
DESGN - Designing for Cisco Internetwork Solutions	23/03 a 27/03/15
Implementing Cisco IP Routing v2.0 (ROUTE)	08/06 a 12/06/15
Implementing Cisco IP Switched Networks	22/06 a 26/06/15
JBoss Application Administration	13/07 a 17/07/15
SIMOS - Implementing CISCO Secure Mobility Solutions	20/07 a 24/07/15
Implementing Cisco Threat Control Solutions (SITCS)	03/08 a 07/08/15
Excelência no Atendimento ao Usuário – T1 e T2	17/08 a 19/08/15 18/08 a 20/08/15
Oracle12c: Data Guard Administration	01/09 a 04/09/15
Data Guard Administration	01/09 a 04/09/15
Curso: C# e Orientação a Objetos e Web com ASP.NET MVC e Pers. com Nhibernate	14/09 a 18/09/15
Formação.Net	14/09 a 25/09/15
Red Hat Enterprise Clustering and Storage Management	28/09 a 02/10/15 26/10 a 29/10/15
Licitações e Contratos: Referencial Teórico, Aspectos Práticos e Jurisprudência	06/10 a 09/10/15
PostgreSQL	28/09 a 13/10/15
Governança, Controle Interno e Riscos	16/11 a 19/11/15
Atualização em Desenvolvimento de Sistemas utilizando RAD Studio Delphi	19/10 a 25/11/15
Formação MCSE Windows 2012 Server Infrastructure	30/11 a 04/12/15

8.3.5 – Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

(Fonte: SETI e NURE/JFMS)

Tabela 25 – Força de trabalho de TI

TRF3R

1) Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	
Analista Judiciário-Informática	32
Analista Judiciário-Informática (Banco de Dados)	1
Analista Judiciário-Informática (Infraestrutura)	2
Técnico Judiciário- Informática	20
Técnico Judiciário- (Operador de Computadores)	13
Técnico Judiciário- Digitação	8
Subtotal	76
2) Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	
Técnico Judiciário- Telecomunicações e Eletricidade	1
Analista Judiciário	2



Técnico Judiciário	36
Subtotal	39
3) Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	
Analista Judiciário-Informática (Eduardo Carvalho)	1
Técnico Judiciário- Informática (Sonia Matte)	1
Subtotal	2
4) Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	
Técnico Judiciário (Emmanuel Felix e Luciana Owan)	2
Subtotal	2
5) Terceirizados e estagiários	
Terceirizados– 11 (MPS), 3 (NTL), 1 (Stefanini) e 1 (MAdviser)	16
Estagiários	10
Subtotal	26
TOTAL GERAL	145

JFMS

1) Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	
Analista Judiciário-Informática	1
Técnico Judiciário- Informática	6
Subtotal	7
2) Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	
Técnico Judiciário- Informática	1
Subtotal	1
3) Terceirizados e estagiários	
Estagiários	4
Total	4
TOTAL GERAL	12

8.3.6 – Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI

(Fonte: SETI e AGES)

Os processos de gestão de serviços de TI estão sendo, paulatinamente, formalizados e disponibilizados na intranet do TRF3R, URL <http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=2585>.

Já estão disponíveis os processos: Gestão do Catálogo de Sistemas, Gerenciamento de Mudanças e o Modelo do Processo de Desenvolvimento de Software.

Com a implantação do catálogo de serviços de TI e da nova ferramenta de chamados de tecnologia da informação, ocorrida em setembro de 2015, o próximo processo a ser disponibilizado será o modelo para Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TI.

8.3.7 – Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

(Fonte: SETI e AGES)

As principais ações executadas no exercício de 2015, previstas no PDTI foram:

Tabela 26 – Principais ações executadas no PDTI em 2015

ID	Iniciativa	Observação
01	Implantação da tabela de fases do CNJ – Gedpro.	Implantado: fases de julgamento colegiado, decisões terminativas e decisões interlocutórias (concluída em 3/8/15); Pendente: Decisões Vice e Presidência.
02	Implantação da tabela de assuntos - CNJ - ramo direito tributário.	Concluído em jan/16. Os demais assuntos haviam sido concluídos em 2014.
04	Centralizar controle de versão de softwares.	Sistemas Delphi e C# concluído. Sistemas PHP em andamento.
05	Certidão de Movimentação Processual.	Implantado em 10.07.2015.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

ID	Iniciativa	Observação
06	Conclusão da implantação da Central de Mandados Unificada.	Pendente portaria de normatização do uso nas centrais do interior.
08	Implantação da nova versão do sistema Contas Públicas.	Aguarda homologação do gestor do sistema.
09	Sistema de Custas.	Implantado em 13/04/15 – expediente SEI 0006183-67.2013.4.03.8000.
12	Formalização, treinamento e implantação do processo de desenvolvimento de SW e ferramentas de apoio ao processo de software.	Regulamentado pela RES TRF3R nº 424/2015.
14	Revisão da IN 37-03.	Em fase de acolhimento de propostas.
15	Implantar ferramenta para gestão de ativos de TI	Rotinas Simap adequadas. Pendente definição dos grupos de materiais.
16	Definição do catálogo de serviços.	Disponibilizado em 29/09/15 conforme comunicado SETI nº 86/2015.
17	Definição do processo de gestão de requisição e incidentes.	Em elaboração de minuta.
18	Implementação da base de conhecimento.	Disponibilizado em 29/09/15 conforme comunicado SETI nº 86/2015. Trata-se de atividade contínua.
19	Implantação da ferramenta de apoio à gestão de níveis de serviço (OTRS).	Disponibilizado em 29/09/15 conforme comunicado SETI nº 86/2015.
21	Implementar três opções para o peticionamento no curso do processo: campo de texto on line, campo de texto + pdf e apenas pdf, de acordo com o tipo e classificação dos protocolos.	Concluído e implantado em 27/07/15. Exp. 0017404-13.2014.4.03.8000.
24	SIADES.	Liberado a avaliação para servidores em estágio probatório, em outubro de 2015, conforme comunicado SEGE 37/2015 – Pendente para servidores em fase de progressão/promoção.
28	Implantação do Processo Judicial Eletrônico na 3ª Região.	Em andamento.
33	Implementação/Revisão de Solução de estatística de JEF.	Concluído em 18/06/15 o Expediente SEI 0018541-30.2014.4.03.8000. Demais ações pendentes.
34	Integração da base ReqPag ao SISGP.	Concluído. Expediente 0015449-44.2014.4.03.8000.
35	Unificação do sistema de certidões - 1º e 2º graus.	Em andamento. Expediente SEI 0020961-42.2013.4.03.8000.
37	Folha - conclusão contrato unificação	Pendente homologação gestores.
39	Implementar melhorias na rotina CE-GM, possibilitando novos relatórios e opções de trabalho.	Idem ID 06.
45	Implantação OTRS.	Idem ID 19.
46	Revisão do programa de cálculo de AQ – Treinamento.	Primeira etapa implantada TRF3R e SJSP em dez/15. Em homologação na SJMS. Pendente adequações de ordem técnica e rotinas gerenciais. Expediente SEI 0006150-09.2015.4.03.8000.
47	Substituição do NXT4 pelo Solr, com a construção da aplicação para acesso a base de jurisprudência.	Expediente SEI 0015389-08.2013.4.03.8000. Disponibilizada consulta de acórdãos, com modernização da tecnologia envolvida, liberação de novas funcionalidades, indexação on-line, eliminando execução de tarefas agendadas e maior agilidade na disponibilização de documentos.
49	Cadastro de bens apreendidos.	A 1ª fase do projeto foi implantada em ago/2014 e a 2ª em dez/2014. Em abril/2015 foi concluído o cadastramento de bens apreendidos pela SJSP e implantado o bloqueio de baixa findo dos autos de natureza criminal quando existirem bens apreendidos e não destinados, conforme comunicado NUAJ 03/2015 (Processo SEI 0023056-08.2014.4.03.8001).
50	Implantação do sistema Mapa Vara.	Disponibilizado em produção em 02/02/15, conforme chamado 400871, expediente SEI 0012852-39.2013.4.03.8000.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

ID	Iniciativa	Observação
54	Revisão da integração do sistema de RH à Folha de Pagamento.	-
56	Implantação de Pró-Social na SJMS.	Sistema disponibilizado. Aguarda utilização pela SJMS.
60	Melhoria no registro de logs do Gedpro.	Concluído.
62	Intimação por SMS – SISJEF.	Concluído. Aguarda contratação do serviço de SMS.
66	Integração EstCore x Mapa x RHM3R.	Em homologação.
67	Automatizar a consulta à prevenção dos feitos peticionados de maneira eletrônica, facilitando os trabalhos de distribuição e encaminhando ao Relator prevento.	Concluído.
68	Implementação de controle de prazos no SISJEF	Concluído 18/06/15. Expediente SEI 0005709-59.2014.4.03.8001.
70	Unificação do sistema de RH.	Em andamento conforme registros no SEI 0000150-61.2013.4.03.8000.
73	Correção do Processômetro Meta 18.	Cancelado. Meta 18 foi descontinuada.
80	Notícias - Gerenciar a notícia em destaque na página inicial do sítio do TRF3R.	Concluído.
83	Implantar módulo de férias na SJMS.	Concluído em outubro/15. Expediente SEI 0011502-45.2015.4.03.8000.
89	Solução para monitoramento de aplicações visando identificar períodos de indisponibilidade.	Implementado controle utilizando software livre e uso de 2 monitores de TV como painel de monitoramento.
90	Ampliação capacidade de armazenamento.	Concluído.
94	Melhoria na criação de perfis de usuário do Gedpro.	Concluído em 13/04/15 (OS 2015.00010).
101	Notícias - Criar um campo de Notícias na intranet, permitindo diferenciar o que deve ser publicado na internet/intranet ou ambos.	Concluído.
102	SICOM - Atualização e ampliação de banco de dados. O sistema tem apresentado lentidão que se vem se acentuando com o acúmulo de documentos e aumento de usuários.	Concluído em maio/15.
106	E-Gp- wemul - migração dos dados das licenças médicas cadastrados até 2011 no W-emul para o e-GP.	Concluído
109	SISRH - Rotina de Recrutamento - Ajustar o Relatório Situação de Convocado, a fim de permitir o acompanhamento em tempo real das convocações e nomeações do TRF3R e SJ/SP.	Concluído em agosto/15.
110	Viabilizar acesso dos magistrados ao E-GP.	Concluído. Em maio/15 liberada a Central de Requisições. Em novembro/15 liberada a consulta férias.
130	Adequações no sistema para distribuição e tramitação dos incidentes de uniformização da TRU, com atualização do boletim estatístico. Permitir a distribuição, elaboração de pauta, ata e termos sem auxílio da informática.	Concluído. Expediente 0003011-49.2015.4.03.8000.
131	Manutenção compensação horas quebradas	Concluído.
132	Continuidade da implementação de formulários na Central de Requisições.	Concluído. Principais formulários inseridos.
136	SISRH - Relatório de controle de movimentação de vagas na Reserva da Presidência/Diretoria do Foro.	Concluído em outubro/15.
137	SISRH - Revisão dos Módulos de Controle do Quadro de Cargos no SISRH.	Concluído. A partir de novembro/15 em acompanhamento automatizado de inconsistências.
142	Implementação de rotina no RHM3R para lançamento de plantão e compensação de magistrados.	Concluído em janeiro/16.
147	Sistema de concurso de magistrados da 4ª Região.	A pedido do gestor, a solução foi substituída pelo sistema de inscrição do TRF3, alterado conforme



ID	Iniciativa	Observação
		solicitado e implantado em 19/11/2015. Expedientes SEI 0011221-26.2014 e 0025300-73.2015.
152	Melhoria da interface da consulta pauta de julgamento.	Concluído em março/15.
154	Manter a rotina de cadastro de advogado do Siapro para que na alimentação automática do ^X (outros advogados) em parte que não possua o advogado principal. Ex. quando temos três ou mais apelantes e um deles não tem advogado e os outros possuem dois advogados sendo necessário colocar no ^X, ao perguntar se deseja inserir o outro advogados para o mesmo tipo de parte, o Siapro insere o outro advogado na parte que não tem nenhum advogado. Só dá para perceber quando se emite a etiqueta. E para excluir o erro, é necessário inserir um advogado principal para excluir o advogado do ^X.	Concluído em setembro/15.
174	Rotina para informação de penhora no rosto dos autos SEI 0021280-73.2014.4.03.8000.	Concluído em agosto/15.
175	Expediente SEI 0002687-30.2013.4.03.8000 - Alteração intimação por AR, com tratamento para AR negativo e outras alterações estruturais do gerenciamento de intimações.	Concluído em novembro/15.
182	SISRH - Implantar o atesto da frequência por esse sistema que é feito atualmente pelo INFORH – Caché.	Aguarda-se autorização para disponibilização em produção, de forma a desativar a rotina do sistema INFORH.
188	Integração ao processo administrativo eletrônico e atualização tecnológica.	Expediente SEI 0015455-85.2013.4.03.8000. Concluído em 17/04/2015.
206	SISRH - Otimização no processamento das designação/dispensa e/ou nomeação/exoneração de FC/CJ.	Concluído.
213	Solicitar ao INSS a ampliação da capacidade de cadastramento de usuários.	Disponibilização pelo INSS do CNIS WEB como formato de cadastramento de usuários.

Dentre as ações previstas no plano de contratações de TI 2015, aprovado pelo Comitê Multidisciplinar de Tecnologia da Informação da JF3R – COMITI, nos termos da PORT PRES/TRF3R nº 7.502/2014, Processo SEI 0007226-39.2013.4.03.8000 e pelo Comitê de Gestão Estratégica da JF3R - CGER-3R, Processo SEI 0013675-42.2015.4.03.8000, destacam-se as contratações classificadas como inadiáveis, quais sejam:

Tabela 27 – Ações de informática

Item	Id PDTI	Descrição	Objetivo
2	93, 130	Licenciamento OFFICE. *	Regularizar a conformidade de licenças em uso da ferramenta de escritório Microsoft Office.
3	28	Licenças de Antivírus	Regularizar a conformidade de licenças de antivírus das estações de trabalho.
5	75	Solução de servidores blade.	Atualização tecnológica dos servidores blade que sustentam os diversos sistemas em produção, melhorando a capacidade de processamento e mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia. Ata registrada.
6	28	Expansão da comunicação com as Subseções (Conjunto de Antenas de Rádio).	Aumentar a velocidade de comunicação entre o Tribunal e as Subseções Judiciárias melhorando o tempo de resposta dos sistemas em uso. A ação possibilitou a expansão nas seguintes localidades: Mogi das Cruzes, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas Fórum e JEF, Ribeirão Preto,



Item	Id PDTI	Descrição	Objetivo
			Taubaté, Jundiaí, Araraquara, São Carlos e Piracicaba.
8	61	Servidor de Rede. *	Substituição dos servidores de rede das Subseções Judiciárias mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia.
9	28	Contratação de empresa para prestação de serviço de suporte e atualização de Vmware.	Manter suporte técnico para os servidores virtualizados que sustentam diversos sistemas em uso, aumentando a disponibilidade do ambiente tecnológico.
10	28	Conversor de interface - Modulo GBICs.	Ampliar a capacidade de transferência de dados entre o datacenter do Tribunal e do Pedro Lessa.
12	28	Notebook.	Substituir os equipamentos dos magistrados mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia.
13	19-46	Contratação de prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e de atualização de versões das licenças de OTRS (subscrição).	Manter suporte técnico atualizado para a ferramenta OTRS de chamados administrativos da SADI e de chamados técnicos da SETI.
14	61	Terminais de Auto-atendimento.	Substituição de equipamentos obsoletos e sem garantia mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia. Ata registrada.
15	18	Leitores de código de barras.	Prover equipamento para leitura de etiquetas de código de barras às varas federais, gabinetes, turmas, seções, vice-presidência e outras áreas.
16	199	Impressora laser Monocromática - PQ PORTE.	Substituição de equipamentos obsoletos e sem garantia mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia. Ata registrada.
73	28	Certificados Digitais.	Prover certificados digitais aos servidores e magistrados da Justiça Federal a fim de permitir o desempenho de suas funções.

Nota:

* Contratações realizadas com recursos oriundos dos Contratos com a CEF e BB – RES CJF nº 300/2014 (Processo SEI 0007772-26.2015.4.03.8000).

As ações “1 – Solução de videoconferência” e “4 – Aquisição de novas licenças NOVELL através da modalidade MLA” não tiveram os projetos concluídos e serão incluídos no plano de contratações de TI de 2016.

Já as ações “7 – Licenciamento ACTIVE DIRECTORY – CAL” e “11 - Solução de priorização e aceleração de links WAN - permanente” foram revisadas durante o exercício sendo consideradas desnecessárias sua contratação.

Tabela 28 – Modernização tecnológica e gestão da informação – MTGI

Item	Id PDTI	Descrição	Objetivo
16	28	Switch Layer 7 com balanceador de cargas	Prover redundância entre os datacenters do Tribunal e do Fórum Pedro Lessa mantendo o parque tecnológico atualizado e em garantia.

8.3.8 – Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade (Fonte: SETI e AGES)

O sistema de acompanhamento processual de 1º grau e o sistema de folha de pagamento, em uso no âmbito da 3ª região desde muito tempo, considerados como sistemas de missão crítica, são de propriedade única e exclusiva da empresa MPS Informática Ltda.

Está em andamento a implantação do PJe, no qual tramitarão os novos processos, ocasionando, paulatinamente, a diminuição da dependência do sistema de acompanhamento



processual proprietário no qual tramitarão apenas os processos antigos, porém, com dependência até a conclusão do tramite processual.

Já o sistema de folha de pagamento, em que pese sua importância e a dependência de terceiros, deve ser mantido como está, pois além de não se tratar de sistema finalístico do órgão, a defasagem atual do quadro de servidores de TI não possibilita, neste momento, o gerenciamento de uma solução de TI que não seja proprietária.

8.3.9 – Processo judicial eletrônico (PJe)

(Fonte: SETI e AGES)

A Inspeção Ordinária realizada no TRF3R entre os dias 18 e 29 de agosto de 2014 pelo CJF recomendou a implementação do PJe o quanto antes, ao argumento de dinamização de processamento e julgamento de todos os feitos na 3ª Região, com a redução das rotinas processuais realizadas manualmente pelos servidores e alocação da força de trabalho para atividades fins, com maior esforço intelectual.

Houve a edição da RES PRES/TRF3R nº 394/2014 instituindo a data de implantação do sistema, bem como, a competência e a abrangência de jurisdição. Entretanto, com a priorização de implantação pelo CNJ à implantação do sistema no TRF1R, as demandas definidas como impeditivas pela 3ª Região tiveram de ser postergadas. Assim, editou-se a RES nº 405/2014, revogando o inciso I, artigo 13, o qual previa a data de implantação. A implantação no TRF1R se deu em 2 de dezembro de 2014.

No ano de 2015, foi retomada a implantação do sistema com o reinício das tratativas com o CNJ para correção do sistema baseado nas demandas definidas como impeditivas pela 3ª Região. Sob este aspecto, houve a necessidade de alinhamento pelo CNJ das demandas da 3ª Região juntamente com o Tribunal de Justiça do Paraná, com previsão de atendimento para a versão 1.7.2.

Subsequentemente, tendo em vista o fato de aquele Tribunal de Justiça já se encontrar em fase de testes da nova versão, buscando agilidade no processo de implantação, realizou-se visita técnica entre os dias 5 e 7 de maio para verificação de demandas tidas como atendidas. Esta visita técnica foi bem sucedida.

Posteriormente, realizou-se atividade de homologação conjunta da versão com o TRF1R na semana de 11 a 15 de maio. Referida atividade gerou mais duas demandas a serem atendidas pelo CNJ.

Outrossim, neste íterim, ocorreu a primeira reunião do Comitê Gestor Regional do sistema PJe, em 28/05/2015, retratada no expediente 0010862-42.2015.4.03.8000. Vale informar que o Comitê Gestor Regional foi instituído por força da PORT PRES/TRF3R nº 7489/2014, alterado pela PORT PRES/TRF3R nº 8020/2015, composto de Magistrados de primeiro e segundo graus e servidores, bem como representantes de órgãos externos da 3ª Região.

Foram, ainda, realizadas duas atividades na JF3R para efetivar a implantação do sistema, quais sejam, a parametrização de ambientes, ocorrida nas semanas de 25 a 29 de maio e 01 a 03 de junho, e a revisão dos fluxos de movimentações dos processos, com o objetivo de torná-lo mais ágil, no período de 15 a 19 de junho.

Realizou-se a segunda reunião do Comitê Gestor Regional do PJe, em 25 de junho, quando houve a assinatura da RES PRES/TRF3R nº 427/2015, revogando a RES PRES/TRF3R nº 405/2014, definindo-se a data de 21 de agosto de 2015 para implantação do sistema na 3ª Região.

Houve a estruturação de unidade específica para priorização e implantação do PJe, inicialmente com a criação do Núcleo de Processo Judicial Eletrônico na SEJU (RES CATRF3R nº 510/2015), posteriormente transformada em Divisão de Processo Judicial Eletrônico-DPJE (RES CATR3R nº 512/2015).

Foram realizados treinamentos de usuários internos e externos durante o mês de agosto, implantando-se o sistema na data acima informada, na Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, nas ações de mandado de segurança.



A expansão do sistema se deu, durante 2015, por meio das seguintes regulamentações:

- RES PRES/TRF3R nº 437/2015 – Altera a RES PRES/TRF3R nº 394/2015 e inclui as ações monitoriais e as execuções extrajudiciais nas 1ª e 3ª Varas de São Bernardo do Campo;
- RES PRES/TRF3R nº 441/2015 – Amplia a implantação do PJe para as turmas da 3ª Seção a partir de 26 de outubro de 2015 e para as subseções judiciárias de Barueri, Osasco, Santos e Sorocaba em data futura, oportunamente divulgada pela SETI e pela AGES;
- RES PRES/TRF3R nº 445/2015 – Estabelece cronograma de implantação do PJe, sendo Sorocaba em 03.11.2015, Osasco e Barueri em 23.11.2015 e Santos em 11.12.2015.

Há demandas internas como o conector de prevenção sendo realizadas pelas equipes responsáveis na SETI, bem como, definições sendo realizadas pela SEJU e pela AGES.

8.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

8.4.1 – Aspectos da gestão ambiental

Quadro 12 – Aspectos da gestão ambiental 2015

TRF3R

(Fonte: Comissão Permanente de Gestão Ambiental, SADI, SEGE, UBAS, SETI, SSEG)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Há política de sustentabilidade ambiental adotada na unidade?	X	
2.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
3.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
4.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 ou norma equivalente?	X	
5.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 6 a 9.		X
6.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
7.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
8.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado:	prejudicado	
9.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	prejudicado	

Análise crítica

A avaliação da gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental na UPC foi realizada pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região e pelas áreas estratégicas da unidade, apoiadas pela Seção Socioambiental.

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região, composta por servidores e magistrados, foi criada em 2008 (PORT PRES/TRF3R nº 5.457/2008 e 7.492/2014) e tem por atribuição planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à gestão ambiental, conjuntamente no Tribunal e nas Seções Judiciárias de SP e MS, abrangendo separação de resíduos de coleta seletiva e seu adequado encaminhamento; adoção de medidas de economia de recursos ambientais e materiais; uso racional de água, energia elétrica, comunicações e ar condicionado nas rotinas diárias; inserção de critérios ambientais nas licitações de obras e aquisição de bens, tais como equipamentos de informática, veículos, combustíveis e mobiliário; auxílio e



compartilhamento de informações com as comissões de desfazimento de materiais e de gestão documental quanto a sua destinação final; proposição da forma de efetivação das medidas e sugestões ofertadas, no âmbito normativo interno e em sua execução, levando em consideração a necessidade e a disponibilidade de recursos humanos e orçamentários; proposição e oferecimento de campanhas de educativas ambientais e de esclarecimento, bem como treinamento e orientação, de modo sistemático, a estagiários, servidores, Magistrados e terceirizados nos procedimentos de gestão ambiental; monitoração e divulgação de informações acerca das atividades e resultados da gestão ambiental na 3ª Região; realização de propostas e estudos contínuos sobre a utilização de materiais ecoeficientes e de redução de desperdício de recursos naturais nos processos e atividades desenvolvidas pela 3ª Região.

No que concerne à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), em 12/5/2014 foi constituída Comissão para adesão e implementação, pela PORT DIRG nº 7.514. Em 23/02/2015 foi publicado, no DOU, pág. 132, Seção 3, o Termo de Adesão e Plano de Trabalho MMA/A3P/2014 (Processo 02000.002451/2014-11) entre o Ministério do Meio Ambiente e o TRF3R. O Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos e tem por finalidade integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa A3P. (Processo SEI 0010123-06.2014.4.03.8000).

No tocante ao Plano de Logística Sustentável, previsto na RES CNJ nº 201/2015, embora não tenha sido instituído na JF3R, está em andamento a elaboração de portaria para designar como gestora do PLS-JF3R a Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região (Processo SEI 0006260.42.2014.03.8000). Foi iniciado o monitoramento dos indicadores previstos na citada resolução, os quais servirão de base para a elaboração das metas de melhoria nas questões que envolvam critérios de sustentabilidade na JF3R (Processo SEI 0024234.58.2015.4.03.8000).

Para separação de resíduos descartados na fonte geradora, seguem-se os preceitos estabelecidos no Decreto nº 5.940/2006, destinando-os às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Termo de Compromisso nº 01.001.10.2015 para a coleta e destinação de materiais sólidos produzidos e descartados, com observância dos preceitos legais em vigor, especialmente o art. 225 da CF e o Decreto nº 5.940/2006.

No que se refere à coleta de resíduos de serviços de saúde, o ambulatório do TRF3R é cadastrado no Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, (Certificado de Cadastramento nº 213-06982/22-7), para o descarte de lixo hospitalar (materiais contaminantes), inclusive com descarte de medicamentos vencidos para evitar assim a utilização indevida por catadores de lixo. Para esterilização de materiais por meio químico, utiliza-se ácido peracético 0,2% o qual, além de maior eficiência na desinfecção de alto nível, é hidrossolúvel e pode ser descartado na rede de esgoto sem prejuízos ao meio ambiente.

Por sua vez, as contratações realizadas pelo TRF3R primam pela observância dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, conforme detalhado na Anexo XXI - Contratos com critérios de sustentabilidade ambiental 2015. No entanto, é de se notar que há dificuldade para incrementar as contratações/licitações sustentáveis face às limitações orçamentárias e à observância do critério de “menor preço” nos procedimentos licitatórios e contratações diretas, na medida em que os bens e serviços sustentáveis apresentam custo maior, ainda que eventualmente possam trazer vantagens ao longo do tempo.

Destaca-se, outrossim, como prática adotada na UG, que converge para a sustentabilidade ambiental, a implantação do Sistema SEI (RES PRES/TRF3R nº 310/2012).

De acordo com o último levantamento realizado pela Comissão, as ações desenvolvidas desde sua instalação resultaram em redução de gastos de 32,82% com telefone; 16,18% com papel; 15,89% com combustível; 7,62% com água e 6,08% com energia elétrica. A economia geral no consumo de recursos foi de 15,72% (Fonte: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3702>).

Principais ações realizadas no TRF3R, no exercício de 2015, relacionadas à sustentabilidade:



Tabela 29 – Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas no TRF3R

26/03/2015 a 17/04/2015	“Mini Curso Água e Energia: Reflexão e Ação”	Com carga honorária de 2 (duas) horas, disponibilizado na plataforma Moodle. Intensificou as campanhas para conscientização do uso racional da água e energia.
28 e 29/05/2015	II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário	Participação de servidores da 3ª Região
11/08/2015	Documentário “Lixo Extraordinário”	Com promoção de debates sobre o assunto
08/2015	Virada Sustentável 2015 - Concurso “Arte com Sucata – Ressignificando Material Reciclável”	Participação de servidores e seus familiares no concurso, com realização de trabalhos manuais com materiais reciclados. Também houve exposição de fotos sobre a Construção da Horta Coletiva no espaço do CCA SEFRAS PERI.
27 e 28/08/2015	Virada Sustentável 2015: exposição da Mostra - “Arte que Revolucionava, Prática que Transformava”; Rodas de Conversas, com temas: - “Por uma alimentação sustentável: A responsabilidade de cada um”; - “Governança e Práticas de Sustentabilidade – BenchMais, As 311 melhores práticas em gestão socioambiental”; - “Alimentação Saudável e Sustentável”; - “Consumo Consciente e Sustentabilidade”	Com apoio da Seção Socioambiental, a Comissão Permanente de Gestão participou do evento.
12/2015	Projeto “Casa Aberta”	Participação de filhos de servidores e magistrados, com idades entre 4 e 11 anos, realizado dentro das dependências do TRF3R. No exercício de 2015, teve a participação do “Instituto Mais”, com apresentação prática aos participantes de culinária sustentável, inclusive com o preparo de brigadeiros com casca de banana.
-	Visita à cooperativa de catadores de materiais recicláveis (Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de São Mateus – COOPERLEST)	Visita pelos membros da CPGA à Cooperativa responsável pelo recolhimento dos materiais recicláveis do Tribunal, buscando a melhoria da coleta seletiva, tanto no âmbito institucional como no social.
-	Projeto “Disseminação de Práticas Sustentáveis” (SEI 0000477-98.2016.4.03.8000)	Objetivando orientar e conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados, quanto à prática correta de separação dos resíduos recicláveis e uso racional dos insumos naturais, como: água, energia, redução de copos, etc., mediante visitas às unidades de trabalho do TRF3R.

As contratações cujas cláusulas constaram critérios de sustentabilidade constam do Anexo XXI. Todas as licitações que permitiram a adoção e incorporação de critérios de sustentabilidade, o fizeram.

Dentre as ações em andamento e/ou planejadas para 2016, destacam-se:

- reforma das instalações hidráulicas e sanitárias do edifício Sede do TRF3R, considerando equipamentos economizadores de água, tais como caixas acopladas de baixo consumo, bem como torneiras temporizadas e dotadas de redutores de volume;

- segue, em estudo pelas áreas técnicas do TRF3R, a adoção de iluminação por lâmpadas LED que poderão permitir grande economia de energia elétrica, bem como a diminuição



do descarte de material congênere, tendo em vista a durabilidade dessas lâmpadas;

Em análise das providências adotadas pelo TRF3R, nota-se a preocupação constante da adoção de medidas que favoreçam o meio ambiente, com redução de consumo de água, de energia, e de materiais poluidores ou que favoreçam a predação e destruição do meio ambiente.

JFSP

(Fonte: Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços e NUCT)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado:	prejudicado	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	prejudicado	

Análise crítica

Principais ações realizadas na JFSP no exercício de 2015, relacionadas à sustentabilidade – Agenda A3P – MMA:

Tabela 30 – Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas na JFSP

-	“Mini Curso Água e Energia: Reflexão e Ação”	Capacitação de 319 agentes multiplicadores, por meio do curso online, divulgado entre as ações da JFSP na agenda do MMA e fomentando reflexões, debates e ações sobre o tema.
08/2015	Implantação de coleta seletiva na subseção da capital (recicláveis) e Araçatuba	Por meio de parceria com cooperativas de catadores (Contrato nº 10.079.10.15 e nº 10.081.10.15).
10/2015	Palestra “Sustentabilidade e o Futuro do Brasil.”	Convenção do Dia do Servidor Público.
-	Filmes: Benefícios da caminhada, Câncer Bucal, Combate à Dengue (premiado no 6º Troféu Graça Aranha de Cinema Independente), Outubro Rosa, Mudança Sustentável, Sustentabilidade – Água	-
Permanente	Campanha de coleta seletiva	Sensibilização de servidores e terceirizados, a partir de um plano de trabalho prevendo a atuação de agentes multiplicadores em cada fórum, em cumprimento ao Plano de Trabalho da A3P e elaboração de material informativo sobre água.



As informações sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pela JFSP estão disponíveis em <http://www.jfsp.jus.br/a3p/> e <http://intranet.jfsp.jus.br/assets/Uploads/adm/nucs/campanhas/2015-12-dengue-zica/ZikaVirus.pdf>.

Cabe salientar que a JFSP, ao longo do ano de 2015, implementou ações visando a economicidade e a sustentabilidade de recursos.

As contratações cujas cláusulas constaram critérios de sustentabilidade constam do Anexo XXI.

Destacam-se, ainda:

- instalação de controlador de vazão quando a pressão de água nas torneiras econômicas for demasiadamente alta;
- eliminação de vazamentos (torneiras, válvulas de descarga, caixas acopladas, sistemas de hidrantes e combate a incêndio, sistema hidráulico dos prédios).

Com essas medidas, foi constatada a redução do consumo de água no Fórum Criminal e Previdenciário, resultando economia mensal de cerca de R\$ 30.000,00 mensais (totalizando em torno de R\$ 360.000,00 anuais).

JFMS

(Fonte: Núcleos de Apoio Administrativo e Judiciário da JFMS)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Há política de sustentabilidade ambiental adotada na unidade?		X
2.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
3.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
4.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012 ou norma equivalente?		X
5.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 6 a 9.		X
6.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
7.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
8.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado:	prejudicado	
9.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.	prejudicado	

Análise crítica

Desde a publicação da PORT TRF3R nº 5.457, de 5 de junho de 2008, que instituiu a Comissão de Gestão Ambiental da 3ª Região, houve uma profunda mudança cultural e conscientização de magistrados e servidores da SJMS a respeito da aplicação de medidas efetivas para o combate ao desperdício e práticas de sustentabilidade e reciclagem de materiais.

Foram incorporadas práticas de reciclagem de materiais, como a disposição de recipientes para coleta de material reciclado e pilhas já utilizadas. Houve também a intensa adesão às diversas campanhas sobre o tema na 3ª Região.

Mesmo com todos os avanços, há muitos novos desafios que a serem superados. Existe a necessidade de se aprimorar institucionalmente a atividade de Gestão Ambiental, incorporando-se a utilização de indicadores, para um maior controle e gerenciamento das práticas, medindo-se a evolução da adesão às práticas de sustentabilidade.

Principais ações realizadas na JFMS no exercício de 2015, relacionadas à



sustentabilidade:

Tabela 31 – Ações relacionadas à sustentabilidade realizadas na JFMS

Alterações no Programa de Coleta Seletiva Solidária, da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	Publicação da Portaria 0940194/2015
Publicação para habilitação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis	Consoante o Decreto nº 5.940/2009
Inclusão de cláusulas específicas, relacionadas à sustentabilidade ambiental, em diversos contratos celebrados pela SJMS	Processos SEI: - 1378-94.2015.403.8002 - 1807-95.2014.403.8002 - 1943-58.2015.403.8002 - 2483-09.2015.403.8002

As contratações cujas cláusulas constaram critérios de sustentabilidade constam do Anexo XXI.

A JFMS tem envidado esforços para bem desempenhar seu papel de agente indutor de práticas mais sustentáveis nos padrões de produção e consumo, buscando a redução de impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública, contribuindo, dessa forma, com o crescimento sustentável e promovendo a responsabilidade socioambiental.

Com isso, nos processos de contratação de fornecimento de bens e serviços ou na realização de obras, são identificados os impactos ambientais que poderão ser gerados, buscando a redução ou a eliminação dos riscos ambientais que a contratação pode trazer para o meio ambiente.

Com fundamento técnico, são exigidas dos contratados provas de capacidade técnica ambiental, experiência profissional, além de utilização de equipamentos e insumos que cooperem com a redução das implicações ambientais da execução do contrato.

Do quadro preenchido com as cláusulas e critérios de sustentabilidade ambiental constantes dos contratos, verifica-se a aplicação prática dos esforços de redução de danos ambientais, por exemplo, com a exigência de apresentação, pelas contratadas, do licenciamento junto às autoridades sanitárias e ambientais, o correto descarte de materiais, como embalagens, resultantes da execução do contrato, a proteção dos funcionários com equipamentos de segurança.

Também foram verificadas exigências quanto à coleta e reciclagem dos resíduos gerados pela unidade, a manutenção dos equipamentos e o reuso para economia de água, a utilização de equipamentos que consumam menos energia elétrica, que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde dos trabalhadores, além da aquisição de produtos que não produzam gases prejudiciais à camada de ozônio.

Dentre as ações em andamento e/ou planejadas para 2016, destacam-se:

- Adesão da JFMS à A3P, do Ministério do Meio Ambiente –MMA;
- Melhoria do gerenciamento e contabilização dos efeitos das campanhas de conscientização, com vistas ao registro de metas, em consonância com objetivos da JF3R e ao Planejamento Estratégico;
- Implantação de Plano de Logística Sustentável, em conformidade com a RES CNJ nº 201, de 3 de março de 2015;
- Realização de campanhas de conscientização, com o objetivo de atingir as metas de gestão ambiental previamente estipuladas;
- Fomento da participação de agentes multiplicadores de gestão ambiental, conforme estipulado na PORT TRF3R nº 5.809, de 04 de agosto de 2009.

8.4.2 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

As contratações de bens e serviços com critérios de sustentabilidade ambiental estão



detalhadas no Anexo XXI deste Relatório de Gestão.



9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.1.1 – Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU em acórdãos

9.1.1.1 – Deliberações atendidas

Durante o exercício de 2015 foram recebidas 18 deliberações do TCU englobando 7 acórdãos e 11 diligências para cumprimento. Tanto as determinações provenientes de acórdãos como as solicitações constantes das diligências foram totalmente cumpridas. Dentre as diversas determinações, destacamos duas ocorrências pelo impacto provocado na gestão.

1.1.1) Ofício nº 16.401/2014-TCU/SEFIP. Acórdão nº 3.445/2014-TCU-Plenário: (Processos SEI 0000318-92.20154.03.8000, 0008145-57.2015.4.03.8000, 0008143-87.2015.4.03.8000 e 0007840-73.2015.4.03.8000).

Determinação: 9.1. determinar ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Tribunais Regionais Federais que passem a observar o preenchimento do requisito do tempo mínimo de cinco anos no cargo, independentemente de ser de carreira ou isolado, tanto para a concessão de aposentadoria quanto de abono de permanência, em consonância com o que dispõem a Constituição Federal (art. 40) e as Emendas Constitucionais nºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005;”

A fim de dar cumprimento ao v. Acórdão, a UCON solicitou aos gestores de pessoal da JF3R, além da observância do quanto decidido para as futuras concessões, a apresentação de relação completa dos servidores e magistrados já beneficiados pelo abono de permanência com indicação do fundamento legal de tal concessão.

Da análise dos processos de concessão do benefício, verifica-se que todos obedeceram ao requisito do tempo mínimo de cinco anos no cargo, com exceção dos Desembargadores Federais Toru Yamamoto, Maria Lucia Lencastre Ursaia e Gilberto Rodrigues Jordan, cujas aquisições do direito à aposentadoria se deram em cargos diversos dos atualmente ocupados pelos beneficiários.

Todavia, ante a decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 33.456/DF, em trâmite no E. STF, que determinou a suspensão dos efeitos do Acórdão TCU nº 3.445/2014-Plenário aos representados pela Associação Nacional dos Juizes Federais – AJUFE, entidade à qual são filiados os mencionados magistrados, restou mantido o recebimento do abono de permanência por estes até o julgamento do *mandamus*.

1.1.2) Acórdão nº 1176/2015 – TCU – Plenário (Processo SEI nº 0012836-17.2015.4.03.8000):

Determinação: “[...] 9.2. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de



2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos: 9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas: 9.2.1.1. as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.1.2. a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004); 9.2.2. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição Federal desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012); 9.2.3. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações não compute a seguinte parcela: 9.2.3.1. o adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004; 9.2.4. no cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009; 9.3. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as seguintes orientações: 9.3.1. quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no §1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004; 9.3.2. a inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito, e 9.3.3. as diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência; 9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas



respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras: 9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos; 9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão; 9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno; 9.4.4. no caso de aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão; 9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamento, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis. 9.5. determinar, ainda, aos órgãos de controle interno financeiro que atuam junto aos órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos relatórios de auditoria de gestão atinentes às respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, façam constar expressamente informação específica sobre o efetivo cumprimento, ou não, da determinação contida no item 9.4 deste Acórdão. [...]”

Em atendimento ao quanto determinado, foi solicitada aos gestores de pessoal da JF3R a comunicação das medidas adotadas para cumprimento das diretivas contidas no item 9.4 do aludido Acórdão, com a apresentação da relação de todos os servidores e magistrados cujos proventos de aposentadoria sejam calculados pela média das remunerações contributivas; a relação dos servidores e magistrados cujas concessões tenham sido objeto de revisão, em razão do Acórdão a que se alude, indicando o respectivo ato de alteração no sistema Sisac; e a explicitação das providências tomadas para a regularização dos valores pagos, indicando a competência-folha em que serão processadas.

Realizado o levantamento pelas áreas gestoras, a Divisão de Folha de Pagamento procedeu à verificação dos cálculos dos proventos de aposentadoria calculados com base na média das remunerações contributivas, a fim de adequá-los ao determinado no item 9.4 do v. Acórdão.

Por meio da Informação nº 1347893, de 21/09/2015, a SEGE do TRF3R esclareceu que, conforme informações prestadas pela Divisão de Folha de Pagamento, foram processadas revisões de 11 (onze) aposentadorias que estavam em desacordo com o mencionado Acórdão, com inserção de novos atos no sistema Sisac, sendo 9 (nove) de servidores pertencentes ao quadro de pessoal do TRF3R e 2 (dois) de servidores pertencentes à JFSP.

Por sua vez, verificou-se que, das revisões processadas, 4 (quatro) atos já haviam sido registrados pelo TCU nos últimos cinco anos, enquadrando-se na hipótese do item 9.4.5 do Acórdão em apreço, sendo tal ocorrência comunicada ao TCU através do Ofício 1420426-PRESI/GABPRES/UCON, protocolado em 23/10/2015.

Ademais, conforme decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R, publicada em 01/10/2015, foi dispensada a devolução dos valores recebidos indevidamente pelos servidores inativos beneficiados por pagamentos originados dos cálculos incorretos da Administração, fundados em interpretação equivocada da legislação, anteriores ao implemento dos novos critérios de cálculos constantes do aludido Acórdão, com aplicação da Súmula TCU nº 249 aos casos concretos.



9.1.1.2 – Deliberações pendentes de atendimento

Tabela 32 – Deliberação do TCU pendentes de atendimento

Processo 011.770/2006-0: atos de aposentadoria das servidoras Selma Maria Quaggio Meirelles (CPF nº 061.617.358-06); Nely Lea de Castro (CPF 045.642.788-00) e Maria Aparecida Ostan (CPF 528.680.368-72) julgados ilegais pelo TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.770/2006-0	2712/2006 e 947/2008 – Primeira Câmara	9.1/9.4	DE	Ofícios nº 3121/2006, de 03/10/2006; Ofício nº 1216/2008 e Diligência nº 01152/2008-TCU/Sefip, de 08/4 e 27/8/2008, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JFSP					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Atos de aposentadoria das servidoras Selma Maria Quaggio Meirelles (CPF nº 061.617.358-06); Nely Lea de Castro (CPF 045.642.788-00) e Maria Aparecida Ostan (CPF 528.680.368-72) julgados ilegais pelo TCU. <u>Acórdão 2712/2006 – Primeira Câmara</u> “9.1. considerar ilegais atos referentes a ex-servidoras, negando-lhes os respectivos registros; 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, ressaltando, no que se refere à vantagem paga a título de diferença pessoal, que essa dispensa incide, apenas, sobre as parcelas recebidas indevidamente até junho de 2000, data da prolação da Decisão nº 463/2000-Plenário, conforme orientação adotada pela Decisão nº 756/2000-Plenário; (Nova redação dada pelo AC-0947-09/08-1.) 9.3. determinar à JF3R que: 9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da CF e 262, caput, do Regimento Interno do TCU; 9.3.2. comunique às ex-servidoras a respeito deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.3.3. adote as providências cabíveis, nos termos do arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/1990, com vistas ao ressarcimento junto às ex-servidoras das importâncias recebidas, a partir de julho de 2000, em razão da vantagem consignada no subitem 9.2 acima; 9.3.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novos atos de aposentadoria das interessadas, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU; 9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima, representando a este Tribunal, caso necessário.” <u>Acórdão 947/2008 – Primeira Câmara</u> “9.1. não conhecer do pedido de reexame oposto pela inativa Nely Léa de Castro, ante a perda do interesse em recorrer, decorrente da desistência protocolada em 25/6/2007; 9.2. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e pela inativa Selma Maria Quaggio Meirelles, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a alterar o item 9.2 do Acórdão nº 2.712/2006-TCU-1ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação: ‘9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, ressaltando, no que se refere à vantagem paga a título de diferença pessoal a optantes pela remuneração do cargo efetivo, que essa dispensa incide, apenas, sobre as parcelas recebidas indevidamente até abril de 2003, data da manifestação definitiva desta Corte de Contas acerca da ilegalidade da					



vantagem”;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes”.

Diligência 01152/2008 – TCU/Sevip:

Solicitação de encaminhamento ao TCU da seguinte documentação:

“a) *contracheques atuais das servidoras: Maria Aparecida Ostan, Selma Maria Quaggio Meirelles e Nely Léa de Castro;*

b) *comprovantes de ressarcimento aos cofres públicos das importâncias indevidamente percebidas por Maria Aparecida Ostan e Selma Maria Quaggio Meirelles (a partir de maio de 2003, consoante Acórdão nº 947/2008-TCU-1ª Câmara (subitem 9.2);*

c) *comprovantes de devolução das importâncias indevidamente percebidas por Nely Léa de Castro; após ciência do Acórdão nº 2712/2006-TCU-1ª Câmara, conforme subitem 9.3.2 do referido Acórdão”.*

Cumprida conforme Ofício nº 106/08-UCON, datado de 30/09/2008.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Sector Responsável pela Implementação

Unidades de CI e áreas de Gestão de Pessoal da JFSP

Código SIORG

Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Interessada: Selma Maria Quaggio Meirelles.

Situação anterior:

Acórdãos cumpridos. Segundo informação prestada pela Seção de Folha de Pagamento da JFSP, através do Memorando nº 093/2008-SUFO, datado de 23/09/2008, a servidora já havia deixado de receber a DIF. PESSOAL DAS 4, 5 E 6 desde setembro de 1998.

Ficha Sisac nº 20782411-04-2008-000056-9, emitida com a supressão da vantagem julgada ilegal, aguardando julgamento pelo TCU.

Situação em 31/12/2015:

Ficha Sisac nº 20782411-04-2008-000056-9 aguardando julgamento pelo TCU.

Interessada: Maria Aparecida Ostan

Situação anterior:

Foi impetrado mandado de segurança (MS nº 2003.61.00.020747-2), tendo sido concedida liminar em 04/9/2003, suspendendo, até decisão final, a redução nos proventos decorrentes da cessação do pagamento da vantagem Diferença Pessoal DAS 4, 5 e 6, determinada pelo TCU.

Em 29/10/2008, o Órgão Especial do TRF3R, por unanimidade, denegou a ordem, cassando a liminar anteriormente deferida, suspendendo o pagamento em apreço.

Houve interposição de Recurso Ordinário (RMS/STJ nº 32706), recebido no efeito devolutivo em 9/5/2010 e julgado em 15/02/2011, ao qual foi dado parcial provimento, para afastar a determinação de restituição dos valores pagos nos meses anteriores a maio de 2003.

Opostos Embargos de Declaração, foram esses rejeitados.

Transitado em julgado o acórdão em 13/12/2011.

Em atendimento ao determinado no Ofício 12/2011-UCON/DAUD/RANG, o órgão de gestão de pessoal da SJSP procedeu à regularização do título declaratório de inatividade da servidora e à inserção de nova ficha Sisac (nº 20782411-04-2011-000009-0), com exclusão da vantagem “DIF PES OF DAS 4,5,6”, comunicado à SEFIP/TCU pelo Ofício nº 100/2011-UCON/DAUD/RANG, em 27/05/2011.

Através do Acórdão nº 2486/2012 – 1ª Câmara, prolatado no Processo TC-005.322/2012-0, o ato de aposentadoria relativo à Ficha Sisac nº 20782411-04-2011-000009-0, foi julgado legal pelo TCU.

Conforme informação prestada pela unidade de CI da SJSP, a reposição das quantias indevidamente recebidas vem sendo efetuadas em folha de pagamento, desde janeiro de 2010.

Situação em 31/12/2015:

Nos termos da informação prestada pela unidade de Núcleo de Folha de Pagamento da SJSP, constante do processo SEI nº 0001211-20.2014.4.03.8000, o saldo a ressarcir foi liquidado na folha de pagamento de janeiro de 2016, corrigido pelos índices previstos na Resolução nº 224/2012- CJE, alterada pela Resolução nº 275/2013- CJE, e que cumpre a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no processo nº 2003.61.00.020747-2, que alterou o período a ser descontado.

Interessada: Nely Lea de Castro

Situação anterior:

Foi obtida medida liminar, nos autos da ação de rito ordinário 0065368-87.2011.4.01.3400, restabelecendo os termos do Ato nº 4268, de 30/4/1999, julgado ilegal pelo Acórdão 2712/2006-TCU-1ª Câmara e mantido pelo Acórdão TCU 947/2008, da mesma Câmara. Houve interposição de agravo de instrumento pela União Federal, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, face à decisão concessiva da liminar, concluso para decisão desde 11/01/2012 (Processo nº 0000420-20.2012.4.01.0000).

Na Ação Ordinária nº 0065368-87.2011.4.01.3400, em curso na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito



Federal, foi proferida sentença cassando a liminar anteriormente concedida. Apresentou a interessada recurso de Apelação, o qual foi distribuído em 04/09/2015.

Proferida decisão negando seguimento ao Agravo de Instrumento interposto (Processo nº 0000420-20.2012.4.01.0000), apresentou a União Federal recurso de Agravo Regimental, pendente de julgamento desde 07/12/2015.

Situação em 31/12/2015:

Recurso de Apelação interposto nos autos da Ação Ordinária nº 0065368-87.2011.4.01.3400 conclusos para julgamento desde 07/12/2015.

Verifica-se no sistema Sisac sete fichas, aguardando julgamento pelo TCU, inseridas com vistas à regularização da aposentadoria da servidora (nº 20782411-04-2012-000020-3, 20782411-04-2012-000021-1, 20782411-04-2012-000022-0, 20782411-04-2012-000025-4 e 20782411-04-2013-000012-5, 20782411-04-2015-000017-1, 20782411-04-2015-000016-3).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: Monitoramento pela unidade de CI do TRF3R das providências tomadas pelos gestores para cumprimento das deliberações. Não há fatores negativos a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: UCON - Expediente 7/2013 - UCON/RCAT, Processos SEI 0016489-61.2014.4.03.8000 e 0001211-20.2014.4.03.8000, Processo Judicial 0065368-87.2011.4.01.3400 e unidade de CI da JFSP)

Processo 007.637/2006-4: atos de aposentadoria dos servidores Ivo Augusto Feliciano (CPF nº 003.259.888-20), Orlando Mello (CPF 030.894.448-87) e Rubens Fontes (CPF 060.933.028-49) julgados ilegais.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.637/2006-4	3553/2008 – Primeira Câmara	9.1/9.2/9.3	DE	Ofício nº 2688/2008-TCU/Sefip, de 30/10/2008
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Atos de aposentadoria dos servidores Ivo Augusto Feliciano (CPF nº 003.259.888-20), Orlando Mello (CPF 030.894.448-87) e Rubens Fontes (CPF 060.933.028-49) julgados ilegais. Foram impetrados Mandados de Segurança pelos interessados, no STF, obtendo-se medidas liminares que obstaram o cumprimento da determinação de suspensão dos pagamentos das parcelas consideradas ilegais em seus atos de aposentadorias (quintos, opção e diferença pessoal DAS 4,5,6). O Acórdão TCU 3553/2008 – Primeira Câmara determinou o acompanhamento das ações mandamentais para efeito de ressarcimento das quantias pagas indevidamente, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, caso a decisão judicial final venha a confirmar o entendimento firmado pelo TCU, no sentido de ser indevida a incorporação de quintos, opção e diferença pessoal DAS 4,5,6 a servidores não investidos em cargos em comissão e que ocupem, apenas, cargos efetivos com remuneração equiparada. <u>Acórdão 3553/2008 – Primeira Câmara</u> “9.1 determinar à JF de 1º e 2º graus da 3ª Região/SP que acompanhe o andamento dos Mandados de Segurança nº 27.804-DF, 27.084-DF e 27.802-DF, que tramitam no STF e, uma vez denegada a segurança que garante a continuidade dos pagamentos irregulares, adote medidas para promover a restituição dos valores pagos indevidamente, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; 9.2 determinar o arquivamento dos autos. 9.3 dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.” <u>Interessado: Ivo Augusto Feliciano</u> Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelos Acórdãos nº 3032/2007 e 3617/2007, bem como pelo Acórdão 1080/2007, mantido pelo de nº 298/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000044-4 e 20782411-04-2001-000018-3. O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.083, autuado em 21/12/2007.					



Interessado: Orlando Mello

Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelo de nº 3032/2007, bem como pelo Acórdão 1226/2007, mantido pelo de nº 299/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000043-6 e 20782411-04-2001-000020-5.

O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.082, autuado em 21/12/2007.

Interessado: Rubens Fontes

Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelo de nº 3032/2007, bem como pelo Acórdão 1226/2007, mantido pelo de nº 299/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000042-8 e 20782411-04-2001-000021-3.

O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.084, autuado em 21/12/2007.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidade de CI e área de gestão de pessoal da JFSP	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Interessado: Ivo Augusto Feliciano

Situação anterior:

Prolatada decisão nos autos do Mandado de Segurança nº 27.083-DF que, concedendo a segurança, cassou "(no que concerne à parte ora impetrante) o Acórdão nº 2944/2006 e o Acórdão nº 3032/2007, todos emanados da colenda Primeira Câmara do E. Tribunal de Contas da União".

Interposto agravo regimental pela Advocacia Geral da União, foi ao mesmo negado provimento.

Situação em 31/12/2015:

Publicado o acórdão que negou provimento ao agravo regimental da Advocacia Geral da União em 27/02/2015. Opostos Embargos de Declaração em 27/02/2015, os quais foram rejeitados (19/05/2015). Trânsito em julgado do acórdão em 21/08/2015. Baixa dos autos ao arquivo em 21/08/2015.

Interessado: Orlando Mello

Situação anterior:

Mandado de Segurança nº 27.082-DF: conclusos ao relator desde 24/04/2013

Situação em 31/12/2015:

O Relator Ministro Luiz Fux submeteu a questão à Presidência para deliberação sobre a ocorrência de prevenção, uma vez que "contra os mesmos acórdãos do TCU, referentes à TC 007.637/2006-4, Ivo Augusto Feliciano e Rubens Fontes impetraram, respectivamente, o MS 27.083 e o MS 27.084, ambos distribuídos ao Min. Celso de Mello, que já proferiu decisão de mérito nos autos". Não foi reconhecida a prevenção (09/03/2015). Concedida a segurança, por decisão monocrática, "apenas para determinar que novo julgamento seja realizado pela Corte de Contas, com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório" (27/04/2015). Foi interposto agravo regimental em 21/05/2015, o qual não foi provido (08/09/2015). Houve a juntada de petições não especificadas, encontrando-se autos conclusos ao relator desde 02/10/2015.

Comunicado o Núcleo de Administração Funcional acerca do julgamento do Mandado de Segurança, foi enviada ao Supremo Tribunal Federal cópia da certidão de óbito do servidor, falecido em 30.01.2013, para fins de instrução do processo. Informou, ainda, o NUAf que o servidor não possui beneficiários. A situação do servidor foi comunicada ao TCU pela UCON em 07/07/2015. No momento, aguarda-se reposta do TCU (Processo SEI 0009863-89.2015.4.03.8000).

Interessado: Rubens Fontes

Situação anterior:

Prolatada decisão nos autos do Mandado de Segurança nº 27.084 que, concedendo a segurança, cassou "(no que concerne à parte ora impetrante) o Acórdão nº 2944/2006 e o Acórdão nº 3032/2007, todos emanados da colenda Primeira Câmara do E. Tribunal de Contas da União". Interposto agravo regimental pela Advocacia Geral da União, a que foi negado provimento em 07/10/2014.

Decisão encaminhada ao CI da SJSP para ciência e eventuais providências.

Situação em 31/12/2015:

Trânsito em julgado do acórdão em 11/02/2015. Baixa definitiva dos autos ao arquivo em 11/02/2015 (Processo SEI 0009140-07.2014.4.03.8000).

Após a prolação de decisão pelo STF nos autos do Mandado de Segurança, a JFSP emitiu os formulários Sisac nºs 20782411-04-2014-000063-2 e 20782411-04-2014-000064-0, que deram cumprimento à decisão judicial. O TCU, ao ser cientificado da decisão, retomou o julgamento que estava sobrestado desde a prolação do Acórdão nº 279/2008, oportunidade em que foi proferido o Acórdão nº 1350/2015, que considerou prejudicado, por perda de objeto, o ato de Rubens Fontes, em face dos efeitos financeiros terem se esaurido. As Fichas Sisac aguardam julgamento (processo SEI 0009259-31.2015.4.03.0000).



Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: acompanhamento sistemático e periódico do andamento dos Mandados de Segurança nºs 27.082-DF, 27.083-DF e 27.084-DF, pela UCON. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: UCON - Expediente 6/2013 - UCON/RCAT, Processos SEI 0009863-89.2015.4.03.8000 e 0009259-31.2015.4.03.0000, Mandados de Segurança STF nº 27.082-DF, 27.083-DF e 27.084-DF e unidade de CI da JFSP).

Processo 028.017/2009-5: Consulta. Critérios para a concessão e manutenção do benefício pensional à filha solteira maior de 21 anos, com fundamento no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, c/c a Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980. Conhecimento em caráter excepcional. Esclarecimentos a respeito da matéria.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	028.017/2009-5	892/2012 TCU/Plenário	9.1, 9.2 e 9.3	DE	Ofício-Circular nº 0299/Sefip, de 29/5/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Consulta. Critérios para a concessão e manutenção do benefício pensional à filha solteira maior de 21 anos, com fundamento no parágrafo único do art. 5º da lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, c/c a lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980. Conhecimento em caráter excepcional. Esclarecimentos a respeito da matéria. <i>“9.1. conhecer da presente consulta, em caráter excepcional, para responder à consulente nos seguintes termos:</i> <i>9.1.1. Questão nº 1: a filha solteira maior de 21 anos, para fazer jus à pensão da Lei nº 3.373/1958, c/c a Lei nº 6.782/1980, deverá comprovar a dependência econômica em relação ao instituidor da pensão?</i> <i>Resposta: SIM, lembrando que a dependência econômica constitui requisito cujo atendimento é indispensável tanto para a concessão da pensão quanto para a sua manutenção, ou seja, a eventual perda de tal dependência por parte da pensionista significará a extinção do direito à percepção do benefício em referência.</i> <i>9.1.2. Questão nº 2: a filha solteira maior de 21 anos poderá acumular os proventos de aposentadoria percebidos sob o Regime Geral de Previdência Social com a pensão deferida com fundamento na Lei nº 3.373, de 1958?</i> <i>Resposta: NÃO, salvo se os proventos de aposentadoria percebidos sob o Regime Geral de Previdência Social representarem renda incapaz de proporcionar subsistência condigna, situação a ser verificada mediante análise caso a caso, conforme explicação constante dos itens 29 a 39 do voto que fundamenta este acórdão.</i> <i>9.1.3. Questão nº 3: o simples fato de a filha solteira maior de 21 anos titularizar cargo público ou ser aposentada sob o Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enseja, imediatamente, a extinção do direito à percepção do benefício instituído com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958?</i> <i>Resposta: SIM, cumprindo esclarecer que se incluem ainda entre as razões para a extinção do direito à percepção de tal benefício qualquer outro fato que descaracterize a dependência econômica da beneficiária em relação ao instituidor da pensão, consoante resposta dada à questão nº 1.</i> <i>9.1.4. Questão nº 4: uma vez constatada a situação da questão anterior, deverá a administração facultar à beneficiária de pensão a possibilidade de, a qualquer tempo, optar pela situação mais vantajosa, consoante disposto na Súmula nº 168, do Tribunal de Contas da União?</i> <i>Resposta: NÃO, posto que inexistente amparo legal para que a administração faculte à beneficiária a opção cogitada, cabendo reiterar que, conforme a resposta dada à questão anterior, qualquer uma das situações ali aventadas, ou algum outro fato que descaracterize a dependência econômica da pensionista em relação ao instituidor da pensão, enseja a extinção irreversível do direito à percepção do sobredito benefício.</i> <i>9.1.5. Questão nº 5: o fator impeditivo para a percepção do benefício previsto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958, qual seja, "ocupante de cargo público permanente" estará caracterizado se a filha solteira maior de 21 anos for nomeada para cargo em comissão, tiver sido contratada com supedâneo na Lei nº 8.745, de 1993, ou for empregada de empresa pública ou sociedade de economia mista, e, por conseguinte, deverá ser suspensa a pensão?</i> <i>Resposta: SIM, mas não em razão de as ocupações mencionadas se equipararem a cargo público permanente, e sim por causa da percepção de renda própria, desde que o ganho auferido, não só pelo exercício das ocupações aí indicadas, como também de algum outro trabalho regularmente remunerado, resultar em rendimento capaz de proporcionar subsistência condigna, conforme verificação a ser procedida caso a caso (v. itens 29 a 39 do voto</i>					



precedente), porquanto isso descaracterizaria a dependência econômica, requisito que, conforme já dito, deverá ser atendido por parte da filha solteira maior de 21 anos tanto para a concessão da pensão quanto para a sua manutenção.

9.1.6. Questão nº 6: para que seja beneficiária da pensão prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958, a filha solteira deve ser menor de 21 anos na data do óbito do instituidor da pensão?

Resposta: NÃO.

9.2. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Jurisprudência da Corte de Contas, para que avalie a necessidade de alteração ou revogação da Súmula-TCU nº 168;

9.3. encaminhar cópia das mesmas peças (relatório, voto e acórdão) à Consulente, à Controladoria-Geral da União, ao CNJ, ao Conselho Nacional do Ministério Público e aos órgãos de controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário, para ciência e orientação junto às unidades jurisdicionadas.”

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidades de CI e áreas de Gestão de Pessoal da JF3R	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Por meio do Ofício-Circular nº T3-OCI-2012/00049, foi o Acórdão TCU nº 892/2012 – Plenário encaminhado às áreas operacionais, consultando quanto a possíveis pensões concedidas a filhas solteiras de ex-servidores ou magistrados.

Apresentaram as áreas técnicas os seguintes dados acerca da existência de pensionistas inseridas nas condições tratadas do v. Acórdão:

- SJMS – inexistência de pensionistas;
- SJSP – 13 (treze) pensionistas;
- SEGE/TRF3R – 3 pensionistas;
- SCAJ/TRF3R – 2 pensionistas

Após nova diligência, a unidade de CI do TRF3R constatou a necessidade de alinhamento dos procedimentos de controle das pensões vigentes aos termos do acórdão TCU nº 892/2012, com realização de recadastramento anual das pensionistas e aferição dos requisitos à continuidade da percepção do benefício.

Situação em 31/12/2015:

Proc. SEI nº 0003275-03.2014.4.03.8000

Processo autuado pela UCON, para monitoramento dos procedimentos de controle e recadastramento das pensionistas beneficiárias da pensão tratada no Acórdão TCU nº 892/2012-Plenário.

Prestadas informações pelas áreas operacionais acerca do recadastramento efetuado, foram autuados processos em separado para análise das situações em concreto, conforme segue:

SCAJ – Processos SEI nº 0002771-94.2014.4.03.8000 e 0008597-04.2014.4.03.8000;

JFSP – Processos SEI nº 0007684-19.2014.4.03.8000, 0027494-77.2014.4.03.8001, 0027664-49.2014.4.03.8001 e 0021823-73.2014.4.03.8001;

SEGE – Processo SEI nº 0009254-43.2014.4.03.8000

Proc. SEI nº 0002771-94.2014.4.03.8000

Pensionista SCAJ (Marília Nogueira Barreto):

Processo autuado pela SCAJ, para análise da situação da pensionista Marília Nogueira Barreto, beneficiária da pensão instituída pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Hélio Kerr Nogueira.

Por força do Ato nº 12.402, de 22/07/2014 – TRF3R, foi determinada a cessação da cota de pensão temporária concedida a Marília Barreto Nogueira, revertendo-a à beneficiária Dilza Amaral Nogueira, ante a ausência de comprovação da existência de dependência econômica da pensionista em relação à pensão instituída.

Informou a Seção de Magistrados e Ações Judiciais da JFSP, nos autos do Processo SEI 0023241-46.2014.4.03.8001, que na data em que foi recebido o referido ato, a folha de pagamento de agosto de 2014 já estava fechada, “dessa forma, foram excluídos, a partir da folha de pagamento de setembro de 2014, os lançamentos referentes ao pagamento da pensão temporária em nome da Marília Barreto Nogueira. Com relação às pensões pagas nos meses de julho e agosto de 2014, foi elaborada a memória de cálculo (documento 0637176), computando os valores dos referidos meses e a Gratificação Natalina, resultando um saldo a ressarcir a esta Seção Judiciária por parte da Sra. Marília Barreto Nogueira, no valor de R\$19.162,04 (dezenove mil, cento e sessenta e dois reais e quatro centavos)”.

Em 20/05/2015, manifestou-se novamente a Seção de Magistrados e Ações Judiciais da SJSP informando que, em 29/04/2015, houve repasse financeiro para efetivação do pagamento do orçamento por exercícios findos, que havia sido inscrito em restos a pagar em 31/12/2014, conforme orientação do Conselho da Justiça Federal. Comunicou que “conforme ordem cronológica estabelecida pelo artigo 13 da Resolução nº 224/2012-CJF, o repasse possibilitou o pagamento parcial do saldo devido aos magistrados ativos, inativos e pensionistas, da P.A.E. - Parcela Autônoma de Equivalência, decorrente do Processo n.º 2006.16.0031-CJF, cuja competência compreende o período de setembro de



1994 a dezembro de 1999”, bem como que, conforme planilha de cálculo do referido passivo, o repasse possibilitaria o pagamento de R\$66.566,20 (sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavo) brutos à pensionista em questão, que corresponde a 86,14% do saldo pendente de pagamento. O processo aguarda manifestação desta Subsecretaria de Controle Interno acerca da parcela do montante a ser pago à pensionista e a parcela a ser paga à Sra. Dilza Amaral Nogueira, viúva e beneficiária da pensão vitalícia.

Interposto Recurso Administrativo pela pensionista, foi indeferido o pedido de efeito suspensivo, sendo os autos distribuídos ao Exmo. Desembargador Federal Antonio Cedenho, no CJF3R. Foi apresentada “rerratificação” ao recurso administrativo em 28/11/2014.

O processo foi incluído na pauta de julgamento da Sessão do CJF3R do dia 01/10/2015. Apresentado memorial em 30/09/2015. O julgamento foi adiado por indicação do Relator. Na sessão seguinte (15/10/2015), o julgamento foi adiado novamente. O processo foi incluído na pauta da sessão de 05/11/2015, tendo o CJF3R, por unanimidade, negado provimento ao recurso.

Proc. SEI nº 0008597-04.2014.4.03.8000

Pensionista SCAJ: Maria Luiza Dias de Moura

Processo autuado pela SCAJ, para análise da situação da pensionista Maria Luiza Dias de Moura, beneficiária da pensão instituída pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Celso Dias de Moura.

Por meio da Informação nº 0356802, de 14/02/2014, constante do processo SEI 0002771-94.2014.4.03.8000, observou a SCAJ a situação da pensionista que, embora beneficiária da pensão, exercia o cargo de advogada na Caixa Econômica Federal, fato este já informado nos recadastramentos realizados em 2002 e 2013.

Submetida a questão à unidade de CI do TRF3R, foi emitido parecer pela Divisão de Análise de Legalidade opinando pela representação ao Tribunal de Contas da União, na forma do artigo 237, II, de seu Regimento Interno, ressaltando que “a competência do E. Tribunal de Contas da União para o trato da questão, tendo em vista que a relação de emprego cuja compatibilidade com a pensão se discutia, comporia o ‘substrato fático-jurídico de ato já submetido a registro do órgão de Controle Externo’, consistente no Ato nº 6151, de 08/11/2002, que revertera em favor da ora interessada a cota antes destinada à pensão permanente”. A Presidência desta Corte determinou a representação ao Tribunal de Contas da União em 02/12/2014.

Houve nova manifestação do Controle Interno em razão da verificação de equívoco no exame de registro do Ato nº 6151/2002, oportunidade em que a DALE se manifestou pela “*prossegução do processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, intimando-se a pensionista, consoante determina o artigo 44 da lei citada, para exercício do contraditório e da ampla defesa, inclusive manifestação a respeito do novo documento colacionado por esta unidade de Controle Interno*”.

Foi apresentada manifestação pela interessada requerendo a manutenção da percepção da pensão sem novas exigências (04/05/2015). Determinada a cessação do benefício pelo Presidente desta Corte, em 30/06/2015, por meio do Ato nº 12.883. O referido ato foi tornado sem efeito, por meio do Ato nº 12.961, em razão do Parecer de Força Executória GHA/PRU3 nº 019/2015 e a decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0013535-82.2015.4.03.6100, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela (27/07/2015).

A Ação Ordinária 0013535-82.2015.4.03.6100 foi proposta pela pensionista contra União, objetivando, em tutela antecipada, o restabelecimento do pagamento da pensão temporária. O feito foi distribuído em 14/07/2015 e foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela “*para determinar o imediato restabelecimento, desde a data da cassação, da pensão temporária*” (16/07/2015). Em 29/01/2016, foi proferida sentença que julgou procedente o pedido. No momento, aguarda-se a publicação da sentença.

Proc. SEI nº 0007684-19.2014.4.03.8000.

Pensionistas JFSP (Adriana Parravano Neves, Amélia Saggese, Ana Cláudia Braga Gonçalves, Carmen Rosa dos Santos, Eliana Aparecida de Abreu Pereira, Gabriela Carvalho Gabriel, Maria de Fátima Almeida Ferreira, Marilene Pereira da Silva, Neusa Quitto, Rosa Maria da Silva, Rosa Maria dos Santos, Rosângela Quitto e Thaís Aparecida Ribeiro Quitto):

Processo autuado pela JFSP, para levantamento das pensionistas beneficiárias de pensões instituídas por servidores daquela Seção Judiciária. Foram as pensionistas intimadas a comprovar a existência de dependência econômica em relação às pensões instituídas. Analisada a documentação apresentada foram detectados dois casos em que a dependência não restou comprovada: pensionistas Ana Cláudia Braga Gonçalves e Amélia Saggese. A fim de dar prosseguimento à análise dos benefícios pagos às duas pensionistas foram autuados novos processos em apartado:

Processo SEI 0027494-77.2014.4.03.8001 – Amélia Saggese

Processo SEI 0027664-49.2014.4.03.8001 – Ana Cláudia Braga Gonçalves

Por fim, em novo recadastramento das pensionistas, a SJSP encontrou indícios de impedimentos à continuidade dos benefícios relativos a Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto, abrindo o Processo SEI 0021823-73.2014.4.03.8001, para esclarecimento dos fatos e exercício do contraditório e da ampla defesa pelas interessadas.

Proc. SEI nº 0027494-77.2014.4.03.8001

Pensionista SJSP: Amélia Saggese



Processo autuado pela JFSP, para análise da situação da pensionista Amélia Saggese, beneficiária da pensão instituída pelo servidor José Saggese. Embora a pensionista perceba aposentadoria por tempo de contribuição pelo INSS cumulativamente com a pensão tratada no Acórdão TCU 892/2012-Plenário, verificou-se da documentação apresentada que a mesma é portadora de sequela grave de poliomielite, paralisia irreversível e incapacitante, manifestando-se o Sr. Diretor da Secretaria Administrativa da SJSP (Despacho SUFN 0838657) pela manutenção do pagamento dos proventos da pensão. Foi proferido parecer pela Diretoria do Foro, bem como firmada informação pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde, opinando pela manutenção do pagamento, posicionamento este acolhido pelo Sr. Diretor-Geral e, posteriormente, pela Presidência da Corte (18/03/2015). O feito foi encaminhado ao Núcleo de Administração Funciona da JFSP, em 24/03/2015, para providências cabíveis.

Proc. SEI nº 0027664-49.2014.4.03.8001

Pensionista SJSP: Ana Cláudia Braga Gonçalves

Processo autuado pela SJSP, para análise da situação da pensionista Ana Cláudia Braga Gonçalves, beneficiária da pensão instituída pelo servidor Adalberto José Gonçalves. Analisados os documentos apresentados pela pensionista, concluiu o Sr. Diretor da Secretaria Administrativa da SJSP (Despacho SUFN 0820002) haver sido descaracterizada a dependência econômica em relação à pensão objeto do Acórdão TCU 892/2012-Plenário, motivo pelo qual opinou pela suspensão do pagamento dos proventos da pensão. Foi prolatado despacho pela Diretoria do Foro, que opinou pela cassação da pensão, opinando pela imediata suspensão dos pagamentos, a fim de evitar maior prejuízo o Erário. O pagamento dos proventos de pensão foi suspenso a partir de fevereiro de 2015. Manifestou-se a interessada requerendo a reconsideração da decisão e, subsidiariamente, o protocolo do pedido como recurso destinado ao TRF3. O Núcleo de Controle Interno da SJSP manifestou-se pela cassação da pensão e remessa do feito ao TRF3. A decisão que determinou a cassação da pensão foi mantida pela Diretoria do Foro (28/05/2015). A Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal prestou informações recomendando a expedição de ato para reverter, a partir de 01/02/2015, uma cota de pensão temporária concedida a Ana Cláudia Braga Gonçalves em favor de Vera Lúcia Braga Gonçalves, viúva e beneficiária da pensão vitalícia, passando esta a receber 100% do benefício. O posicionamento foi acolhido pelo Diretor-Geral (10/06/2015) e pela Presidência (11/06/2015), que expediu o Ato nº 12.868. A interessada apresentou novo pedido de reconsideração/recurso da decisão. Considerando a concessão da medida liminar no bojo do Mandado de Segurança nº 0012153-21.2015.4.03.0000/SP, que determinou o restabelecimento do benefício de pensão temporária à interessada, a Secretaria de Gestão de Pessoas desta Corte recomendou a sustação do efeitos do Ato nº 12868, restabelecendo-se a pensão em cotas correspondentes a 50% para a viúva e 50% para a filha maior solteira. Tal posicionamento foi acolhido pelo Diretor-Geral (28/09/2015) e pela Presidência, que editou o Ato nº 13.059. O pedido de reconsideração/recurso da pensionista foi remetido à Secretaria de Gestão de pessoas, que encaminhou o feito à Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça. O Presidente determinou a distribuição no CJF3R. Após a prolação da referida decisão liminar, os autos do Mandado de Segurança nº 0012153-21.2015.4.03.0000 encontram-se conclusos ao Relator desde 26/01/2016.

Processo SEI nº 0021823-73.2014.4.03.8001

Pensionistas SJSP: Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto

Processo autuado pela JFSP, para análise da situação das pensionistas Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto, após a apuração, em recadastramento efetuado no ano de 2014, de indícios de incompatibilidade de manutenção da pensão pelas referidas beneficiárias. Foram instruídos os autos com documentos relativos às pensionistas e, em seguida, os fatos apurados foram submetidos à análise das áreas técnicas da seccional de origem, para a elaboração de parecer jurídico. Manifestou-se o Núcleo de Controle Interno da SJSP pela manutenção da suspensão dos pagamentos à pensionista Rosa Maria dos Santos e, quanto à pensionista Neusa Quitto, opinou pela cientificação da pensionista sobre o quanto apurado no processo, solicitando esclarecimentos e juntada de documentos. Prestadas informações pela pensionista Neusa. Informou a Seção de Processos Funcionais “*que com relação à pensionista Rosa Maria dos Santos, será instruído processo de reversão de cota de pensão*” (autuado o processo SEI 0033072-21.2014.4.03.8001). Recomendou o NUCI que a área gestora oficie ao Complexo Hospitalar do Mandaqui a fim de esclarecer de forma expressa se a natureza do vínculo de trabalho da pensionista Neusa Quitto trata-se de cargo público efetivo. Prestadas as referidas informações, manifestou-se o NUCI com outros questionamentos. Prestadas novas informações pelo Complexo Hospitalar. O expediente passou a ter prosseguimento no Processo SEI 0007149-30.2013.4.03.8000.

Processo SEI 007149-30.2013.4.03.800

Pensionista SJSP: Neusa Quitto- continuação

Foram juntados os Formulários de Recadastramento/Declarações de Acúmulo de Cargo e Teto Constitucional- 2014, de Benedicta Aparecida da Costa, Rosângela Quitto e Thaís Aparecida Ribeiro Quitto, demais beneficiárias do ex-servidor, e fichas financeiras de fevereiro de 2015 das pensionistas. Manifestou-se o NUCI no sentido da manutenção do benefício à pensionista Neusa Quitto. Solicitadas informações, a pensionista esclareceu que se encontra afastada, desde janeiro de 2014, de sua atividade de Auxiliar de Enfermagem, por motivos de saúde, bem como que não está



recebendo benefício previdenciário desde 08/2014. Manifestou-se a Diretora do Foro pela manutenção do pagamento dos proventos de pensão, tendo em vista que a pensionista permanece solteira e mantém dependência econômica (25/09/2015). Foi prestada informação pela Divisão de Aposentadorias e Pensões, que ratificou as informações prestadas pela SJSP, opinando pela manutenção do pagamento (27/10/2015), posicionamento acolhido pelo Diretor-Geral desta Corte (19/11/2015) e, posteriormente, pela Presidência (12/12/2015).

Processo SEI 0033702-21.2014.4.03.8001**

Pensionista SJSP: Rosa Maria dos Santos- reversão

Informou o SUFN que a pensionista não compareceu ao cadastramento, mesmo após ter sido comunicada por e-mail e por ofício. Foi determinada pela Diretoria do Foro a suspensão, a partir de julho de 2014, do pagamento dos proventos até a regularização da situação. Ademais, na mesma ocasião estava em andamento na JFSP diligência para adequação dos pagamentos de pensão efetuados a filhas solteiras, tendo sido expedido ofício solicitando a apresentação de documentos. A pensionista apresentou Certidão do Registro de Transcrição de Casamento, bem como constou em sua identificação a profissão de professora. Manifestou-se a DAPE recomendando a expedição de Ato para reverter, a partir da data do casamento (14/07/2004), a cota de sua pensão em favor de Carmen Rosa dos Santos, filha e cobeneficiária da pensão. Foi expedido o Ato nº 12.691 (reversão), bem como determinado o envio do feito à Seccional de origem para acompanhamento quanto a eventuais sanções administrativas, cíveis e penais contra a pensionista. O SUFN consultou o NUCI quanto à data inicial a ser considerada para pagamento, por exercícios findos à pensionista temporária Carmen Rosa dos Santos (13/03/2015). Manifestou-se o NUCI no sentido de que “*considera a data na qual o NUPA informou ter suspenso o pagamento dos proventos*” à pensionista.

Proc. SEI nº 0009254-43.2014.4.03.8000

Pensionistas SEGE: Amanda Costa Amorim, Kilma Bueno Amorim e Paloma Costa Bueno Amorim.

Processo autuado pela SEGE, para análise da situação das pensionistas Amanda Costa Amorim, Kilma Bueno Amorim e Paloma Costa Bueno Amorim, beneficiárias da pensão instituída pelo servidor José Pereira de Amorim Filho. Informa o Gestor de Pessoal (Informação DAPE 0480864) que, de acordo com as declarações prestadas pelas pensionistas quando da realização do cadastramento de 2014, verificou-se a existência de vínculo empregatício em algumas ocasiões na vigência da pensão embora não estejam as pensionistas exercendo atividade remunerada no presente momento. Informou a DAPE que os vínculos empregatícios mais recentes das pensionistas remontam a 1997, 2004 e 2007, de modo que, ainda que se apurasse que naquela época inexistia dependência econômica por parte de cada beneficiária em razão da percepção de outra fonte de renda, teria ocorrido a decadência do direito da Administração de rever tais atos. Após diligências, opinou o Diretor-Geral pela manutenção das pensões, considerando o preenchimento dos requisitos (29/09/2015), posicionamento acolhido pela Presidência (09/11/2015).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: Monitoramento pela unidade de CI do TRF3R das providências adotadas pelos gestores para cumprimento das deliberações. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: UCON - Expediente 17/2012 - UCON/RCAT, Processos SEI nº 0003275-03.2014.4.03.8000, 0002771-94.2014.4.03.8000, 0008597-04.2014.4.03.8000, 0007684-19.2014.4.03.8000, 0027494-77.2014.4.03.8001, 0027664-49.2014.4.03.8001, 0021823-73.2014.4.03.8001, 0009254-43.2014.4.03.8000- 0023241-46.2014.4.03.8001- 0007149-30.2013.4.03.8000- 0033702-21.2014.4.03.8001, Ação Ordinária nº 0013535-82.2015.4.03.6100, Mandado de Segurança nº 0012153-21.2015.4.03.0000/SP e unidades de CI da JFSP e da JFMS)

1.2.4) Processo 013.515/2013-6: revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	013.515/2013-6	2.859/2013 –Plenário	9.2	DE	Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Acórdão TCU 2.859/2013 –Plenário					
“9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e TI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do					



<i>Ministério Público que:</i> 9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação; 9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo; 9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;”	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidades de CI da JF3R, SADI, SETI, SADM SJSP e SADM SJMS	Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
As providências adotadas até 31/12/2015, para revisão dos contratos de prestação de serviços firmados no âmbito da JF3R com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, constam do item 9.6 deste Relatório de Gestão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Fatores Negativos que Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor: Ausência de metodologia completa de cálculo dos valores a serem ressarcidos ao erário, em razão da revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012.	

(Fonte: UCON – Processos SEI 0007630-56.2014.4.03.8000 e 0012374-60.2015.4.03.8000)

Foram realizadas as seguintes determinações e recomendações pelo TCU durante o exercício de 2015:

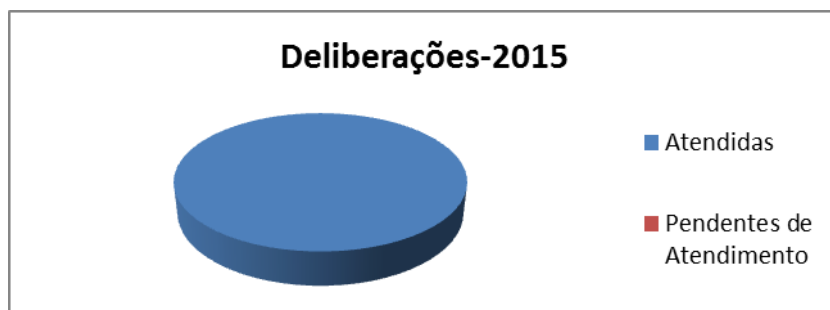
1. Ofício 15703/2015-TCU/SEFIP, de 20/10/2015, com cópia do Acórdão nº 2377/2015- TCU/Plenário;
2. Ofício 13649/2015-TCU/SEFIP, de 28/09/2015, com cópia Acórdão nº 5229/2015- TCU/1ª Câmara;
3. Ofício nº 14065/2015- TCU/SEFIP, de 1/10/2015;
4. Ofício 12804/2015-TCU/SEFIP, de 21/09/2015, com cópia Acórdão nº 4673/2015- TCU/1ª Câmara;
5. Ofício 11048/2015-TCU/SEFIP, de 21/08/2015, com cópia Acórdão nº 4604/2015- TCU/1ª Câmara;
6. Ofício 10704/2015-TCU/SEFIP, de 18/08/2015;
7. Ofício 8365/2015-TCU/SEFIP, de 09/07/2015;
8. Ofício 278-07/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 16/07/2015;
9. Ofício 8028/2015-TCU/SEFIP, de 01/07/2015;
10. Ofício 7749/2015-TCU/SEFIP, de 25/06/2015, Ofício 7751/2015-TCU/SEFIP, de 25/06/2015 e Ofício 7752/2015-TCU/SEFIP, de 25/06/2015;
11. Ofício 7784/2015-TCU/SEFIP, de 25/06/2015;
12. Ofício 6814/2015-TCU/SEFIP, de 03/06/2015;
13. Ofício 6242/2015-TCU/SEFIP, de 26/05/2015;
14. Ofício 4656/2015-TCU/SEFIP, de 29/04/2015;
15. Ofício 4422/2015-TCU/SEFIP, de 15/04/2015, com cópia do Acórdão 1350/2015-TCU/2ª Câmara;
16. Ofício 4141/2015-TCU/SEFIP, de 01/04/2015;



17. Ofício 3620/2015-TCU/SEFIP, de 24/03/2015, com cópia Acórdão nº 594/2015-TCU/2ª Câmara;

18. Ofício 16401/2014-TCU/SEFIP, de 29/12/2014, com cópia Acórdão nº 3445/201-TCU/Plenário;

Gráfico 9 – Deliberações do TCU 2015



9.1.1.3 – Formas de efetivo acompanhamento das recomendações do TCU

Assim como no acompanhamento das recomendações da OCI, o acompanhamento das deliberações do TCU se dá por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI, no qual são gerados processos eletrônicos individualizados, em que é realizado todo o processamento e acompanhamento das deliberações, desde seu recebimento até sua finalização.

Todas as comunicações e documentos, gerados e recebidos, são organizados cronologicamente, podendo ser acessados por qualquer usuário cadastrado e autorizado, além da possibilidade da Unidade de CI poder, a qualquer tempo, obter informações acerca dos processos inseridos no sistema, tanto dos em andamento, quanto dos já finalizados.

9.2 – Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

9.2.1 – Visão geral sobre as recomendações feitas pelo OCI (CNJ/CJF)

9.2.1.1 – Recomendações recebidas e atendidas

Foram atendidas as seguintes recomendações oriundas de Órgão de Controle Interno da JF:

a) Trata-se do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0004011-77.2015.2.00.0000 – CNJ (Processo SEI 0020912-30.2015.4.03.8000).

Por meio de intimação expedida pelo CNJ, o TRF3R foi cientificado acerca da RES CNJ nº 203/2015, que dispõe sobre a reserva a negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

Para cumprimento da decisão, foi determinada a cientificação dos setores do TRF3R, da JFSP e da JFMS responsáveis pela realização dos concursos para provimento dos cargos de servidores e magistrados na JF3R, a fim de ser observada a reserva das cotas nos futuros certames.

b) Ofício nº CJF-OFI-2015/02121 (Processo SEI 0011309-64.2014.4.03.8000).

Por meio de intimação expedida pelo CJF, o TRF3R foi cientificado acerca de pendência quanto ao ajuste referente ao registro inicial dos contratos do BB e CEF, a fim de ser efetuada a baixa no montante de R\$ 1.000,00 para cada contrato, em conformidade com os ajustes



autorizados pelo Colegiado do CJF.

Para cumprimento da decisão, foi determinada a cientificação do setor responsável no TRF3R, tendo sido regularizado, no SIAFI, o saldo da conta contábil 81131.08.02 - Termos/Acordos p/ Fornecimento de Bens sem Orçamento.

9.2.1.2 – Recomendações recebidas e pendentes de atendimento

Houve três recomendações, oriundas de Órgão de Controle Interno da JF, que se encontram pendentes de atendimento:

a) Ofício nº CJF-OFI-2015/03079, encaminhando cópia do Ofício nº 03274/2015/DIAAU/PRU1R/PGU/AGU – Conselho da Justiça Federal – CJF (Processo SEI 0016260-67.2015.4.03.8000)

Por meio de Ofício expedido pelo CJF, a UPC foi cientificada acerca de decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0037364-69.2013.4.01.3400, ajuizada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil- AJUFE, que julgou procedente o feito para “a) *declarar a inexigibilidade da cota de participação dos Magistrados substituídos, relativa ao custeio do auxílio pré-escolar, mensalmente recebido, devendo ser pago o benefício integralmente, sem desconto; b) determinar à União que retire dos contracheques dos substituídos o débito da cota pelo custeio do auxílio pré-escolar, mantendo-se o pagamento integral do benefício; c) condenar a União ao pagamento dos valores descontados a título de cota de custeio dos Magistrados, relativa ao auxílio pré-escolar, excluídas as parcelas prescritas (conforme fundamentação), aplicando-se juros moratórios e correção monetária nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. DEFIRO, outrossim, a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar que a União se abstenha, imediatamente, de exigir a cota de participação no custeio do auxílio pré-escolar recebido mensalmente pelos magistrados substituídos*”.

A União interpôs recurso de apelação em face da sentença, bem como propôs Ação Cautelar Inominada (0041329-02-2015.4.01.0000), a qual se encontra conclusa para decisão desde 29/07/2015.

Em consulta realizada à Advocacia-Geral da União, determinou-se que a medida liminar ficaria restrita aos magistrados associados à AJUFE até a data da propositura da ação. Assim, a Divisão de Apoio Jurídico à Gestão de Pessoas da UPC solicitou à AGU a relação de magistrados representados pela AJUFE, tanto do quadro do TRF3R, como da JFSP e JFMS, para que sejam efetivadas as providências cabíveis. O Advogado da União, Dr. Rafael Geovani da Silva Magalhães, informou que peticionará “*requerendo a lista de substituídos de modo a possibilitar o cumprimento da decisão judicial*”. No momento, aguarda-se a prestação da referida informação pela AGU.

b) Ofício nº CJF-OFI-2015/03268, encaminhando cópia do Ofício nº 03782/2015/DIAAU/PRU1R/PGU/AGU – Conselho da Justiça Federal – CJF (Processo SEI 0017916-59.2015.4.03.8000)

Por meio de Ofício expedido pelo CJF, a UPC foi cientificada acerca de decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária nº 18302-72.2015.4.01.3400, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro- SISEJUFE, que determinou a abstenção da União de exigir dos substituídos do autor a quota de participação sobre o custeio do auxílio pré-escolar e/ou creche recebido mensalmente. A medida liminar fica restrita aos servidores sindicalizados do SISEJUFE. Determinou-se o cumprimento imediato da medida pelos órgãos responsáveis, de modo que estes se abstenham de proceder a descontos nos contracheques dos substituídos do Sindicato autor. Foram oferecidas contestações em 15/10/2015, 19/10/2015 e 01/12/2015 e, no momento, aguarda-se a manifestação da parte autora quanto às contestações (18/01/2016).



Há Agravos de Instrumento interpostos pelo SISEJUFERJ (Processo nº 0022013-03.2015.4.01.0000) e pela União (Processo nº 0040634-48.2015.4.01.0000), os quais se encontram conclusos para julgamento desde 30/04/2015 e 02/10/2015, respectivamente.

A Seção de Magistrados e Ações Judiciais informou que na JFSP apenas dois servidores são filiados ao sindicato autor (Eduardo Almeida Cunha Lima e Fernanda Oliveira de Queiroz). Por sua vez, a Divisão de Folha de Pagamento informou que, no âmbito do TRF3R, há três servidores filiados ao Sindicato, sendo que apenas dois serão beneficiados pela medida judicial, tendo em vista que recebem por este órgão o benefício do auxílio pré-escolar com o respectivo desconto do custeio (Bruno Malta de Moraes e Eduardo Werner Siqueira). Foi enviado ofício pela Divisão de Folha de Pagamento à AGU solicitando a relação dos associados substituídos pelo Sindicato autor. No momento, aguarda-se o cumprimento da diligência.

c) Ofício nº CJF-OFI-2015/02345 (Processo SEI 0012085-64.2014.4.03.8000).

Por meio de Ofício expedido pelo CJF, o TRF3R foi cientificado a informar a situação cadastral atualizada dos imóveis de uso especial da União registrados nos sistemas SPIUnet e SIAFI, da mesma forma, os imóveis particulares eventualmente locados pela JF3R, cadastrados no SPIUnet.

Os registros dos imóveis locados e de uso especial da União sob responsabilidade da JF3R foram regularizados no SPIUnet e no SIAFI, exceto o imóvel de uso especial da União sob responsabilidade do TRF3R, situado na Av. Paulista, 1842, Torre Sul (Edifício-sede), cujos registros, em acompanhamento pela SADI (Processo administrativo nº 04905.002296/2002-31), estão em fase de regularização, da qual depende o lançamento nos aludidos sistemas.

Em 11/02/2015 foi informado pela Secretaria do Patrimônio da União, que o referido imóvel recebeu o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 04905 002296/2002-31 e aguarda a conclusão do processo de incorporação.

9.2.1.3 – Formas de efetivo acompanhamento das recomendações do OCI

O acompanhamento das recomendações do OCI se dá por meio do Sistema SEI, no qual são gerados processos eletrônicos individualizados, em que é realizado todo o processamento e acompanhamento das deliberações, desde seu recebimento até sua finalização.

Todas as comunicações e documentos, gerados e recebidos, são organizados cronologicamente, podendo ser acessados por qualquer usuário cadastrado e autorizado, além da possibilidade da Unidade de CI poder, a qualquer tempo, obter informações acerca dos processos inseridos no sistema, tanto dos que se encontram em andamento, quanto dos já finalizados.

9.3 – Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

9.4 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

(Fonte: Processos SEI 0023887-25.2015.4.03.8000; 0037330-40.2015.4.03.8001 - implantação na JFSP e 0003602-05.2015.4.03.8002 - implantação na JFMS)

No âmbito da JF3R durante o exercício de 2015 ocorreram diversos eventos e reuniões para aperfeiçoamento dos controles internos administrativos relativos ao cronograma de pagamentos de obrigações em consonância com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, culminando com a publicação da OS TRF3R nº 65/2015 que estabelece procedimentos para o monitoramento do pagamento de despesas contratuais, com observância da estrita ordem cronológica, e determina prazos para a liquidação da despesa e pagamento



http://www.trf3.jus.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=trf3_atos:trf3_atosv.

9.5 – Gestão de precatórios

(Fonte: SEPE, Subsecretaria de Feitos da Presidência/TRF3R, SOFI e Subsecretaria de Planejamento/TRF3R)

9.5.1 – Requisições e precatórios da administração direta

Os quadros atinentes às requisições e precatórios da administração direta constam do Anexo XXII deste Relatório de Gestão.

9.5.2 – Requisições e precatórios da administração indireta

Os quadros atinentes às requisições e precatórios da administração indireta constam do Anexo XXIII do presente documento.

9.5.3 – Análise crítica da gestão de precatórios

Os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos de PRC e RPV, no âmbito da JF, estão regulamentados pelas RES CJF nº 168/2011 e 235/2013 e RES CNJ nº 115/2010.

A proposta orçamentária do exercício financeiro de 2015, referente ao pagamento de PRC, foi efetuada em conformidade com § 1º do art. 100 da CF, e encaminhada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, em forma de banco de dados, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei nº 13.080/2015 (LDO 2015).

No que atine às RPV, foram incluídas na proposta orçamentária com base em programação estimada, face à periodicidade mensal da organização da relação das requisições e respectivo encaminhamento à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, para pagamento no prazo subsequente de 60 (sessenta) dias.

Incluíram-se, ainda, programações estimadas para pagamento do Plano de Seguridade Social Patronal de cada qual das entidades devedoras, recolhidos, na instituição financeira, após o levantamento do depósito judicial pelo beneficiário servidor público federal.

No que se refere às dotações orçamentárias para fazer frente ao cumprimento de sentenças judiciais, executadas na UGE específica – 090047, registra-se a execução total dos PRC no exercício de 2015.

Quanto às RPV, as dotações orçamentárias descentralizadas durante o exercício de 2015 não foram suficientes para cobertura total das despesas, impossibilitando a execução das requisições que ingressaram no TRF3R em novembro de 2015, bem como a inscrição, em restos a pagar, do valor correspondente à estimativa total dos ingressos de dezembro de 2015. Houve solicitação de crédito suplementar pelo CJF, não atendida, no entanto, na integralidade, pela Secretaria de Orçamento Federal.

A execução orçamentária e financeira das Ações 0005, 00G5 e 0625, relativas a PRC e RPV, consta do Anexo IX - Ações de responsabilidade da UPC – OFSS.

Destaca-se, na gestão de PRC e RPV no exercício de 2015, o aprimoramento do sistema operacional eletrônico em relação às conferências e controles de eventuais inconsistências de dados no preenchimento e envio dos requisitórios, conferindo maior segurança à operação, bem como o treinamento dos servidores em cursos de liderança e gestão de riscos.

A estrutura de controle interno existente para mitigar riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988 contempla as seguintes dimensões:

a) ambiente de controle: normatização contida no art. 100 da CF, legislação



infraconstitucional, a exemplo as sucessivas LDO e LOA, RES CJF nº 168/2011 e 235/2013 e RES CNJ nº 115/2010, parametrizadas em formulários do sistema operacional eletrônico;

b) avaliação de risco: realizada pelo Grupo de Trabalho de PRC, instituído pela PORT CJF nº 48/2001, composto por representantes de todos os TRF Regionais;

c) atividades de controle: contemplando sistema eletrônico operacional informatizado e etapas de conferências. Os bancos de dados de precatórios e RPV são enviados ao CJF por intermédio de aplicativo informatizado, a migração e indexação dos bancos de dados para o SIAFI é realizada pelo SERPRO, de forma eletrônica e, previamente ao pagamento, é realizada extração dos dados para conferência;

d) informação e comunicação: emissão de relatórios gerenciais e estatísticos, diagramação dos bancos de dados compatível com o Sistema SIAFI e atendimento ao cidadão;

e) monitoramento: realizado diariamente, mediante exame de relatórios gerenciais, e nas reuniões periódicas do Grupo de Trabalho de PRC;

f) mapeamento dos processos de trabalho conforme Processo SEI 0011448-16.2014.4.03.8000.

9.6 – Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

(Fonte: UCON)

No item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário, determinou-se, aos Órgãos que lhe são vinculados, a adoção das medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, instituída pela Lei nº 12.546/2011 e pelo Decreto nº 7.828/2012, bem como a obtenção, na via administrativa, do ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos encerrados, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração.

Ato contínuo, o CNJ expediu o Ofício-Circular SG-SCI nº 264/2014, contendo orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos em apreço, os quais, no âmbito da UPC, envolvem serviços de TI e construção civil.

Registram-se, a seguir, as providências adotadas na UPC, em cumprimento às determinações do TCU e do CNJ.

9.6.1 – Identificação dos contratos que envolvem serviços de TI e de construção civil, vigentes nas seguintes datas de início da desoneração da folha de pagamento

a) 01/12/2011: para empresas que prestam exclusivamente serviços de TI (art. 7º, I, da Lei nº 12.546/2011 c/c art. 2º, *caput*, do Decreto nº 7.828/2012);

b) 01/04/2012: para empresas não prestam apenas serviços de TI (art. 7º, I, da Lei nº 12.546/2011 c/c art. 2º, § 2º, do Decreto nº 7.828/2012);

c) 01/08/2012: data em que a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta reduziu de 2,5% para 2% (art. 2º, § 5º, II, do Decreto nº 7.828/2012);

d) 01/04/2013: para empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0 (art. 7º, IV, da Lei nº 12.546/2011);

e) 01/11/2013: data em que a desoneração tornou-se permanente para as empresas mencionadas na alínea “d” (art. 49, II, “a”, da Lei nº 12.844/2013);

f) 01/01/2014: para empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0 (art. 7º, VII, da Lei nº 12.546/2011 c/c art. 49, IV, “a”, da Lei nº 12.844/2013);

g) 01/12/2015: data em que a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta aumentou de 2% para 4,5% (art. 7º-A da Lei nº 12.546/2011, com redação dada pela Lei nº 13.202/2015), para as empresas de TI, bem como empresas de construção civil cuja atividade



principal está enquadrada nos Códigos 421, 422, 429 ou 431 da CNAE 2.0 (art. 2º da Lei nº 13.161/2015; art. 7º, IV, VII e §9º e art. 9º, §9º, da Lei nº 12.546/11). Para as empresas de construção civil cuja atividade principal está enquadrada nos Códigos 412, 432, 433 ou 439 da CNAE 2.0, a incidência das novas alíquotas dependerá da existência (ou não) de matrícula da obra no CEI e, em caso positivo, da data da aludida matrícula, nos termos dos dispositivos supramencionados.

h) 01/12/2015: data em que o regime de tributação substitutivo tornou-se facultativo, pois a Lei nº 13.161/2015 alterou o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, passando a permitir a opção pelo regime da CPRB ou CPP (INSS). Assim, a CPRB é obrigatória até 30/11/2015 e facultativa a partir de 01/12/2015 (art. 1º, §5º, da IN RFB nº 1.436/2013).

Diante da alteração do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 pela Lei nº 13.161/2015, a Unidade de CI recomendou aos gestores do TRF3R que, nos editais de licitação e contratos futuros em que for aplicável a desoneração da folha de pagamento, conste cláusula exigindo declaração, da licitante/contratada, quanto ao regime tributário escolhido (CPP ou CPRB), bem como que nos contratos em curso em que for aplicável a desoneração da folha de pagamento, exija-se que a contratada comprove o regime tributário que optou (CPP ou CPRB).

9.6.2 – Análise de fatores que obstaram a incidência da desoneração

Nas contratações que envolvem serviços de TI e de construção civil da UPC, foram detectados os seguintes fatores excludentes da incidência da desoneração:

- a) Apresentação de propostas comerciais após o início da vigência da desoneração;
- b) Encerramento do contrato em data anterior ao início da vigência da desoneração;
- c) Exercício exclusivo de atividades oneradas, isto é, não beneficiadas pela desoneração;
- d) Enquadramento da contratada no Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006 (Solução de Consulta Disit-06 RFB nº 35/2013);
- e) Registro de matrícula CEI em data anterior ao início da vigência da desoneração (art. 13, I, da IN RFB nº 1.436/2013).

9.6.3 – Formalização da revisão determinada pelo Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ 264/2014

Em cumprimento ao art. 2º, parágrafo único, XII, c/c o art. 5º da Lei nº 9.784/1999, foram autuados processos administrativos específicos para formalizar a revisão determinada pelo Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ nº 264/2014, adotando-se procedimento uniforme na UPC para revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, nos termos do art. 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

9.6.4 – Atualização monetária, juros moratórios e parcelamento dos débitos

No Acórdão nº 2.859/2013-Plenário, o TCU posicionou-se no sentido de que, nos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração, o ressarcimento dos valores pagos a maior pela Administração Pública visa à elisão do dano ao Erário.

Em decorrência, a UPC adotou os critérios estabelecidos pelo TCU para elisão de dano ao Erário, como segue:

- a) Incidência de juros moratórios, quando cabíveis, e de atualização monetária, sobre o valor do débito, nos termos do art. 9º da IN TCU nº 71/2012;
- b) Aplicação dos índices fixados na Decisão nº 1.122/2000 (item 8.2), no Acórdão nº



1.603/2011 (itens 9.1.1 e 9.2) e no Acórdão nº 1.247/2012 (item 9.2), todos do Plenário do TCU, no tocante aos juros moratórios, quando cabíveis, e à atualização monetária;

c) Utilização do “Sistema Débito” do TCU para atualização monetária dos débitos e respectivo cálculo dos juros moratórios, quando cabíveis;

d) Parcelamento de débito administrativo em até trinta e seis parcelas, sobre as quais devem incidir correção monetária, bem assim os correspondentes acréscimos legais, sendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importa no vencimento antecipado do saldo devedor, consoante art. 217 do Regimento Interno do TCU.

Ademais, a UPC condicionou a concessão do parcelamento à observância cumulativa dos seguintes requisitos: a) solicitação expressa da contratada; b) decisão da autoridade competente; c) formalização do parcelamento em processo administrativo; d) existência de controles, pelas áreas gestoras, que permitam avaliar o adimplemento das parcelas até a quitação do débito.

Como a IN TCU nº 71/2012 e o Regimento Interno do TCU não fixam valor mínimo para parcelamento de débito administrativo e, ante a possibilidade de inscrição em Dívida Ativa da União — pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — caso a contratada não ressarça o Erário, esta UPC decidiu pela aplicação do art. 18, II, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2009, fixando a parcela mínima de R\$ 500,00 para pagamento de débito.

9.6.5 – Situação atual

Em 01/06/2015, a Secretaria-Geral do CNJ expediu o Ofício-Circular nº 191/SG/2015, informando, à UPC, a suspensão da aplicação do subitem 9.2.3 do Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário até a análise do mérito.

Em sessão realizada em 24/06/2015, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão nº 1.580/2015, no qual decidiu que a ausência de providências para repactuação de contratos, em razão da desoneração da folha de pagamento, configura irregularidade passível de sanção por parte daquela C. Corte de Contas, nos termos do Voto do Relator, Ministro Relator Raimundo Carreiro.

Tendo em vista que o Ofício-Circular CNJ nº 191/SG/2015 não abrangeu os itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário, bem como o teor do Acórdão TCU nº 1.580/2015-Plenário, em 04/08/2015 o Presidente do TRF3R determinou a prossecução dos trabalhos de revisão dos contratos de prestação de serviços firmados no âmbito da UPC, com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Contudo, em 29/10/2015 a Secretaria de Controle Interno do CNJ enviou, à UPC, cópia do Aviso nº 346-GP/TCU, remetido pelo Ministro Raimundo Carreiro à Presidência do CNJ, bem como do Despacho — proferido por aludido Ministro, em 02/03/2015, nos autos do TC 013.515/2013-6 — que suspendeu, até a análise do mérito, os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário.

Destarte, em 18/11/2015, o Presidente do TRF3R determinou a suspensão dos trabalhos determinados nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2.859/2013-Plenário, até nova deliberação dos órgãos de controle externo.

Sem prejuízo da aludida suspensão dos trabalhos, em 12/12/2015 o Presidente do TRF3R encaminhou consulta, ao Presidente do CJF, visando à orientação sobre os procedimentos a serem observados no âmbito da UPC quanto à revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, notadamente em relação àqueles em que a empresa já reconheceu expressamente que, em razão da desoneração, houve redução nos custos do contrato celebrado.

Nesse cenário, com exceção dos processos concluídos — em razão de pagamento ou de a desoneração não se aplicar ao contrato —, estão sobrestados na UPC os demais processos administrativos autuados para revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, aguardando-se nova deliberação dos órgãos de controle interno



e externo da UPC.

A relação de contratos passíveis de revisão consta do Anexo XXIV - Desoneração da folha de pagamento.



10 – APÊNDICES E ANEXOS

ANEXO I

Realizações das Centrais de Conciliação

Em atendimento à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, foi inaugurada a Central de Conciliação em Taubaté, (RES PRES/TRF3R nº 451, de 16/10/2015), de forma que, ao final de 2015, a estrutura da Conciliação na JF3R seja composta pelo Gabinete da Conciliação (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) e as Centrais de Conciliação – CECON (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania), estas instaladas na SJSP e nas Subseções Judiciárias de Americana, Araçatuba, Bauru, Campinas, Campo Grande, Franca, Guarulhos, Marília, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté.

Em Campo Grande, houve a criação da Seção de Apoio à Conciliação, de acordo com a RES CJF3R nº 568/2015, na única Central do Estado.

Foram mantidas as matérias objeto de conciliação abrangidas pelo programa desenvolvido na JF3R, que atualmente assim se compõe: Sistema Financeiro da Habitação – SFH e Sistema Financeiro Imobiliário – SFI; contratos bancários (cheque especial, CDC, empréstimos pessoa jurídica, Construcard); crédito educativo (FIES); concessão de benefícios previdenciários; danos morais (Correios e CEF); Conselhos Profissionais (execução fiscal); ações criminais (projeto desenvolvido pela Central de Conciliação de São José do Rio Preto, envolvendo crimes de menor potencial ofensivo e crimes passíveis de suspensão condicional do processo) e INSS – Projeto Piloto.

Houve significativo esforço votado às tratativas de grande monta em conciliar ações civis públicas, as quais geraram acordos vultosos (R\$ 262 milhões).

Foi realizado o Curso de Formação de Conciliadores (com formação teórica e prática), em parceria com a EMAG, cujo conteúdo, em conformidade com as orientações do CNJ, foi adaptado ao contexto da JF.

A JF3R finalizou 2015 com 614 conciliadores cadastrados, sendo 274 servidores e 340 voluntários externos, dos quais 439 estão em atividade e 175 são inativos.

Em relação ao uso de sistemas tecnológicos, além da manutenção de nova página da Conciliação no sítio do TRF3R, destaca-se a continuidade na realização de audiências de conciliação via Skype, nas CECON das Subseções Judiciárias de Franca e Presidente Prudente, minimizando os custos operacionais dos trabalhos, e o “Sistema de Apoio às Conciliações da Terceira Região”, em fase de testes, que permitirá o gerenciamento das atividades pertinentes e o armazenamento dos dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos mais detalhados e fidedignos, contemplando as exigências do CJF e CNJ.

Seguem os dados estatísticos relativos ao Programa de Conciliação da JF3R no exercício de 2015 e à X Semana Nacional da Conciliação:



Dados estatísticos da conciliação da JF3R

Acumulado 2015							
Processos originários	Designadas	Ausências	Realizadas	Redesignadas Suspensas	Sem Acordo	Com Acordo	Valor do Acordo (R\$)
2º grau	1433	161	1272 (100%)	47 (4%)	126 (10%)	1099 (86%)	283.981.015,16
1º grau	15585	9022	6563 (100%)	985 (15%)	2665 (41%)	2913 (44%)	59.794.563,65
JEF	6159	953	5206 (100%)	32 (1%)	1286 (25%)	3888 (75%)	19.193.779,26
Pré processual	7716	4941	2775 (100%)	57 (2%)	884 (32%)	1834 (66%)	65.523.764,94
Total	30893	15077	15816 (100%)	1121 (7%)	4961 (31%)	9734 (62%)	428.493.123,01

(Fonte: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1148>)

Quadro de arrecadação da conciliação 2015

Matéria	Valores (R\$)
AMBIENTAL	2.000,00
CORREIOS	75.065,80
SERVIDOR PÚBLICO	1.508.953,39
EXEC FISCAL	18.034.603,06
COMERCIAL	25.348.100,01
CRIMINAL MPF	13.764,00
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	262.462.451,32
DANO MORAL	8.357.036,31
DESAPROPRIAÇÃO	13.321.869,33
FGTS	14.254,81
FIES	959.301,49
INSS	26.120.793,02
PAR (REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE)	19.576.968,50
SFH	35.690.039,16



NÃO INFORMADA	17.007.922,81
Total	428.493.123,01

X Semana Nacional da Conciliação (23 a 27/11/2015)

Processos originários	Designadas	Ausências	Realizadas	Redesignadas Suspensas	Sem Acordo	Com Acordo	Valor do Acordo (R\$)
2º grau	146	74	72 (100%)	15 (21%)	28 (39%)	29 (40%)	2.152.940,70
1º grau	1180	550	630 (100%)	67 (11%)	252 (40%)	311 (49%)	4.406.199,57
JEF	461	70	391 (100%)	8 (2%)	91 (23%)	292 (75%)	2.265.943,41
Pré processual	1147	888	259 (100%)	1 (0%)	42 (16%)	216 (83%)	19.449.943,53
Total	2934	1582	1352 (100%)	91 (7%)	413 (31%)	848 (63%)	28.275.027,21

(Fonte: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1148>)

Quadro de arrecadação da X Semana Nacional de Conciliação

Matéria	Valores (R\$)
CARTEIRA COMERCIAL	4.361.574,50
DANO MORAL / DANO MATERIAL	824.651,97
EXECUÇÃO FISCAL	200.294,44
FGTS	2.628,52
FIES	38.972,89
INSS	77.241,70
NÃO INFORMADA	4.870,78
PAR (REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE)	6.037.528,11
SERVIDOR PÚBLICO	8.500,00
SFH	16.718.764,30
Total	28.275.027,21



ANEXO II

Realizações da Vice-Presidência

O exercício de 2015 foi marcado pela redução expressiva do acervo de processos no aguardo de decisões de admissibilidade de recursos excepcionais. Em dezembro de 2014 o acervo era composto por 125.048 processos, dentre os quais 58.118 submetidos ao regime de repercussão geral e repetitivos, já em dezembro de 2015 os números variaram para 93.725 processos, sendo 63.427 sobrestados/suspensos.

As principais atividades de gestão no exercício estiveram relacionadas à organização do acervo físico, ao planejamento e coordenação da produção na Assessoria Judiciária e à reorganização da estrutura da Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, com alterações no fluxo de atividades, informatização de rotinas e mudança de subordinação da Seção de Passagem de Autos para a Secretaria Judiciária, por meio da criação da Divisão de Passagem de Autos e Indexação.

Os aspectos que mais dificultaram a gestão no exercício foram a dispersão física do acervo de processos e a desproporcionalidade do quadro de servidores em relação ao quantitativo de recursos que compõem o acervo legado, somado à distribuição mensal.

A fim de superar as dificuldades e garantir a diminuição do acervo, foram adotadas, entre outras providências relacionadas à rotina diária, as seguintes ações:

- alteração dos procedimentos de organização e logística de movimentação de processos; planejamento de atividades com definição e acompanhamento de metas de produtividade;
- parceria com a Presidência para que a equipe da Assessoria de Apoio aos Gabinetes trabalhasse em auxílio à Vice-Presidência, o que ocorreu a partir do mês de abril, e
- reestruturação das áreas subordinadas, com redirecionamento de recursos para os setores de passagem de autos e validação/indexação de processos.

Diante desse cenário, o exercício de 2015 foi concluído com os seguintes resultados:

- 68.952 processos com decisão de admissibilidade de recurso contra 52.677 processos distribuídos; eliminação do acervo de processos previdenciários em setembro/2015;
- eliminação do acervo de processos cíveis, em que a União, autarquia, fundação ou empresa pública federal figuram como partes, referentes a 13 grupos distintos de matérias como: concurso público, servidor público, serviço militar, execução de sentenças diversas, fornecimento de medicamentos, licitação e contratos, ações indenizatórias em geral, entre outras, e
- existência em dezembro de 2015 de 30.298 processos aguardando análise dos recursos (admissibilidade ou sobrestamento/suspensão) e processamento dos feitos pela secretaria, sendo: 15.151 conclusos à Vice-Presidente e 15.147 em processamentos diversos, o que representa uma diminuição de 36.632 feitos ou de 54% do total existente em dezembro de 2014.



Destaque-se que, nas matérias criminais, previdenciárias e as cíveis mencionadas, a Vice-Presidência trabalha atualmente somente com os novos recursos interpostos.

Em decorrência desses resultados, registrou-se pela Ouvidoria-Geral da JF3R um número de reclamações, em face da Vice-Presidência, 44% abaixo do verificado no exercício de 2014 (estatística do SEI), tendo havido apenas 2 registros no último trimestre de 2015. Da mesma forma, demanda por atendimentos pessoais às partes autoras nos processos previdenciários, deixou de ocorrer na Assessoria Judiciária, vez que o recurso excepcional é decido assim que concluso à Vice-Presidente.

Os resultados alcançados pela Vice-Presidência no exercício de 2015 foram muito satisfatórios, refletindo na organização e expressiva redução do acervo de processos, sobretudo daqueles que tratam de matérias sensíveis à sociedade.

A atual gestão teve seu marco final em 21/02/2016, com uma redução em 76% do total de processos conclusos em relação ao averiguado em fevereiro de 2014.



ANEXO III

Varas por Subseção Judiciária

JFSP

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
1ª SÃO PAULO	Cível	20	-
	Previdenciário	10	-
	Criminal	10	-
	Execuções Fiscais	13	-
	JEF São Paulo	-	14
2ª RIBEIRÃO PRETO	VARA	7	-
	JEF	-	2
3ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	VARA	4	-
	JEF	-	1
4ª SANTOS	VARA	7	-
	JEF	-	1
5ª CAMPINAS	VARA	8	-
	JEF	-	2
6ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	VARA	5	-
	JEF	-	1
7ª ARAÇATUBA	VARA	2	-
	JEF	-	1
8ª BAURU	VARA	3	-
	JEF	-	1
9ª PIRACICABA	VARA	4	-
	JEF	-	1
10ª SOROCABA	VARA	4	-
	JEF	-	1
11ª MARÍLIA	VARA	3	-
12ª PRESIDENTE PRUDENTE	VARA	4	-
	JEF	-	1
13ª FRANCA	VARA	3	-
	JEF	-	1
14ª SÃO BERNARDO DO CAMPO	VARA	3	-
	JEF	-	1



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
15ª SÃO CARLOS	VARA	2	-
	JEF	-	1
16ª ASSIS	VARA	1	-
17ª JAÚ	VARA	1	-
18ª GUARATINGUETÁ	VARA	1	-
	JEF	-	1
19ª GUARULHOS	VARA	6	-
	JEF	-	1
20ª ARARAQUARA	VARA	2	-
	JEF	-	1
21ª TAUBATÉ	VARA	2	-
	JEF	-	1
22ª TUPÃ	VARA	1	-
23ª BRAGANÇA PAULISTA	VARA	1	-
	JEF	-	1
24ª JALES	VARA	1	-
25ª OURINHOS	VARA	1	-
	JEF	-	1
26ª SANTO ANDRÉ	VARA	3	-
	JEF	-	1
27ª SÃO JOÃO DA BOA VISTA	VARA	1	-
28ª JUNDIAÍ	VARA	2	-
	JEF	-	1
29ª REGISTRO	VARA	1	-
30ª OSASCO	VARA	2	-
	JEF	-	2
31ª BOTUCATU	VARA	1	-
	JEF	-	1
32ª AVARÉ	VARA	1	-
33ª MOGI DAS CRUZES	VARA	2	-
	JEF	-	1
34ª AMERICANA	VARA	1	-
	JEF	-	1
35ª CARAGUATATUBA	VARA	1	-
36ª CATANDUVA	VARA	1	-



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
37ª ANDRADINA	VARA	1	-
38ª BARRETOS	VARA	1	-
39ª ITAPEVA	VARA	1	-
	JEF	-	1
40ª MAUÁ	VARA	1	-
	JEF	-	1
41ª SÃO VICENTE	VARA	1	-
	JEF	-	1
42ª LINS	VARA	1	-
43ª LIMEIRA	VARA	2	-
44ª BARUERI	VARA	2	-
	JEF	-	1
TOTAL DE VARAS / VARAS GABINETE		155	46
		201	

(Fonte: URL: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUOM/quadrosubsecoes.pdf>, consulta realizada em: 12/02/2015).

JFMS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
1ª SUBSEÇÃO CAMPO GRANDE	VARA	6	-
	JEF	-	1
2ª SUBSEÇÃO DOURADOS	VARA	2	-
	JEF	-	1
3ª SUBSEÇÃO TRÊS LAGOAS	VARA	1	-
4ª SUBSEÇÃO CORUMBÁ	VARA	1	-
5ª SUBSEÇÃO PONTA PORÃ	VARA	2	-
6ª SUBSEÇÃO NAVIRAÍ	VARA	1	-
7ª SUBSEÇÃO COXIM	VARA	1	-
TOTAL DE VARAS / VARAS GABINETE		14	2
		16	

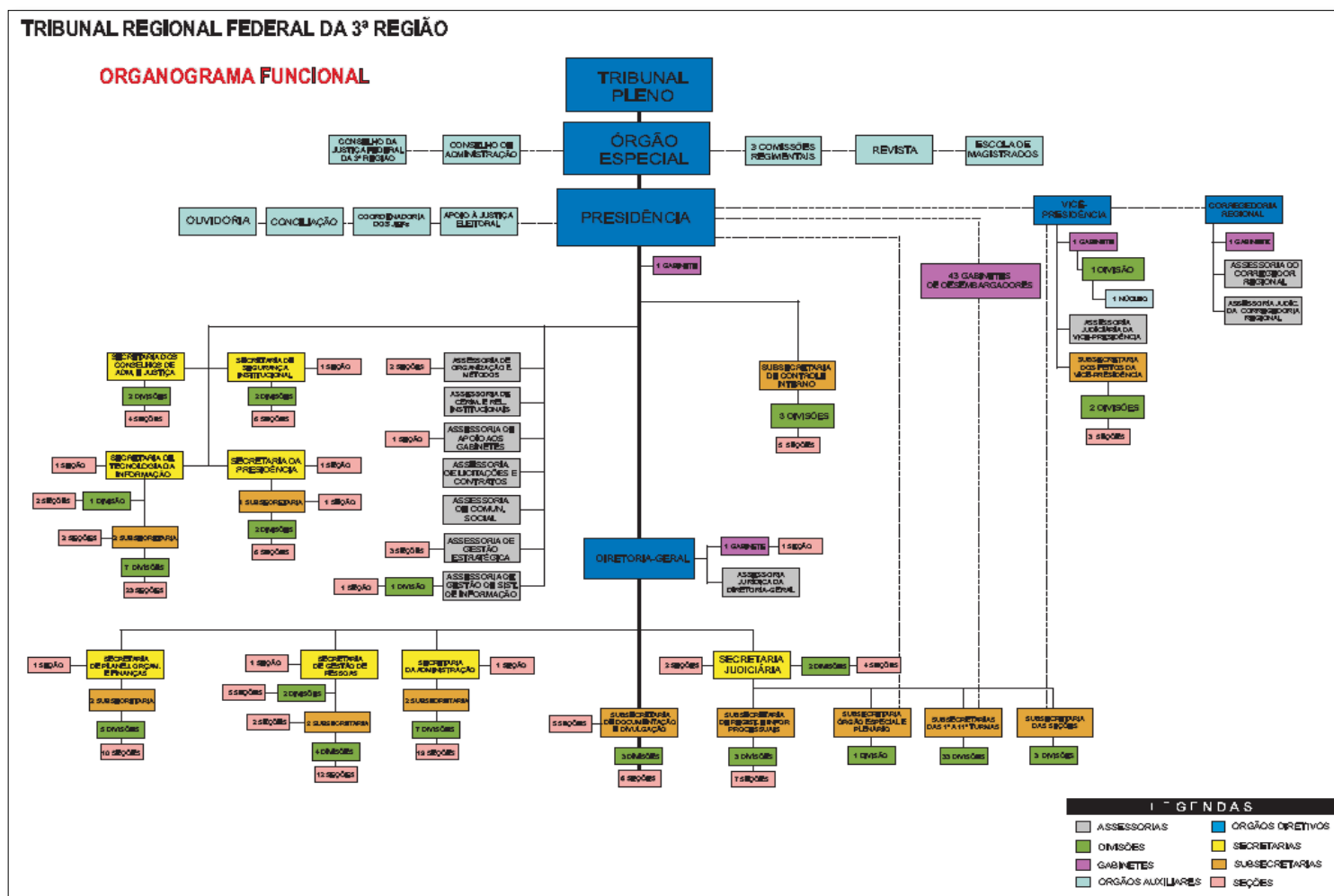
(Fonte: URL: <http://www.jfms.jus.br/>, consulta realizada em: 12/02/2015).

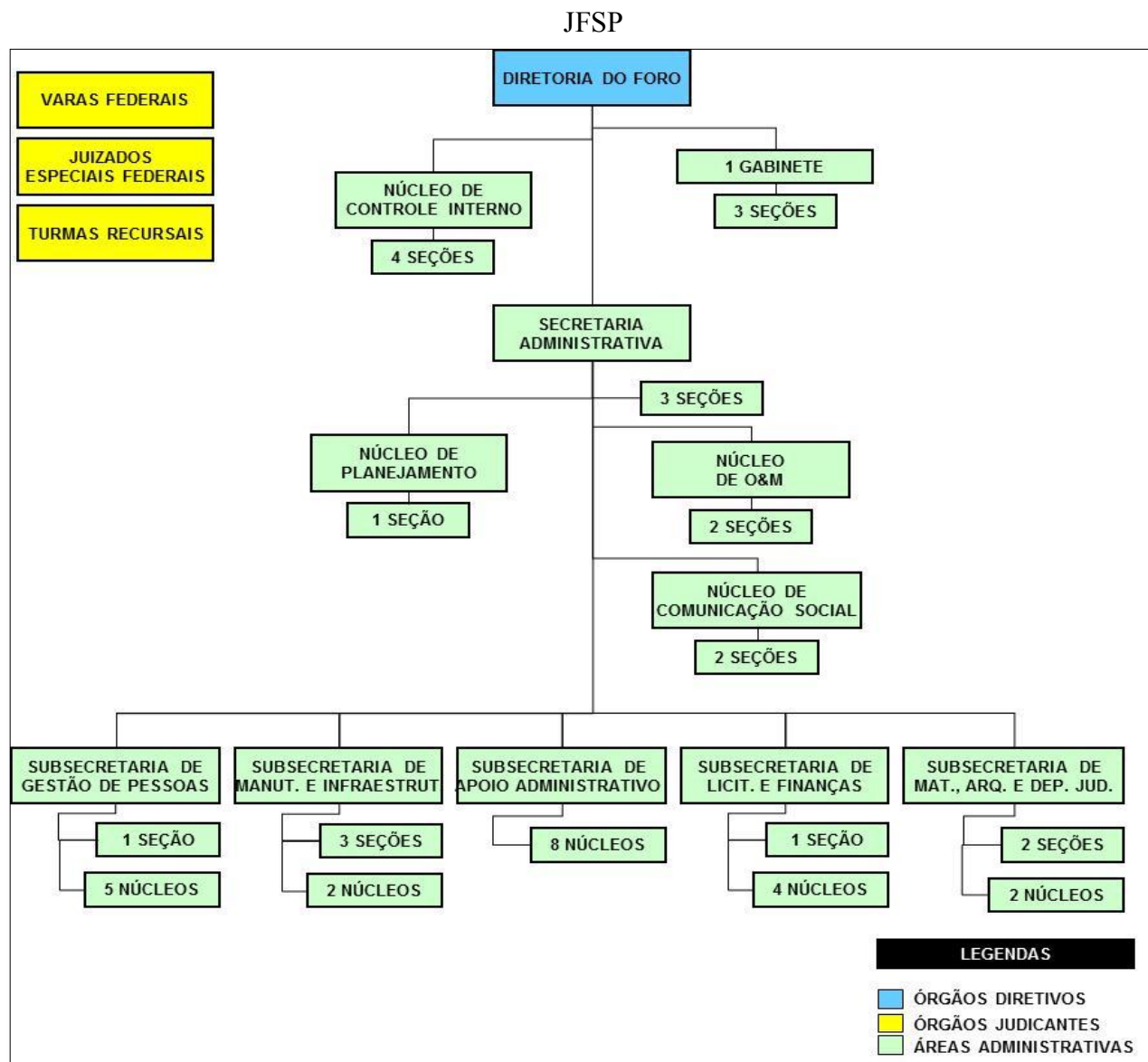


ANEXO IV

Organograma da UPC

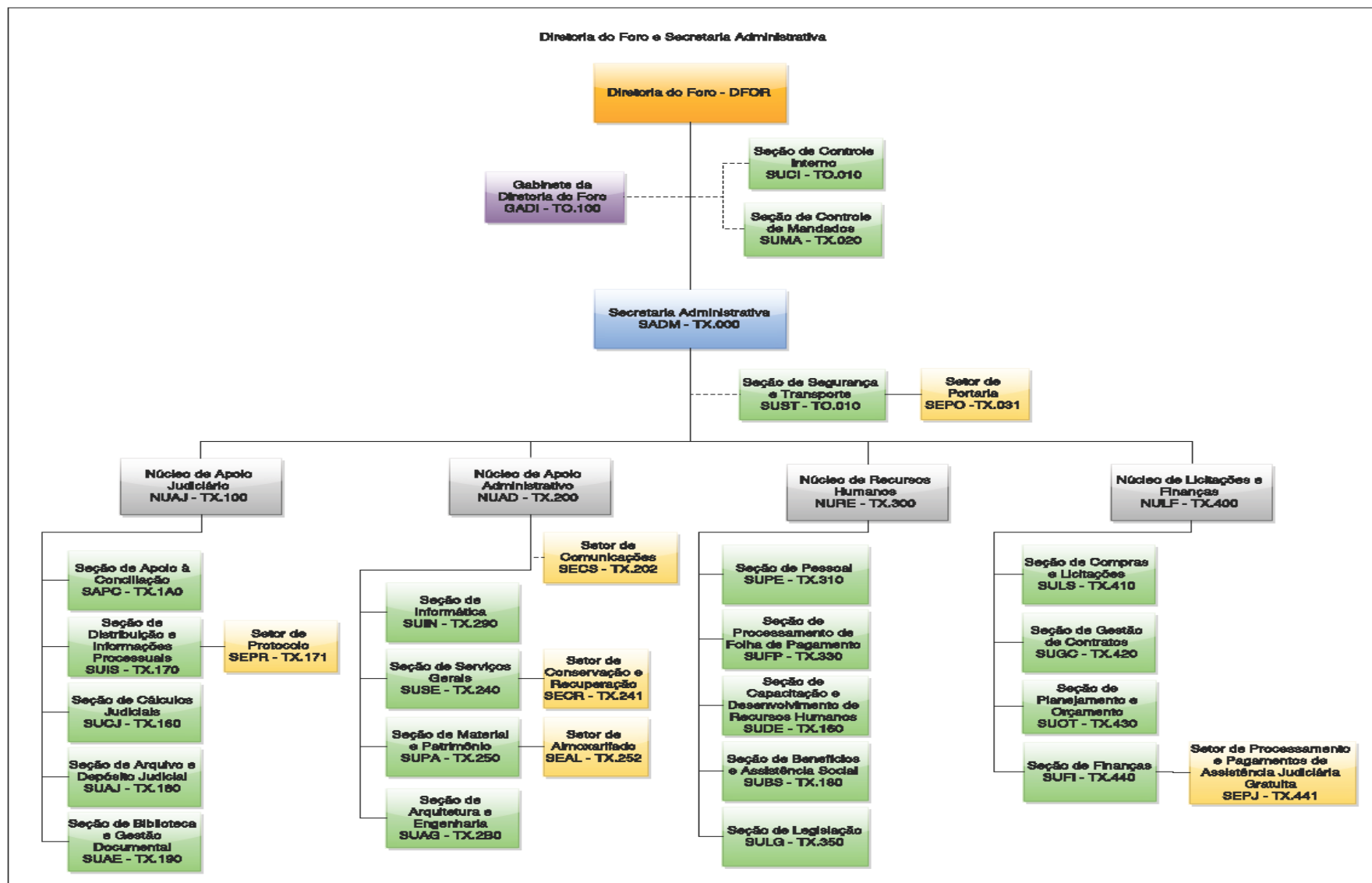
TRF3R







JFMS





ANEXO V

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

TRF3R

(Fonte: SCAJ, SEGE, RHM3R-Magistrados, Relatórios do Sistema de Recursos Humanos/SISRH e do sistema mumps)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Art. 21 do RI/TRF3R.	Fábio Prieto de Souza	Desembargador Federal Presidente	01/01 a 31/12/2015
Vice-Presidência	Art. 22 do RI/TRF3R.	Cecilia Maria Piedra Marcondes	Desembargadora Federal Vice-Presidente	01/01 a 31/12/2015
Corregedoria-Regional	Art. 6º, inciso VII, da Lei Federal nº 5.010/1966; art. 8º do RI/CJF3R; art. 23 do RI/TRF3R e RES CJF nº 49/2009.	Maria Salette Camargo Nascimento (Aposentadoria a partir de 05/01/2015)	Desembargadora Federal Corregedora-Regional	01/01 a 4/1/2015
		Marisa Ferreira dos Santos	Desembargadora Federal Corregedora-Regional, em exercício	07/01 a 09/06/2015
		Therezinha Astolphi Cazerta	Desembargadora Federal Corregedora-Regional	10/06 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Alda Maria Basto Caminha Ansaldi (Aposentadoria a partir de 11/08/2015)	Desembargadora Federal	01/01 a 10/08/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	André Nabarrete Neto	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2015 08/03 a 31/12/2015
		Simone Schroder Ribeiro (substituta)	Juíza Federal	07/01 a 07/03/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	André Custódio Nekatschalow	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2015 07/02 a 31/12/2015
		Raquel Fernandez Perrini (substituta)	Juíza Federal	07/01 a 06/02/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Antonio Carlos Cedenho (1)	Desembargador Federal	01/01 a 03/05/2015 14/05 a 02/08/2015 25/09 a 31/12/2015
		José Eduardo de Almeida Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	04/05 a 13/05/2015 03/08 a 24/09/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida (2)	Desembargadora Federal	01/01 a 06/01/2015 31/01 a 28/06/2015 1º/08 a 28/09/2015
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	29/06 a 31/07/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		Miguel Thomaz de Pierro Junior (substituto)	Juíza Federal	26/10 a 18/12/2015
		Paulo Alberto Sarno (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 30/01/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Daldice Maria Santana de Almeida (3)	Desembargadora Federal	01/01 a 27/08/2015
		Rodrigo Zacharias (substituto)	Juiz Federal	01/09 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	David Diniz Dantas	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Diva Prestes Marcondes Malerbi	Desembargadora Federal	13/05 a 15/11/2015
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	01/01 a 13/01/2015
		Carlos Eduardo Delgado (substituto)	Juiz Federal	14/01 a 12/05/2015
		Leila Paiva Morrison (substituta)	Juíza Federal	16/11 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Fausto Martin de Sanctis	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Gilberto Rodrigues Jordan	Desembargador Federal	01/01 a 02/08/2015 17/09 a 17/11/2015 11/12 a 31/12/2015
		José Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	03/08 a 16/09/2015 18/11 a 10/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Hélio Egydio de Matos Nogueira	Desembargador Federal	01/01 a 11/08/2015 14/09 a 31/12/2015
		Alessandro Diaferia (substituto)	Juiz Federal	12/08 a 13/09/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	José Marcos Lunardelli	Desembargador Federal	01/01 a 21/06/2015 30/07 a 31/12/2015
		Sidmar Dias Martins (substituto)	Juiz Federal	22/06 a 29/07/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luís Antonio Johonsom di Salvo	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luis Carlos Hiroki Muta	Desembargador Federal	01/01 a 22/10/2015 11/12 a 31/12/2015
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	23/10 a 10/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luís Paulo Cotrim Guimarães	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luiz Alberto de Souza Ribeiro	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2015 07/02 a 31/12/2015
		Mauro Salles Ferreira Leite (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 06/02/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luiz de Lima Stefanini	Desembargador Federal	01/01 a 04/10/2015 04/12 a 31/12/2015
		Renato Toniasso (substituto)	Juiz Federal	05/10 a 03/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Mairan Gonçalves Maia Junior	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2015 07/02 a 05/07/2015 06/08 a 31/12/2015
		Raphael José de Oliveira Silva (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 06/02/2015
		Renato Barth Pires (substituto)	Juiz Federal	06/07 a 05/08/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marcelo Mesquita Saraiva	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Márcio José de Moraes (Aposentadoria a partir 27/03/2015)	Desembargador Federal	01/01 a 26/03/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maria Cecília Pereira de Mello	Desembargadora Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maria Lucia Lencastre Ursaia	Desembargadora Federal	01/01 a 18/01/2015 03/03 a 31/12/2015
		José Eduardo Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	19/01 a 02/03/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marisa Ferreira dos Santos	Desembargadora Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marli Marques Ferreira	Desembargadora Federal	01/01 a 06/01/2015 07/02 a 21/06/2015 26/07 a 31/12/2015
		Marcelo Guerra Martins (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 06/02/2015
		Sílvio César Arouck Gemaque (substituto)	Juiz Federal	22/06 a 25/07/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maurício Yukikazu Kato	Desembargador Federal	01/01 a 07/06/2015 09/07 a 20/09/2015 22/10 a 31/12/2015
		Marcelle Ragazoni Carvalho (substituta)	Juíza Federal	08/06 a 08/07/2015 21/09 a 21/10/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Mônica Autran Machado Nobre	Desembargadora Federal	01/01 a 30/06/2015 01/08 a 31/12/2015
		Taís Vargas Ferracini de Campos Gurgel (substituta)	Juíza Federal	01/07 a 31/07/2015
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nelton Agnaldo Moraes dos Santos	Desembargador Federal	01/01 a 13/01/2015 14/02 a 05/07/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
				03/08 a 31/12/2015
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	14/01 a 13/02/2015
		Noemi Martins de Oliveira (substituta)	Juíza Federal	06/07 a 02/08/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nery da Costa Junior	Desembargador Federal	01/01 a 30/06/2015 03/08 a 31/12/2015
		Jose Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	01/07 a 02/08/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Newton de Lucca	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nino OliveiraToldo	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2015 30/01 a 27/09/2015 23/10 a 31/12/2015
		Fernando Marcelo Mendes (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 29/01/2015
		José Eduardo de Almeida Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	28/09 a 22/10/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Otávio Peixoto Junior	Desembargador Federal	01/01 a 23/08/2015 24/09 a 31/12/2015
		Roberto Lemos dos Santos Filho (substituto)	Juiz Federal	24/08 a 23/09/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Gustavo Guedes Fontes	Desembargador Federal	01/01 a 05/04/2015 26/05 a 31/12/2015
		Raquel Fernandez Perrini (substituta)	Juíza Federal	06/04 a 25/05/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Octávio Baptista Pereira	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal	01/01 a 21/06/2015 23/07 a 28/09/2015 20/10 a 31/12/2015
		Miguel Thomaz Di Pierro Júnior (substituto)	Juiz Federal	22/06 a 22/07/2015 29/09 a 19/10/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Sérgio do Nascimento	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete Desembargador (a) de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Tânia Regina Marangoni	Desembargadora Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Therezinha Astolphi Cazerta	Desembargadora Federal	01/01 a 09/06/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Desembargador (a)				(Corregedora-Regional a partir de 10/06/2015)
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Toru Yamamoto	Desembargador Federal	01/01 a 13/01/2015 14/02 a 31/12/2015
		Marco Aurelio de Mello Castriani (substituto)	Juiz Federal	14/01 a 13/02/2015
Gabinete de Desembargador (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Denise Aparecida Avelar (substituta)	Juíza Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Valdeci dos Santos (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	José Carlos Francisco (substituto)	Juiz Federal	27/03 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Carlos Eduardo Delgado (substituto)	Juiz Federal	10/06 a 31/12/2015
Gabinete de Desembargador (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Wilson Zauhy Filho (substituto)	Juiz Federal	12/08 a 31/12/2015
Diretoria-Geral *	Planejar, coordenar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas do TRF3R, de acordo com a orientação estabelecida pela Presidência e demais deliberações do Tribunal.	Gilberto de Almeida Nunes	Diretor-Geral	01/01 a 31/12/2015
Assessoria de Comunicação Social *	Assessorar a Presidência, Desembargadores e dirigentes nas questões relativas à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação, coordenar a gestão do processo de comunicação interna e externa.	Júlio César Tiraboschi Junior	Assessor Administrativo II	01/01 a 31/12/2015
Assessoria de Gestão Estratégica *	Assessorar a Presidência do TRF3R na elaboração, desenvolvimento e avaliação do planejamento estratégico, bem como	Vitor Neves Ribeiro	Assessor Administrativo II	01/01 a 31/12/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	na elaboração e acompanhamento das metas do Poder Judiciário.			
Assessoria de Organização e Métodos *	Assessorar a Presidência do TRF3R nas atividades relacionadas à modernização e organização administrativa do TRF3R e orientar tecnicamente essas atividades nas Seções Judiciárias da 3ª Região.	Célia Yumiko Yonue	Assessora	01/01 a 08/12/2015
		Maria Del Pilar Aneiros Gene	Assessora	09/12 a 31/12/2015
Assessoria da Escola de Magistrados *	Assessorar o(a) Desembargador(a) Federal Diretor(a) da EMAG e Presidente da Comissão de Concurso no que se refere aos eventos, concursos e divulgações de responsabilidade da EMAG.	Marta Fernandes Curia	Assessor Administrativo II	01/01 a 31/12/2015
Assessoria da Ouvidoria-Geral *	A Ouvidoria-Geral da JF3R tem a missão institucional de prover um meio de comunicação que garanta o direito de manifestação do cidadão, em relação aos serviços prestados pela JF3R, e que assegure seu direito à informação e à participação no processo de aprimoramento dos serviços colocados à sua disposição.	Silvia Regina Marques Junqueira Gabaldo	Assessora	01/01 a 30/06/2015
		Wladimir Rodrigues	Assessor	01/07 a 31/12/2015
Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação *	Assessorar a Presidência no planejamento das políticas de TI da JF3R e gerenciar o fornecimento de dados estatísticos para os usuários internos e externos.	David Panessa Baccelli	Assessor	01/01 a 31/12/2015
Secretaria de Administração *	Coordenar e controlar as atividades relacionadas à aquisição e guarda de material e patrimônio, serviços de arquitetura e engenharia, manutenção e conservação dos imóveis, produção de serviços gráficos, telefonia e comunicações.	Paulo Leopoldo Marin	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Secretaria de Gestão de Pessoas *	Coordenar as atividades de Gestão de Pessoas no TRF3R.	Marisol Ávila Ribeiro	Diretora	01/01 a 31/12/2015



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Tecnologia da Informação *	Planejar e coordenar as atividades de TI da JF3R.	Jader Carlos Videira	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças *	Planejar e controlar as atividades de programação e execução orçamentária e financeira no TRF3R e Seções Judiciárias da 3ª Região.	Maria Aparecida Martinez Ciliano	Diretora	01/01 a 31/12/2015
Secretaria de Segurança Institucional *	Coordenar e orientar as atividades de transporte e segurança institucional na JF3R.	Sérgio dos Santos	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Secretaria Judiciária *	Coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, quanto à regularidade dos atos cartorários e ao exato cumprimento das normas processuais e regimentais pertinentes e orientar o cumprimento dos mandados pelos analistas executantes de mandados.	Valdir Claro Jeronymo	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Subsecretaria de Controle Interno *	Auxiliar a Instituição no alcance dos seus objetivos, zelando, de forma sistemática e disciplinada, pelo cumprimento das normas que regem a Administração, nos aspectos contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e de pessoal.	Andrea Bugano Passanezi	Diretora	01/01 a 11/08/2015
		Amador Santana Filho	Diretor	12/08 a 31/12/2015
Secretaria da Presidência *	Coordenar as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas do Juízo da Execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios e de requisição para pagamento mensal das RPV.	Andrea Dias Gomes de Kerbrie	Diretora	01/01 a 31/12/2015
Gabinete da Vice-Presidência *	Assessorar, nos assuntos jurídicos e administrativos, o(a) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente no desempenho de suas funções.	Luis Afonso Falcim Grigolon Fre	Chefe de Gabinete	01/01 a 31/12/2015



Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência *	Coordenar as atividades relativas ao processamento dos recursos excepcionais e agravo de instrumento e assessorar o(a) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente.	Amelino Rabelo Custódio	Diretor	01/01 a 31/12/2015

Notas:

*Áreas constantes da Portaria nº 5864/2009-PRES, que constituiu o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico do TRF3R e/ou Unidades que constam do Anexo VI – Macroprocessos finalísticos, infra.

1) Gabinete Des. Fed. Antonio Carlos Cedenho: Dias 11, 12 e 13/05 – as férias do Desembargador estavam interrompidas para sua atuação em Correição Geral Ordinária (PORT nº 7.888/2015), permanecendo o Magistrado convocado em atuação no Gabinete.

2) Gabinete Des. Fed. Consuelo Yoshida: Período de 29/9 a 25/10 – Sem Magistrados atuando; Dia 29/07 – As férias da Desembargadora estavam interrompidas, para atuação no Encontro de Ouvidores Judiciais em Gramado/RS (PORT nº 7.976/2015), permanecendo a Magistrada convocada em atuação no Gabinete.

3) Gabinete Des. Fed. Daldice Santana: Período de 28/8 a 31/8 – Sem Magistrados atuando.

- Os períodos regulares de férias dos Desembargadores Federais sem a convocação de Magistrado em substituição não estão descontados dos seus períodos de atuação nos respectivos Gabinetes.



JFSP

(Fonte: Núcleo de Organização e Métodos)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro	Responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da JFSP, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis à prestação jurisdicional.	Giselle de Amaro e França	Juíza Federal Diretora do Foro	01/01 a 31/12/2015
Gabinete da Diretoria do Foro	Assessorar e prestar suporte direto ao exercício da função de Juiz Federal Diretor do Foro e de Vice-Diretor do Foro.	Andrea Werle de Abreu	Chefe de Gabinete	01/01 a 31/12/2015
Secretaria Administrativa	Coordenar o trabalho desenvolvido na área administrativa da JFSP e assessorar a Diretoria do Foro nos assuntos correlatos.	Rodrigo Corral Cabarcos Filho	Diretor	01/01 a 31/12/2015



JFMS
(Fonte: NURE)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro	Responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da JFMS, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis à prestação jurisdicional.	Heraldo Garcia Vitta	Juiz Federal Diretor do Foro	01/01 a 31/12/2015
Secretaria Administrativa	Coordenar o trabalho desenvolvido na área administrativa da JFMS e assessorar a Diretoria do Foro nos assuntos correlatos.	Sílvia Aparecida Sponda Triboni	Diretora	01/01 a 31/12/2015
Núcleo de Recursos Humanos	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades de gestão e desenvolvimento de RH.	Adriana Barros Verruck	Diretora	01/01 a 31/12/2015
Núcleo de Apoio Administrativo	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades de administração dos bens, comunicações e controle dos processos administrativos, obras, serviços gerais e informática.	Antônio Carlos Gonçalves	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Núcleo de Apoio Judiciário	Coordenar e dirigir as atividades de biblioteca, organização, entrada, cadastramento, autuação, classificação, processamentos e arquivamento dos feitos, cálculos de custas judiciais, processuais e de diligência da JFMS, bem como prestar apoio ao Protocolo Integrado da JF3R.	Daniel Joaquim de Souza	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Núcleo de Licitações e Finanças *	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades de compras e licitações, gestão de contratos administrativos, gestão de recursos orçamentário e financeiro.	Cristiane Pereira dos Santos Martins	Diretora	01/06 a 31/12/2015

Nota: *Núcleo criado pela RES CJF3R nº 558, de 27/4/2015.



ANEXO VI

Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Processamento de Requisitórios (1)	Tem por objetivo o cumprimento de atos administrativos vinculados, direcionados a fins específicos, destacando-se o estrito cumprimento da ordem cronológica de pagamento e o efetivo adimplemento das requisições, com a ultimação da entrega da prestação jurisdicional na origem.	Pagamento de Requisitórios	- Justiça Federal - Juizados Especiais Federais - Justiça Estadual, competência delegada - Conselho da Justiça Federal - Receita Federal - Caixa Econômica Federal - Banco do Brasil - Beneficiário do requisitório	- SEPE - Secretaria da Presidência - UFEP - Subsecretaria dos Feitos da Presidência - DPAG - Divisão de Pagamento - DIAL – Divisão de Análise de Requisitórios - SOFI – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças.
Julgamentos (2)	Contempla atividades desenvolvidas desde o recebimento do processo distribuído, análise, julgamento, publicação do acórdão/decisão, até a remessa ao juízo de origem ou à Vice-Presidência, no caso de interposição de RESP, RE, RO.	Acórdão Ata de Julgamento	- Justiça Federal - Juizados Especiais Federais - Justiça Estadual, competência delegada - Gabinete da Vice-Presidência - Jurisdicionado	- Gabinete da Presidência - Gabinete dos Desembargadores Federais - SEPE - SEJU - Secretaria Judiciária - Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções - Subsecretaria da 2ª Seção - Subsecretaria da 3ª Seção - Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas
Processamento de RESP/ RE/ RO (3)	Contempla as atividades desenvolvidas para análise de admissibilidade dos Recursos Especial (RESP), Extraordinário (RE) e Ordinário (RO).	Decisão sobre a admissibilidade ou não do recurso interposto.	- Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções - Subsecretaria da 2ª Seção - Subsecretaria da 3ª Seção - Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas - Tribunais Superiores	- Gabinete da Vice-Presidência - Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência - Divisão de Procedimentos Diversos
Registro, Autuação e Distribuição (4)	Contempla as atividades de recebimento, protocolo, análise, classificação, distribuição e encaminhamento das petições e dos feitos recebidos para os órgãos pertinentes do Tribunal.	Petições cadastradas Processos classificados, autuados e distribuídos.	- Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções - Subsecretaria da 2ª Seção - Subsecretaria da 3ª Seção - Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas - Secretaria da Vice-Presidência	- Secretaria Judiciária - SEJU - Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - Divisão de Registro, Autuação e Distribuição - Divisão de Análise e Classificação



Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			• Gabinete da Presidência	• Divisão de Informações Processuais e Protocolo
Recebimentos e Remessas de autos (5)	Contempla as atividades de recebimento/ remessa dos autos dos órgãos julgadores deste tribunal, dos tribunais superiores e varas de origem.	Remessa/ envio dos autos judiciais às unidades pertinentes	• Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções • Subsecretaria da 2ª Seção • Subsecretaria da 3ª Seção • Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas • Tribunais Superiores • Varas Federais e Estaduais	• Seção de Passagem de Autos • Divisão de Passagem de Autos e Indexação

Notas:

(1) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- “Processamento de Requisitórios”, de responsabilidade da SEPE e respectivas áreas a ela subordinadas, composto pelos subprocessos: Conferência de CPF; Conferência de PSSS; Conferência do campo OBS; Verificar prevenção e pendência; Fechamento das Propostas Orçamentárias; Análise e manutenção das POs; SEPE – processar demanda; UFEP – processar demanda; DPAG – processar demanda; DIAL - Processar demanda; Elaboração do Rel. de Pagto. Encontra-se na fase de detalhamento conforme processo SEI 0011448-16.2014.4.03.8000.
- “POF-Programação Financeira das Sentenças Judiciais” e “POF-Execução Financeira das Sentenças Judiciais”, ambos de responsabilidade da SOFI, mapeado durante o projeto Sigjus, deverão ser revisados no projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3” (SEI 0014809-75.2013.4.03.8000).

(2) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- Durante os Workshops “Modelagem das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje” e “Parametrização das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje”, realizados no período de 28 de abril a 07 de maio de 2014, foram mapeados alguns processos que integram o macroprocesso em pauta: “Processar Incidentes Processuais”, “Processar Apelação ou Agravo de Instrumento”, “Processar Conflito de Competência”, “Suspensão de Segurança”, “Processamento em Gabinete”. Em 2015 foram modelados os processos “Gestão da transcrição de áudio” (SEI 0016628-76.2015.4.03.8000) e “Processamento da sessão de julgamento do CJF3R OU CATRF3R” (SEI 0029768-80.2015.4.03.8000), relacionados ao projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3” (SEI 0014809-75.2013.4.03.8000), encontrando-se em fase de análise.

(3) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- “Verificar petição não analisada”, “Cumprir Diligência OU Decisão Judicial”, “Carta Rogatória”, “Intimar Partes” “Expedir Documento” e “Aguardar documento intercorrente”. Foi mapeado durante os Workshops “Modelagem das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje” e “Parametrização das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje”, realizados no período de 28 de abril a 07 de maio de 2014.

(4) Embora identificado o macroprocesso, este carece da definição dos processos que o compõe, com o respectivo mapeamento.

(5) Em 2015, com o desenvolvimento do projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3R”, foram mapeados os processos de trabalho “Gerir acervo físico recebido dos tribunais superiores” e “Processar remessas”.



ANEXO VII

Planejamento Estratégico - RES CJF nº 313/2014

Macrodesafio	Plano Estratégico	Objetivo Estratégico da JF	Indicador	Descrição da Meta	Iniciativa	Gasto (R\$)
Garantia dos direitos de cidadania	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Taxa de satisfação dos usuários da Justiça Federal	Atingir 70% de satisfação dos usuários da Justiça Federal em 2020	Carta de serviços	0,00
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Otimizar custos operacionais	Sem índice informado	Sem meta informada	Programa de sustentabilidade	8.963,86
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos clientes internos	Sem iniciativa pré-definida	8.379.215,19
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Agilizar os trâmites judiciais	Taxa de congestionamento	Não há meta estabelecida	Processo Judicial Eletrônico da JF – PJe	43.211,27
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Taxa de avaliação do sistema de controles internos	Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100%, até 2020	Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos	4.251,36
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Otimizar custos operacionais	Sem índice informado	Sem meta informada	Programa de sustentabilidade	146.132,77
Instituição da governança judiciária	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal	Taxa de adesão às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário	Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário em 2020	Implementação do sistema de governança da Justiça Federal.	70.000,00
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, 100% dos órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação	Implantação de ferramentas de TIC para reduzir cartas precatórias;	29.340,00



Macrodesafio	Plano Estratégico	Objetivo Estratégico da JF	Indicador	Descrição da Meta	Iniciativa	Gasto (R\$)
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, 100% dos órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação	Nivelamento da infraestrutura de TI e uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados.	27.291,52
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI	Atingir, em 2019, 70% de avaliações consideradas positivas	Nivelamento da infraestrutura de TI e uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados.	7.059,06
Melhoria da gestão de pessoas	Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal	Taxa de satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional, até 2019	Adequação da estrutura de cargos e desenvolvimento de competências a partir de novas demandas na Justiça Federal.	640.163,64
TOTAL						9.355.628,67
ORÇAMENTO TOTAL 2015 (TRF3R + PJe 12101)						606.657.505,00
(-) PESSOAL						-476.810.169,00
(-) CRÉDITO ESPECIAL ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES						0,00
(-) BENEFÍCIOS						-34.847.029,00
(-) SOBRA ORÇAMENTÁRIA DO CONCURSO PÚBLICO						- 2.668.000,00
TOTAL						97.668.307,00

PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO DE 2015 COM METAS ESTRATÉGICAS (Fonte: SOFI)	9,58%



ANEXO VIII

Execução orçamentária – Exercício 2015

CONSOLIDADO TRF3R

(Fonte: Sistema de Controle Orçamentário)

ORÇAMENTO TOTAL COMPROMETIDO COM PESSOAL/BENEFÍCIOS E PJe 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes (1)	Investimentos	Inversões Financeiras	PJe - 12101	Total
Orçamento Total 2015	476.810.169,00	34.847.029,00	64.255.616,00	7.831.943,00	20.000.000,00	259.748,00	604.004.505,00
Contingenciamento	-	-	-	4.000.000,00	20.000.000,00	-	24.000.000,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	476.810.169,00	34.847.029,00	64.255.616,00	3.831.943,00	-	259.748,00	580.004.505,00
Orçamento Comprometido 2015 *	475.447.100,70	34.694.164,26	62.702.409,00	2.000.667,03	-	259.748,00	575.104.088,99
Outros (Orçamento indisponível Bloqueado pelo CJF)	-	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00
% Comprometido		99,16					

* exceto valores contingenciados

(1) Das Despesas Correntes foi abatido o valor de R\$ 2.668.000,00, referente ao orçamento JC fonte 150 destinado a Concursos.

ORÇAMENTO COMPROMETIDO SEM PESSOAL/BENEFÍCIOS E COM PJe 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes (1)	Investimentos	Inversões Financeiras	PJe - 12101	Total
Orçamento Total 2015	-	-	64.255.616,00	7.831.943,00	20.000.000,00	259.748,00	92.347.307,00
Contingenciamento	-	-	-	4.000.000,00	20.000.000,00	-	24.000.000,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	-	-	64.255.616,00	3.831.943,00	-	259.748,00	68.347.307,00
Orçamento Comprometido 2015	-	-	62.702.409,00	2.000.667,03	-	259.748,00	64.962.824,03
Outros	-	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00
% Comprometido		95,05					

* exceto valores contingenciados

(1) Das Despesas Correntes foi abatido o valor de R\$ 2.668.000,00, referente ao orçamento JC fonte 150 destinado a Concursos



ORÇAMENTO COMPROMETIDO COM PESSOAL/BENEFÍCIOS E SEM PJe 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes (1)	Investimentos	Inversões Financeiras	PJe - 12101	Total
Orçamento Total 2015	476.810.169,00	34.847.029,00	64.255.616,00	7.831.943,00	20.000.000,00	-	603.744.757,00
Contingenciamento	-	-	-	4.000.000,00	20.000.000,00	-	24.000.000,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	476.810.169,00	34.847.029,00	64.255.616,00	3.831.943,00	-	-	579.744.757,00
Orçamento Comprometido 2015	475.447.100,70	34.694.164,26	62.702.409,00	2.000.667,03	-	-	574.844.340,99
Outros	-	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00

% Comprometido	99,15

* exceto valores contingenciados

(1) Das Despesas Correntes foi abatido o valor de R\$ 2.668.000,00, referente ao orçamento JC fonte 150 destinado a Concursos.

ORÇAMENTO COMPROMETIDO SEM PESSOAL/BENEFÍCIOS E SEM PJe 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes (1)	Investimentos	Inversões Financeiras	PJe - 12101	Total
Orçamento Total 2015	-	-	64.255.616,00	7.831.943,00	20.000.000,00	-	92.087.559,00
Contingenciamento	-	-	-	4.000.000,00	20.000.000,00	-	24.000.000,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	-	-	64.255.616,00	3.831.943,00	-	-	68.087.559,00
Orçamento Comprometido 2015	-	-	62.702.409,00	2.000.667,03	-	-	64.703.076,03
Outros	-	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00

% Comprometido	95,03

* exceto valores contingenciados

(1) Das Despesas Correntes foi abatido o valor de R\$ 2.668.000,00, referente ao orçamento JC fonte 150 destinado a Concursos.



SEÇÕES JUDICIÁRIAS
(Fonte: Sistema de Controle Orçamentário)

ORÇAMENTO TOTAL COMPROMETIDO COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Total
Orçamento Total 2015	1.233.138.715,39	95.712.026,71	261.992.782,00	19.728.698,46	-	1.610.572.222,56
Contingenciamento	-	-	129.218,00	501.992,00	-	631.210,00
Contingenciamento Compensação Créd. Extraordinário	-	-	-	740.812,00	-	740.812,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	1.233.138.715,39	95.712.026,71	261.863.564,00	18.485.894,46	-	1.609.200.200,56
Orçamento Comprometido 2015*	1.233.118.677,48	95.670.893,25	261.221.406,27	15.372.352,90	-	1.605.383.329,90
% Comprometido	99,76					

* exceto valores contingenciados

ORÇAMENTO COMPROMETIDO SEM PESSOAL/BENEFÍCIOS

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes (1)	Investimentos	Inversões Financeiras	Total
Orçamento Total 2015	-	-	261.992.782,00	19.728.698,46	-	281.721.480,46
Contingenciamento	-	-	129.218,00	501.992,00	-	631.210,00
Contingenciamento Compensação Créd. Extraordinário	-	-	-	740.812,00	-	740.812,00
Orçamento Total 2015 sem contingenciamento	-	-	261.863.564,00	18.485.894,46	-	280.349.458,46
Orçamento Comprometido 2015	-	-	261.221.406,27	15.372.352,90	-	276.593.759,17
% Comprometido	98,66					

* exceto valores contingenciados



ANEXO IX

Ações de responsabilidade da UPC – OFSS

Notas:

- 1) Dotação orçamentária inicial dos Programas 0569 (Prestação Jurisdicional na Justiça Federal) e 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União) alocada ao CJF e recebida pelas UG 090015, 090017, 090029 e 090055 por descentralização interna, após ingresso na UG 090035.
- 2) * Dotação orçamentária inicial do Programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais) recebida por descentralização externa pela UG 090035 e, após, por descentralização interna para a UG 090047.

Identificação da Ação								
Código	20TP		Tipo: Atividade					
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União							
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2015								
Execução Orçamentária e Financeira								
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
090029	309.200.000,00	338.491.914,00	338.491.914,00	337.204.431,22	337.125.275,19	79.156,03	1.287.482,78	
090017	843.520.893,00	843.520.893,00	843.520.893,00	838.146.238,82	838.141.720,16	4.518,66	5.374.654,18	
090015	65.610.634,00	65.610.634,00	65.610.634,00	65.208.088,44	65.068.377,92	139.710,52	402.545,56	
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida		UG	Montante		
						Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade		090029	1.805	-	1.861
					090017	4.427	-	4.809
					090015	370	-	370
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas				
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
090029	5.186.106,93	3.996.474,65	0,00	-		-	-	
090017	10.612.917,18	10.145.170,00	176.738,50					
090015	768.669,11	762.197,00	0,00					



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Título	Assistência Médica e odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	12.829.608,00	12.829.608,00	12.824.808,00	10.759.745,38	10.759.745,38	0,00	2.065.062,62
090017	30.270.420,00	30.129.420,00	30.093.831,66	22.187.774,83	22.187.774,83	0,00	7.906.056,83
090015	2.326.644,00	2.326.644,00	2.326.643,86	2.139.044,50	2.139.044,50	0,00	187.599,36
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	090029	4.623	-	4.628
				090017	10.679	-	11.544
				090015	766	-	912
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	875.620,93	867.966,25	7.654,68	-	-	-	
090017	1.635.664,22	1.522.997,84	0,00				
090015	201.635,57	180.914,35	20.721,22				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	1.739.671,00	1.980.742,00	1.980.742,00	1.893.465,18	1.893.465,18	0,00	87.276,82
090017	6.210.056,00	6.524.139,00	6.524.139,00	6.523.088,48	6.523.088,48	0,00	1.050,52
090015	556.124,00	569.250,00	568.372,37	567.372,37	567.372,37	0,00	1.000,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	090029	244	-	253
				090017	871	-	868
				090015	78	-	76
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	16.923,58	576,33	16.347,25	-	-	-	
090017	20.221,89	5.757,26	0,00				
090015	2.000,00	1.176,42	823,58				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Título	Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	839.520,00	994.627,00	994.627,00	972.631,33	972.631,33	0,00	21.995,67
090017	1.795.200,00	2.052.486,00	2.052.486,00	2.018.368,99	2.018.368,99	0,00	34.117,01
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	090029	477	-	520
				090017	1.020	-	1.084
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	98.168,27	0,00	98.168,27	-	-	-	
090017	22.162,47	0,00	0,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	2012			Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	16.097.959,00	18.843.612,00	18.843.612,00	18.703.117,88	18.703.117,88	0,00	140.494,12
090017	39.360.594,00	50.050.651,00	50.050.651,00	50.008.634,44	50.008.634,44	0,00	42.016,56
090015	2.959.715,00	3.772.958,00	3.768.290,65	3.768.290,65	3.768.290,65	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	090029	1.784	-	1.840
				090017	4.362	-	4.545
				090015	328	-	345
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	40.267,00	11.860,46	28.406,54	-	-	-	
090017	40.375,20	0,00	15.360,78				
090015	0,00	0,00	0,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	3600		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	4.000.000,00	4.000.000,00	99.693,75	13.865,72	13.865,72	0,00	85.828,03
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício-sede reformado com 32.434,60 m²			% de execução física	090029	8%	-	0,3%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	1.407.616,51	1.309.429,16	15.987,35	Edifício-sede reformado	% de execução física	0,18%	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	12SQ		Tipo: Projeto				
Título	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "E"						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Imóvel adquirido com 4 conjuntos comerciais			Unidade	090029	4	-	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	0,00	0,00	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais				
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	198.440,00	198.440,00	50.375,26	50.375,26	50.375,26	0,00	0,00
090017	281.263,48	281.263,48	281.263,48	281.263,48	281.263,48	0,00	0,00
090015	5.215,23	5.215,23	5.215,23	5.215,23	5.215,23	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física prevista para a ação			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	0,00	0,00	0,00	-	-	-	
090017	0,00	0,00	0,00				
090015	0,00	0,00	0,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais				
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	54.647.801,00	60.685.757,00	59.322.688,70	59.316.170,90	59.316.170,90	0,00	6.517,80
090017	154.897.876,03	154.897.876,03	154.897.876,03	154.835.803,61	154.835.803,61	0,00	62.072,42
090015	11.564.808,36	11.564.808,36	11.564.808,36	11.547.201,72	11.547.201,72	0,00	17.606,64
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física prevista para a ação			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	1.037.460,78	73.695,44	0,00	-	-	-	
090017	3.090.490,18	760.493,04	912.610,48				
090015	395.153,00	149.162,56	0,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089		Tipo: Operação Especial	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	61.600.000,00	77.632.498,00	77.632.498,00	76.679.201,16	76.661.439,21	17.761,95	953.296,84
090017	149.537.534,05	149.537.534,05	149.517.496,14	146.753.337,45	146.750.375,74	2.961,71	2.764.158,69
090015	8.006.969,95	8.006.969,95	8.006.969,95	7.978.795,27	7.947.293,21	31.502,06	28.174,68
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	090029	357	-	443
				090017	703	-	811
				090015	41	-	41
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	1.564.811,07	1.482.702,00	0,00	-	-	-	
090017	7.639.640,55	7.571.076,75	0,01				
090015	40.239,00	40.239,00	40.239,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	4257			Tipo: Atividade			
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	65.733.767,00	69.850.766,00	63.958.531,02	49.937.294,17	49.937.294,17	0,00	14.021.236,85
090055	793.060,00	760.615,00	640.163,64	605.310,29	605.310,29	0,00	34.853,35
090017	188.374.553,00	207.958.952,96	206.799.565,94	166.448.956,18	165.014.363,02	1.434.593,16	40.350.609,76
090015	16.850.920,00	18.658.421,50	18.480.138,29	16.021.684,99	16.021.684,99	0,00	2.458.453,30
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Processo julgado			Unidade	090029	261.949	-	258.011
				090055	-	-	-
				090017	-	-	508.679
				090015	-	-	28.743
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029 (12104)	16.922.935,86	14.507.893,93	1.835.381,96	-	-	-	
090029 (12101)	3.301.488,00	3.301.487,98	0,02				
090055	9.207,84	1.657,78	7.550,06				
090017	35.022.480,37	23.236.721,12	1.069.828,60				
090015	3.125.025,38	2.230.240,52	226.144,76				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	4224			Tipo: Atividade			
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R) e 12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	15.000,00	34.500,00	4.687,62	4.044,26	4.044,26	0,00	643,36
090017	30.202.788,00	36.803.688,00	36.803.688,00	36.803.465,61	36.803.465,61	0,00	222,39
090015	3.286.088,00	3.674.188,00	3.673.953,11	3.673.953,11	3.673.953,11	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa assistida			Unidade	090029	20	-	09
				090017	124.346	-	144.843
				090015	11.400	-	9.057
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	0,00	0,00	0,00	-	-	-	
090017	16.263,90	12.487,41	0,00				
090015	153.070,56	9.868,27	143.202,29				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	151W		Tipo: Atividade				
Título	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090029	-	259.748,00	259.748,00	247.527,77	247.527,77	0,00	12.220,23
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado na Justiça Federal			% de execução física	090029	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090029	0.00	0.00	0.00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	2549		Tipo: Atividade				
Título	Comunicação e Divulgação Institucional						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	80.000,00	80.000,00	18.636,00	10.470,00	10.470,00	0,00	8.166,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Matéria veiculada			Unidade	090017	72	-	60
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	68.299,95	68.299,95	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	3755		Tipo: Projeto				
Título	Implantação de Varas Federais						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Vara federal instalada			Unidade	090017	-	-	-
				090015	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	2.958.204,68	2.527.999,07	80.447,34	-	-	-	
090015	0.00	0.00	0.00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	14YP		Tipo: Projeto				
Título	Implantação de Turmas Recursais						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP e JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Turmas recursais instaladas			Unidade	-	-	-	-
				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
090017	2.060.347,89	1.970.360,05	0,01	-		-	-
090015	0,00	0,00	0,00				



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	14YM		Tipo: Projeto				
Título	Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Imóvel adquirido com 697 m²			Unidade	090017	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	1.745.800,00	0,00	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	11RQ		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Fórum reformado com área construída de 11.403 m2			% de execução física	090017	15%	-	0%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	5.130.485,02	1.997.654,03	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	1040		Tipo: Projeto				
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído com 4.647 m²			% de execução física	090017	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	588.419,09	588.386,35	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	12S9		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	4.000.000,00	8.126.035,00	7.336.521,39	1.048.375,58	1.048.375,58	0,00	6.288.145,81
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Fórum reformado com 17.060 m² de área construída reformado			% de execução física	090017	25%	-	6,6%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	0.00	0.00	0.00	-	-		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	14YN		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	2.500.000	2.258.821,00	814.158,63	591.232,36	591.232,36	0,00	222.926,27
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Fórum reformado com 16.364 m² de área construída reformado			% de execução física	090017	43%	-	10,2%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	0,00	0,00	0,00	-	-		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	14YO		Tipo: Projeto				
Título	Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	2.000.000,00	770.000,00	33.089,71	0,00	0,00	0,00	33.089,71
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Imóvel reformado com área construída de 6.042 m² reformado			% de execução física	090017	23%	-	0%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	0,00	0,00	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	158T		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª ETAPA						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	3.000.000,00	1.633.965,00	1.520.842,90	0,00	0,00	0,00	1.520.842,90
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício reformado com 12.720 m²			% de execução física	090017	58%	-	0%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	0,00	0,00	0,00	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	13FR		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFSP)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090017	1.000.000,00	1.109.969,00	1.096.935,20	318.707,19	318.707,19	0,00	778.228,01
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Fórum reformado			% de execução física	090017	22%	-	17%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090017	0,00	0,00	0,00	-	-		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	1J19		Tipo: Projeto				
Título	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	12101 (JFMS)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090015	-	16.230,00	16.230,00	0,00	0,00	0,00	16.230,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			% de execução física	090015	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090015	24.651,14	24.651,14	0,00	-	-		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	0005			Tipo: Operações Especiais			
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			Código: 0901	Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090047	*	2.746.212.241,43	2.746.212.241,43	2.746.212.241,43	2.746.212.241,43	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física prevista para a ação			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090047	261.217.041,68	222.633.143,27	38.583.898,41	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	00G5		Tipo: Operações Especiais				
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090047	*	22.919.921,98	22.919.921,98	22.919.921,98	22.919.921,98	0,00	0,00
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física prevista para a ação			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090047	24.753.265,82	0.00	7.364.643,68	-	-	-	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Identificação da Ação							
Código	0625		Tipo: Operações Especiais				
Título	Cumprimento de Sentença Judicial transitada em Julgado de Pequeno Valor						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	12104 (TRF3R)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
UG	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
090047	*	1.640.129.690,00	1.640.129.690,00	1.628.583.681,37	1.628.583.681,37	0,00	11.546.008,63
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	UG	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Não há meta física prevista para a ação			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas			
UG	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
090047	9.177.778,25	9.177.778,25	0,00	-	-	-	



ANEXO X

Despesas por modalidade de contratação

UO 12104 / UG 090029

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	34.667.201,96	30.055.338,73	34.667.201,96	30.055.338,73
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	245.852,72	226.970,44	245.852,72	226.970,44
c) Concorrência	493.028,08	442.113,28	493.028,08	442.113,28
d) Pregão	33.928.321,16	29.386.255,01	33.928.321,16	29.386.255,01
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	15.817.038,87	17.823.120,60	15.817.038,87	17.817.935,70
h) Dispensa	13.048.629,02	14.910.110,99	13.048.629,02	14.904.926,09
i) Inexigibilidade	2.768.409,85	2.913.009,61	2.768.409,85	2.913.009,61
3. Regime de Execução Especial	6.646,38	24.605,19	6.646,38	24.605,19
j) Suprimento de Fundos	6.646,38	24.605,19	6.646,38	24.605,19
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	496.869.284,15	454.678.317,67	496.772.366,17	453.757.271,12
k) Pagamento em Folha	494.769.017,67	453.164.193,04	494.672.099,69	452.243.146,49
l) Diárias	2.100.266,48	1.514.124,63	2.100.266,48	1.514.124,63
5. Outros	8.174.171,10	5.725.513,98	8.174.171,10	5.725.513,98
6. Total (1+2+3+4+5)	555.534.342,46	508.306.896,17	555.437.424,48	507.380.664,72

Nota explicativa:

A metodologia utilizada para o cálculo do item 4.k - Pagamento em Folha, leva em conta os valores pagos a pessoal em folha de pagamento, o que inclui gastos com pessoal e benefícios pagos em folha de pagamento, como auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio pré-escolar, parâmetro este utilizado para a elaboração do referido quadro no exercício de 2015, assim como nos exercícios anteriores.



UO 12104 / UG 090055

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	104.010,05	1.812,90	104.010,050	1.812,90
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	104.010,05	1.812,90	104.010,05	1.812,90
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	89.569,00	115.564,98	89.569,00	115.564,98
h) Dispensa	0,00	69.304,98	0,00	69.304,98
i) Inexigibilidade	89.569,00	46.260,00	89.569,00	46.260,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	158.686,99	0,00	158.686,99	0,00
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	158.686,99	0,00	158.686,99	0,00
5. Outros	253.044,25	417.199,02	253.044,25	417.199,02
6. Total (1+2+3+4+5)	605.310,29	534.576,90	605.310,29	534.576,90



UO 12104 / UG 090047 (Precatórios)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	4.397.715.844,78	3.417.664.781,25	4.397.715.844,78	3.417.664.781,25
6. Total (1+2+3+4+5)	4.397.715.844,78	3.417.664.781,25	4.397.715.844,78	3.417.664.781,25



UO 12101 / UG 090029

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	61.807,71	2.148.200,00	61.807,71	2.148.200,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	61.807,71	2.148.200,00	61.807,71	2.148.200,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	133.112,77	0,00	133.112,77	0,00
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	133.112,77	0,00	133.112,77	0,00
5. Outros	52.607,29	0,00	52.607,29	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	247.527,77	2.148.200,00	247.527,77	2.148.200,00



UO 12101 / UG 090017

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	114.608.015,71	104.176.296,37	113.222.366,47	102.746.987,79
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	18.790,62	0,00	18.790,62	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	114.589.225,09	104.176.296,37	113.203.575,85	102.746.987,79
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	42.123.822,69	32.550.501,00	42.075.569,67	32.550.501,00
h) Dispensa	34.462.762,55	28.653.744,12	34.422.069,88	28.653.744,12
i) Inexigibilidade	7.661.060,14	3.896.756,88	7.653.499,79	3.896.756,88
3. Regime de Execução Especial	12.943,45	71.685,74	12.943,45	71.685,74
j) Suprimento de Fundos	12.943,45	71.685,74	12.943,45	71.685,74
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.141.510.673,54	1.032.792.912,40	1.141.503.193,17	1.031.237.345,01
k) Pagamento em Folha	1.139.735.379,88	1.031.754.330,19	1.139.727.899,51	1.030.198.762,80
l) Diárias	1.775.293,66	1.038.582,21	1.775.293,66	1.038.582,21
5. Outros	127.720.261,63	106.443.001,11	127.719.570,73	106.365.552,21
6. Total (1+2+3+4+5)	1.425.975.717,02	1.276.034.396,62	1.424.533.643,49	1.272.972.071,75



UO 12101 / UG 090015

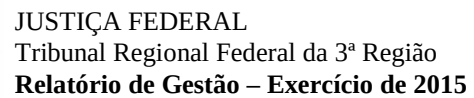
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	11.373.469,59	11.914.347,84	11.373.469,59	11.914.347,84
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	11.373.469,59	11.914.347,84	11.373.469,59	11.914.347,84
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	2.400.312,90	3.395.596,18	2.400.312,90	3.395.596,18
h) Dispensa	1.881.460,88	3.103.489,47	1.881.460,88	3.103.489,47
i) Inexigibilidade	518.852,02	292.106,71	518.852,02	292.106,71
3. Regime de Execução Especial	8.128,55	21.214,81	8.128,55	21.214,81
j) Suprimento de Fundos	8.128,55	21.214,81	8.128,55	21.214,81
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	85.211.294,11	76.204.287,39	85.040.081,53	76.204.287,39
k) Pagamento em Folha	84.734.085,43	75.678.668,27	84.562.872,85	75.678.668,27
l) Diárias	477.208,68	525.619,12	477.208,68	525.619,12
5. Outros	11.916.441,13	25.832.787,02	11.916.441,13	25.832.787,02
6. Total (1+2+3+4+5)	110.909.646,28	117.368.233,24	110.738.433,70	117.368.233,24

ANEXO XI

Despesas por grupo e elemento de despesas

UO 12104 / UG 090029

[illegible]

[illegible]

UO 12104 / UG 090047 (Precatórios)

[illegible]

UO 12104 / UG 090055

[illegible]

UO 12101 / UG 090029

[illegible]

UO 12101 / UG 090017

[illegible]

UO 12101 / UG 090015

[illegible]



ANEXO XII

Indicadores de desempenho – Resultado das metas 2015

Indicador	Meta	Definição da Meta	Índice Previsto	Percentual de cumprimento da Meta em 2015	Periodicidade
Índice de produtividade judicante	1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	100%	103,72%	Mensal
Índice de julgamento de processos antigos	2	Identificar e julgar, no ano corrente, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior ao ano corrente, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior ao ano em curso e 70% dos distribuídos até 31/12 do antepenúltimo ano nos juizados especiais federais e turmas recursais.	100%	-até 31/12/2010 = 91,04% -até 31/12/2011 = 96,74% -até 31/12/2012 = 135,54%	Mensal
Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	3	Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.	2,73%	106,96%	Mensal
Índice de produtividade de julgamento de ações de improbidade administrativa	4	Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.	70%	62,94%	Mensal
Índice de atendimento à demanda na execução não fiscal do 1º grau	5	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de Execução não fiscal no ano corrente.	100%	88,02%	Mensal
Não há indicador estabelecido	6	Priorizar o julgamento das Ações Coletivas. Identificar e julgar: 1º GRAU: as distribuídas até 31/12/2012. 2º GRAU: as distribuídas até 31/12/2013.	100%	- até 31/12/2012 = 45,25% - até 31/12/2013 = 59,12%	Mensal
Índice de atendimento à demanda de processos criminais	7	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.	100%	- baixados = 106,4% - julgados = 95,8%	Mensal
Índice de julgamento de processos antigos	8	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.	70%	-	Trimestral
Índice de produtividade dos magistrados	9	Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior da própria região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração).	100%	88,46%	Trimestral
Índice de produtividade dos servidores	10	Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria região (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração).	100%	95,04%	Trimestral
Taxa de avaliação do sistema de	11	Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles	100%	-	Anual



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Indicador	Meta	Definição da Meta	Índice Previsto	Percentual de cumprimento da Meta em 2015	Periodicidade
controles internos		internos de cada região para 100%, até 2020.			
Taxa de absenteísmo de magistrados e servidores	12	Manter, em todos os anos, o absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%.	100%	- magistrados = 191,1% - servidores = 113,8%	Trimestral
Taxa de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico	13	Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame de saúde periódico, até 2020.	100%	-	Semestral

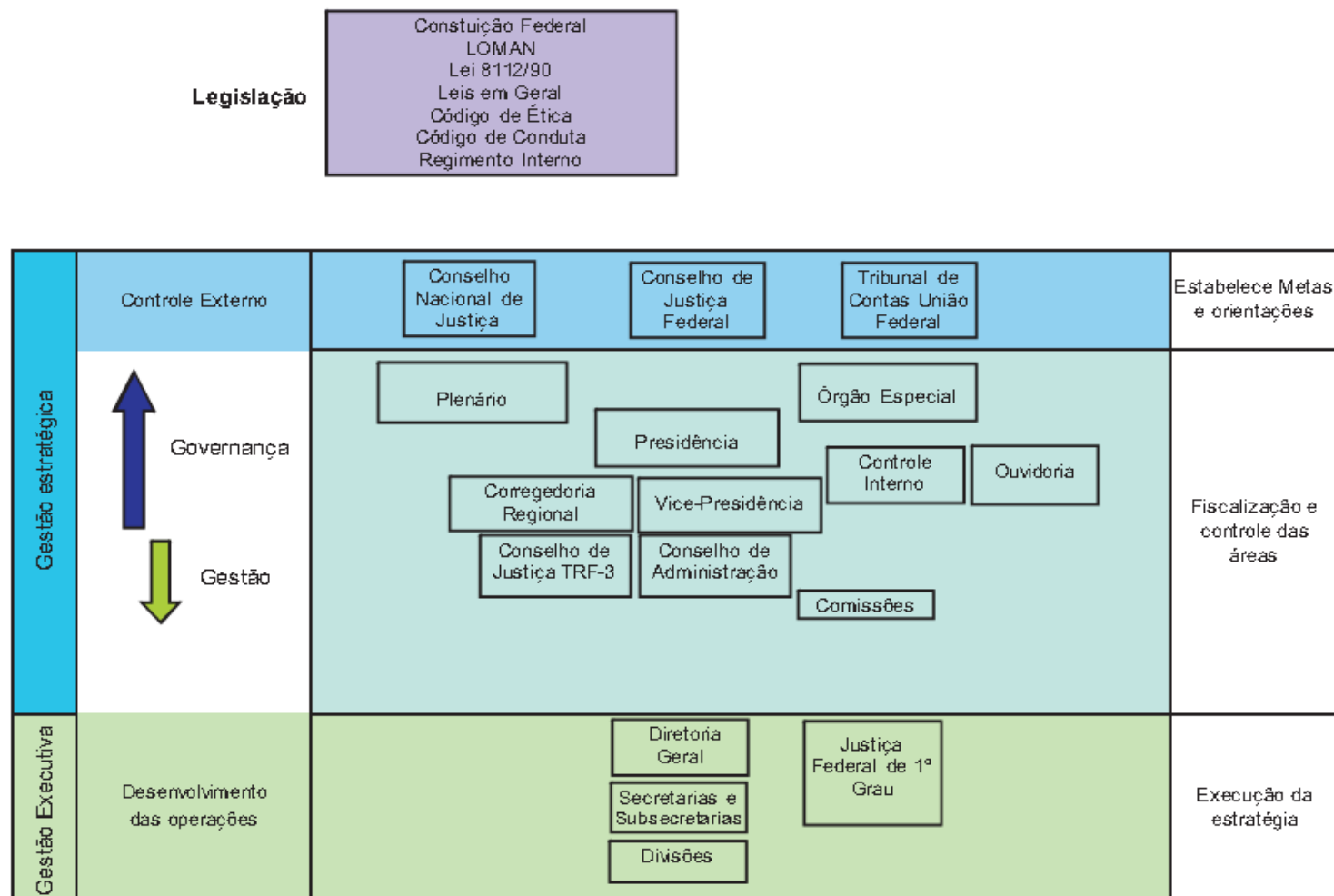
Nota:

As fórmulas e demais esclarecimentos das metas acima estão definidos no Glossário de Metas 2015 – Justiça Federal, disponível em <http://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/glossario.pdf>.



ANEXO XIII

Organograma de governança





ANEXO XIV

Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2015
Administrativo Central Rua Peixoto Gomide nº 76 São Paulo/SP	Edifício próprio, com 17 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: instalação de plataforma elevatória na entrada do edifício; correção dos desníveis do passeio público; construção de sanitários acessíveis; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015), instalação de sinalização nas escadas fixas; tornar o refeitório acessível (pavimento sem elevador). A elaboração dos projetos básico, executivo e legal foi licitada ao final de 2015, estamos aguardando a assinatura do contrato. Será solicitada dotação orçamentária no Plano de Obras da JF3R para execução das obras de adequação.
Administrativo Praça da República nº 299 São Paulo/SP	Edifício próprio, com 12 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa no acesso principal do edifício; correção dos desníveis do passeio público; construção de sanitários acessíveis; adequação das rampas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015), instalação de sinalização nas escadas fixas; tornar o refeitório acessível (adaptação da pia e locais das mesas). Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R, para a contratação dos projetos básico, executivo e legal, e posteriormente as obras para a adequação.
JEF Avenida Paulista nº 1345 São Paulo/SP	Edifício próprio, com 19 pavimentos. Foi construído um sanitário acessível para cada pavimento, porém deverá ser feito reposicionamento de acessórios e louças dos sanitários acessíveis do Térreo e 11º pavimento para total atendimento à NBR 9050. São necessárias, ainda, as seguintes intervenções: adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015), instalação de sinalização nas escadas fixas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; instalação de plataforma ou elevador para acesso ao mezanino; demarcação de espaço para P.C.R. e assentos para P.M.R. e P.O. no auditório; reforma do refeitório (altura da pia e locais das mesas) e correção da demarcação das vagas de estacionamento. A elaboração dos projetos básico, executivo e legal foi licitada ao final de 2015, estamos aguardando a assinatura do contrato. Será solicitada dotação orçamentária no Plano de Obras da JF3R para execução das obras de adequação.
Fórum Criminal e Previdenciário Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 25 São Paulo/SP	Edifício próprio, com 22 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: correção do desnível entre a entrada do edifício e o piso externo; correção da grelha existente na entrada de pedestres; instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015), instalação de sinalização nas escadas fixas; adequação do refeitório (desnível de 20cm); correção da demarcação das vagas de estacionamento. Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, todavia não atendem plenamente às normas de acessibilidade. A adaptação dos elevadores (NM 313) será realizada junto com a modernização em andamento licitada em 2015. A elaboração dos projetos básico, executivo e legal foi licitada ao final de 2015, estamos aguardando a assinatura do contrato. Será solicitada dotação orçamentária no Plano de Obras da JF3R para execução das obras de adequação.
Fórum de Execuções Fiscais Rua João Guimarães Rosa nº 215	Edifício próprio com 18 pavimentos Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: reforma do passeio público, com correção da inclinação transversal e dos desníveis nas caixas de inspeção; reforma do desnível entre o



UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2015
São Paulo/SP	rebaixamento da entrada da garagem e o passeio público; correção do desnível entre o início da rampa do acesso principal e o passeio público; adequação da rampa de entrada; demarcação de vagas de estacionamento; rebaixamento de calçada em vaga de estacionamento externa; instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; instalação de corrimãos (NBR 9050/2015), instalação de sinalização nas escadas fixas e na rampa; correção da rampa no auditório; adequação do auditório (assentos para P.M.R. e P.O); substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis. Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, todavia não atendem plenamente às normas de acessibilidade (instalação de alarme de emergência e do símbolo internacional de acesso e troca dos trincos). A adaptação dos elevadores (NM 313) será realizada junto com a modernização em andamento contratada em 2015. Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R, para a contratação dos projetos básico, executivo e legal, e posteriormente as obras para a adequação.
Fórum Cível Avenida Paulista nº1682 São Paulo/SP	Edifício próprio com 20 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa no acesso principal; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015) e instalação de sinalização nas escadas fixas; troca de maçanetas das portas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; adequação do auditório (não há assentos para P.M.R. e P.O); correção da demarcação das vagas de estacionamento. Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento (exceto no 11º e 15º andares e subsolos), porém deve ser feito reposicionamento de acessórios e correção de altura dos vasos e do acionamento da descarga. Foi contratado o projeto da rampa de entrada, em fase de elaboração. A elaboração dos projetos básico, executivo e legal foi licitada ao final de 2015, estamos aguardando a assinatura do contrato. Será solicitada dotação orçamentária no Plano de Obras da JF3R para execução das obras de adequação.
Turmas Recursais Alameda Rio Claro, 241 São Paulo/SP	Edifício locado, com 18 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa na entrada principal; adaptação dos elevadores (NM 313); demarcação de vagas de estacionamento; rebaixamento de calçada em vaga de estacionamento externa; instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2015) e instalação de sinalização nas escadas fixas; reforma do refeitório (adaptação de altura de pia e locais das mesas). Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, porém deve ser feito reposicionamento de acessórios e troca de torneiras. Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R, para a contratação dos projetos básico, executivo e legal, e posteriormente as obras para a adequação.
Guarulhos	Prédio locado, adaptado para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Mogi das Cruzes	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Mauá	Prédio locado, adaptado para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Está em conformidade com as Normas.
Osasco	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Santo André	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
São Bernardo do Campo	Edifício próprio (aquisição). Foi contratado o Projeto Básico de Acessibilidade. Foram executadas obras de acessibilidade nos pavimentos inferiores (térreo ao 2º andar), para implantação da 1ª Vara–Gabinete do JEF, a saber: adequação da rampa e da escada



UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2015
	externas, adaptação e construção de sanitários, instalação de rampas internas, adequação dos corrimãos e instalação de sinalização tátil e visual (NBR 9050). Os demais pavimentos serão objeto de nova contratação, com os seguintes acréscimos: adequação das escadas internas e adaptação dos layouts..
Santos	Edifício próprio. Foram concluídos os Projetos Básico de Acessibilidade e o Legal, que prevê, dentre outros quesitos, a construção de plataforma elevatória na entrada do edifício, sanitários acessíveis, adequação do auditório, corrimãos e sinalização. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a contratação do Projeto Executivo e execução da obra.
São Vicente	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Caraguatatuba	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Americana	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica após a reforma de inauguração da 1ª Vara Federal.
Andradina	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Araçatuba	Cumprir os requisitos da NBR 9050/2004..
Araraquara	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Assis	Prédio próprio, reformado recentemente, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda saneamento de não conformidades verificadas na vistoria técnica.
Avaré	Prédio locado. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa, sanitário acessível, demarcação de vaga e sinalização, dentre outras. Está em estudo possível mudança de prédio.
Barretos	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Bauru	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Botucatu	Prédio cedido. Mudança para imóvel próprio prevista para 2016.
Bragança Paulista	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Campinas	JEF: Prédio locado, adaptado para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica. Fórum de Campinas: Prédio locado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Catanduva	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica após transformação do JEF em JEVA.
Franca	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Guaratinguetá	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Itapeva	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jales	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jaú	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jundiaí	Prédio locado. Aguarda vistoria após reforma realizada pelo proprietário.
Limeira	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda saneamento de não conformidades verificadas na vistoria técnica. Estão em andamento estudos para possível mudança de imóvel.
Lins	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria após reforma realizada pelo proprietário.
Marília	Prédio cedido. Para cumprimento da NBR 9050/2015 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa para acesso, instalação de plataforma elevatória para acesso ao pavimento superior, construção de sanitários acessíveis, adequação de corrimão, vaga para deficientes, sinalização e outros.



UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2015
	A construção dos sanitários e reforma do galpão foram licitadas ao final de 2015. A reforma terá início após a emissão da Ordem de Execução de Serviços. Será solicitada dotação orçamentária no Plano de Obras da JF3R para execução das obras de construção da rampa acessível e instalação da plataforma elevatória.
Ourinhos	Prédio locado. Estão em andamento estudos para possível mudança de imóvel.
Piracicaba	Prédio próprio e locado compõem o Fórum de Piracicaba. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Presidente Prudente	Foi contratado o Projeto Básico de Acessibilidade prevendo dentre outros quesitos, a construção de sanitários acessíveis, rampa, adaptação dos elevadores, troca de portas, demarcação de vagas, adequação dos corrimãos, alteração de layout e sinalização. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a contratação dos Projetos Executivos e execução da obra.
Registro	Prédio cedido. Aguarda vistoria técnica. Está em estudo possível mudança de prédio.
Ribeirão Preto	Foram contratados o Projeto Básico de Acessibilidade e os Projetos Executivo e Legal, em fase de elaboração. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a execução da obra.
São Carlos	Prédio locado. Reformado recentemente para a inclusão de rampa de acesso e reforma do sanitário acessível.
São João da Boa Vista	Prédio locado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Na vistoria realizada foram levantadas não conformidades com a Norma de Acessibilidade e repassadas ao Proprietário para adequação.
São José do Rio Preto	Obras de adequação foram concluídas, necessitando de vistoria final.
São José dos Campos	Construção recente, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade.
Sorocaba	Prédio locado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade.
Taubaté	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Tupã	Prédio cedido. Aguarda vistoria técnica.

Nota:

Segundo a NBR 9050: P.C.R. – Pessoa em cadeira de rodas; P.M.R. – Pessoa com mobilidade reduzida e P.O. – Pessoa obesa.



ANEXO XV

Qualificação e capacitação da força de trabalho

TRF3R
(Fonte: SEGE)

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	1º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle no Poder Judiciário	Servidores da UCON	1
2	Installing and Configuring Windows Server 2012	Servidores da SETI	4
3	Administering Windows Server 2012	Servidores da SETI	4
4	Acessibilidade Aplicada	Servidores da DAEG	2
5	Água e Energia: Reflexão e Ação	Servidores do TRF3R	39
6	Ambientação - Turmas 1 a 20	Servidores do TRF3R	70
7	Atualização do Novo Código de Processo Civil	Servidores do TRF3R	50
8	Atualização em Desenvolvimento de Sistemas utilizando RAD Studio Delphi	Servidores da SETI	5
9	Capacitação dos Representantes FUNPRESP-JUD	Servidores da SEGE	2
10	Capacitação em Pregão Presencial e Pregão Eletrônico	Servidores da DILI	2
11	Capacitação para Administrador de Dados com Melhores Práticas	Servidores da SETI	1
12	Capacitação para Aplicação das Diretrizes Pedagógicas da Enfam	Servidores do TRF3R	4
13	CCS – Curto-Circuito, Coordenação e Seletividade	Servidores da DAEG	1
14	Certified Ethical Hacker - CEH	Servidores da SETI	5
15	Comunicação e Persuasão: O Poder do Diálogo	Servidores da SEGE	1
16	Congresso Security Leaders	Servidores da SETI	1
17	Construindo e Gerenciando Indicadores de Desempenhos -	Servidores Gestores	58
18	Contabilidade Aplicada ao Setor Público de acordo com o novo PCASP	Servidores da UCON	4
19	Contratações de Obras e Serviços de Engenharia	Servidores da DAEG	1
20	Controle Externo em Ação: Presente e Futuro da Fiscalização de TI	Servidores da SETI	1
21	Curso Básico para Utilização do Software BizAgi	Servidores da SETI	23
22	Curso sobre Aposentadoria, Pensão, Abono de Permanência, Contribuições	Servidores da SEGE/UCON	2
23	Desaposentação	Servidores do TRF3R	17
24	DESGN - Designing for Cisco Internetwork Solutions	Servidores da SETI	2
25	Dia Nacional da Educação a Distância	Servidores da SEGE	1
26	Educação a distância para a formação profissional	Servidores do TRF3R	3
27	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal no Tesouro Gerencial - PCASP	Servidores da SOFI/UCON	15
28	Encontro Nacional de Precatórios	Servidores da UCON	1
29	Encontro Nacional de Precatórios	Servidores da SEPE	1



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
30	Excelência no Atendimento ao Usuário -	Servidores da SETI	38
31	Expo - Arquitetura Sustentável	Servidores da DAEG	1
32	Fluxo de Negócio do Processo Judicial Eletrônico - PJ-e	Servidores da SEJU	1
33	Folha de Pagamento do Poder Judiciário da União	Servidores da UCON/DFOL	2
34	Formação de Brigadistas de Incêndio	Servidores do TRF3R	160
35	Formação de Conciliadores - 2015	Servidores do TRF3R	19
36	Formação.Net	Servidores da SETI	4
37	Gerenciamento de Distúrbios e Crises	Servidores da SSEG	22
38	Gestão de Riscos na Administração Pública	Servidores da UCON	2
39	Gestão Documental e Acesso à Informação – EAD	Servidores do TRF3R	35
40	Governança, Controle Interno e Riscos -	Servidores Gestores	95
41	Hipóteses e Procedimentos de Rescisão Contratual e Aplicação de Sanções	Servidores da ALIC	1
42	I Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal	Servidores da DIRG/SETI	4
43	I Encontro Regional Sudeste da Funpresp-Jud	Servidores da SEGE	2
44	II Encontro Nacional de Formadores de Magistrados	Servidores do TRF3R	1
45	II Jornada de Direito da Saúde	Servidores da SEGE	1
46	II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável no Poder Judiciário	Servidores do TRF3R	4
47	Implementing Cisco IP Routing v2.0 (ROUTE)	Servidores da SETI	2
48	Implementing Cisco IP Switched Networks	Servidores da SETI	2
4	Implementing Cisco Threat Control Solutions (SITCS)	Servidores da SETI	6
50	Infraestrutura do Processo Judicial Eletrônico - PJ-e	Servidores da SEJU	1
51	Instalações Prediais Hidrossanitárias - Projeto, Dimens. e Patologias	Servidores da DAEG	2
52	IUWNE - Implementing Cisco Unified Wireless Networking Essentials	Servidores da SETI	4
53	IV Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário	Servidores da UDOC	2
54	JBoss Application Administration	Servidores da SETI	1
55	Jornada de Estudos NDJ de Direito Administrativo	Servidores da DILI	1
56	Levantamento de Necessidades e Mensuração de Resultados em T&D	Servidores da SEGE	2
57	Licitações e Contratos: Referencial Teórico, Aspectos Práticos e Juris	Servidores do TRF3R	47
58	Licitações para Obras e Serviços de Engenharia	Servidores da ALIC	1
59	Lixo Extraordinário	Servidores do TRF3R	14
60	Módulo de Gestão Estratégica do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	Servidores da AEGE	2
61	Noções Básicas de Administração EAD - Turma	Servidores do TRF3R	76
62	Noções de Processamento de Feitos - Turma 1 a 20 – EAD e Presencial	Servidores do TRF3R	70
63	Novo Tesouro Gerencial - Módulo: TESOURO GERENCIAL	Servidores da SOFI/UCON	20
64	Novo Tesouro Gerencial - Modulo:Transação >ATUARQDIRF	Servidores da SOFI/UCON	14
65	Oracle12c: Data Guard Administration	Servidores da SETI	1



	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
66	Palestra: Esclarecimentos sobre o FUNPRESP -	Servidores do TRF3R	85
67	Panorama da EaD na Formação dos Magistrados Bras. - Desafios e Perspectivas	Servidores do TRF3R	3
68	PCASP Com Análises Contábeis	Servidores da SOFI/UCON	14
69	PostgreSQL	Servidores da SETI	3
70	Red Hat Enterprise Clustering and Storage Management	Servidores da SETI	4
71	RH124 - Red Hat System Administration I	Servidores da SETI	1
72	RH135 - Red Hat System Administration II	Servidores da SETI	1
73	Seminário - Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público	Servidores da DIRG/UCON/SOFI	10
74	Seminário Boas Práticas em Licitações Públicas e Jurisprudência do TCU	Servidores da DILI	4
75	SIMOS - Implementing CISCO Secure Mobility Solutions	Servidores da SETI	6
76	Sindicância e Processo Disciplinar - Elab. de Reg. Interno de Comissões	Servidores do TRF3R	1
77	Treinamento Avançado no SEI - Sistema Eletrônico de Informações-Turma1	Servidores do TRF3R	20
78	Treinamento Básico no SEI - Sistema Eletrônico de Informações-	Servidores do TRF3R	50
79	Treinamento do Processo Judicial Eletrônico - PJ-e	Servidores do TRF3R	1059
80	Treinamento no sistema GEDPRO - para Gabinetes	Servidores do TRF3R	13
81	Workshop de Gestão Documental	Servidores do TRF3R	38
82	Workshop Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI	Servidores da SETI	2
83	XI Congresso Paulista de Endocrinologia e Metabologia	Servidores da SEGE	1



TRF3R

(Fonte: SEGE)

Ações de capacitação vinculadas aos projetos estratégicos da 3ª Região

Denominação	Vinculação do Evento aos Projetos Estratégicos da 3ª Região	Servidores capacitados
Atualização em Desenvolvimento de Sistemas utilizando RAD Studio DELPHI XE7	Busca da qualidade dos softwares desenvolvidos, auxiliando na celeridade e produtividade da prestação jurisdicional. Aperfeiçoamento nesta ferramenta de desenvolvimento em busca de qualidade, inovação, economicidade e segurança para os softwares desenvolvidos.	05
Formação .NET	Dar capacitação ao servidor no uso das ferramentas citadas para a manutenção e desenvolvimento de sistemas na 3ª Região.	04
Oracle 12c - Data Guard Administration	Capacitar o Administrador de Banco de Dados Oracle da JF3R na Administração do Oracle DataGuard, para que assim desenvolva os procedimentos pertinentes ao atendimento das demandas desse serviço.	01
Formação MCSE Windows 2012 Server Infrastructure	Capacitar os Servidores para a administração dos ambientes do sistema operacional WINDOWS atualmente em produção e para a nova versão 2012 do parque computacional da JF3R.	04
Excelência no Atendimento ao Usuário	Desenvolver as competências necessárias ao alcance da estratégia (de acordo com o Planejamento Estratégico de TI)	Turma 1: 17 Turma 2: 21

TRF3R

(Fonte: EMAG)

Evento	Magistrados 3ª Região				Servidores	Outros	Total de Participantes
	Formação	Vitalicamento	Aperfeiçoamento	Subtotal			
310/313/343 – Inglês Jurídico I – EAD (Turmas 1, 2 e 3)	-	13	25	38	42	-	80
311/312 – Reuniões Eficazes – EAD (Turmas 1 e 2)	-	09	02	11	59	-	70
314/315 – Direito Antitruste	-	11	16	27	17	28	72
317/318 – Introdução ao Direito Previdenciário Alemão	-	01	06	07	128	21	156
319-Media Training IV	-	-	03	03	-		03
321/347/351 – Segurança da Informação – Aprenda a proteger sua Estação de Trabalho e seus Dados no Ambiente Virtual - EAD (Turma 1 a 3)	-	06	10	16	74	-	90
322 – História da Arte Mód II – do Renascimento ao Impressionismo	-	-	01	01	19	06	26
323/324 – Ciberterrorismo: Liberdade de Expressão, Proteção à Privacidade e Segurança Institucional	-	03	09	12	82	04	98
325/326 – Falácias – Como Reconhece-las e Evitá-las	-	02	03	05	24	02	31
327/341/352/353 – O Papel do Gestor no Processo	-	05	08	13	102	01	116



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Motivacional - EAD (Turmas 1, 2, 3 e 4)							
328/329 – Filosofia e Teoria Geral do Direito	-	-	05	05	55	03	63
330 – Justiça e o Poder Judiciário do Século XXI	-	-	05	05	42	27	74
332 – Segurança para Magistrados: Tráfico Internacional de Drogas, o Sistema Carcerário e a Ação Policial	-	03	07	10	-	-	10
333/334 – Economia para o Direito	-	-	09	09	30	24	63
335/336 – Curso de Atualização do Novo Código de Processo Civil	-	05	45	50	593	62	705
337 – Teoria dos Jogos aplicada ao Direito	-	-	01	01	38	35	74
338 – Corrupção, Sociedade e Judiciário	-	05	07	12	15	10	37
339/345/346/348 – Introdução ao Processo Judicial Eletrônico – PJE – EAD (Turmas 1 a 4)	-	05	08	13	144	-	157
340/344 – Sistemas de Inteligência (NSA e ABIN), Drones, Delatores e Estado Islâmico	-	04	16	20	40	19	79
342 – História da Arte Módulo III – Origem da Fotografia à Arte Conceitual	-	-	-	-	14	09	23
354 – II Congresso de Previdência Social e Direito	-	-	02	02	50	28	80
355 – I Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos JEFs da 3ª Região	-	03	56	59	-	-	59
356 – Workshop: Aspectos Relevantes do Seguro Garantia na Execução Fiscal	-	-	05	05	23	34	62
357 – I Congresso “Ética, Corrupção e Gestão de Empresas”	-	-	04	04	38	13	55



JFSP

(Fonte: Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP)

	Área de conhecimento*	Nº de ações realizadas	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	Ambientação de novos servidores	13	Servidores ingressantes na SJSP	266
2	Capacitação Continuada – Área Jurídica	13	Servidores da SJSP	591
3	Capacitação Continuada - Conciliação	5	Servidores da SJSP	27
4	Capacitação Continuada - Libras	1	Servidores da SJSP	10
5	Aperfeiçoamento – Área Licitações e Contratos / Controle Interno	12	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	234
6	Aperfeiçoamento – Área Financeira/Orçamentária/Controle Interno	3	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	84
7	Aperfeiçoamento – Área Gestão de Pessoas	2	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	6
8	Aperfeiçoamento – Área Arquivo e Patrimônio	2	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	7
9	Aperfeiçoamento – Área Gestão Documental / Arquivo / Biblioteca	3	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	110
10	Aperfeiçoamento – Área Treinamento e Desenvolvimento	4	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	4
11	Aperfeiçoamento – Área Socioambiental e Sustentabilidade	5	Servidores das Áreas Administrativas da SJSP	352
12	Formação e Reciclagem da Brigada de Incêndio	20	Servidores da SJSP	397
13	Reciclagem anual para Agentes de Segurança	4	Agentes de Segurança e Transporte	111
14	PDG – Desenvolvimento Gerencial	6	Gestores da SJSP	276
15	Especialização Magistrados (Programa de Bolsas)	1	Magistrados da SJSP	31
16	Especialização Servidores (Programa de Bolsas)	1	Servidores da SJSP	71
Total				2579



JFMS

(Fonte: Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos/JFMS)

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	Legislação Previdenciária - Alterações para 2015	Servidores que atuam com Direito Previdenciário	40
2	SIAFI Operacional com as Inovações Trazidas pelo PCASP 2015	Servidores que utilizam o SIAFI	3
3	Curso Avançado - Licitações e Contratos Administrativos	Servidores que lidam com contratação pública	4
4	9ª Edição do Congresso Virtual de Recursos Humanos	Gestores da SJMS	27
5	Curso de Capacitação de Conciliadores	Servidores e voluntários interessados em formação de conciliadores	51
6	Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Servidores que atuam com PAD	1
7	Tesouro Gerencial	Servidores que trabalham com o sistema	4
8	Curso Online Técnicas de Sentença e Acórdãos	Servidores que elaboram sentenças e acórdãos	32
9	Curso de Cálculos Judiciais	Servidora JEF Dourados	1
10	A Terceirização de Serviços Contínuos com Mão de Obra Residente na Administração Pública	Fiscais de contratos	13
11	Curso Online Novo Código de Processo Civil	Servidores que atuam com o Novo CPC	55
12	Seminário Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação – Teoria e Prática	Servidores da área de TI que atuam com processos de licitação	1
13	Curso de Formação de Pregoeiros com Prática no Sistema Comprasnet	Servidores que atuam com licitações, em especial o pregão	1
14	Brigada de Incêndio	Agentes de Segurança	12
15	Gestão de Pessoas	Gestores da SJMS	1
16	Treinamento sobre Contratações Diretas - Dispensa e Inexigibilidade	Servidores que atuam com licitações e contratos	1
17	Gestão de Riscos - Promovido pela SJSP	Gestores da SJMS	4
18	I Encontro Regional Centro-Oeste e Tocantins da FUNPRESP-JUD	Gestores da SJMS	1
19	Curso Tesouro Gerencial	Servidores da 3ª Região que atuam com o sistema	1
20	Folha de Pagamento do Poder Judiciário da União	Servidores da 3ª Região que atuam com o sistema	1
21	Transação Autaqrif	Servidores da 3ª Região que atuam com o sistema	1
22	Acessibilidade Aplicada	Engenheiros e arquitetos 3ª Região	1
23	Aposentadoria, Pensão, Abono de Permanência, Contribuições e o Sistema SISAC	Servidores da 3ª Região que atuam na área de aposentadoria/pensão	1
24	Reuniões Eficazes Turma 1 - EMAG	Servidores da 3ª Região	2
25	Inglês Jurídico 1 - Turma 2 - EMAG	Servidores da 3ª Região	3
26	Justiça e o Poder Judiciário do Século XXI - EMAG	Servidores da 3ª Região	1
27	Filosofia e Teoria Geral do Direito - EMAG	Servidores da 3ª Região	3
28	Economia para o Direito - EMAG	Servidores da 3ª Região	1
29	Ciberterrorismo - EMAG	Servidores da 3ª Região	1
30	Direito Antitruste - EMAG	Servidores da 3ª Região	1
31	Segurança da Informação - EMAG	Servidores da 3ª Região	1
32	II Congresso de Direito Processual Civil	Profissionais do Direito	24



	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
33	Novo Código de Processo Civil - EMAG	Servidores da 3ª Região	27
34	Sistema SEI	Servidores que utilizam o sistema	39
35	Palestra sobre o FUNPRESP-JUD	Servidores da JFMS	11



ANEXO XVI

Despesas com pessoal

TRF3R

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	14.408.708,02	0,00	1.229.550,56	808.441,79	399.690,32	758.458,97	546.982,78	1.027.122,75	2.026.888,99	21.205.844,18
	2014	12.377.302,85	0,00	1.080.546,43	660.521,89	453.660,69	710.871,10	446.128,97	870.706,90	468.417,11	17.068.155,94
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	214.554.814,25	39.151.180,04	21.889.754,42	17.078.903,73	19.071.075,24	3.412.328,55	1.292.400,14	1.728.964,17	821,73	318.180.242,27
	2014	198.085.909,59	38.743.433,01	20.595.223,10	16.507.134,20	17.187.166,26	3.159.734,83	1.003.221,70	2.701.941,11	651,51	297.984.415,31
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	1.902.625,55	172.596,85	75.115,41	391.168,82	0,00	34.675,53	39.033,07	0,00	2.615.215,23
	2014	41.105,81	1.657.907,22	125.874,69	72.345,95	356.293,41	894,44	22.357,38	51.902,67	0,00	2.328.681,57
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	1.279.261,06	105.722,11	31.214,62	113.995,64	0,00	43.578,21	1.984,25	0,00	1.575.755,89
	2014	0,00	1.361.647,17	114.589,10	29.396,52	113.028,20	2.677,64	46.776,06	193,48	0,00	1.668.308,17
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	14.084.910,58	6.318,65	1.233.691,23	952.278,62	986.555,04	89.055,21	1.111,96	60.188,44	25,28	17.414.135,01
	2014	12.519.942,78	113.225,09	1.186.529,43	910.570,44	993.785,26	100.629,91	8.492,01	232.843,31	0,00	16.066.018,23
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Sistema de Folha de Pagamento/TRF3R)



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

JFSP

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	108.777.407,78	665.373,60	31.913.035,40	5.376.273,90	3.619.100,17	1.397.315,31	263.125,53	12.755.932,93	16.918.317,85	181.685.882,47
	2014	97.646.664,95	748.045,98	8.188.833,53	952.308,90	3.504.955,20	1.094.553,97	384.349,39	8.888.690,39	9.645.817,19	131.054.219,50
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	521.187.506,77	75.467.264,04	51.364.144,58	36.169.089,81	55.992.109,57	7.853.577,14	441.218,38	3.549.165,94	257.897,92	752.281.974,15
	2014	470.849.543,31	73.865.567,37	47.127.959,21	35.510.343,45	51.241.253,81	8.606.929,71	568.548,45	7.731.566,35	193.209,17	695.694.920,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	2.127.504,65	178.245,24	74.115,14	680.734,00	8.388,72	7.491,29	33.499,17	323,31	3.110.301,52
	2014	19.711,75	1.839.087,99	152.703,36	48.906,74	508.430,82	7.742,16	59.234,85	341.333,50	0,00	2.977.151,17
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	544.542,55	47.495,26	13.803,36	58.645,68	3.442,08	0,00	0,00	0,00	667.928,93
	2014	0,00	496.920,96	43.807,80	13.803,36	52.570,23	3.010,08	7.476,80	101,96	0,00	617.691,19
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	4.162.775,56	170.762,24	375.478,13	297.038,57	238.148,47	67.468,27	0,00	21.919,68	24.259,37	5.357.850,29
	2014	1.139.347,13	0,00	216.833,00	66.954,56	47.144,07	33.482,54	0,00	25.496,29	6.916,84	1.536.174,43
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Sistema de Folha de Pagamento/JFSP)



JFMS

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	10.367.888,77	58.577,75	2.375.278,92	550.328,90	571.776,62	149.886,15	19.800,00	973.920,46	1.579.550,26	16.647.007,83
	2014	6.613.442,24	49.096,94	588.406,72	114.091,90	252.953,64	129.752,66	372.270,95	2.802.187,47	622.065,97	11.544.268,49
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	39.331.155,52	5.569.738,01	3.840.658,31	2.749.512,82	4.104.178,33	347.625,75	156.341,49	174.044,92	33.444,26	56.306.699,41
	2014	34.708.590,44	5.661.613,40	3.489.715,76	2.727.324,6	3.375.786,35	380.551,47	255.979,2	259.209,58	518.305,92	51.377.076,72
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	601.893,82	55.733,80	15.592,24	189.950,01	0,00	0,00	17.240,35	0,00	880.410,22
	2014	69.697,82	486.595,35	50.443,32	24.836,85	86.639,01	1.389,75	22.829,97	31.129,28	23.962,35	797.523,70
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	145.470,85	12.103,68	3.845,85	19.270,08	0,00	0,00	69,82	0,00	180.760,28
	2014	0,00	139.253,79	11.723,60	3.845,85	18.382,72	3.668,00	0,00	0,00	0,00	176.873,96
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	2.232,38	299.797,54	45.255,84	8.636,97	86.644,06	0,00	0,00	0,00	0,00	442.566,79
	2014	59.501,88	230.587,15	57.058,52	13.241,62	47.159,30	0,00	11.724,00	7.311,58	0,00	426.584,05
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										
	2014										

(Fonte: Seção de Processamento de Folha de Pagamento/JFMS)



ANEXO XVII

Indicadores gerenciais sobre RH

Indicador 1	ABSENTEÍSMO								
Descrição	Visa demonstrar o percentual de dias de ausência dos servidores ao trabalho, decorrente de licenças para tratamento da própria saúde (inclusive por causas ocupacionais: acidentes de trabalho e doenças ocupacionais) ou, ainda, de faltas injustificadas.								
Fórmula de Cálculo / Escala	Fórmula 1: total de dias de ausências por licenças médicas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis Fórmula 2: total de dias de faltas injustificadas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis Fórmula 3: total de dias de ausências por licenças médicas do quadro geral de servidores +total de dias de faltas injustificadas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis.								
Convenções	- Dias úteis: considerar todos os dias exceto: feriados nacionais, feriados municipais (2 por cidade) e período de recesso; - Afastamentos curtos: até 15 dias - Afastamentos longos: mais de 60 dias - Força de trabalho (total de servidores ativos): servidores do quadro + requisitados/removidos/prestadores de serviços + comissionados sem vínculo – cedidos/removidos/licenciados								
Frequência Atualização	Anual								
Origem dos dados	Relatórios gerenciais e prontuários médicos								
Meta	Manter as taxas de absenteísmo abaixo de 4%								
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de absenteísmo inferior a 4%. A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das principais causas de absenteísmo na instituição e a elaboração de ações para redução desse percentual.								
Notas Adicionais	A análise qualitativa dos dados permitirá identificar as causas que geram os afastamentos, para atuação pontual.								
Responsável Indicador	Áreas de Gestão de Pessoas e Medica								
Resultado apurado	UG	2012	2013	2014			2015		
				Fórmula 1	Fórmula 2	Fórmula 3	Fórmula 1	Fórmula 2	Fórmula 3
	TRF3R	3,72	4,05	4,48	0,02	4,51	3,88	0,02	3,90
	JFSP	2,29	3,50	3,25	0,01	3,26	3,45	0,01	3,46
	JFMS	3,90	4,48	4,04	0,02	4,06	5,35	0,02	5,39



Ocorrências por classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde – CID

CID	Nº de pacientes			Nº de licenças			Total de dias de licenças por CID			Dias de afastamento por servidor afastado			% número total de licenças			% total de dias de licença		
	TRF	JFSP	JFMS	TRF	JFSP	JFMS	TRF	JFSP	JFMS	TRF	JFSP	JFMS	TRF	JFSP	JFMS	TRF	JFSP	JFMS
A	158	204	20	194	261	21	551	736	35	3,49	3,61	5,68	7,21	4,67	3,68	3,43	1,47	0,76
B	13	42	3	18	53	3	54	442	6	4,15	10,52	0,85	0,67	0,95	0,53	0,34	0,88	0,13
C	14	32	3	33	72	5	1.235	2361	129	88,21	73,78	0,85	1,23	1,29	0,87	7,69	4,72	2,79
D	10	41	3	11	50	5	159	424	67	15,90	10,34	0,85	0,41	0,89	0,87	0,99	0,85	1,45
E	8	32	3	19	39	4	171	361	33	21,38	11,28	0,85	0,71	0,70	0,70	1,06	0,72	0,71
F	71	168	39	174	428	94	2.151	9826	2462	30,30	58,49	11,08	6,47	7,66	16,46	13,39	19,62	53,22
G	37	62	7	53	82	7	793	494	13	21,43	7,97	1,99	1,97	1,47	1,23	4,93	0,99	0,28
H	115	222	25	175	337	36	609	1353	61	5,30	6,09	7,10	6,50	6,03	6,30	3,79	2,70	1,32
I	32	88	14	41	114	22	438	874	62	13,69	9,93	3,98	1,52	2,04	3,85	2,73	1,75	1,34
J	243	311	34	348	413	40	790	1012	91	3,25	3,25	9,66	12,93	7,40	7,01	4,92	2,02	1,97
K	132	294	23	171	379	45	630	1648	225	4,77	5,61	6,53	6,35	6,79	7,88	3,92	3,29	4,86
L	22	30	7	32	37	8	220	137	9	10,00	4,57	1,99	1,19	0,66	1,40	1,37	0,27	0,19
M	152	304	36	185	584	66	1.695	5434	566	11,15	17,88	10,22	6,87	10,46	11,56	10,55	10,85	12,23
N	54	153	30	79	206	38	323	848	170	5,98	5,54	8,52	2,94	3,69	6,65	2,01	1,69	3,67
O	19	48	7	36	91	11	151	975	90	7,95	20,31	1,99	1,34	1,63	1,93	0,94	1,95	1,95
P	1	1	N/O	3	1	N/O	52	14	N/O	52,00	14,00	N/O	0,11	0,02	N/O	0,32	0,03	N/O
Q	0	5	N/O	0	6	N/O	0	60	N/O	N/O	12,00	N/O	N/O	0,11	N/O	N/O	0,12	N/O
R	96	250	29	128	325	32	227	775	57	2,36	3,10	8,24	4,76	5,82	9,46	1,41	1,55	5,12
S	64	129	9	104	205	10	1.032	3240	105	16,13	25,12	2,56	3,86	3,67	1,75	6,42	6,47	2,27
T	11	19	1	13	20	1	113	291	11	10,27	15,32	0,28	0,48	0,36	0,17	0,70	0,58	0,24
V	1	2	N/O	1	2	N/O	15	4	N/O	15,00	2,00	N/O	0,00	0,04	N/O	0,00	0,01	N/O
W	1	2	N/O	1	2	N/O	3	5	N/O	3,00	2,50	N/O	0,04	0,04	N/O	0,09	0,01	N/O
X	0	N/O	N/O	0	N/O	N/O	0	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	0,04	N/O	N/O	0,02	N/O	N/O
Y	1	N/O	N/O	1	N/O	N/O	15	N/O	N/O	15,00	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O
Z	123	220	59	156	279	101	506	1116	254	4,11	5,07	17,69	0,04	4,99	17,69	0,09	2,23	5,49
M e S	N/O	433	N/O	N/O	789	N/O	N/O	8674	N/O	N/O	20,03	N/O	N/O	14,13	N/O	N/O	17,32	N/O
M e S e T	0	452	0	0	809	0	0	8965	0	0	19,83	0	26,57	14,49	0	25,74	17,91	0
Não infor.	394	N/O	0	715	N/O	0	4.137	N/O	0	10,50	0,00	0	5,80	0,00	0	3,15	0,00	0
TOTAL	1.772	3.544	352	2.691	5.584	549	16.070	50.069	4.446	9,07	368,15	100	100	100	100	100	100	100

LEGENDA:



N/O – Não há registro de ocorrência

A Doenças infecciosas e parasitárias

B Doenças infecciosas e parasitárias- 2

C Neoplasias Malignas

D Neoplasias in situ, neoplasias de comportamento incerto, doenças do sangue e do sistema hematopoético

E Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas

F Saúde Mental (Doenças mentais e comportamentais)

G Doenças do sistema nervoso

H Doenças do olho e anexos; do ouvido e da apófise

I Doenças do aparelho circulatório

J Doenças do aparelho respiratório

K Doenças do aparelho digestivo

L Doenças da pele e do tecido subcutâneo

M Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo

N Doenças do aparelho genitourinário

O Gravidez, parto e puerpério

P Neonatal

Q Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas

R Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos

S Fraturas, contusões, entorses (Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas)

T Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas-2 (Corpos estranhos, queimaduras, medicamentos, drogas, outros efeitos tóxicos)

V neoplasias in situ, neoplasias de comportamento incerto, doenças do sangue e do sistema hematopoético

W, X e Y Causas externas de morbidade e mortalidade-2 (W- quedas, corrente elétrica, explosões, afogamento; X- envenenamento, lesões autoprovocadas, agressões, ferimentos por animais; Y- Reações a medicamentos, complicações relativas à assistência médica, sequelas)

Z Fatores que influenciam o estado de saúde- sem Z63- LTPF (Exames, estadiamento de doenças, controle de próteses, problemas familiares, sócio-econômicas, etc)

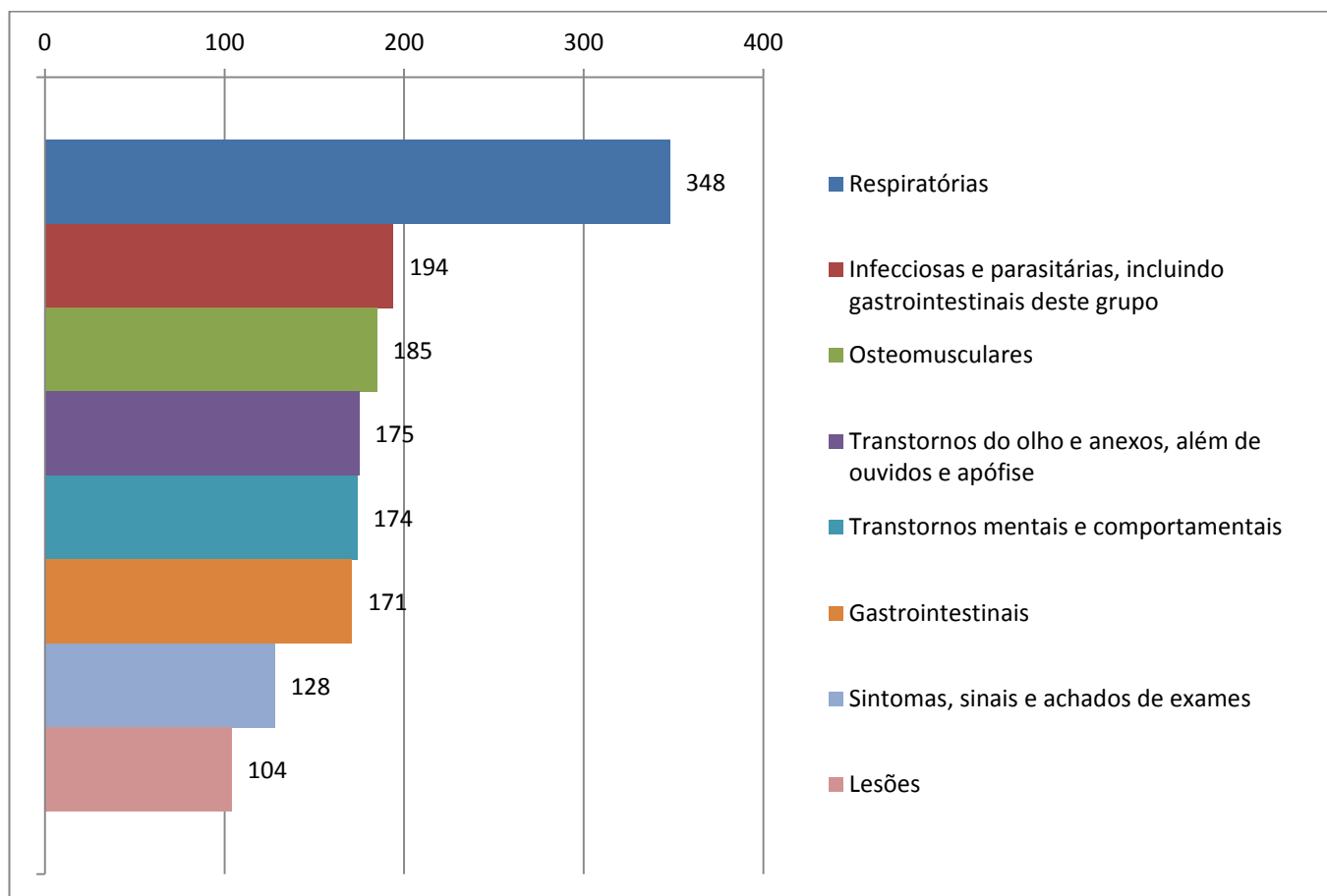
Análise crítica

TRF3R

Os grupos diagnósticos mais comuns e que geraram maior número de afastamentos (1.479 afastamentos = 54,96%), excetuando-se as licenças sem CID, foram:



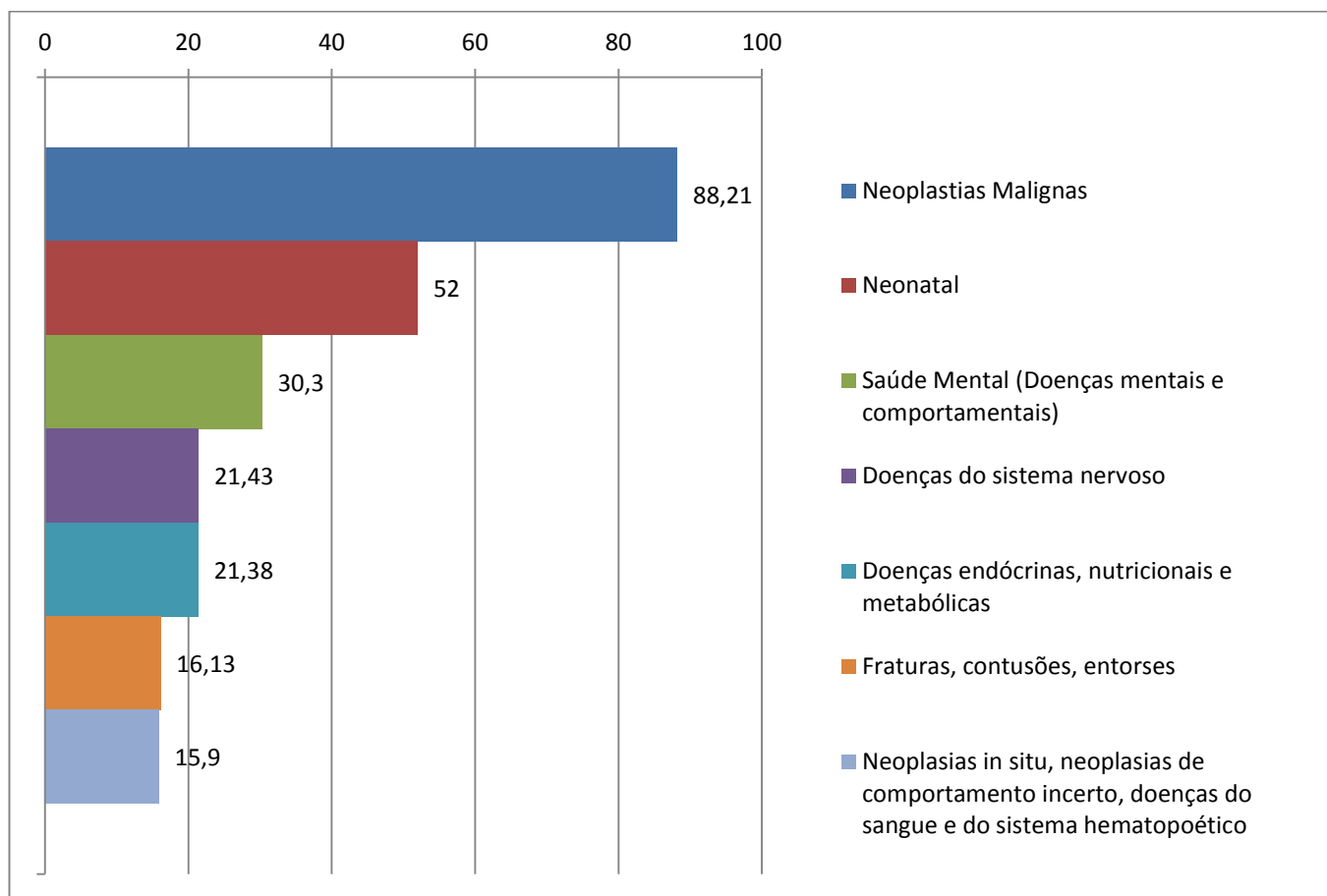
Quantidade de licenças – maiores grupos de diagnóstico – TRF3R



Por outro lado, os grupos de patologias responsáveis por afastamentos mais prolongados foram:



Média de dias de afastamento por servidor afastado – TRF3R



Nota:

O grupo de diagnóstico Neonatal apresentou apenas 1 caso

Verifica-se que o índice de absenteísmo mostrou redução significativa no exercício de 2015, após curva crescente até o exercício de 2014 e, que os dois grupos de licenças mais frequentes são responsáveis por afastamentos de curta duração.



As doenças psiquiátricas (2.151 dias) predominam em relação ao tempo de afastamento, representando 13,39% do total. São seguidas pelas osteomusculares (1.695 dias - 10,55%) e pelas neoplasias (1.235 dias - 7,68%). Considerando-se as doenças osteomusculares (M) somadas às lesões traumáticas (S), teremos um índice ainda maior, 16,97% (2.270 dias) tornando este o grupo diagnóstico predominante em tempo de afastamento.

Em relação às licenças superiores a 60 dias/ano (ainda que interpolados), foi constatado o total de 16 (dezesesseis) servidores, perfazendo 2.597 dias de afastamento e gerando uma média de 156,35 dias/servidor. Os diagnósticos principais que geraram estes afastamentos foram (osteomusculares e traumatismos; neoplasias malignas; neurológicas e psiquiátricas). Dentre esses servidores, quatro foram aposentados e um veio a falecer.

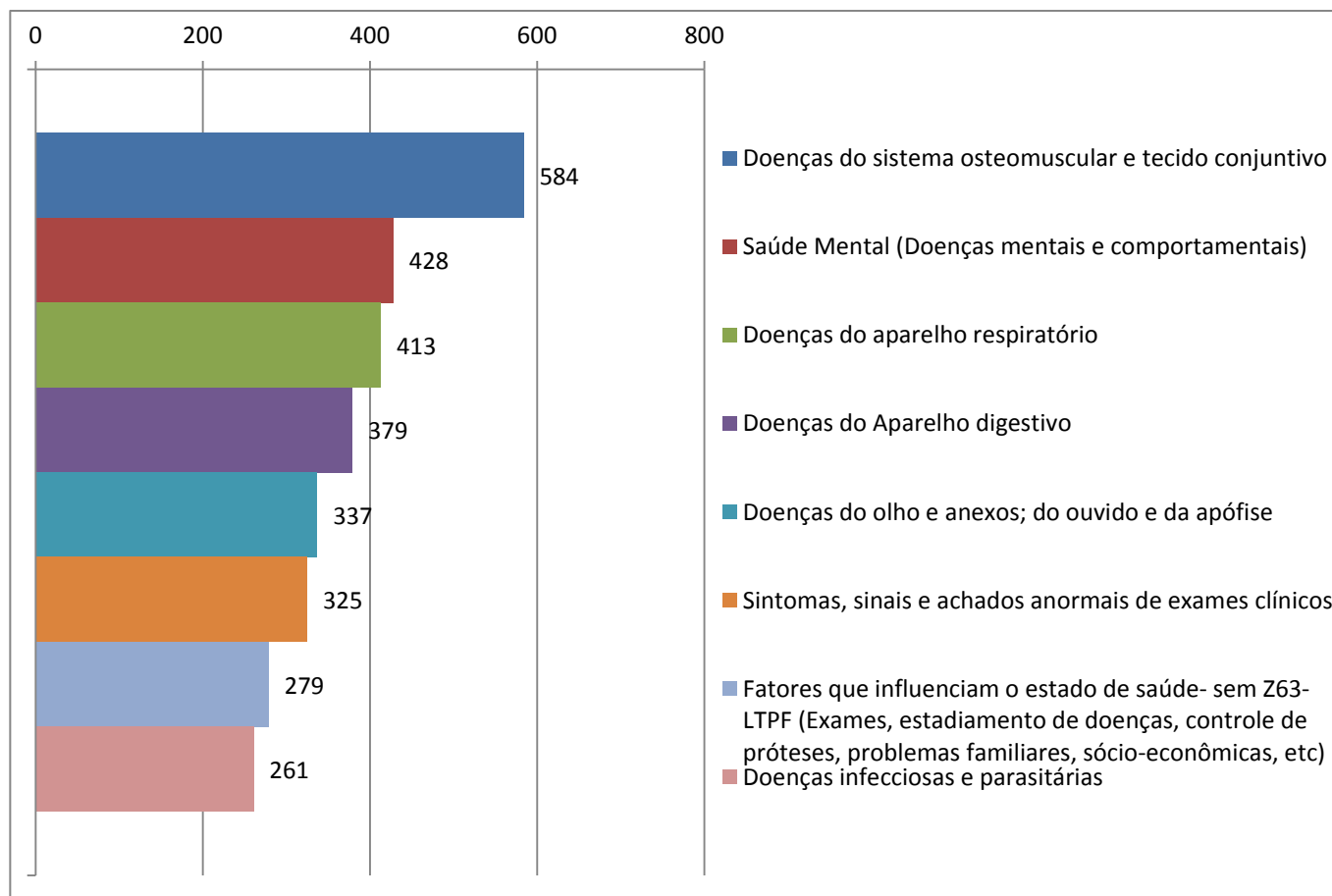
Adequações no sistema de tecnologia da informação possibilitarão melhor extração dos dados para que a análise seja mais profunda acerca deste indicador.



JFSP

Os grupos diagnósticos mais comuns e que geraram maior número de afastamentos, excetuando-se as licenças sem CID, foram:

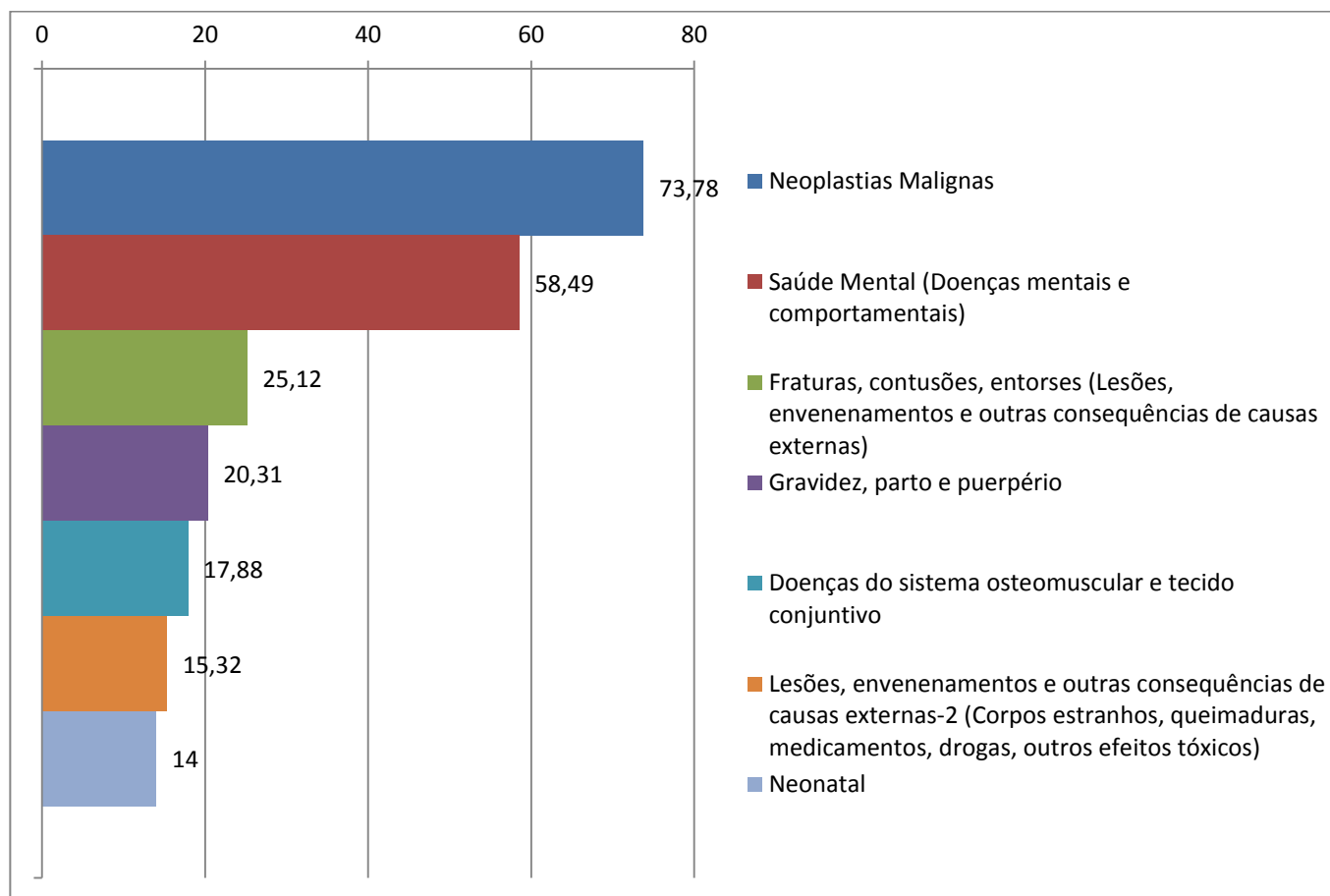
Quantidade de licenças – maiores grupos de diagnóstico – JFSP



Por outro lado, os grupos de patologias responsáveis por afastamentos mais prolongados foram:



Média de dias de afastamento por servidor afastado – JFSP



No exercício de 2015, o maior número de licenças foi motivado pelos seguintes CIDs, nesse ordem: M, S e T; M e S; M; F e J.

Os CIDs com os maiores totais de dias de afastamentos são os seguintes, nessa ordem: F (9826 dias), M, S e T (8965 dias), M e S (8674 dias), M (5434 dias) e C (2361 dias). No entanto, a média de dias de afastamento por cada servidor é significativamente maior em se tratando dos CIDs C e F (respectivamente, 73, 78 e 58, 49 dias), enquanto que o terceiro, CID S, tem a média de 25,12 dias de afastamento por servidor.

A maior porcentagem do número total de licenças é representada pela combinação dos CIDs M, S e T (14,49%), seguida da combinação



dos CIDs M e S (14,13%) e pelo CID M considerado isoladamente (10,46%).

Considerado o total de dias de licença, as maiores porcentagens são representadas pelos CIDs F (19,62%), M, S e T (17,91%) e M e S (17,32%).

Com o objetivo, a longo prazo, de provocar uma diminuição da incidência de adoecimento e absenteísmo, em especial das patologias ligadas a doenças mentais, doenças ortopédicas, transtornos musculares e neoplasias, além da redução do número absoluto de casos de doenças crônicas e degenerativas, como o diabetes e as doenças cardiovasculares, o Setor de Prevenção e Qualidade de Vida realizou em 2015, as seguintes campanhas:

Campanhas da JFSP em 2015

Mês	Campanha
Março	Dengue e Chikungunya - Este tema também foi abordado em matéria na “Justiça em Revista” e, posteriormente, no Informativo “Em Tempo” e um Cartaz foi produzido e enviado às Seções Judiciárias do estado de São Paulo.
Abril	Dia Mundial da Atividade Física – 06/04 - Campanha realizada com o tema: “Atividade Física – Promovendo Saúde e Gerando Qualidade de Vida” e divulgada em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Dia Mundial de Combate ao Câncer - 08/04 – Cartilha produzida e divulgada pela QUALIDADE DE VIDA em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
Maiο	Dia do Desafio (Incentivo à prática de atividades físicas) – 27/05 - Campanha promovida e organizada pelo SESC – SP e divulgada pela QUALIDADE DE VIDA em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Dia Mundial Sem Tabaco - 31/05 - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado em Banner na Intranet, no Informativo “Em Tempo” e em Cartaz enviado às Seções Judiciárias do Estado de São Paulo.
	Dengue e Chikungunya – Novo alerta produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado no Informativo “Em Tempo”.
Junho	Dia Mundial do Doador de Sangue 14/06 - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Doenças de Inverno - de 08 a 19/06 - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”
	Campanha informativa sobre a Vacinação contra a gripe - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
Julho	Alergia ou intolerância alimentar - Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Doenças do Inverno – Nova divulgação do tema elaborado pela QUALIDADE DE VIDA na revista; “Justiça em Revista”.
	Doenças Respiratórias - Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet.
Agosto	Dia Nacional de Combate ao Colesterol - 08/08 - Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet.
Setembro	Dia Mundial do Coração – 25/09 - Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet.
	Doenças da Primavera - Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
Outubro	Dia Mundial da Coluna Vertebral – 16/10 - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA, adicionado de material do Ministério da Saúde



Mês	Campanha
	e Cartilha de Ergonomia do TRF-3 e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Outubro Rosa - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
Novembro	Dia Mundial do Diabetes – 14/11 – Cartilha produzida pela QUALIDADE DE VIDA e divulgada em Banner na Intranet e no Informativo “Em tempo”.
	Novembro Azul - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA, além de folder do INCA – Instituto nacional do Câncer do Ministério da Saúde e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
Dezembro	Saúde do Viajante - Material produzido pela QUALIDADE DE VIDA, adicionado de material do Ministério da Saúde, Manual do Centro de Orientação de Viajantes, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Cartilha da Prefeitura de São Paulo e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Inclusão de Pessoas com Deficiência – Material divulgado pela Qualidade de Vida, através de banner na Intranet, que dá acesso ao documento, "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" - do Governo Federal e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”.
	Dengue, Febre Chikungunya e Zika Virus.- Material produzido pela Qualidade de Vida e divulgado em Banner na Intranet e no Informativo “Em Tempo”, alertando sobre estas doenças e a importância do combate ao mosquito, através da eliminação dos criadouros nas casas, no trabalho e nas áreas públicas.

Além das campanhas divulgadas por meio de banner na intranet, também foram utilizados outros canais internos da JFSP para divulgação do tema Qualidade de Vida e Saúde, como a Revista “Justiça em Revista”, Cartazes enviado às Seções Judiciárias do Estado de São Paulo e Informativo “Em Tempo”, outros temas divulgados foram:

Virada da Saúde – 07 a 12/04 – Evento promovido e realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e divulgado no âmbito da Justiça Federal pela Qualidade de Vida;

Projeto Pedalar – Campanha de incentivo à prática de atividade física, através de matéria produzida pelo Núcleo de Comunicação Social no Informativo “Em Tempo”;

Alimentação Sustentável – Matéria produzida pela Qualidade de Vida em abril 2015 e publicada no Informativo “Em Tempo”, divulgando campanha realizada pelas unidades do SESC – SP.

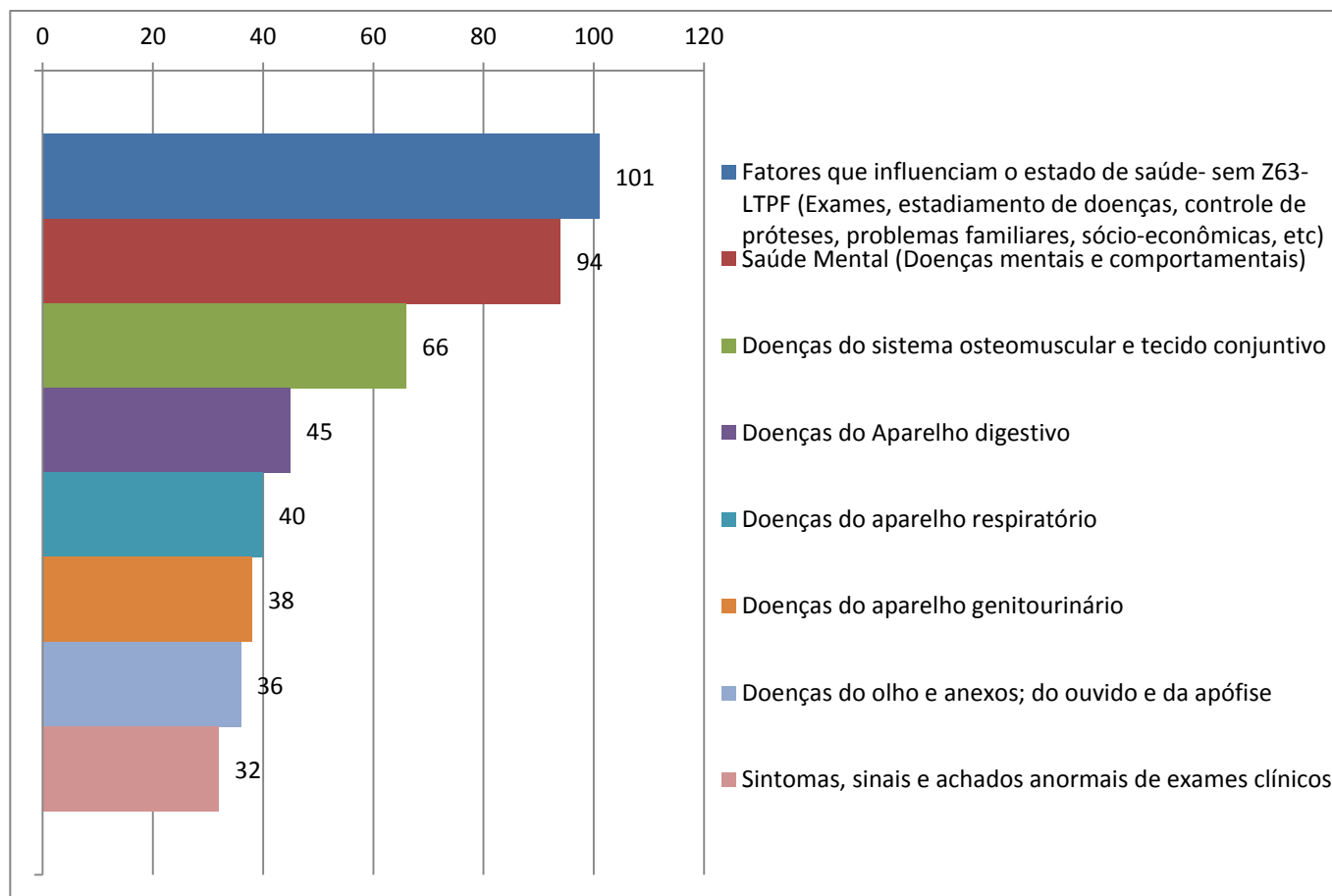
Dia Mundial da Saúde – Divulgação em abril 2015 de material produzido pela Qualidade de Vida, no Informativo “Em Tempo”, sobre livros digitais do Ministério da Saúde: “Alimentos Regionais Brasileiros” e “Guia Alimentar para a População Brasileira”.



JFMS

Os grupos diagnósticos mais comuns e que geraram maior número de afastamentos, excetuando-se as licenças sem CID, foram:

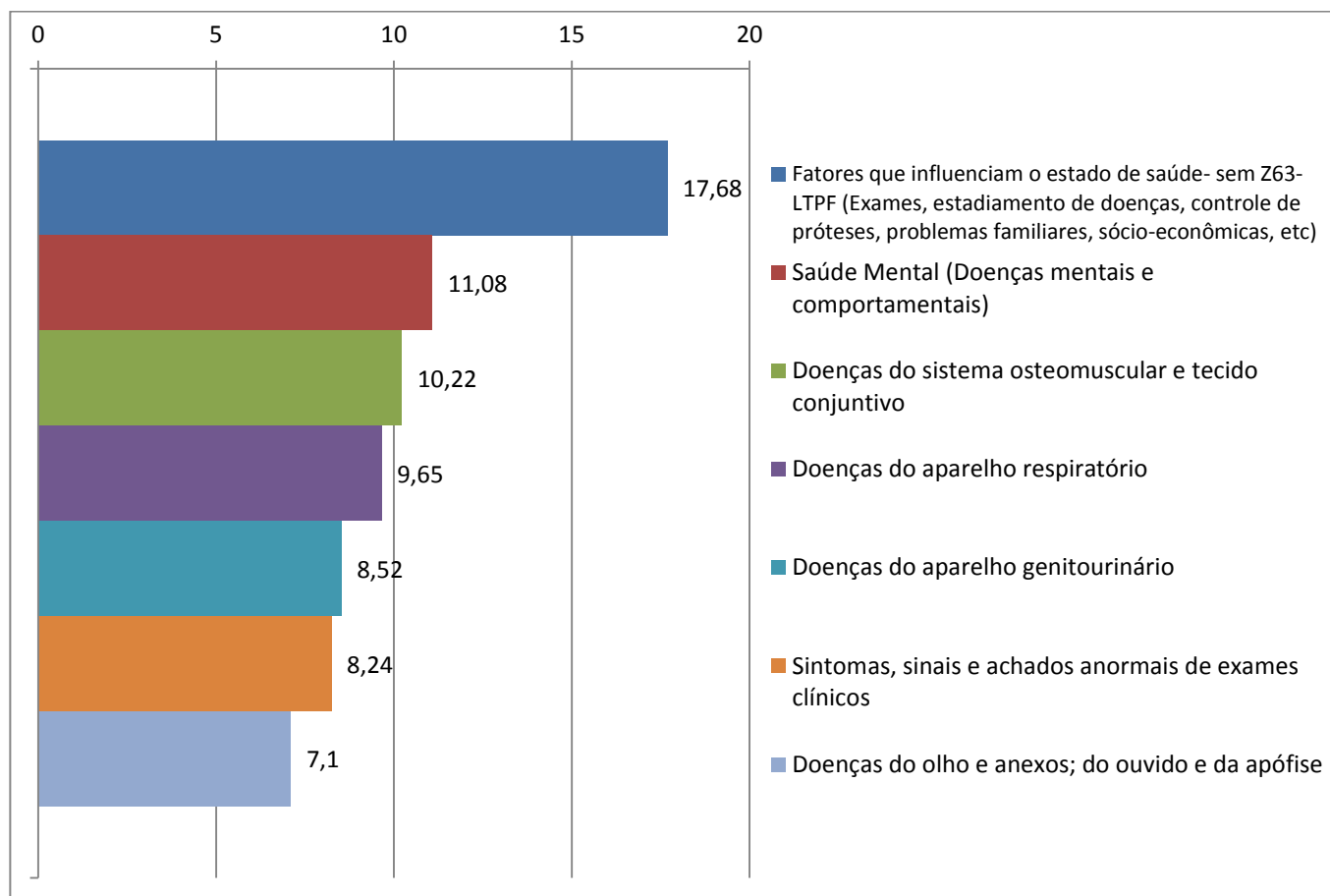
Quantidade de licenças – maiores grupos de diagnóstico – JFMS



Por outro lado, os grupos de patologias responsáveis por afastamentos mais prolongados foram:



Média de dias de afastamento por servidor afastado – JFMS



No exercício de 2015, 177 servidores se afastaram do trabalho por motivos médicos (49,03% do total ativos lotados). Foram recepcionados 549 requerimentos de licença médica que motivaram a concessão de 4.446 dias de afastamento do trabalho por motivo de licença para tratamento de saúde e suas prorrogações.

Entre os grupos diagnósticos, destacaram-se os CID F e M, motivaram, respectivamente, 11,08% e 10,22 % do número total de licenças. Tais patologias (de ordem psiquiátrica e osteomusculares não traumáticas) deram causa a 3.028 dias perdidos neste exercício (68,10% do total).



Dos 549 requerimentos de licença médica recebidos, 310 foram para um único dia, motivados pela realização de consultas médicas e procedimentos diagnósticos.



Indicador 2	ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS												
Descrição	Visa medir o percentual de dias de afastamento dos servidores ao trabalho, por motivo de acidente do trabalho ou por doenças ocupacionais, respectivamente, a fim de verificar a necessidade de implantação de programas de saúde preventivos												
Fórmula de Cálculo / Escala	Total de dias de afastamento por doença ocupacional do quadro geral de servidores X 100/ total de dias úteis trabalhados por todos os servidores												
Convenções	Não se aplica												
Frequência Atualização	Anual												
Origem dos dados	Relatórios gerenciais e prontuários médicos												
Meta	Manter o percentual abaixo de 1%												
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de afastamentos inferior a 1%. A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das causas comportamentais e ambientais que causam acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, visando a elaboração de ações para redução desse percentual.												
Notas Adicionais	Se possível, segmentar o indicador por grupos de doenças												
Responsável Indicador	Área médica												
Resultado apurado	UG	2013			2014			2015					
		Acidentes de trabalho		Doenças ocupacionais	Acidentes de trabalho		Doenças ocupacionais	Acidentes de trabalho		Doenças ocupacionais			
	TRF3R	0,75		0,43	8,22		0	0,02		0			
	JFSP	0,26		0,43	0,10		0	0,10		0			
	JFMS	0		0	0,02		0	0		0			
	Acidentes	2012			2013			2014			2015		
		TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS
	Acidentes de trajeto	11	8	0	9	03	0	11	05	0	4	7	0
	Acidentes internos	4	2	0	2	06	1	6	13	1	2	10	0
	Total	15	10	0	11	09	1	17	18	1	6	17	0

Nota:

A ausência de profissional (ex.: médico do trabalho) que classifique a patologia como ocupacional, impossibilitou a identificação das doenças ocupacionais na JFMS.

Análise crítica

TRF3R

Verificou-se, em 2015, houve que o período total de afastamentos por acidentes de trabalho foi de 73 dias.

As causas dos acidentes ocorridos em 2015 que geraram afastamento foram:

- acidentes internos: um dos quais por queda em piso escorregadio e o outro apartando desentendimento entre pedestres na região do prédio sede do TRF3R.



- acidentes de trajeto: calçadas-quedas (02); acidentes com motocicleta (01); entrada e saída de trem (01).

JFSP

Do total de 17 casos de acidente de trabalho, 10 eventos ocorreram dentro do ambiente de trabalho e 07 durante o trajeto do servidor de seu domicílio até o trabalho (ou vice versa), ou seja, em proporção semelhante. A maioria apresenta características traumáticas moderadas (10) e leves (06), sendo somente um acidente grave. Não houve registro de doenças ocupacionais entre esses afastamentos.

JFMS

Não houve registro de acidente de trabalho no exercício de 2015.



Indicador 3	ROTATIVIDADE (TURNOVER)				
Descrição	Visa demonstrar o fluxo de admissões e desligamentos por exoneração, vacância e aposentadoria voluntária, a fim de possibilitar a avaliação da capacidade institucional de reposição e retenção de talentos.				
Fórmula de Cálculo / Escala	$(\text{Total de ingressos} + \text{total de desligamentos}/2) / \text{Total de servidores do quadro no período anterior} \times 100$				
Convenções	- Total de desligamentos: vacâncias, exonerações e aposentadorias voluntárias. - Total de servidores do quadro no período anterior: total de servidores efetivos no dia 31 de dezembro do exercício anterior.				
Frequência Atualização	Anual				
Origem dos dados	Relatórios gerenciais (desligamentos por tipo, data desligamento, data ingresso, dias de afastamento licenças médicas, faltas, grau de escolaridade (acima do exigido para o cargo), carga horária de capacitação, questionários padronizados de desligamento servidor/gestor. 2013 – formulários de exoneração/vacância, atos de aposentadoria, e os relatórios gerenciais. 2014 – relatórios gerenciais e questionários de desligamento				
Meta	Manter o percentual de rotatividade abaixo de 3%. Avaliar as perdas de talentos e aumentar a retenção de conhecimento no quadro de pessoal				
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de rotatividade de até 3%, demonstrando a capacidade do órgão de realizar a reposição do capital humano em tempo adequado para atender suas necessidades, entretanto, a análise qualitativa deverá possibilitar uma visão do perfil dos servidores que estão saindo do quadro de pessoal e suas motivações, possibilitando à Administração identificar e quantificar as perdas de talentos, a fim de desenvolver soluções para maior retenção desses servidores.				
Notas Adicionais	Não se aplica				
Responsável Indicador	Área de gestão de pessoas				
Resultado apurado	UG	2012	2013	2014	2015
	TRF3R	1,13	1,46	4,79	3,71
	JFSP	3,46	3,11	4,14	4,90
	JFMS	2,77	1,41	5,08	4,15

Análise crítica

TRF3R

Após um acréscimo na taxa de rotatividade em 2014, devido à abertura de concurso público, em 2015 a situação começou a se estabilizar gradualmente, gerando uma taxa final de rotatividade de 3,71% (ainda acima da meta estabelecida para o indicador, que é de, no máximo, 3% de rotatividade).

Dois fatores contribuíram primordialmente para tanto: o elevado número de aposentadorias durante o exercício, que teve um acréscimo de 62,5% e 55,5% em relação aos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente, e o fato do Concurso Público para a JF3R que estava em fase inicial de provimento, particularmente no primeiro semestre de 2015.

JFSP

Houve, no exercício de 2015, 95 desligamentos: 46 aposentadorias voluntárias; 21 pedidos de exoneração e 28 pedidos de vacância.



Totalizando os números acima, cujo montante corresponde a 95 desligamentos voluntários em 2015, alcança-se um resultado insatisfatório de *turnover*, uma vez que a porcentagem de 4,9% revela que o órgão ainda não possui capacidade adequada para realizar a reposição do capital humano no tempo necessário, uma vez que o resultado aceitável é de até 3%.

JFMS

O índice acima da meta deve-se, principalmente, a 08 aposentadorias no período, cujos cargos não foram totalmente preenchidos até final de 2015.

Não obstante o índice apresentado observa-se, na análise do indicador, a capacidade relativa da organização em reter os servidores no quadro. Nesse aspecto, a JFMS tem investido na retenção de servidores com oferecimento de cursos de capacitação e bolsas de estudos.

Não foi possível, em 2015, a aplicação de questionários de desligamento para melhor elucidação dos motivos que levam à saída voluntária de servidores do quadro, impossibilitando a realização de estudos mais profundos e a proposição de ações que visem garantir a manutenção de servidores experientes e capacitados no quadro de pessoal. No entanto, verifica-se que se tratou de 08 aposentadorias voluntárias, por tempo de contribuição, com integralidade da remuneração nos proventos, e 05 desligamentos, provocados por exonerações e vacâncias, por posse em outros cargos inacumuláveis. Isso demonstra uma tendência, pela idade e tempo de serviço dos servidores mais antigos, a ocorrência de várias aposentadorias, a partir de 2015. Outra constatação da análise dos casos de desligamento, é que os servidores do quadro continuam buscando novas carreiras públicas.

Pesquisa pós-desligamento

FATORES	MÉDIA TRF3R	MÉDIA JFSP
Possibilidade de crescimento profissional	3,03	3,56
Sensação de reconhecimento pelo trabalho realizado	3,0	3,76
Grau de satisfação com a qualidade das atividades realizadas	3,54	4,03
Grau de satisfação com a quantidade das atividades realizadas	3,26	3,87
Clima organizacional	3,41	4,02
Relacionamento com os colegas de trabalho	4,28	4,48
Relacionamento com gestores	3,92	4,32
Comunicação dentro da Instituição	3,1	3,99
Sensação de envolvimento com a missão da Instituição	3,44	4,06
Remuneração	3,05	3,64
Pacote de benefícios oferecidos pela Instituição	3,08	3,78
Qualidade das instalações físicas	3,56	3,91
Segurança no trabalho	3,36	4,11
Atendimento prestado pela área de Gestão de Pessoas	4,13	--
Atendimento prestado pela área de Saúde	2,79	--



FATORES	MÉDIA TRF3R	MÉDIA JFSP
Atendimento prestado pela área Administrativa	3,64	--
Atendimento prestado pela área de Informática	3,85	--
Qualidade de cursos e eventos oferecidos	3,36	3,74
Quantidade de cursos e eventos oferecidos	3,13	3,78
Média total	3,42	3,94

Nota:

5 - Muito satisfeito/muito bom, 3 - Satisfeito/Bom, 1 - Pouco satisfeito/ Regular

TRF3R

Aos servidores desligados, foram enviados e-mails com link para acessar o formulário da pesquisa, de onde obtivemos 39 respostas, o que corresponde a 60% de adesão à pesquisa. Dos respondentes, 30 se desligaram por motivo de aposentadoria, 07 por posse em outro cargo e 02 por exoneração a pedido.

A média geral das respostas em 2015 foi de 3,42, que, de acordo com a escala, significa que os ex-servidores estão “satisfeitos”. Ainda, destacamos que houve um acréscimo de aproximadamente 9,7% com relação à média final de 2014, que era de 3,12.

Como sugestões/críticas, encontramos:

- não há concurso interno;
- incentivo para formação acadêmica;
- valorização dos gabinetes e servidores que superam as metas;
- padronização dos métodos de trabalho dos gabinetes;
- estímulo para ações de treinamento e divulgação destas;
- as funções deveriam se rotativas em todos os setores;
- associação para os funcionários (Colônia de Férias);
- criação de critérios objetivos para as designações de supervisor e Diretor;
- implementação do processo eletrônico com urgência;
- ocorrência do processo de desligamento por aposentadoria com melhor simbiose entre as partes;
- inexistência de critérios claros para orientar quem deseja fazer carreira;
- oferecimento de cursos gerenciais somente aos gestores, impossibilitando a capacitação para aqueles que pretendem exercer tais funções;
- melhor interação entre o Desembargador e os servidores;
- baixa remuneração.



JFSP

Do total de desligamentos supracitado, foram respondidas 71 entrevistas, que correspondem a 64,5% do total. Dentre elas, 34 (47,8%) correspondem a pedidos de aposentadoria voluntária, 04 (5,6%) correspondem a aposentadoria compulsória, 01 (1,4%) corresponde a aposentadoria por invalidez, 19 (26,7%) correspondem a pedidos de vacância e 13 (18,3%) correspondem a pedidos de exoneração.

Em relação ao tempo de trabalho na JFSP, entre os respondentes, 39,4% trabalharam até 05 anos na JFSP; 29,5% trabalharam entre 10 e 20 anos; 28,1% trabalharam entre 20 a 30 anos e 2,8% trabalharam tempo superior a 30 anos na JFSP.

Observando-se os dados supracitados, percebe-se que a maior porcentagem de desligamentos ocorridos no ano de 2015, dentre os respondentes da pesquisa, foi de servidores que possuíam até 05 anos de serviço na JFSP (39,4%) e que os tipos de desligamentos com maior ocorrência referem-se, de um lado, a pedidos de aposentadoria voluntária (47,8%); e, de outro, a pedidos de vacância (26,7%) e exoneração (18,3%) que, somados, resultam em 45% dos desligamentos dos respondentes. Pode-se inferir que houve maior número de desligamento de novos servidores em função de aprovação em outro concurso público (vacância), para se preparar ou aguardar nomeação para outro concurso e por motivos particulares (exoneração), conforme verificado nas entrevistas.

Analisando de maneira geral as respostas dadas à entrevista de desligamento, pode-se depreender que os desligamentos de novos servidores, o qual representou parcela significativa (45% somando exoneração e vacância) dos desligamentos em geral, ocorreu em função de oportunidades de trabalho mais atrativas para o indivíduo em questão ou em função de planejamentos pessoais, não podendo ser estabelecida relação direta desses desligamentos com insatisfação relativa aos aspectos do ambiente e estrutura de trabalho da Instituição como um todo, abordados na presente pesquisa.

Embora a pesquisa tenha demonstrado a satisfação da maior parcela dos respondentes aos aspectos avaliados, alguns pontos merecem atenção, pelo fato de um número significativo de indivíduos ter afirmado possuir pouca satisfação relativa aos mesmos, a saber: sensação de reconhecimento pelo trabalho realizado, quantidade de cursos oferecidos, remuneração e pacote de benefícios oferecidos pela Instituição e possibilidade de crescimento profissional.

Nesse sentido, sugere-se um estudo aprofundado dos tópicos destacados acima, a fim de propor a implantação de ações que visem à melhoria de tais aspectos de forma a aumentar a satisfação dos servidores e contribuir para a retenção dos mesmos.

(Fonte dos dados: Formulário de Entrevista de Desligamentos (Processo SEI 0003575-62.2014.4.03.8000))

JFMS

Devido ao acúmulo de serviço e a carência de servidores na área de recursos humanos, o questionário será aplicado a partir de 2016, quando será cobrado seu preenchimento e encaminhamento juntamente com os documentos exigidos para o desligamento.



Indicador 4	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ			
Descrição	Visa a identificação do percentual de aposentadorias por invalidez no total de aposentadorias do quadro de pessoal, bem como dos percentuais por grupo de doenças, permitindo à Administração elaborar ações preventivas.			
Fórmula de Cálculo / Escala	Taxa de aposentadoria por invalidez = Total de aposentadorias por invalidez x 100/ Total de aposentadorias			
Convenções	As informações constantes dos relatórios não deverão permitir a associação direta dos servidores aposentados e os diagnósticos considerados para obtenção dos valores.			
Frequência Atualização	Anual			
Origem dos dados	Atos de aposentadoria, prontuários médicos (verificar nexos causal/doença laboral), relatórios de acompanhamento funcional, relatórios gerenciais (desligamentos por aposentadoria, data de exercício, histórico de lotações, afastamentos por licença médica, faltas, etc.)			
Meta	Manter o percentual em 23%.			
Resultados esperados para o indicador	A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das principais causas de aposentadoria por invalidez na instituição e a elaboração de ações para redução desse percentual.			
Notas Adicionais	2013 – Levantamento apenas por relatórios gerenciais, sem definição dos grupos de doenças. 2014 – Implantação total.			
Responsável Indicador	Área de gestão de pessoas com subsídio da área médica			
Resultado apurado	UG	2013	2014	2015
	TRF3R	34,48*	23,68	13,46
	JFSP	16	13,3	17,86
	JFMS	50	0	20

Nota:

Resultado retificado por incorreção. Na mensuração do indicador no exercício de 2013 foram consideradas 10 aposentadorias por invalidez e 30 aposentadorias (total), quando o correto seria o número total de 29 aposentadorias. O índice, portanto, resulta em 34,48% para o exercício de 2013, e não 33,3%, como constou do Relatório de Gestão daquele exercício.

Análise crítica

TRF3R

Houve, em 2015, 07 aposentadorias por invalidez de um total geral de 52 aposentadorias, sendo que apenas 01 caso gerou aposentadoria com proventos integrais, por moléstia especificada no art. 186 da Lei nº 8.112/90. Os demais se trataram de moléstias não especificadas em Lei, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. 02 foram provenientes de agravos à saúde mental, 02 por sequelas de patologias neurológicas, 01 caso por doença osteomuscular e 01 por doença respiratória.

De 2012 a 2015 houve 28 aposentadorias por invalidez de um total geral de 142 aposentadorias, o que representa 19,72%, sendo:

- agravos relacionados à saúde mental – 11 = 39,29%
- neoplasias malignas - 6 = 21,43%
- patologias de cunho osteomuscular – 4 = 14,29%



- outras categorias diagnósticas – 7 = 25%

Nos quatro últimos exercícios verifica-se a redução progressiva das patologias de cunho osteomuscular, tendo em vista iniciativas em saúde ocupacional, tais como orientações ergonômicas que poderiam ser potencializadas mediante nova contratação de empresa de saúde ocupacional, com médico do trabalho, fisioterapeuta (ergonomista) e atividades na área de ginástica laboral, além da emissão de relatórios (PPRA, laudo ergonômico e PCMSO) que permitiam um diagnóstico preciso dos fatores de risco existentes na instituição e sugestões para correção de eventuais agravos à saúde do servidor causados pelo trabalho.

As atividades acima foram suspensas no exercício de 2014, face ao término de vigência do contrato de prestação de serviços de saúde ocupacional, em 21/6/2014. Não se procedeu a nova licitação tendo em vista a indisponibilidade orçamentária.

Há, na UG, acompanhamento e intervenções por equipe psicossocial, não obstante, a incidência de agravos à saúde mental ainda é causa importante de absenteísmo prolongado, motivando aposentadoria por invalidez nos casos não passíveis de melhora.

Quanto às neoplasias, há campanhas para diagnóstico e tratamento precoce, no entanto, os casos que evoluíram para aposentadoria referem-se a pacientes em tratamento especializado por longo período, sem resposta adequada.

JFSP

Os casos de aposentadoria por invalidez (10) não guardam relação com doença ocupacional ou são derivados dela.

Para o monitoramento das informações referentes às aposentadorias, o Setor de Qualidade de Vida do Núcleo de Saúde desenvolveu programa para gerenciar esse tipo de desligamento, o qual contribuirá para o planejamento estratégico de gestão de pessoas, em especial, daquelas com idade ou alguma questão de saúde que resulte em aposentadoria.

JFMS

Do total de 10 aposentadorias no exercício de 2015, apenas 02 foram por invalidez.



Indicador 5	JORNADA DE TRABALHO			
Descrição	Visa a identificação da jornada real de trabalho dos servidores para atendimento das demandas de trabalho, mediante a aferição da taxa de sobrejornada, por área de atuação, bem como a percepção de gestores e servidores quanto à adequação da jornada ordinária de trabalho.			
Fórmula de Cálculo / Escala	Total de horas realizadas em sobrejornada por servidor X total de servidores que realizaram sobrejornada X 100/ Total de dias úteis X 8 horas X total de servidores do quadro.			
Convenções	Não se aplica			
Frequência Atualização	Anual			
Origem dos dados	Processos de autorização serviço extraordinário, relatórios de pagamento de horas extras, diagnóstico organizacional			
Meta	Dependerá dos resultados obtidos após mensuração do indicador por três exercícios.			
Resultados esperados para o indicador	O indicador deverá possibilitar o entendimento do contexto organizacional no que se refere à relação jornada de trabalho e atendimento à demanda de trabalho, subsidiando a elaboração de ações para minimizar os efeitos da sobrejornada, principalmente na saúde e qualidade de vida dos servidores.			
Notas Adicionais	2013 – Apenas informações quantitativas obtidas por relatórios.			
Responsável Indicador	Área de gestão de pessoas.			
Resultado apurado	UG	2013	2014	2015
	TRF3R	36,90	29,47	25,50
	JFSP	Não houve mensuração	Não houve mensuração	Não houve mensuração
	JFMS	7,82	3,3	0,05

Análise crítica

TRF3R

Em termos globais, a realização de horas extras no TRF3R não extrapola os limites legais. Quando extrapolam, são justificadas pelos respectivos gestores ante a necessidade do serviço e cumprimento de metas. Entretanto, há áreas mais demandadas para o trabalho em regime de sobrejornada, como a Vice-Presidência, bem como as áreas de manutenção, engenharia, suporte de TI e orçamento e finanças, esta última, à época do encerramento do exercício, situação que demanda análise pontual.

JFSP

Em relação à fórmula do indicador, o entendimento permanece o mesmo de 2014, pois os resultados apurados podem refletir parte de uma realidade e não uma verdade absoluta, isso porque existem áreas que não solicitam o pagamento de horas extras e contam com servidores além do horário de expediente. No que tange aos resultados do exercício de 2015, não foi possível a mensuração do indicador, posto que dependente da integração do sistema E-GP, utilizado no TRF3R.

Em termos globais, a realização de horas extras na JFSP não extrapola os limites legais. Há áreas mais demandadas para o trabalho em regime de sobrejornada, como a área de Gestão de Pessoas, Administração Predial e tivemos o Fórum de Barueri como o único representante da área fim a executar sobrejornada.



JFMS

Em 2015 o total de horas trabalhadas em regime de sobrejornada pelo quadro de pessoal da JFMS foi equivalente a 0,05% do total de horas de trabalho previsto para o ano, sendo que, dentre as 344 horas trabalhadas em sobrejornada, 7 foram realizadas fora do período de recesso do judiciário, representando 0,2% das horas trabalhadas em regime extraordinário; as 344 horas foram realizadas por 0,7% do quadro de pessoal, o equivalente a 24 servidores, que trabalharam em média 14,33 horas extras; 337 horas extras foram realizadas durante o período de recesso, por 23 servidores, resultando em uma média de 15h de trabalho por servidor nesse período.

Em termos globais, a realização de horas extras na JFMS não extrapola os limites legais. Entretanto, a área mais demandada para o trabalho em regime de sobrejornada é a administrativa (planejamento e orçamento, folha de pagamento, pessoal, compras e licitações, segurança e transporte), em decorrência da impossibilidade de regime de escala, devido ao reduzido quadro de servidores.

Registre-se que, ao longo do exercício de 2015 houve solicitações de autorização para realização de serviços extraordinários remunerados, no entanto, não atendidas devido à limitação orçamentária e à decisão da Direção do Foro da JFMS.



Indicador 6	DISCIPLINA			
Descrição	Visa identificar a taxa de sindicâncias entre os servidores do quadro de pessoal e apontar os assuntos de maior incidência.			
Fórmula de Cálculo / Escala	- taxa de sindicância = total de sindicâncias abertas X 100/ total de servidores do quadro de pessoal - taxa de incidência por assunto = total de sindicâncias sobre o assunto X 100/total de sindicâncias			
Convenções	Não se aplica			
Frequência Atualização	Anual			
Origem dos dados	Processos de sindicância			
Meta	*			
Resultados esperados para o indicador	O indicador deverá permitir identificar os núcleos de maior incidência de processos de sindicância, a fim de subsidiar possível elaboração de ações preventivas que diminuam as ocorrências. A taxa de sindicâncias desejada é a mais próxima de zero.			
Notas Adicionais	Não se aplica			
Responsável Indicador	Comissão de sindicância			
Resultado apurado	UG	2013	2014	2015
	TRF3R	0,59	0,43	0,45
	JFSP	0,35	0,23	0,72
	JFMS	0,65	1,25	0,92

Análise crítica

TRF3R

Verifica-se que 100% das ocorrências registradas no exercício de 2015 referem-se à conduta funcional de servidor, por descumprimento às normas e regulamentos e pequenos incidentes verificados nas relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Taxa de incidência de sindicância por assunto - TRF3R

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
1 SIND	Averiguação de apresentação de declarações falsas	12,5%
1 SIND	Descumprimento de Normas/Resolução	12,5%
1 Exp Adm	Acúmulo de cargos	12,5%
4 Exp Adm	Conduta Funcional Inadequada/Incidentes	50%
1 Exp Adm	Infração Disciplinar não caracterizada (dano a patrimônio bancário)	12,5%

Atentando apenas para os números, podemos entender que esse percentual de 50%, cujos expedientes que trataram de pequenos incidentes ocorridos no ambiente de trabalho e que resultaram em arquivamento, sem aplicação de pena, todavia com recomendações e orientações aos servidores envolvidos, considerado o número total de servidores ativos, dentre eles os requisitados e aqueles ocupantes de cargos em comissão,



representa um número pequeno.

Quanto aos demais casos apurados, que somam quatro expedientes, sendo dois deles Sindicâncias Administrativas, onde para cada um deles houve apenas uma única incidência, sendo certo que em dois expedientes não restou caracterizada falta funcional, sendo ambos arquivados e, no tocante às duas Sindicâncias Administrativas, as mesmas ainda aguardam decisão do Senhor Diretor Geral, tem-se que o índice de incidência pode ser considerado baixo, porquanto tais ocorrências fazem parte do cotidiano das pessoas, das instituições e de toda a sociedade.

Há ainda um informativo de ocorrência, recebido diretamente por esta Comissão de Sindicância, que aguarda avaliação pelo Senhor Diretor Geral quanto à pertinência dos fatos informados e necessidade de apuração no âmbito disciplinar, não tendo sido considerado para a elaboração do quadro estatístico.

Torna-se imperioso registrar que a Secretaria de Gestão de Pessoas vem fazendo sua parte, promovendo cursos de aperfeiçoamento, realização de palestras, treinamentos, investindo na melhoria da qualidade de vida dos servidores, dentro e fora da instituição, mediante convênios firmados com empresas, clínicas, garantindo o acesso a entretenimento com descontos especiais etc.,

No âmbito do encaminhamento de ações preventivas, tem havido ampla difusão do conhecimento da Lei nº 8.112/90, com ênfase nos principais artigos infringidos pelos servidores, mormente pelo seu desconhecimento, da importância do bom procedimento dentro e fora da instituição.

Podemos considerar assim que, mesmo havendo incidência de ocorrências, seguimos avançando no caminho das soluções, apresentando cada vez mais formas de minimizar a prática de atos que contradizem com o proceder do bom servidor e consequentemente da própria Instituição.

JFSP

Todas as ocorrências referem-se à conduta funcional de servidor, com faltas relacionadas ao desempenho da função e ausência de urbanidade.

Taxa de incidência de sindicância por assunto - JFSP

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
Exp. – 08, SA – 03 e PAD - 01	Transgressão aos deveres contidos no art. 116 da Lei nº 8.112/90	33,33%
Exp. – 01 e SA - 04	Transgressão ao art. 117, incisos I a X	11,11%
Exp. – 02 e SA - 02	Extravio de autos e afins	11,11%
Exp. – 03 e SA - 01	Incidente com viatura – sem vítimas	11,11%
PAD - 03	Improbidade administrativa	8,33%
SA - 02	Eliminação indevida de autos	5,55%
Exp. 02	Denúncia anônima	5,55%
SA - 01	Extravio de equipamentos	2,77%
SA - 01	Arquivamento indevido de autos	2,77%
SA - 01	Contratação emergencial	2,77%
PAD - 01	Abandono de cargo	2,77%



Dos 36 procedimentos existentes no exercício de 2015, 32 foram iniciados na Seção de Procedimentos Disciplinares da Diretoria do Foro SJSP, 03 na Subseção Judiciária de Campinas e 01 na Subseção Judiciária de Mauá.

Foram arquivados 16 deles, em 4 houve aplicação de penalidade de advertência, 4 estão conclusos para decisão, 8 em tramitação, 1 sindicância foi convertida em Processo Administrativo Disciplinar, 2 expedientes foram remetidos à Subseção Judiciária de Guarulhos e 1 sindicância foi remetida à Subseção Judiciária de São Vicente.

JFMS

Foram instauradas 03 sindicâncias, relativamente à conduta funcional, sendo que em duas delas houve aplicação de pena de suspensão e em uma aplicação de pena de advertência, consoante se verifica do quadro abaixo, não havendo expedientes em fase de apuração.

Taxa de incidência de sindicância por assunto - JFMS

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
SA - 03	Infração ao art.116, incisos I, IV, IX e XI, da Lei nº 8.112/90.	100%



Indicador 7	EDUCAÇÃO CORPORATIVA
Descrição	Visa demonstrar o percentual de gestores capacitados no Órgão em, pelo menos, 15 horas anuais de cursos gerenciais
Fórmula de Cálculo	Fórmula 1: Número de gestores capacitados / Número de gestores do Órgão no exercício. Fórmula 2: Número de gestores capacitados / Número de vagas em capacitação gerencial ofertadas pela Administração.
Convenções	Não se aplica
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Relatórios gerenciais
Meta	Capacitar 100% dos gestores em temas gerenciais e estratégicos
Resultados esperados para o indicador	O indicador pode sofrer flutuações em virtude de restrições orçamentárias, bem como mudanças no corpo gerencial. A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação dos principais fatores que possam vir a impactar na capacitação gerencial, bem como apontar novas diretrizes de capacitação.
Notas Adicionais	Não se aplica
Responsável Indicador	Área de Gestão de Pessoas

Análise crítica

TRF3R

No quesito “Educação Corporativa” foram adotados dois indicadores:

- Taxa de capacitação gerencial: De um total de 428 gestores em 2015, 175 totalizaram um mínimo de 15 horas de ações de capacitação gerencial, o que corresponde a 40,88% do quadro de gestores.
- Taxa de capacitação gerencial em cursos promovidos pelo órgão. Foram proporcionadas 281 vagas para capacitação gerencial em 2015, por meio de 15 ações de treinamento. Desse total, 134 gestores cumpriram um mínimo de 15 horas de ações de capacitação gerencial.

De modo geral, independentemente do número de horas realizadas, 179 gestores participaram de ações promovidas pelo órgão, o que representa um quantitativo de 63,70% do preenchimento das vagas disponíveis.

O número de gestores em 31/12/2015 era de 428, sendo considerados todos os cargos em comissão e as funções comissionadas de caráter gerencial. Por meio das ações adotadas em 2015, foi possível realizar a capacitação do correspondente a 41,82% do quadro de servidores com cargo gerencial.

JFSP/JFMS

Não houve análise crítica.



ANEXO XVIII

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

TRF3R

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO						
UG/Gestão: 090029/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2012	Manutenção de bens imóveis	15.108.349/0001-19	23/05/2012	22/05/2017	F, M, S	P
2011	Manutenção de bens imóveis/Serviços diversos	62.082.821./0001-71	03/03/2011	02/03/2016	F, M	P
2013	Manutenção de bens imóveis/Serviços diversos	53.020.152/0001-12	12/03/2013	11/03/2018	M	A
2011	Reprografia	05.373.051/0001-82	03/10/2011	03/09/2016	M	P
2013	Limpeza e Higiene	03.206.234/0001-88	02/12/2013	01/06/2016	F, M, S	A
2013	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	01/12/2013	30/05/2016	F, M	A
2012	Brigadistas	03.022.122/0001-77	27/08/2012	27/08/2016	M	P
2011	Vigilância Ostensiva	47.190.129/0001-73	01/07/2011	30/06/2016	M	P
2014	Ascensorista/Recepcionista	69.207.850/0001-61	02/06/2014	12/05/2016	M	P
2011	Informática	78.583.721/0001-69	01/03/2011	01/03/2016	S	P
2014	Informática	00.594.517/0001-56	20/02/2015	20/02/2016	S	P
2014	Informática	32.185.480/0001-07	19/03/2015	19/03/2016	S	P
Notas:						
1) CNPJ 15.108.349/0001-19 (Ensino Fundamental 11 postos, Ensino Médio 28 postos, Ensino Superior 5 postos); CNPJ 62.082.821./0001-71 (Ensino Fundamental 1 posto, Ensino Médio 3 postos); CNPJ 53.020.152/0001-12 (Ensino Médio 1 posto); CNPJ 05.373.051/0001-82 (Ensino Médio 17 postos); CNPJ 03.206.234/0001-88 (Ensino Fundamental 28 postos, Ensino Médio 13 postos, Ensino Superior 1 posto); CNPJ 00.482.840/0001-38 (Ensino Fundamental 32 postos, Ensino Médio 32 postos); CNPJ 03.022.122/0001-77 (Ensino Médio 13 postos); CNPJ 47.190.129/0001-73 (Ensino Médio 48 postos); CNPJ 69.207.850/0001-61 (Ensino Médio 11 postos); CNPJ 78.583.721/0001-69 (Ensino Superior 3 postos); CNPJ 00.594.517/0001-56 (Ensino Superior 1 posto); CNPJ 32.185.480/0001-07 (Ensino Superior 1 posto).						

(Fonte: SADI, SETI, SSEG)



JFSP

Unidade Contratante						
Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO						
UG/Gestão: 090017/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Limpeza e Higiene	78.533.312/0001-58	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2011	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2011	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2011	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2011	Limpeza e Higiene	07.842.476/0001-19	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2011	Limpeza e Higiene	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/01/2016	-	P
2014	Copeiragem/Recepção/Serviços diversos	09.445.502/0001-09	05/05/2014	04/04/2015	F, M	P
2014	Copeiragem/Recepção/Serviços diversos	78.533.312/0001-58	22/04/2014	04/04/2015	F, M	P
2014	Copeiragem/Recepção/Serviços diversos	78.533.312/0001-58	21/05/2014	04/04/2015	F, M	P
2013	Serviços diversos	07.254.892/0001-04	07/01/2014	04/12/2015	-	E
2013	Serviços diversos	60.911.690/0001-62	07/01/2014	04/13/2016	-	P
2015	Serviços diversos	00.831.964/0001-81	07/12/2015	04/06/2016	M	A
2013	Reprografia	00.831.964/0001-81	18/10/2013	18/10/2015	-	P
2012	Vigilância Ostensiva	66.700.295/0001-17	30/07/2012	29/07/2016	-	P
2014	Vigilância Ostensiva	07.447.264/0001-37	15/12/2014	15/12/2016	-	P
2014	Vigilância Ostensiva	66.700.295/0001-17	15/10/2014	15/10/2016	-	P
2014	Vigilância Ostensiva	05.457.677/0001-77	30/04/2014	30/04/2016	-	P
2014	Vigilância Ostensiva	05.457.677/0001-77	30/04/2014	30/04/2016	-	P
2013	Brigadistas	09.474.967/0001-80	01/10/2013	01/10/2016	-	P
2015	Manutenção de bens imóveis	58.720.178/0001-97	25/05/2015	24/01/2017	-	P
2015	Manutenção de bens imóveis	04.818.396/0001-30	27/02/2015	26/10/2016	-	P
2015	Manutenção de bens imóveis	04.818.396/0001-30	27/02/2015	26/10/2016	-	P
2015	Manutenção de bens imóveis	04.818.396/0001-30	09/02/2015	27/02/2015	-	P
2010	Manutenção de bens imóveis	68.287.143/0001-60	09/10/2014	08/10/2015	-	P
2009	Manutenção de bens imóveis	58.720.178/0001-97	04/09/2012	03/05/2015	-	P
2009	Manutenção de bens imóveis	04.818.396/0001-30	07/06/2014	06/02/2015	-	P
2009	Manutenção de bens imóveis	04.818.396/0001-30	07/06/2014	06/02/2015	-	P
2011	Informática	78.583.721/0001-69	01/03/2011	01/03/2016	S	P



Notas:

- 1) CNPJ 78.533.312/0001-58 (Contrato 04.498.10.11 - 324 postos), CNPJ 00.482.840/0001-38 (Contrato 04.499.10.11 - 69 postos), CNPJ 00.482.840/0001-38 (Contrato 04.500.10.11 - 101 postos), CNPJ 00.482.840/0001-38 (Contrato 04.501.10.11 - 68 postos), CNPJ 07.842.476/0001-19 (Contrato 04.502.10.11 - 52 postos); CNPJ 00.482.840/0001-38 (Contrato 04.503.10.11 - 34 postos), CNPJ 07.254.892/0001-04 (Contrato 04.583.10.13 - 19 postos); CNPJ 60.911.690/0001-62 (Contrato 04.584.10.13 - 39 postos); CNPJ 00.831.964/0001-81 (Contrato 04.579.10.13 - 06 postos), não houve definição do nível de escolaridade ou de eventual qualificação a serem exigidos dos colaboradores.
- 2) CNPJ 09.445.502/0001-09 (Contrato 04.594.10.14 – Ensino Fundamental 133 postos, Ensino Médio 46 postos); CNPJ 78.533.312/0001-58 (Contrato 04.597.10.14 – Ensino Fundamental 56 postos, Ensino Médio 51 postos); CNPJ 78.533.312/0001-58 (Contrato 04.598.10.14 – Ensino Fundamental 63 postos, Ensino Médio 54 postos); CNPJ 00.831.964/0001-81 (Contrato 04.638.10.15 – Ensino Médio 6 postos).
- 3) CNPJ 66.700.295/0001-17 (Contrato 04.542.10.12 - 254 postos), CNPJ 07.447.264/0001-37 (Contrato 04.612.10.14 - 96 postos), CNPJ 66.700.295/0001-17 (Contrato 04.610.10.14 - 115 postos), CNPJ 05.457.677/0001-77 (Contrato 04.600.10.14 - 110 postos) e CNPJ 05.457.677/0001-77 (Contrato 04.601.10.14 - 154 postos) de Vigilância Ostensiva é exigido cursos de formação de vigilantes, especialização e reciclagem, expedidos por instituição habilitada, reconhecida e homologados pelo Departamento de Polícia Federal.
- 4) CNPJ 09.474.967/0001-80 (Contrato 04.571.10.13 - 03 postos), não houve definição do nível de escolaridade a ser exigido desses. No entanto, o edital exigiu a seguinte qualificação dos profissionais alocados: Certificado de Curso de Formação de Bombeiro Profissional Civil.
- 5) CNPJ 58.720.178/0001-97 (Contrato 08.273.10.15 – Ensino Fundamental 53 postos, Ensino Médio 32 postos) + Equipe de apoio técnico (Postos Volantes – 1 Técnico de Manutenção de Ar Condicionado, 1 Técnico de Segurança no Trabalho, 3 Mecânico de Refrigeração, 2 Artífice de Pintura e Reparo Civil, 2 Oficial Encanador, 1 Serralheiro).
- 6) CNPJ 04.818.396/0001-30 (Contrato 08.269.10.15 – Ensino Fundamental 10 postos, Ensino Médio 25 postos) + Equipe de apoio técnico (Postos Volantes – 1 Técnico de Manutenção de Ar Condicionado, 1 Técnico de Segurança no Trabalho, 3 Mecânico de Refrigeração, 2 Artífice de Pintura e Reparo Civil, 2 Oficial Encanador, 1 Serralheiro).
- 7) CNPJ 04.818.396/0001-30 (Contrato 08.268.10.15 – Ensino Fundamental 18 postos, Ensino Médio 21 postos) + Equipe de apoio técnico (Postos Volantes – 1 Técnico de Manutenção de Ar Condicionado, 1 Técnico de Segurança no Trabalho, 3 Mecânico de Refrigeração, 2 Artífice de Pintura e Reparo Civil, 2 Oficial Encanador, 1 Serralheiro).
- 8) CNPJ 68.287.143/0001-60 (Contrato 08.215.10.10 – Ensino Fundamental 32 postos, Ensino Médio 48 postos) + Equipe de apoio técnico (1 Eng. Elétrico + 1 Eng. Eletricista + 1 Eng. Civil + 1 Eng. Mecânico + 1 Téc. Eletro-eletrônico + 1 Téc. Mecânico).
- 9) CNPJ 58.720.178/0001-97 (Contrato 08.194.10.09 – Ensino Fundamental 11 postos, Ensino Médio 19 postos) + Equipe de apoio técnico (1 Eng. Civil + 1 Eng. Elétrico).
- 10) CNPJ 04.818.396/0001-30 (Contrato 08.192.10.09 – Ensino Fundamental 5 postos, Ensino Médio 13 postos e Contrato 08.193.10.09 – Ensino Fundamental 4 postos, Ensino Médio 10 postos) + Equipe de apoio técnico (1 Eng. Eletricista + 1 Eng. Civil e 1 Supervisor Técnico Eletricista).
- 11) CNPJ 78.583.721/0001-69 (Ensino Superior 8 postos).

(Fonte: Processos SEI nº 0002360-82.2013.4.03.8001, 0002432-69.2013.4.03.8001, 0002554-82.2013.4.03.8001, 0002558-22.2013.4.03.8001, 0002861-36.2013.4.03.8001 e 0002825-91.4.03.8001, 0006064-69.2014.4.03.8001, 0011065-35.2014.4.03.8001, 0005159-64.2014.4.03.8001, 0014676-30.2013.4.03.8001, 0014632-11.2013.4.03.8001, 0035437-14.2015.4.03.8001 e 0014601-88.2013.4.03.8001, 0010636-05.2013.4.03.8001, 0009859-20.2013.4.03.8001, 0036678-57.2014.4.03.8001, 0013418-48.2014.4.03.8001, 0013376-96.2014.4.03.8001, 0029587-13.2014.4.03.8001, 0010636-05.2013.4.03.8001)

JFMS

Unidade Contratante

Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

UG/Gestão: 090015/0001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2015	Limpeza e Higiene/Copeiragem/Recepção/outras	03.116.865/0001-06	26/11/2015	29/04/2018	F, M	A
2015	Limpeza e Higiene/Copeiragem/Recepção/outras	10.648.254/0001-74	26/11/2015	20/04/2018	F, M	A
2015	Vigilância Ostensiva	05.052.780/0001-37	16/11/2015	16/04/2018	M	A
2015	Vigilância Ostensiva	10.599.807/0001-46	20/04/2015	20/10/2017	M	A
2015	Limpeza e Higiene/Copeiragem/Recepção/outras	12.624.167/0001-02	26/11/2015	22/04/2018	F, M	A
2013	Limpeza e Higiene/Copeiragem	09.016.469/0001-93	25/03/2013	25/03/2015	F, M	A
2012	Vigilância Ostensiva	04.923.655/0001-92	01/06/2012	31/05/2015	M	P
2012	Vigilância Ostensiva	04.923.655/0001-92	23/08/2012	23/08/2016	M	P
2012	Vigilância Ostensiva	10.398.803/0001-08	23/08/2012	23/08/2016	M	A
2009	Vigilância Ostensiva	08.112.812/0001-30	16/11/2009	15/11/2015	M	E
2009	Limpeza e Higiene/Copeiragem	10.720.602/0001-77	26/11/2009	26/11/2015	F, M	E
2009	Limpeza e Higiene/Copeiragem/outras	09.016.469/0001-93	26/11/2009	26/11/2015	F, M	E
2015	Ginástica laboral	15.798.019/0001-00	20/01/2015	20/01/2017	S	A
2015	Ginástica laboral	03.045.266/0001-49	03/03/2015	03/03/2016	S	A
2014	Serviços de avaliação psicotécnica	07.794.929/0001-89	24/07/2014	24/07/2015	S	E
2014	Serviços auxiliares de telefonia	05.897.975/0001-88	26/06/2014	26/06/2016	M	A
2012	Serviços de assessoria em saúde ocupacional	15.798.019/0001-00	25/09/2012	26/09/2017	S	P
2012	Serviços auxiliares de telefonia	02.818.890/0001-79	02/04/2012	01/04/2016	M	A
2012	Serviços de assessoria em saúde ocupacional	10.327.514/0001-00	25/09/2012	25/03/2015	S	P
2012	Digitalização/Reprografia	73.882.136/0002-27	06/02/2012	05/02/2016	M	A
2011	Digitalização/Reprografia	05.108.109/0001-60	01/03/2011	28/06/2015	M	E
2011	Serviços auxiliares de telefonia	05.897.975/0001-88	28/06/2011	28/06/2016	M	A
2010	Reprografia	73.882.136/0002-27	28/09/2010	27/09/2016	M	P
2009	Manutenção de bens imóveis	37.219.904/0001-12	24/09/2009	23/09/2015	M	E

Notas:



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

1) CNPJ 03.116.865/0001-06 (40 postos); CNPJ 10.648.254/0001-74 (11 postos); CNPJ 05.052.780/0001-37 (37 postos); CNPJ 10.599.807/0001-46 (15 postos); CNPJ 12.624.167/0001-02 (5 postos); CNPJ 09.016.469/0001-93 (16 postos); CNPJ 04.923.655/0001-92 (14 postos); CNPJ 04.923.655/0001-92 (09 postos); CNPJ 10.398.803/0001-08 (31 postos); CNPJ 08.112.812/0001-30 (24 postos); CNPJ 10.720.602/0001-77 (3 postos); CNPJ 09.016.469/0001-93 (47 postos); CNPJ 15.798.019/0001-00 (1 posto); CNPJ 03.045.266/0001-49 (2 postos); CNPJ 07.794.929/0001-89 (1 posto); CNPJ 05.897.975/0001-88 (5 postos); CNPJ 15.798.019/0001-00 (3 postos); CNPJ 02.818.890/0001-79 (2 postos); CNPJ 10.327.514/0001-00 (1 posto); CNPJ 73.882.136/0002-27 (3 postos); CNPJ 05.108.109/0001-60 (1 posto); CNPJ 05.897.975/0001-88 (4 postos); CNPJ 73.882.136/0002-27 (4 postos); CNPJ 37.219.904/0001-12 (15 postos).

(Fonte: Sistema de Controle de Contratos do Setor de Gestão de Contratos – SEGC)

TRF3R / JFSP / JFMS

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO / JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO / JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL						
UG/Gestão: 090029 / 090017 / 090015/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Informática	32.185.480/0001-07	30/01/2016	30/01/2017	S	P
2014	Informática	32.185.480/0001-07	30/01/2016	30/01/2017	S	P
2012	Informática	58.069.360/0001-20	05/09/2015	05/09/2016	S	P
Notas:						
1) CNPJ 32.185.480/0001-07 (1 posto); CNPJ 32.185.480/0001-07 (1 posto); CNPJ 58.069.360/0001-20 (1 posto).						
Contratos de custo compartilhado entre as UG 090029 / 090017 / 090015.						

(Fonte: SETI)



ANEXO XIX

Despesas com manutenção dos imóveis sob a responsabilidade da JF3R

LEGENDA

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

TRF3R (Fonte: SADI)

UG	RIP UTILIZAÇÃO	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090029	7107009415000	21	Bom	127.959.200,00	31/12/2015	366.078.459,88	1.407.616,51	
	7107013435002	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107013405006	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012295002	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012315003	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107010805003	21	Bom	2.811.860,94	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107010825004	21	Bom	2.811.860,94	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107010845005	21	Bom	2.811.860,94	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107010865006	21	Bom	2.811.860,94	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012335004	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		



UG	RIP UTILIZAÇÃO	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	7107012355005	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012375006	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012395007	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012415008	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
	7107012435009	21	Bom	2.700.000,00	31/12/2015	3.484.839,51		
Total							1.407.616,51	

JFSP

(Fonte: Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços, SPIUnet)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090017	6155000185007	04	BOM	976.755,47	01/01/2015	976.755,47	Araçatuba	11.935,60
090017	6209000425000	13	BOM	30.881,19	23/06/2015	36.717,78	Barretos	-
090017	7107004905000	11	BOM	2.298.936,00	12/06/2015	4.497.288,00	Prédio república	12.141,84
090017	7107009445007	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009465008	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009485009	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009505000	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009525000	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009545001	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107009565002	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
090017	7107004895004	11	BOM	25.084.067,00	01/04/2014	27.220.828,00	Pedro Lessa	103.174,62
090017	7083000085007	13	BOM	192.783,41	01/08/2014	215.669,21	São J. B. Vista	-
090017	7075000135003	13	BOM	5.031.121,82	31/07/2014	5.443.927,78	São Bernardo	12.102,25
090017	7071001385000	13	BOM	5.255.172,49	01/01/2015	5.943.703,29	Santos	20.178,27
090017	6969000245000	13	BOM	6.927.505,71	19/05/2015	7.777.747,42	Ribeirão preto	18.084,24
090017	6643000135008	13	REGULAR	484.442,21	22/05/2015	529.956,30	Lins	-
090017	7079000245006	13	BOM	699.081,10	06/08/2014	780.267,57	São Carlos	-
090017	6179000085000	13	BOM	352.776,76	18/01/2016	499.621,87	Assis	11.314,31
090017	7097001585003	13	BOM	114.663,17	29/06/2015	167.724,65	São J. do Rio Preto	-
090017	6291000445001	13	-	-	21/08/2014	5.122.887,30	Campinas	-
090017	7107003745009	11	REGULAR	-	29/07/2014	5.764.687,00	Peixoto Gomide	29.927,29



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090017	6219002985000	13	BOM	4.411.112,00	15/01/2016	5.193.091,33	Bauru	-
170151	6929000325005	-	BOM	-	-	-	Presidente Prudente	17.479,47
170151	7097000245004	-	BOM	-	-	-	São J. do Rio Preto	17.027,27
170151	6681000195003	-	-	-	-	-	Marília	-
090029	7099004975003	-	BOM	-	-	-	São J. dos Campos	16.415,15
170151	7107004885009	-	BOM	-	-	-	Presidente Wilson	10.598,78
170151	7107007525003	-	BOM	-	-	-	Fórum Criminal	90.507,35
170151	-	11	BOM	-	-	-	Execuções Fiscais	63.427,92
090017	7107007545004	13	BOM	-	30/08/2012	49.879.809,00	JEF	71.499,74
170151	6929000295009	-	-	-	-	-	Presidente Prudente	-
170151	7097000215008	-	-	-	-	-	São J. do Rio Preto	-
-	-	-	-	-	-	-	Limeira	-
-	-	-	-	-	-	-	Sorocaba	-
-	-	-	-	-	-	-	Santos	-
Total							-	505.814,10

Notas:

1) Imóveis que se encontram lançados na UG 90017 (JFSP):

Acresce no mesmo, imóveis entregues pela SPU, mas que ainda não estão sendo utilizados por esse órgão, conforme informação abaixo:

- ✓ RIP 7079000245006 – São Carlos = (terreno sem construção)
- ✓ RIP 7083000085007 – São João da Boa Vista = (terreno com edificação tipo comercial, constituído de dois pavimentos)
- ✓ RIP 6643000135008 – Lins = (terreno com quatro casas pequenas de madeira para residência)
- ✓ RIP 6209000425000 – Barretos = (terreno sem construção)
- ✓ RIP 7097001585003 – São José do Rio Preto = (terreno sem construção)
- ✓ RIP 6291000445001 – Campinas = (se trata de uma fazenda “Fazenda Chapadão”)
- ✓ RIP 6219002985000 – Bauru = (terreno sem benfeitorias)

2) Imóveis que estão em fase de transferência pela SPU, saindo da UG 090029 (TRF3R) para a UG 090017 (JFSP). Atualmente, os referidos lançamentos estão cadastrados na UG 170151 (SPU). A SPU deverá efetivar a transferência para a UG 090017 (JFSP), conforme abaixo:

- ✓ RIP 6929000325005 - Presidente Prudente (fórum)
- ✓ RIP 7097000245004 - São José do Rio Preto (fórum)
- ✓ RIP 6681000195003 - Marília (terreno)
- ✓ RIP 7099004975003 - São José dos Campos (fórum)
- ✓ RIP 7107004885009 - Presidente Wilson (prédio)
- ✓ RIP 7107007525003 - Fórum Criminal (prédio)



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

- ✓ RIP 7107007545004 - Juizado Especial Federal Cível (prédio)
- ✓ ----- - Execuções Fiscais (fórum)
- ✓ RIP 6929000295009 - Presidente Prudente
- ✓ RIP 7097000215008 - São José do Rio Preto

Observações:

- 1) Fórum das Execuções Fiscais – Entrega efetivada pela SPU em 18/01/2016.
- 2) Juizado Especial Federal Cível – Entrega efetivada pela SPU em 18/01/2016.

3) Imóvel em Limeira com “Contrato de Doação” do município para a União que aguarda o “Termo de Entrega” para SJSP (sem fórum).

4) Imóveis entregues à SJSP por meio de “Termo de Entrega Provisória”: Santos e Sorocaba (sem fórum). Estes imóveis não possuem RIP em razão da documentação estar em fase de regularização perante a Gerência do Patrimônio da União.

Em relação à coluna “Valor Reavaliado”, os dados foram extraídos do valor venal do respectivo imóvel/município.

JFMS
(Fonte: NUAD/SIAFI)

UG	RIP UTILIZAÇÃO	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090015	9051002265005	13	BOM	1.513.674,63	25/07/2014	2.009.748,53	243.718,20	45.524,16
	9051002365000	13	BOM	4.568.748,10	07/08/2014	5.860.628,60	230.792,10	132.722,28
	9051002855007	13	BOM	1.597.327,90	07/08/2014	1.876.874,49	-	-
	9063004525008	13	-	-	14/02/2014	61.500,00	-	-
	9063004545009	13	-	-	14/02/2014	61.500,00	-	-
	9063004565000	13	-	-	14/02/2014	85.000,00	-	-
	9063004585000	13	-	-	14/02/2014	150.949,77	-	-
	9063004605001	13	-	-	14/02/2014	150.949,77	-	-
	9073000595009	13	BOM	2.370.450,61	30/07/2014	4.315.561,08	-	83.573,04
	9073001315000	13	NOVO	304.000,00	09/07/2014	3.563.839,13	-	60.886,32
	9113000315009	13	BOM	218.000,00	25/07/2014	444.970,66	-	-
	9131002765000	13	BOM	1.631.812,16	04/08/2014	2.646.974,40	-	60.221,76
	9165000775002	13	NOVO	1.990.600,00	30/11/2012	7.850.187,78	-	77.557,32
Total							474.510,30	460.484,88



ANEXO XX

Catálogo de sistemas disponibilizados pela SETI

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Sigla e nome do sistema.	Objetivos e funcionalidade do sistema	Portaria ou Resolução	Presidente / Gestor	Área organizacional onde o sistema é utilizado	Âmbito, instância onde é utilizado	Observações	Nome	Categoria	Serviço	Fila
AGPUB - Agendamento de Publicações	Agendar publicações administrativas e judiciais para serem incluídas no Diário Eletrônico	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Apoio ao Processual	JEF	em processo de desativação. Foi substituído pelo sistema SEI para publicação de matérias administrativas; permanece a publicação para matérias do JEF (RES nº 370, de 4 de dezembro de 2013)	DSAP	Sistemas Administrativos	AGPub	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
AJG - Assistência Judiciária Gratuita	Assistência Judiciária Gratuita	PORTARI A Nº CF-POR-2013/00225	Representantes da 3ª Região: Antônio Pereira (SJSP) e Eudes Arruda Porto de Figueiredo (SJMS)	Processual e Administrativo	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	a seção responsável pelo atendimento aos usuários do AJG, inclusive advogados, é a seção da Dirlet do NUAJ. Telefones: 3225-8661 (Dinalva), 3225-8670 (Dirlet).	RPIN	Sistemas Judiciários	AJG - Assistência Judiciária Gratuita	SP (ADM-Al. Rio Claro) - NUAJ Diretoria.
Assinador Digital PDF (3ª Região)	O Assinador Digital PDF é uma aplicação monousuária para ambiente Windows que tem por objetivo a assinatura digital, inclusive em lote, de documentos PDF, por meio de certificados digitais emitidos	-	-	Apoio ao Processual	TRF3R	em processo de desativação, tendo em vista utilização do sistema SEI!	DSAP	-	-	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	pela AC-CAIXA-JUS e gravados em tokens.									
Atas de Distribuição	Publicar na Internet as atas de distribuição de processos no 2º Grau.	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Atas de Distribuição	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Autenticação de contracheques	Validação na Internet os contracheques de servidores do TRF	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Autenticação de Contracheques	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Autenticação de Documentos do GEDPRO	Autenticação de Documentos do GEDPRO	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Autenticação de Documentos do GEDPRO	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Banco de dados Textual - Jurisprudência	Nova Jurisprudência de Acórdãos do Trf3 - utilizando ferramenta Solr	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Jurisprudência (a fila nova será criada em breve)	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
BNMP3R - Banco Nacional de Mandados de Prisão	Permite o registro e impressão dos Mandados de Prisão, bem como a transferência para o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	Nº 6745, de 17/07/12	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	3ª Região	-	DEJU	Sistemas Judiciários	BNMP3R - Banco Nacional de Mandados de Prisão	SP (TRF) - DEJU - Divisão de Sistemas Judiciários
Certidão de Andamento Processual	Permite a emissão de certidão de andamento de processos em	Nº 7957 de 03/07/15	Diretor da Secretaria Judiciária	Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Certidão de Andamento Processual	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	tramitação no TRF pelo próprio jurisdicionado através da Internet. No caso de processos sigilosos, somente na secretaria processante.									Judiciários de 2º Grau
Certidões - 1º Grau	Certidões na JFMS	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Certidões na Internet	SP TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Chancela	Contingência do Protocolo Geral e Integrado	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	3ª Região	-	DEJU	Sistemas Judiciários	Chancela	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Clipping Online	Aplicação para publicação e disponibilização de clipping de notícias de interesse judiciário	Nº 7943, de 25/06/15	Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Clipping Online	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
COCAR - Sistema de Controle de Veículos Oficiais	Controle do Fluxo de entradas e saídas dos veículos, condutores, gastos de manutenção e combustível e quilometragem			Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	COCAR	SP (TRF) - DSAP - Seção REHU
Código de Barras de	Código de Barras de Processos -	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários	Código de Barras de	SP (TRF) - DEJU -



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Processos	UFOR, Gabinetes e Subsecretarias (geração e reimpressão de etiquetas de processos)		Sistemas de Informação					de 2º Grau	Processos	Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Código de Barras de Processos - Plantão Judicial	Código de Barras de Processos - Plantão Judicial (geração de etiquetas de processos)	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Código de Barras de Processos - Plantão	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Consulta a dados da Receita Federal	Consultar dados do cadastro de pessoas físicas e jurídicas da Receita Federal.	-	-	Administrativo	3ª Região	Sistema desenvolvido pela DIWE. Consome serviço de acesso aos dados da Receita Federal desenvolvido pelo CJF.	DATE	Sistemas Externos	Consulta dados da Receita Federal	SP (TRF) - DATE - CallCenter
Consulta de acórdãos	Consultar inteiro teor dos acórdãos na Internet	-	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Consulta de Acórdãos	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Consulta OAB	Permite a consulta de dados do advogado a partir da OAB ou do início do nome.	-	-	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários	Consultar OAB	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Consultas: Processual e Precatórios	Permitir a consulta de dados de processos e de precatórios/RPV na Internet e nos terminais de auto-atendimento (totens).	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Consultas: Processual e Precatórios	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Contas Públicas (Compras e Contratos)	Publicar na Internet dados referentes aos empenhos de compra e contratos do TRF3.	-	-	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Contas Públicas (Compras e Contratos)	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Controle de Documentos Fiscais	Permitir o registro das notas fiscais que ingressam no órgão, para indicação da ordem cronológica de pagamento	-	em definição	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	fila em processo de criação	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
Convênio com OAB	Convênio com OAB	-	-	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Convênio com OAB	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Convênio Dataprev e Serpro	Convênio Dataprev e Serpro - integração do sistema do 1º Grau, para autuação / distribuição de execução fiscal	-	-	Apoio ao Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Convênio Dataprev e Serpro	SP (TRF) - DEJU - Divisão de Sistemas Judiciários
Custas - Emissão de GRU de Custas e Despesas Judiciais	Permitir a emissão da Guias de Recolhimento a União referentes a custas e despesas judiciais no âmbito da 3ª Região, pelo jurisdicionado, através da Internet.	Nº 7074, de 24/05/13	Diretores da SEJU, NUAJ-SP, NUAJ-MS e Assessor Coord. JEF	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Custas Processuais	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
DigDis_lote -	Permite consultar e	-	-	Apoio ao	TRF3R	-	DEJU	Sistemas	DigDis_Lot	SP (TRF) -



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Processos cadastrados	emitir relatório de quantidade de processos cadastrados no dia, por determinado usuário			Processual				Judiciários de 1º Grau	e	DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
DIGPRO - Digitalização de Documentos de Processos	Permitir a digitalização, assinatura e disponibilização na Internet de autos findos, autos de guarda permanente e Livros de Sentença.	-	-	Apoio ao Processual	1º Grau-SJSP	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 1º Grau	DIGPRO - Digitalização de Documentos de Processos	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
e_GP - Sistema de Gestão de Pessoas na WEB	Página WEB do sistema SISRH	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	1º Grau-SJMS e TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	e-GP	SP (TRF) - DSAP - Seção REHU
EAD - Ensino a Distância	Plataforma Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela SEGE e EMAG	-	-	Administrativo	3ª Região	-	DRED	Sistemas Administrativos	EAD	SP (TRF) - DRED
Easy Image (GED RH) - (TRF3)	GED - Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, que permite tratar, armazenar, consultar e manusear documentos de forma digital, indexado e com acesso restrito,	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	TRF3R	Em fase de substituição pelo sistema SEI // consulta ao legado disponível	DSAP	-	-	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	podendo ser maneira local ou remota, desenvolvido para a plataforma Web e multiempresa. Utilizado para a gestão dos prontuários.									
EstCORE - Estatística da Corregedoria	Consolidação dos boletins estatísticos do 1º Grau para disponibilização no Diário Eletrônico Oficial e Internet dos dados atinentes aos números de Tramitação das Varas Federais e das Centrais de Mandados – CECAP's, bem como os de Produtividade de Magistrados atuantes em Varas Federais, JEF's e Turmas Recursais.	Nº 7943, de 25/06/15	Corregedoria Regional	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	EstCORE - Estatística da Corregedoria	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
EtqZebra - Imprime etiquetas de patrimônio utilizando a impressora térmica Zebra com etiquetas de acetato	Imprime etiquetas de patrimônio utilizando a impressora térmica Zebra com etiquetas de acetato	-	-	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	-	-	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Folha de Pagamento - Sistema novo - Unificado	Cálculo de Folha de Pagamento - Unificada, incluindo a impressão de contracheques e informe de rendimentos dos servidores do TRF3R na Intranet.	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	3ª Região	TRF e SJMS - implantado SJSP - em implantação	DSAP	Sistemas Administrativos	Folha	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Folha-Caché-SJSP - Sistema de Folha de Pagamento	Calculo de folha de pagamento - SJSP (Em fase de substituição pela nova folha em Delphi; exceto as funções de cálculos retroativos dos 11,98%, que ficaram fora do escopo do novo sistema.)	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	1º Grau-SJSP	Em fase de substituição pela nova folha em Delphi; exceto as funções de cálculos retroativos dos 11,98%, que ficaram fora do escopo do novo sistema.	DSAP	Sistemas Administrativos	Folha Caché SJSP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Folha-Caché-TRF - Sistema de Folha de Pagamento (1989)	Calculo de folha de pagamento - Funções de cálculos retroativos e de aposentorias devem migrar para a Nova Folha Unificada, exceto cálculos retroativos dos 11,98%	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	TRF3R	Funções de cálculos retroativos e de aposentorias devem migrar para a Nova Folha Unificada, exceto cálculos retroativos dos 11,98%	DSAP	Sistemas Administrativos	Folha Caché TRF3	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
GEDPRO - Gerenciamento eletrônico de Documentos	Gerenciamento eletrônico de Documentos Processuais	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	GEDPRO - Gerenciamento Eletrônico de	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistema Gedpro



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Processuais									Documentos Processuais	
GPC - Sistema de Gestão por Competências	Instrumentalizar servidores para a Gestão do Desenvolvimento de Competências essenciais à excelência na prestação de serviços no âmbito do TRF3, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação instituído pelo CJF.	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo \SETI e SEGE	TRF3R	A ser expandido para toda a 3ª Região // desenvolvimento sobrestado	DSAP	Sistemas Administrativos	GPC - Sistema de Gestão por Competências	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Impressão de Mandados	Aplicação Delphi para impressão do mandados com código de barras.	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	em processo de desativação.	DEJU	-	-	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
INFORH - Informativo RH TRF3	Sistema de RH que trata da Frequência do Seto e Extratos do Pró-social (até dez/2013)	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	Sendo substituído pelo EGP	DSAP	Sistemas Administrativos	INFORH TRF3	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Inforh-SJSP - Informativo de RH e Pró-Social	Aplicação para consulta da autenticidade do contracheque expedido via inforh e dados dos sistemas de RH,	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH\Folha Pagamento e Pró-Social	1º Grau-SJSP	-- informativo de pró-social já unificado para TRF/SJSP/SJMS -- informativo de RH será substituído pelo EGP	DSAP	Sistemas Administrativos	InfoRH - SJSP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	Folha de Pagamento e Pró-Social									
Integração de dados - Advocacia Geral da União - AGU	Integração de dados - Advocacia Geral da União - AGU	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Internos de TI - Sistemas Judiciários	Integração de dados - Advocacia Geral da União - AGU	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Integração de dados - MPF - Processos Remetidos - Movimentação Processual - Pauta de Julgamento	Integração de dados - Processos Remetidos ao MPF, Movimentação Processual e Pauta de Julgamento relativos aos processos em que há atuação do MPF	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Internos de TI - Sistemas Judiciários	Integração de dados - MPF	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Integração SIAPRO-CACHÉ	Integração SIAPRO-CACHÉ - realiza a importação de dados de autuação de processos recebidos do 1º grau em grau de recurso	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DEJU	Internos de TI - Sistemas Judiciários	Integração SIAPRO - CACHÉ	SP (TRF) - DEJU - Divisão de Sistemas Judiciários
Integração SIAPRO-CACHÉ	Transferência online e em lote de processos do 1º Grau para o 2º Grau	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Transferência de Dados do Caché para o SIAPRO	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
IRSM - Notificação Eletrônica ao	Notificação Eletrônica ao INSS em Lote	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	IRSM - Notificação Eletrônica	SP (TRF) - DEJU - Seção de



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
INSS em Lote (SEJU)			Informação						ao INSS em Lote (SEJU)	Sistemas Judiciários de 2º Grau
i-STJ - Gestão de peças eletrônicas (Digitalizador), que envia processos eletronicamente ao STJ.	Gestão de peças eletrônicas (Digitalizador), que envia processos eletronicamente ao STJ.	Nº 7456, de 12/03/14	Supervisor da Seção de Validação e Indexação da Secretaria Judiciária	Apoio ao Processual	TRF3R	Sistema desenvolvido e mantido pelo STJ	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	i-STJ - Gestão de peças eletrônicas / Envio eletrônico de processos - STJ	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
ITA - Inteiro Teor dos Acordãos em PDF	Inteiro Teor dos Acordãos em PDF	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	ITA - Inteiro Teor dos Acordãos em PDF	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
JURIS3R - Entrada de Dados para Jurisprudência	Entrada de Dados para Jurisprudência	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	JURIS3R - Entrada de Dados para Jurisprudência	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Kenta	Gravação de áudio e vídeo das audiências	-	-	Processual	3ª Região	-	DATE			SP (TRF) - DATE - CallCenter
Licitações	Aplicação para publicação e disponibilização dos editais de licitações desta Corte	-	-	Administrativo	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Licitações	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
LoteDoc - Utilitário para criação de blocos de	Utilitário para criação de blocos de processos no SIAPRO	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	LoteDoc - Blocos de processos no SIAPRO	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
processos no SIAPRO										Judiciários de 2º Grau
MapaVara - Mapa de alocação de magistrados	Gerencia a alocação de magistrados nas Varas Federais da 3ª Região, e permite a consulta ao Mapa das Varas.	Nº 7943, de 25/06/15	Secretaria dos Conselhos de Adm. E Justiça	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Mapa Vara	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Noticias	Publicar na Internet as notícias divulgadas pela Assessoria de Comunicação. Engloba, além das notícias, o Clipping Online e o Via Legal.	Nº 7943, de 25/06/15	Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Notícias	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
NXT4 - Banco de Dados Textual - Atos normativos	Aplicação para publicação e disponibilização dos atos normativos desta Corte	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Atos Normativos	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Boletim Interno	Banco de dados Textual - Boletim Interno	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Boletim Interno	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Jurisprudência (sentenças	Banco de dados Textual - Jurisprudência	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	Para os acórdãos, o sistema foi substituído em 16/12/15 por aplicação desenvolvida pela DEJU utilizando o Solr.	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Jurisprudência	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
monocráticas)										
NXT4 - Banco de dados Textual - Pareceres Ucon	Banco de dados Textual - Pareceres Ucon	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Pareceres UCON	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de Dados Textual - Recursais	Banco de Dados Textual Recursais	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	NXT4 - Recursais	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Ouvidoria - Acesso à Informação	Permite que o cidadão encaminhe, à Ouvidoria do TRF3, reclamações, críticas, elogios, sugestões, consultas ou pedidos de informações relacionadas à prestação de serviços judiciais ou atos praticados pelas unidades integrantes da 3ª Região	-	-	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	-	-	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
PA3R - Protocolo Automatizado do TRF3R	Protocolo Automatizado do TRF3R e protocolo integrado das Seções	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DEJU	Sistemas Judiciários	PA3R - Protocolo Automatizado do TRF3R/Protocolo	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
									Integrado	
Pauta de Julgamento - consulta WEB	Pauta de Julgamento - consulta WEB	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Pauta de Julgamento - Consulta WEB	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
PEPWEB - Peticionamento Eletrônico do JEF + Sistema de Atermação Online (SAO)	Enviar pela internet e acompanhar as petições de andamento para processos do JEF	Portaria Nº 0468989, DE 08 DE maio DE 2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Apoio ao Processual	JEF	-	DIWE	Sistema do Juizado - JEF	PEPWEB - Peticionamento Eletrônico do JEF	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Pergamun - Sistema Integrado de Bibliotecas da Justiça Federal	Sistema informatizado de gerenciamento de dados de biblioteca	Portaria nº 7.713, de 29 DE OUTUBRO DE 2014	Diretor do Núcleo de Biblioteca da Seção Judiciária de São Paulo.	Administrativo	3ª Região	Sistema Adquirido e mantido pelo CJF	-	-	-	
Pje	Processo Jurídico Eletrônico	Nº 7489, DE 13 DE MARÇO DE 2014	Desemb. Fed. Maria Cecilia Pereira de Mello	Processual	3ª Região	Implantado em 21/08/15 na Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, 1ª e 3ª Varas, e trabalhará com mandados de segurança cujos recursos se destinam às turmas da Primeira Seção do Tribunal (Primeira e Segunda Turma) A partir de 1º de setembro de 2015, o PJe incluirá as ações monitórias e as execuções extrajudiciais nas 1ª e 3ª Varas Federais de São Bernardo do Campo (das classes cujos recursos destinam-se às Turmas da 1ª	RPIN	Sistemas Judiciários	PJE - Processo Judicial Eletrônico	SP (TRF) - RPIN - Seção de Projetos de TI



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
						Seção do TRF) e, a partir de 21 de setembro de 2015, as demais ações, exceto as criminais e as execuções fiscais. Sistema mantido pelo CNJ O atendimento ao PJe é prestado pelo Núcleo do PJe, o qual presta o 1º atendimento aos usuários				
Pje - Conectores	Estabelece a integração com os sistemas legados. Disponível: conector de prevenção com 1º grau; conector de prevenção com JEF; conector de publicação no Diário	Nº 7489, DE 13 DE MARÇO DE 2014	Desemb. Fed. Maria Cecilia Pereira de Mello	Processual	3ª Região	-	RPIN	Sistemas Judiciários	PJE - Processo Judicial Eletrônico	SP (TRF) - RPIN - Seção de Projetos de TI
Ponto Eletrônico	Controle de Ponto dos terceirizados e Estagiários	-	Divisão de Sistemas Administrativos e Apoio	SETI	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Ponto Eletrônico	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Portal da SCAJ na Intranet	Página da Secretaria dos Conselhos de Adm. E Justiça	-	-	SCAJ	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Página da SCAJ	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
Portal da Sege na Intranet	Página da Secretaria de Gestão de Pessoas	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Portal da SEGE	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
Portal de Estatística -	Portal de Estatística -	-	-	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários	Portal de Estatística -	SP (TRF) - DEJU -



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Camada de Apresentação	Camada de Apresentação							de 2º Grau	Camada de Apresentação	Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
PrecWEB - PRC/RPV - Eletrônico Competencia Delegada - Justiça Estadual	PRC/RPV - Eletrônico Competencia Delegada - Justiça Estadual	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Judiciários	PrecWEB - PRC/RPV Eletrônico - Competencia Delegada - Justiça Estadual	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
PRO3R - Sistema de Pró-Social	Sistema do Pró-Social - controla benefícios dos servidores e magistrados da SJSP, SJMS e do TRF.	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Subsecretaria de Assistência Médico-Social	Pró-Social	3ª Região	sistema Pró-Social-SJSP foi adaptado para permitir o uso pelos 3 órgãos: SJSP, SJMS e TRF	DSAP	Sistemas Administrativos	Pró-Social (PRO3R)	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
Processômetros (Judiciário em Dia/Meta2)	Processômetros (Judiciário em Dia/Meta2)	-	-	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	-	-	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
PSS (Process & Storage Sound) - Gravação de áudio	Sistema usado pela taquigrafia para a gravação do áudio das audiências de julgamento do TRF	-	-	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	PSS Storage	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
Publicação no diário eletrônico	Publicação no diário eletrônico - 1º grau	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	3ª Região	-	DEJU	Internos de TI - Sistemas Judiciários	Publicação no diário eletrônico	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
PublicadorDJ	Grava as materias	Nº 6810, de	Diretor da Divisão	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas	Publicador	SP (TRF) -



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
U - Diário Eletrônico (conversão para HTML)	recebidas em .RTF na Base do Diário Eletrônico - Caderno Judicial II	26/09/12	de Editoração e Divulgação					Administrativos	DJU	DSAP - Seção RSUC
Recebimento de Requisições de Pagamento de Precatórios	Receber e validar requisições de pequeno valor e precatórios.	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DIWE	-	-	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
RegistraNB - Registro de Número de Benefício e dados complementares para Notificação Eletrônica INSS	Registro de Número de Benefício e dados complementares para Notificação Eletrônica INSS	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	RegistraNB - Registro de Número de Benefício e Notificação Eletrônica INSS	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
REQPAG - Controle de PRC/RPV - Eletrônico no 2º grau	Controle de PRC/RPV - Eletrônico no 2º grau	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Administrativo	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	REQPAG - Controle de PRC/RPV Eletrônico	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistema Gedpro
REQPAG - WEBFECHA / SISGP	Fechamento de Proposta Orçamentária de PRC/RPV e geração de dados para base CNJ	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	WebFecha/ SISGP	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
RHCaché - SJSP - Sistema de Recursos Humanos	Controle recursos humanos da SJSP	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	1º Grau-SJSP	integração gradual com o sistema SISRH/EGP visando a unificação	DSAP	Sistemas Administrativos	RHCaché-SJSP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
RHCaché-	Controle recursos	Nº 6810, de	Diretor-Geral	RH	TRF3R	Em fase de substituição pelo	DSAP	Sistemas	RHCaché-	SP (TRF) -



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
TRF - Sistema de Recursos Humanos	humanos do TRF	26/09/12				SISRH/e-GP		Administrativos	TRF3	DSAP - Seção RSAD
RHM3R - Caché - Sistema de Recursos Humanos - Magistrados	Controle recursos humanos (magistrados) da 3ª Região	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça	Conselho e Corregedoria	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	RHM3R-Caché	SP (TRF) - DSAP - Seção RSAD
SAPEP – Sistema de Aquisição Material Bibliográfico	Sistema de Aquisição de Material Bibliográfico – Inclui os módulos de Gerenciamento e Cadastro (BIBAQ), de Novas Aquisições (WEB) e de Solicitação e Pesquisa de Acervo - Empréstimo Permanente (WEB) - (SJSP) e Sumários Correntes	-	-	Administrativo	1º Grau-SJSP	-	DIAD	-	-	SP (TRF) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
SEDEX e Carta Simples	Este sistema tem por objetivo o controle de documentos enviados por sedex e carta registrada, bem como a geração e controle de objetos tipo	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Comunicações	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Sedex	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	carta simples e impressos especiais nos procedimentos de Cadastramento, Tabelas básicas, Atualizar peso e valor, Devoluções									
SEI! - Sistema Eletrônico de Informações	Sistema para trâmite eletrônico de Processos Administrativos	Nº 310, de 26/11/12	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Institucional	3ª Região	Sistema desenvolvido e mantido pelo TRF da 4ª Região	DIWE	Sistemas Administrativos	SEI! - Sistema Eletrônico de Informações	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
SEMAG - Sist. Cursos da Escola Magistrado	Sist. Cursos e Eventos da Escola Magistrado	Nº 7943, de 25/06/15	Escola de Magistrados	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SEMAG	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
SIAPRIWEB	Sistema de Acompanhamento Processual do 1º grau na plataforma WEB	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Sistema de Acompanhamento Processual	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
SIAPRO - Sistema de Informações e Acompanhamento Processual	Sistema de Informações e Acompanhamento Processual	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	SIAPRO - Sistema de Informações e Acompanhamento Processual	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
SICAD - Sistema de Chamados Administrativos	Chamados da Secretaria de Administração	-	Diretor da SADI	Administrativo	TRF3R	Implantado em 14/07/14	RGET	-	-	SP (TRF) - RGET - Gestão de Tecnologia da Informação



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
SICOM - Sistema de Comunicações	Sistema de gerenciamento de procedimentos do malote da Justiça Federal da 3ª Região, proporcionando a oportunidade de rastrear a posição dos objetos remetidos via malote por todos os usuários de todos os órgãos envolvidos.	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Comunicações	Administrativo	3ª Região	Sistema via Web para uso de todos os usuários; Usuário previamente cadastrado	DIWE	Sistemas Administrativos	SICOM - Sistema de Comunicações	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
SIES - Sistema de Estagiários	Sistema de Gerenciamento de Contratos de Estágio	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SIES - Sistema de Gerenciamento de Estagiários	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
SIGOS - Sistema de Gerenciamento de Ordens de Serviço	Sistema de Gerenciamento de Ordens de Serviço relativas a desenvolvimento de sistemas	-	-	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SIGOS - Sistema de Gerenciamento de Ordens de Serviços da UDEM	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
SIMAP e SIMAPWEB - Sistema de Materiais e Patrimônio	Controlar os materiais de consumo e permanentes	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SIMAP TRF3	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
SINC - Sistema Informatizado de Cursos	Sistema de Administração e Gerenciamento de cursos feitos por servidores	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	1º Grau-SJSP e TRF3	Em processo de unificação de bases de dados com tratamento multiempresa	DSAP	Sistemas Administrativos	SINC - Sistema Informatizado de Cursos	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
SINTEGRA - Sistema de Integração com Órgãos Externos	Implantação do padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico, disponibilizando a consulta processual por meio da tecnologia Web service, atendendo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 058/2009, de 09 de Junho de 2009. - Projeto Interoperabilidade	-	-	Apoio ao Processual	3ª Região	-	DIWE	Internos de TI - Sistemas Judiciários	SINTEGRA - Sistema de Integração com Órgãos Externos	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
SISATA	O sistema Sisata controla o cadastro das atas de registros de preços, decorrentes de processo licitatório, para aquisição de materiais, permantes e de consumo, e contratação de prestação de serviços.	-	-	Administrativo	TRF3	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SISATA	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
SISJEF	Sistema Processual de 1. e 2. grau dos Juizados Especiais Federais da Terceira Região	Portaria Nº 0468989, DE 08 DE maio DE 2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Processual	3ª Região	Atende também o registro de expedientes pré-processuais das Centrais de Conciliação da 3ª Região	DINJ	Sistema do Juizado - JEF	Sistema JEF	SP (JEF) - Desenvol.Sistemas



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
SISPO - Sistema de Portaria	Controle do Fluxo de entradas e saídas de pessoas (servidores, terceirizados, visitantes) nos prédios do TRF3.	-	-	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SISPO	SP (TRF) - DSAP - Seção REHU
SISRH_TRF/ SJMS - Sistema de Recursos Humanos	Controle de Recursos Humanos do TRF e SJMS	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	1º Grau-SJMS e TRF3	Implantação gradual na SJMS e integração gradual com o sistema RHCachê da SJSP	DSAP	Sistemas Administrativos	SISRH	SP (TRF) - DSAP - Seção REHU
Sistema de Acompanhamento Processual 1º Grau (MUMPS-Cachê)	Protocolo, cadastramento e acompanhamento de processos em papel	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	Inclui, entre outros, os módulos PRC/RPV do 1º Grau, Central de Conciliação, Gestão Documental, Sistema de Cálculos, Controle de Remessas de processos (contadorias), Mandados (CEUNI) e Terceirização do Arquivo.	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Sistema de Acompanhamento Processual	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Sistema de Emissão e Acompanhamento de Certidões	Emitir de certidões de distribuição para fins gerais, eleitorais e de concurso	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Sistema de Emissão e Acompanhamento de Certidões	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Sistema de Gestão do Diário Eletrônico	Gerar, gerenciar e permitir consulta na Web das edições e cadernos do diário eletrônico da JF3R	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Sistema de Gestão do Diário Eletrônico	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Sistema de Pedido de Inscrição em	Permitir o preenchimento e acompanhamento	nº 7943 de 25/06/2015	Assessoria da Escola de Magistrados da 3ª	Administrativo	TRF3R	-	DIWE	-	-	SP (TRF) - DIWE - Seção de



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Concurso	dos pedidos de inscrição feitos para o concurso de magistrados, incluindo a conferência dos pagamentos efetuados		Região							Internet-Intranet - TRF
Sistema de Materiais - SJSP	Sist. Eletrônico de Solicitação e Gerenciamento de Materiais, Farmácia e Almoxarifados - Módulo de Atendimento / Gerenciamento (MCE) - e Módulo Gerencial (controle estatístico)	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	1º Grau-SJSP	Módulo de Controle de Estoque (utilizado pelos Atendentes) - Baixas, Transferências, Cadastro de Entrada por Empenho, Entrada por Termo, Devoluções ao Estoque, Acertos, Cadastro de Fornecedores, Consultas, Relatórios.	DSAP	Sistemas Administrativos	Sistema Mat. Consumo SJSP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
Sistema de Materiais Consumo - Módulo WEB (SJSP)	Módulo WEB para efetuar solicitações, consultas, autorizações e gerenciamento (utilizado por Solicitantes, Autorizadores e Gerentes)	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	1º Grau-SJSP	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Sistema Mat. Consumo SJSP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
Sistema de Promoção e Remoção - PRE	Permite a inscrição de servidores e magistrados em editais de concurso para promoção (magistrados) ou remoção local ou	-	-	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Sistema PRE - Promoção e Remoção	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	regional (servidores e magistrados).									
Sistema Gerenciador de Filas (SGF)	Gerenciar as filas de atendimento ao público nos juizados	Portaria Nº 0468989, DE 08 DE maio DE 2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Processual	3ª Região	Possibilidade de uso em qualquer lugar da 3ª Região.	DINJ	Sistema do Juizado - JEF	Sistema SGF - Sistema Gerenciador de Filas	SP (JEF) - Desenvol. Sistemas
Sistema Push - 1º Grau	Notificar aos advogados por email sobre a movimentação de processos indicados por eles, conforme andamento registrado no sistema de 1º grau	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Sistema Push	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Sistema Push - TRF3 e JEF	Notificar aos advogados por email sobre a movimentação de processos indicados por eles, conforme andamento registrado nos sistemas do 2º grau e JEF	Nº 7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JEF e TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários	Sistema Push - TRF3 e JEF	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
SITA - Sistema de Inteiro Teor do Acórdão	O sistema SITA possibilita o controle de separação e formatação dos acórdãos a serem publicados no Diário. Somente	Nº 7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	SITA - Sistema de Inteiro Teor do Acórdão	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	para acórdãos e julgados antigos.									
SPO - Sistema de Proposta Orçamentária	Sistema de Proposta Orçamentária - Controle Orçamentário - Recebe e consolida planilhas de orçamento dos diversos gestores	-	-	Administrativo	3ª Região	-	DSAP	-	-	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC
Sustentação Oral	Permite que advogados encaminhem o pedido de sustentação oral às secretarias processantes	Nº 7693/2014	Diretor da Secretaria Judiciária	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Sustentação Oral	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Thesaurus	Sistema de Biblioteca	-	-	Administrativo	TRF3R	Em processo de substituição pelo Pergamum	DIAD	-	-	SP (TRF) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
Trabalhos Acadêmicos	Sistema que permite visualizar os trabalhos acadêmicos apresentados para adicional de qualificação	-	-	Administrativo	1º Grau-SJSP	-	DIAD	-	-	SP (TRF) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
Tutelas antecipadas - 2º Grau	Digitalizar e controlar documentos de processos do no Forum Previdenciário da	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Tutelas Antecipadas - 2º Grau	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	Capital, para notificação ao INSS.									
Tutelas antecipadas (Sistema de Controle de Notificações Eletrônicas ao INSS em Tutelas Antecipadas) - 1º Grau	Digitalizar e controlar documentos de processos do Forum Previdenciário da Capital, para notificação ao INSS.	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	1º Grau-SJMS e 1º Grau-SJSP	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 1º Grau	Tutelas Antecipadas - 1º Grau - Notificações ao INSS	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Verifica dígito CPF/CNPJ	Aplicativo de validação de dígito de controle de CPF e CNPJ	Nº 7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DEJU	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Verifica Dígito CPF/CNPJ	SP (TRF) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Via legal	Aplicação para publicação e disponibilização das notícias referentes ao programa "Via Legal", divulgadas pela Asom.	Nº 7943, de 25/06/15	Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	3ª Região	-	DIWE	Sistemas Administrativos	Via Legal	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Vista de autos programada	Permitir que um advogado agende a vista de processos que estão na UVIP	-	Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência	Apoio ao Processual	TRF3R	-	DIWE	Sistemas Judiciários de 2º Grau	Vista de Autos Programada	SP (TRF) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Visualizador de Matérias - Diário Eletrônico	É um programa utilizado pela DEDI que permite visualizar matérias	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Visualizador de Matérias	SP (TRF) - DSAP - Seção RSUC



Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Sector	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
	do Diário Eletrônico. Efetua conferência do diário eletrônico (o que foi importado do AgPub. Contagem de matérias)									
Voluntariado	Aplicação para cadastro de voluntários na Internet	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	Voluntariado	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
VoxVirtua - e-SAU - Sistema de Controle de Solicitações	Sistema de gerenciamento de solicitações.	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	VoxVirtua - e-SAU	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
VoxVirtua - Imposto de Renda	Envio de declaração anual obrigatória do imposto de renda	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	-	DSAP	Sistemas Administrativos	VoxVirtua - IR (Imposto de Renda)	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
VoxVirtua - Res.156/2012 - Sistema de Recepção de Documentos	Permite que os servidores façam a entrega das certidões referentes à Res. 156/CNJ ("ficha limpa")	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	VoxVirtua - Res. 156	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
VoxVirtua - SIADES - Sistema de Avaliação de Desempenho	Permite que os gestores preencham o caderno de avaliação dos servidores em estágio probatório ou progressão funcional	Nº 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	3ª Região	-	DSAP	Sistemas Administrativos	VoxVirtua - SIADES	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
VoxVirtua -	Permite que o	Nº 6810, de	Diretor da Divisão	Administrativo	TRF3R	-	DSAP	Sistemas	VoxVirtua -	SP (TRF) -



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Novo Callcenter		Callcenter Antigo
Solicitação de Margem Consignável	servidor envie solicitação de margem consignável à Folha de Pagamento	26/09/12	de Editoração e Divulgação					Administrativos	Solicitação de Margem Consignável	DSAP - Seção RSIA



ANEXO XXI

Contratos com critérios de sustentabilidade ambiental 2015

TRF3R

(Fonte: SADI, SEGE, UBAS, SETI e UDOC)

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
ARP 12.053.10.2014 Processo SEI 0012671-04.2014.4.03.8000	Lápis produzido com madeira reflorestada.	Lápis, produzido com madeira macia reflorestada , mina preta hb nº 02, medindo 170 mm, tipo "ecolápis da faber castell", "evolution da bic", ou similar (não será aceito lápis com madeira e/ou grafite de baixa qualidade). Termo de Referência - Lote 1 – Item 13.
ARP 12.001.10.2015 ARP 12.002.10.2015 Processo SEI 0012913-60.2014.4.03.8000	Canetas esferográficas.	Caneta esferográfica, resina termoplástica, tinta à base de corantes orgânicos , solventes, ponta de latão, esfera de tungstênio de 1 mm, corpo em poliestireno totalmente transparente, sextavado e com suspiro central, tampa-clip ventilada, reforço envolvendo a carga, tampa traseira sem rosca, capacidade de 1.500 metros de escrita, acondicionadas em caixa que indique o fabricante, a data de fabricação e de validade, tipo "bic cristal" ou similar. Termo de Referência. Lote 1 – Itens 1, 2 e 3.
ARP 12.014.10.2014 Processo SEI 0009693-88.2013.4.03.8000	Divisórias do tipo "Nobre".	Termo de referência – SUBITEM 2.1: Painéis de madeira aglomerada e acabamento em madeira de lei e reflorestada .
ARP 12.032.10.2014 Processo SEI 0003358-19.2014.4.03.8000	Copos descartáveis (reciclável)	Copo descartável para água e café, em poliestireno, conforme NBR 14865 da ABNT, Portaria INMETRO 453/2010 e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).
P.E. 008/2015 Processo SEI 0000675-72.2015.4.03.8000	Envelopes de plástico feitos de polietileno oxibiodegradável.	Envelope de plástico feito de polietileno oxibiodegradável , coextrusado branco (externo) e preto (interno), espessura de 0,15 micra, impresso frente e verso em uma cor, com uma linha de adesivo para fechamento de alta resistência mecânica (nível de segurança 3), Deverá estar impressa no envelope a informação de que é oxibiodegradável .
ARP 12.060.10.2015 Processo SEI 0015167-06.2014.4.03.8000	Solução de Cabeamento Estruturado.	Termo de Referência-SUBITEM 2.1.1.2: Placa de piso Elevado. O piso deve ser constituído com, no mínimo, 70% de material reciclado. SUBITEM 2.1.3.1: Plástico de Engenharia (Polipropileno reciclado)
ARP 12.022.10.2014 Processo SEI 0013460-37.2013.4.03.8000	Registro de Preços para aquisição de materiais para manutenção predial.	"Torneira de lavatório temporizada" para redução no consumo de água Registro regulador de vazão d'água
ARP 12.015.10.2015 ARP 12.016.10.2015	Registro de preços para aquisição de mesas e acessórios, para formação de estações de trabalho ergonômicas, bem como armários e	Aquisição de móveis ergonômicos, visando a melhoria do meio ambiente de trabalho, conforme NR-17 do Ministério do Trabalho "Estações de trabalho que permitam ao usuário os ajustes necessários para uma correta postura de trabalho, através de



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Processo SEI 0015057-07.2014.4.03.8000	credenzas.	mecanismos de regulação de altura dos tampos para teclado e monitor, de acordo com a NR-17 do Ministério do Trabalho, garantindo: aumento de produtividade, evitando a ocorrência de DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho); redução de faltas por dores resultantes de má postura; conforto e maior liberdade ao usuário, confeccionados em MDF .
ARP 12.027.10.2014 ARP 12.012.10.2015 Processos SEI 0000838-86.2014.4.03.8000 e 0000609-92.2015.4.03.8000	Garrafas plásticas de água mineral.	Material plástico reciclável .
P.E. 022/2015 Processo SEI 0005988-14.2015.4.03.8000	Eletrodomésticos	Freezer vertical, frost free, na cor branca, com capacidade de aproximadamente 197 litros, com painel eletrônico externo, controle automático de temperatura, gavetas removíveis, prateleiras e dreno, classificação procel de energia "a" , 110 volts, tipo "brastemp bvg24gb" ou similar
P.E. 022/2015 Processo SEI 0005988-14.2015.4.03.8000	Eletrodomésticos	Bebedouro com capacidade para receber garrafão de 20 litros, com sistema de refrigeração a gás ecológico (motor) , gabinete em chapa de aço, pintura eletrostática com esmalte em poliuretano, na cor branca, banho anticorrosivo, duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água natural, reservatório em polipropileno liso, serpentina externa, altura aproximada de 1,00 (um) metro, sendo permitida variação de 10% (dez por cento), termostato externo para controle de temperatura, isolamento térmico em espuma rígida de isopor, coletor/aparador externo de água em polipropileno, 110 volts
P.E. 081/2015 Processo SEI 0023298-33.2015.4.03.8000	Pallets	Pallet liso , na cor preta, em polipropileno ou polietileno de alta densidade , sem espaço vazio para entrada dos pés no empilhamento e com pequena elevação nas bordas para encaixe destes mesmos pés, corpo robusto que suporte quedas, com medidas aproximadas de 14,5 cm (alt.) x 100 cm (larg.) x 120 cm (comp.) e vão livre de 9 cm (alt.) x 29 cm (larg.), que suporte cargas de 4.000 kgs estática e 1.500 kgs dinâmica, marca marfinite, modelo 410, "ou similar".
Termo de Compromisso 01.001.10.2014 Processo SEI 0015871-53.2013.4.03.8000	Coleta de resíduos recicláveis produzidos pelo TRF-3ª Região.	Termo de Referência 8.– <u>Obrigações da Compromissada:</u> 8.7 - Assumir toda a responsabilidade pelo transporte, separação e distribuição dos resíduos coletados nas dependências do TRF 3ª Região, devidamente acondicionado em sacos plásticos próprios, à exceção de resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e frascos de aerosol); 8.7.1 –Responsabilizar-se, também, pela destinação correta dos resíduos, previamente separados pelo TRF 3ª Região, evitando misturá-los com outros resíduos, para não comprometer a sua reciclagem, ou adotando outro modo correto para sua destinação.



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Termo de Compromisso 01.002.10.2014 Processo SEI 0002957-20.2014.4.03.8000	Instituição de procedimentos de coleta para reciclagem de documentos da Administração Judiciária e ações transitadas em julgado, devidamente avaliados e destinados à eliminação pela Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental,	b) Acompanhar, mediante a presença de servidor previamente designado, a inutilização do citado material, a qual será feita, por meio de fragmentação, observando os critérios de preservação ambiental; c) Obedecer às normas ambientais relativas aos procedimentos de reciclagem, destruição ou inutilização documentos recebidos; i) Fornecer (gratuitamente) ao TRF-3ª REGIÃO, sempre que acordado, amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Programa de Coleta Seletiva Solidária.
Termo de Compromisso 01.001.10.2015 Processo SEI 0015100-07.2015.4.03.8000	Coleta de resíduos recicláveis produzidos pelo TRF-3ª Região.	Termo de Referência 8.– <u>Obrigações da Compromissada:</u> 8.7 - Assumir toda a responsabilidade pelo transporte, separação e distribuição dos resíduos coletados nas dependências do TRF 3ª Região, devidamente acondicionado em sacos plásticos próprios, à exceção de resíduos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias e frascos de aerosol); 8.7.1 –Responsabilizar-se, também, pela destinação correta dos resíduos, previamente separados pelo TRF 3ª Região, evitando misturá-los com outros resíduos, para não comprometer a sua reciclagem, ou adotando outro modo correto para sua destinação.
Contrato 04.019.10.2015 Processo SEI 0004203-17.2015.4.03.8000	Prestação de serviços de transporte, recebimento, armazenagem e descontaminação de lâmpadas usadas que contêm mercúrio e outros tipos de uso técnico especializado.	Após a retirada dos resíduos, o Contratado deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato “ <i>Certificado de Descontaminação de Lâmpadas Usadas – Termo de Recepção de Responsabilidade</i> ”, no prazo de 15 (quinze) dias contados da retirada; O contratado se obriga a responsabilizar-se, também, pela destinação correta dos materiais (itens 2.1 e 3 do Termo de Referência, Processo SEI 0004203-17.2015.4.03.8000)
Contrato 04.016.10.2015 Processo SEI 0012771-22.2015.4.03.8000	Prestação de serviços especializados de limpeza e conservação nos edifícios do TRF3R	Das Responsabilidades do Contratado Adotar boas praticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição tais como: • racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; • substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; • racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água; • treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição; e • reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação. (Subitem 5.29 do Termo de Referência, Processo SEI 0012771-22.2015.4.03.8000)



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Contrato 05.004.10.2015	Aquisição de câmara para conservação de imunobiológicos, termolábeis e hemoderivados	REFRIGERAÇÃO - Através de compressor hermético, com circulação de gás ecológico R-134 A, isento de CFC(A exigência de gás ecológico consta do termo de referência e do contrato)
Registro 213-06982/22-7	Coleta de resíduos de serviços de saúde (lixo hospitalar)	Cadastramento junto à Prefeitura do Município de São Paulo- Departamento de Limpeza Urbana para Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde
ARPs: 12.063.10.2015 12.064.10.2015 12.065.10.2015 Processo SEI 0014215-90.2015.4.03.8000	Registro de Preço de leitores de código de barras sem fio e leitores de código de barras com fio	4.1.1.41 – Apresentar documentação referente à Regulamentação Ambiental Atendendo ao RoHS, ao IEC 60950-1 e ao IEC 62471;
Contrato 05.002.10.2015 Processo SEI 0014215-90.2015.4.03.8000	Aquisição de microcomputadores, Ata de Registro de Preços 12.793.10.14.	2.1.15.6 - Atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou apresentar comprovação técnica demonstrando que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb). Deverá ser apresentada a certificação do Equipamento (CPU) emitida por instituição credenciada pelo INMETRO.
Contrato 05.519.10.2015 Processo SEI 0024970-76.2015.4.03.8000	Aquisição de notebooks Ata de Registro de Preços nº 12.834.10.2014	2.34 - Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).
ARP 12.739.10.14 Processo SEI 0016022-19.2013.4.03.8000	Aquisição e implantação de storages de alto desempenho, baseados em memória flash de baixa latência	Comprovação de que o fabricante do equipamento ofertado deverá ser participante do SNIA (Storage Networking Industry Association), na iniciativa de GSI (Green Storage Initiative) com comprovação através do site: http://www.snia.org/forums/green
ARP 12.803.10.14 Processo SEI 0009504-76.2014.4.03.8000	Aquisição de Switches	Deverá desligar a energia das portas PoE em horários pré-determinados, para efeitos de economia de energia e segurança
ARP 12.008.10.13 Processo SEI 0011842-57.2013.4.03.8000	Aquisição de impressora laser monocromática de 55ppm, impressora laser colorida de 35ppm, impressora laser colorida de 25ppm.	Permitir impressão dupla face automática (duplex integrado)
Nota de Empenho 2015NE01032 Processo SEI 0022636-69	Renovação da assinatura do jornal “O Estado de São Paulo” versão digital.	Mensagem da ACOM (doc. 1348661) pela qual priorizou a assinatura digital, dispensando a impressa.
Nota de Empenho 2015NE000858	Renovação da assinatura dos periódicos: Boletim de Direito Administrativo e Boletim	A versão impressa oferece os seguintes benefícios: suporte em Direito Administrativo à distância; acesso a comentários objetivos sobre fatos relevantes do Direito



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Processo SEI 0010080-35	de Licitações e Contratos.	Administrativo, anunciados via <i>e-mail</i> ; acesso a palestras <i>on-line</i> sobre diversos temas relevantes do Direito Administrativo postados no <i>site</i> da NDJ e acesso, pela <i>internet</i> , aos bancos de dados NDJ.
Nota de Empenho 2015NE001089 Processo SEI 0019888-64	Renovação do jornal “Valor Econômico”, versão digital.	Mensagem da ACOM (doc. 1280631) pela qual demonstrou interesse somente na assinatura digital.
Nota de Empenho 2015NE000857 Processo SEI 0013048-38	Renovação dos produtos da Zênite Informação e Consultoria S.A.: orientações por escrito e WEB Licitações e Contratos.	As Orientações por escrito em Licitações e Contratos são formuladas diretamente na área exclusiva do portal da Empresa, mediante utilização de <i>login</i> e senha personalizados.
Nota de Empenho 2015NE001090 Processo SEI 0023048-97	Renovação da assinatura da Leianotada.com – Contratação Pública da Zênite Informação e Consultoria S.A.	Trata-se de um Portal com conteúdo atualizado sobre contratação pública.
Contrato 04.012.10.2015 Processo SEI 0017375-26	Implantação do serviço de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de normas técnicas da ABNT via WEB, e montagem de uma coleção atualizada automaticamente de 100 normas técnicas (NBR) e MERCOSUL (AMN).	Permissão para visualização da coleção contratada NBR e AMN através da <i>internet</i> .
Nota de Empenho 2015NE000903 Processo SEI 0018367-84	Assinatura anual do Sollicita (Diamante) da Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda. – ME.	Trata-se de uma plataforma eletrônica de pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária de informações, com acesso simultâneo aos servidores da ALIC, DILI e UCON (docs. 1241025, 1241028 e 1241031).
Nota de Empenho 2015NE001051 Processo SEI 0023029-91	Assinatura anual do jornal “Folha de S. Paulo” – edição digital.	Mensagem da ACOM (doc. 1359336), pela qual priorizou a assinatura digital.



JFSP

(Fonte: Núcleos de Serviços Administrativos e de Administração Predial e Gestão de Serviços)

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Contrato 08.215.10.10 Processo SEI 0020376-50. 2014.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região I	Subitem 5.5.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.273.10.15 Processo SEI 0011549-16. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região I	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.194.10.09 Processo SEI 0002097-16. 2014.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região II	Subitem 6.5.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.192.10.09 Processo SEI 0022519-12. 2014.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região III	Subitem 6.5.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.267.10.15 Processo SEI 0002497-93. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região III	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Contrato 08.268.10.15 Processo SEI 0005592-34. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região III	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.269.10.15 Processo SEI 0005587-12. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região III	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.193.10.09 Processo SEI 0024040-89.02014.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região IV	Subitem 6.5.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.267.10.15 Processo SEI 0002497-93. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região IV	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.268.10.15 Processo SEI 0005592-34. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região IV	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 08.269.10.15 Processo SEI 0005587-12. 2015.4.03.8001	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em	Subitem 13.2 e 13.2.1 do Anexo I do Edital Nota: a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
	instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental. Região IV	compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios desta Justiça Federal.
Contrato 04.594.10.14 Processo SEI 0006064-69.2014.4.03.8001	Contratação de serviços continuados de Suporte Operacional, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, materiais, água mineral potável, botijões de gás (GLP), gás (engarrafado em botijões de 13 e 45Kg.), insumos e o emprego de equipamentos necessários à sua execução, abrangendo as funções de ascensoristas, líder ascensorista, telefonista, controlador de acesso, copeira, auxiliar de serviços gerais e encarregado, nas localidades abarcadas pelas regiões 1, 2, 3 das instalações prediais da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei – Lote 1	Responsabilizar em instruir seus empregados sobre Consumo Sustentável e responsabilidade Sócio ambiental, nos termos da “Agenda Ambiental na Administração Pública”
Contrato 04.597.10.14 Processo SEI 0011065-35.2014.4.03.8001	Contratação de serviços continuados de Suporte Operacional, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, materiais, água mineral potável, botijões de gás (GLP), gás (engarrafado em botijões de 13 e 45Kg.), insumos e o emprego de equipamentos necessários à sua execução, abrangendo as funções de ascensoristas, líder ascensorista, telefonista, controlador de acesso, copeira, auxiliar de serviços gerais e encarregado, nas localidades abarcadas pelas regiões 1, 2, 3 das instalações prediais da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei – Lote 1	Responsabilizar em instruir seus empregados sobre Consumo Sustentável e responsabilidade Sócio ambiental, nos termos da “Agenda Ambiental na Administração Pública”
Contrato 04.598.10.14 Processo SEI 0005159-64.2014.4.03.8001	Contratação de serviços continuados de Suporte Operacional, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, materiais, água mineral potável, botijões de	Responsabilizar em instruir seus empregados sobre Consumo Sustentável e responsabilidade Sócio ambiental, nos termos da “Agenda Ambiental na Administração Pública”



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
	gás (GLP), gás (engarrafado em botijões de 13 e 45Kg.), insumos e o emprego de equipamentos necessários à sua execução, abrangendo as funções de ascensoristas, líder ascensorista, telefonista, controlador de acesso, copeira, auxiliar de serviços gerais e encarregado, nas localidades abarcadas pelas regiões 1, 2, 3 das instalações prediais da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei – Lote 1	



JFMS
(Fonte: Núcleo de Administração)

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
PE 10/2015 Contratos 04.018.10.2015, 04.019.10.2015 Processo SEI 1378-94.2015.403.8002	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços eliminação e controle de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, descupinização e desratização em todas as áreas internas e externas dos imóveis ocupados pela SJMS	Das obrigações e responsabilidades da contratada A contratada deverá:estar devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente;a empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença, retirar as embalagens dos produtos desinfetantes utilizados e descartá-los de acordo com a legislação vigente; manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços, utilizando material de limpeza próprio; impedir a exposição direta de seus funcionários e terceiros aos produtos aplicados. (Item 6 do Termo de Referência).
PE 15/2015 Contratos 04.027.10.2015, 04.028.10.2015, 04.029.10.2015 Processo SEI 1807-95.2014.403.8002	Contratação de serviços nas áreas de limpeza, conservação e suporte operacional (cofeiragem, serviços braçais, garçom, recepcionista e telefonista) para a SJMS	Deveres da contratada O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores:a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.b) Ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.c) Esvaziamento de lixeiras em 2/3 por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.f) Ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água.g) Reuso da água de limpeza para ambientes externos.h) Uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.i) Uso de equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários. j) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.k) Número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).(Subitem 2.51 do Termo de Referência).
PE 17/2015 Nota de Empenho 2015NE000629	Aquisição de papel sulfite branco A4 para atender às necessidades da SJMS	Celulose proveniente de florestas renováveis.(Item 19 do Termo de Referência).



Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Processo SEI 1943-58.2015.403.8002		
PE 24/2015	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado tipo Split para os prédios das SJMS	A tecnologia Inverter permite um consumo até 40% menor de energia elétrica, o que além de beneficiar o consumidor, beneficia também o meio ambiente. Além da economia com a redução do consumo elétrico, os equipamentos fabricados com esta tecnologia utilizam o gás refrigerante ecológico R-410A, que não é nocivo à camada de ozônio; Os aparelhos do tipo Split com tecnologia Inverter proporcionam a adequada climatização dos ambientes, com economia de energia elétrica, baixo nível de ruído e sustentabilidade.(Item 18 do Termo de Referência).
Processo SEI 2483-09.2015.403.8002		



ANEXO XXII

Requisição e Precatórios - Administração direta

Precatórios

Precatórios				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	1.906	298.858.981,52	1.906	298.858.981,52
Comum	631	339.400.282,23	631	339.400.282,23
Total	2.537	638.259.263,75	2.537	638.259.263,75

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	331.124.369,68	311.935.071,18	19.189.298,50	0,00
Comum	560.514.911,44	37.878.219,07	522.636.692,37	0,00
Total	891.639.281,12	349.813.290,25	541.825.990,87	0,00

Precatórios Cancelados Antes do Pagamento - Administração Direta			
Natureza	Tipo Requerente	Quantidade	Valor
Alimentícia	Pessoa Física	11	595.893,04
	Pessoa Jurídica	0	0,00
Comum	Pessoa Física	0	0,00
	Pessoa Jurídica	4	1.323.309,88

(Fonte: SIAFI e Bancos de Dados do TRF3R)



RPV

RPV – Requisições de Pequeno Valor				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	115.353	332.252.109,95	115.353	332.252.109,95
Comum	4.478	18.813.613,02	4.478	18.813.613,02
Total	119.831	351.065.722,97	119.831	351.065.722,97

RPV – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar (1)
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	329.770.252,73	302.269.076,38	18.749.822,90	42.504.990,53
Comum	16.848.055,27	11.933.026,01	6.651.854,84	2.681.005,93
Total	346.618.308,00	314.202.102,39	25.401.677,74	45.185.996,46

RPV Canceladas Antes do Pagamento - Administração Direta			
Natureza	Tipo Requerente	Quantidade	Valor
Alimentícia	Pessoa Física	39	177.115,81
	Pessoa Jurídica	6	4.926,94
Comum	Pessoa Física	3	98.422,05
	Pessoa Jurídica	-	-

(Fonte: SIAFI e Bancos de Dados do TRF3R)

Nota:

(1) Saldos a pagar referentes às RPV autuadas nos meses de novembro e dezembro de 2015, para as quais não houve repasse financeiro para pagamento até a data da confecção deste relatório.



ANEXO XXIII

Requisição e Precatórios - Administração indireta

Precatórios

Precatórios – Requisições				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	15.486	1.626.465.076,05	15.486	1.626.465.076,05
Comum	42	27.814.867,49	42	27.814.867,49
Total	15.528	1.654.279.943,54	15.528	1.654.279.943,54

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	1.796.869.446,77	1.794.781.729,95	2.087.716,82	0,00
Comum	57.703.513,54	8.828.377,85	48.760.380,30	0,00
Total	1.854.572.960,31	1.803.610.107,80	50.848.097,12	0,00

Precatórios Cancelados Antes do Pagamento - Administração Indireta			
Natureza	Tipo Requerente	Quantidade	Valor
Alimentícia	Pessoa Física	109	7.370.844,40
	Pessoa Jurídica	1	291,58
Comum	Pessoa Física	1	52.454,34
	Pessoa Jurídica	2	240.012,44

(Fonte: SIAFI e Bancos de Dados do TRF3)



RPV

RPV – Requisições de Pequeno Valor				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	98.010	1.389.100.152,38	98.010	1.389.100.152,38
Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	98.010	1.389.100.152,38	98.010	1.389.100.152,38

RPVs – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar (1)
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	1.293.511.382,00	1.300.275.921,05	6.596,22	258.327.083,57
Comum		0,00	0,00	0,00
Total	1.293.511.382,00	1.300.275.921,05	6.596,22	258.327.083,57

RPV Canceladas Antes do Pagamento - Administração Indireta			
Natureza	Tipo Requerente	Quantidade	Valor
Alimentícia	Pessoa Física	72	783.131,55

(Fonte: SIAFI e Bancos de Dados do TRF3R)

Nota:

(1) Saldos a pagar referentes às RPV autuadas nos meses de novembro e dezembro de 2015, para as quais não houve repasse financeiro para pagamento até a data da confecção deste relatório.



ANEXO XXIV

Desoneração da folha de pagamento (Detalhamento dos contratos vigentes e encerrados – consolidado da UCP)

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
1	07.003.10.2011	AÇÃO INFORMÁTIC A BRASIL LTDA 81.627.838/000 1-01	Prest.serv.de manutenção, suporte especializado e aquisição de prod./licenças de software Novell.	TRF3R/SETI	24-jul-11	23-jul-12	DESCONTO 12%	62.517,60	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
2	07.003.10.2012	AÇÃO INFORMÁTIC A BRASIL LTDA 81.627.838/000 1-01	Prest.serv.de manutenção, suporte especializado e aquisição de prod./licenças de software Novell, sob o programa/contrato MLA.	TRF3R/SETI	26-out- 12	25-out-13	DESCONTO 12%	72.091,19	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
3	04.008.10.2011	B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTIC A DO BRASIL S/A 01.162.636/000 1-00	Consultoria Sist.Gerenciador de banco de dados (SGBD) Oracle.	TRF3R/SETI	20-jan- 11	19-jan-12	DESCONTO 12%	43.416,58	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
4	04.026.10.2011	B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTIC A DO BRASIL S/A 01.162.636/000 1-00	Serviços de capacitação assistida on site (MENTORING) p/o sist.gerenc.de banco de dados.	TRF3R/SETI	30-dez- 11	29-dez-12	DESCONTO 12%	11.963,28	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
5	04.027.10.2008	BRASIL TELECOM S/A 76.535.764/000 1-43	Prest.serv.de circuito dedicado digital baseado protocolo IP, interligando o datacenter do TRF3R ao Fórum Federal de Campo Grande.	TRF3R/SETI	8-out-08	7-out-12	DESCONTO 12%	14.158,61	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
6	04.005.10.2011	EVOLUTI TECNOLOGI A E SERVIÇOS LTDA 37.010.014/000 1-04	Pres.serv.melhoria tecnológica e manutenção software Easy Image.	TRF3R/SETI	26-jan- 11	25-jan-12	DESCONTO 12%	21.630,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
7	04.017.10.2012	HOMINUS GESTÃO E TECNOLOGI A LTDA 08.188.158/000 1-49	Prest.serv.de suporte técnico, sustentação de sistema e manutenção p/o software easy image.	TRF3R/SETI	20-set-12	19-set-13	DESCONTO 12%	4.320,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
8	04.016.10.2011	INFOX TECNOLOGI A DA INFORMAÇÃ O LTDA 15.123.946/000 1-12	Serv.técnicos especializados em tecnol.da informação, compreendendo a realização de atividades para a implantação e sustentação do sistema de processo judicial eletrônico (PJ-E) no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.	TRF3R/SETI	30-jun- 11	29-jun-13	DESCONTO 12%	96.634,19	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
9	08.001.10.2006	INTERADAPT TECNOLOGI A EM INFORMÁTIC A LTDA 06.150.807/000 1-97	Prest.serv. Manut.sup.técnico e atual.banco de dados Ingres Enterprise.	TRF3R/SETI	10-out- 06	29-dez-11	DESCONTO 12%	2.777,18	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
10	04.017.10.2011	KENTA INFORMÁTIC A LTDA 01.276.330/000 1-77	Prest.serv.de manutenção e suporte técnico p/o software PSS- PROCESS & STORAGE SOUND no TRF3R.	TRF3R/SETI	8-ago-11	7-ago-14	DESCONTO 12%	11.103,44	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
11	04.005.10.2012	MICROSOFT INFORMÁTIC A LTDA 60.316.817/000 1-03	Prest.serviços de suporte a produtos da MICROSOFT.	TRF3R/SETI	15-mar- 12	14-mar-13	DESCONTO 12%	63.946,80	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
											Presidência do TRF3R.
12	04.013.10.2011	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/000 1-76	Pres.serv.sup. Téc. sist. banco de dados Oracle Database Standard Edition One.	TRF3R/SETI	23-mai- 11	22-mai-12	DESCONTO 12%	793,15	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
13	04.023.10.2011	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/000 1-76	Prest.serv.de manut.e suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database Enterprise Edition e Oracle Real Application Cluster 11G ou superior.	TRF3R/SETI	29-dez- 11	28-dez-14	DESCONTO 12%	34.401,66	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
14	04.009.10.2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/000 1-76	Prest.serv.de suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database STANDARD EDICION ONE.	TRF3R/SETI	23-mai- 12	22-mai-13	DESCONTO 12%	793,34	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
15	04.013.10.2012	ORION TELECOMUN ICAÇÕES ENGENHARI A LTDA	Prest.serv.de manutenção preventiva programada e corretiva,	TRF3R/SETI	22-ago- 12	21-ago-14	DESCONTO 12%	14.528,22	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
		01.011.976/000 1-22	c/fornec.peças e assistência técnica, para compartimento de segurança.								Despacho da Presidência do TRF3R.
16	04.022.10.2010	PROCOMP INDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA 54.083.035/004 0-77	Prest.serv.manut.co rretiva em terminais de auto- atendimento DIELBOLD- PROCOMPT	TRF3R/SETI	1-jan-11	31-dez-14	DESCONTO 12%	45.458,22	-	Intimação realizada pela área gestora.	Processo concluído. UPC concluiu que a desoneração não se aplica.
17	08.001.10.2011	QUEST SOFTWARE LTDA 03.844.620/000 1-03	Prest.serv.de manutenção e suporte técnico, pacotes evolutivos e atualização de versão do software da ferramenta gráfica para administração de dados (TOAD).	TRF3R/SETI	15-fev- 12	14-fev-14	DESCONTO 12%	1.775,04	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
18	04.003.10.2012	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUN ICAÇÕES LTDA 58.619.404/000 1-48	Prest.serv.de manutenção e suporte técnico no sistema vídeoconferência utilizado na Justiça Federal da 3ª Região.	TRF3R/SETI	14-fev- 12	13-fev-15	DESCONTO 12%	84.647,53	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
19	08.002.10.2011	TECNOSET INFORMÁTIC A PRODUTOS E SERVIÇOS	Prest.serv.de garantia estendida da biblioteca automatizada para	TRF3R/SETI	26-dez- 11	25-dez-14	DESCONTO 12%	10.850,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015,



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
		LTDA 64.799.539/000 1-35	backups (LIBRARY).								por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
20	04.010.10.2011	MPS INFORMÁTIC A LTDA 78.583.721/000 1-69	Prest.serv.de manutenção no sistema aplicativo folha de pagamento, para o TRF3R e de manutenção nos sistemas aplicativos de controle processual e administrativo, com contratação de postos de trabalho, para a SJSP.	TRF3R/SETI	1-mar-11	28-fev-15	PLANILHA IN 02/2008	686.260,01	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
21	08.002.10.2012	STEFANINI CONSULTORI A E ASSESSORIA EM INFORMÁTIC A LTDA 58.069.360/000 1-20	Prest.serv.técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados Oracle, abrangendo implementação, manutenção e administração do banco de dados Oracle Enterprise Edition Com Rac- Real Application Cluster.	TRF3R/SETI	5-set-12	4-set-14	PLANILHA IN 02/2008	1.999,70	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
22	04.511.10.2011	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA 03.420.926/000 1-24	Prestação de serviço de acesso à Internet	TRF3R/SETI	5-dez-11	4-dez-14	DESCONTO 12%	23.295,98	-	Intimação realizada pela área gestora.	Processo concluído. UPC concluiu que a desoneração não se aplica.
23	04.426.10.2009	INTERSYSTE MS DO BRASIL LTDA 00.233.883/000 1-80	Prestação de serviço de assistência técnica para banco de dado caché licenciamento para 576 usuários simultâneos em ambiente IBM AIX	TRF3R/SETI	16-mar- 10	15-mar-13	DESCONTO 12%	11.205,61	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
24	04.512.10.2011	KENTA INFORMÁTIC A LTDA 01.276.330/000 1-77	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de licenças da solução para gravação de áudio e vídeo - DRS	TRF3R/SETI	12-dez- 11	11-dez-14	DESCONTO 12%	21.122,64	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
25	04.018.10.2010	ACTIVE ENGENHARI A LTDA 68.287.143/000 1-60	Prest.serv.de manut.corretiva e preventiva e assist.técnica em equip.gerad.de energ.elétrica movidos a diesel.	TRF3R/SADI	26-nov- 10	25-nov-15	DESCONTO 12%	20.970,32	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
26	07.004.10.2009	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/000 1-08	Prest.serv.de manutenção preventiva e corretiva para aparelhos de transporte vertical.	TRF3R/SADI	27-jan- 10	26-jan-15	DESCONTO 12%	30.919,20	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
27	06.001.10.2013	GONDOMATI C REPRESENTA ÇÕES LTDA - EPP 03.461.785/000 1-98	Fornecimento e instalação de sistema eletromecânico para limpeza e manutenção de fachadas, treinamento e manutenção preventiva e corretiva do referido sistema.	TRF3R/SADI	17-jan- 13	15-fev-16	DESCONTO 12%	2.796,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
28	06.003.10.2012	J.A.SILVA CONSTRUÇÃO E MONTAGENS ME 13.683.873/000 1-98	Fornecimento e instalação de guarda corpo na laje de coroamento do Ed. Sede do TRF3R.	TRF3R/SADI	21-dez- 12	6-mai-13	DESCONTO 12%	11.643,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
29	06.002.10.2013	LANSEL ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA - EPP 62.779.822/000 1-70	Execução de obra de reforma da copa do 25º andar do Ed.Cetenco Plaza, Torre Sul.	TRF3R/SADI	1-abr-13	4-nov-13	DESCONTO 12%	4.037,73	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
30	06.004.10.2013	LANSEL ENGENHARI A E SISTEMAS LTDA - EPP 62.779.822/000 1-70	Execução de obra de reforma de Acessibilidade do Edifício Centenco Plaza, Torre Sul.	TRF3R/SADI	25-mar- 13	1-jun-13	DESCONTO 12%	1.637,33	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
31	04.010.10.2014	LATITUDE PRODUÇÃO AUDIO VISUAL E EVENTOS LTDA 13.395.781/000 1-02	Prest.serv.de filmagem de eventos comemorativos, palestras, solenidades, conferências, cursos, entrevistas, entre outros, e edição de imagens.	TRF3R/SADI	26-abr- 13	31-dez-13	DESCONTO 12%	11.051,67	-	Intimação realizada pela área gestora.	Processo concluído. UPC concluiu que a desoneração não se aplica.
32	04.010.10.2014	LATITUDE PRODUÇÃO AUDIO VISUAL E EVENTOS LTDA 13.395.781/000 1-02	Prest.serv.de filmagem de eventos comemorativos, palestras, solenidades, conferências, cursos, entrevistas, entre outros, e edição de imagens.	TRF3R/SADI	6-fev-14	8-abr-14	DESCONTO 12%	1.455,04	-	Intimação realizada pela área gestora.	Processo concluído. UPC concluiu que a desoneração não se aplica.
33	04.030.10.2008	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇ ÃO LTDA 00.482.840/000 1-38	Prest.serv.de apoio operacional.	TRF3R/SADI	1-dez-08	30-nov-13	DESCONTO 12%	28.887,98	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
34	04.023.10.2013	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇ ÃO LTDA 00.482.840/000 1-38	Prest.serv.de apoio operacional.	TRF3R/SADI	1-dez-13	31-mai-16	DESCONTO 12%	230.924,52	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
35	06.001.10.2012	SERVTEC INSTALAÇÕE S E MANUTENÇ ÃO LTDA 05.208.211/000 1-38	Contrato de execução da obra de implantação de sistema de controle de acesso eletrônico, com fornecimento de projeto executivo, equipamentos, materiais, serviços, mão de obra, comissionamento, testes e treinamento.	TRF3R/SADI	18-jan- 12	20-mai-13	DESCONTO 12%	27.361,12	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
36	04.009.10.2011	THERMON AR CONDICIONA DO LTDA 62.082.821/000 1-71	Prest.serv.de operação e manut.preventiva e corretiva dos equipamentos principais e complementares do sistema de ar condicionado do TRF3R.	TRF3R/SADI	3-mar-11	2-mar-16	PLANILHA IN 02/2008	36.353,30	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
37	06.005.10.2012	WSG ENGENHARI A LTDA. - EPP 71.855.696/000 1-86	Execução de obras de recuperação estrutural, pintura e revestimento de piso dos subsolos do Ed.Sede do TRF3R.	TRF3R/SADI	1-abr-13	4-dez-13	DESCONTO 12%	20.342,10	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
38	07.002.10.2012	SIEMENS ENTERPRISE COMUNICAT IONS - TECNOLOGI A DA INFORMAÇÃ O E COMUNICAÇ ÕES CORPORATI VAS LTDA 67.071.001/000 1-06	Contrato de empresa especializada para o fornecimento de solução visando ampliar e atualizar tecnologicamente as centrais PABX, marca SIEMENS.	TRF3R/SADI	12-jan- 12	11-jan-13	DESCONTO 12%	44.133,28	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
39	04.025.10.2013	TLD TELEDATA TECNOLOGI A EM CONECTIVID ADE LTDA 80.043.904/000 1-33	Prest.serv.de manutenção das centrais telefônicas marca Siemens, modelo Hipath 4000 V6.0.	TRF3R/SADI	14-jan- 14	13-jul-16	DESCONTO 12%	14.748,17	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
40	08.240.10.12	ACTIVE ENGENHARI A LTDA. 68.287.143/000 1-60	Manutenção de no- break	JFSP/UMIN	6-nov-12	6-nov-14	DESCONTO 12%	5.939,61	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
											Presidência do TRF3R.
41	06.037.10.14	CM CONSTRUÇÃO CIVIL E PLAN. LTDA 05.619.496.000 1-08	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão-de- obra, para implantação de JEF no Fórum Federal de São Bernardo do Campo/SP	JFSP/UMIN	30-dez- 13	31-out-14	DESCONTO 12%	23.924,47	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3.
42	08.195.10.09	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/000 1-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	20-abr- 09	19-abr-14	DESCONTO 12%	1.247,74	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
43	08.204.10.10	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/000 1-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	27-jan- 10	26-jan-15	DESCONTO 12%	868,19	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
44	08.205.10.10	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/000	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	27-jan- 10	26-jan-15	DESCONTO 12%	1.736,40	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
		1-99									Presidência do TRF3R.
45	06.031.10.13	DARCON 08 ENGENHARI A LTDA. 03.704.695/000 1-80	Recuperação estrutural das vigas do 15º andar no Fórum Pedro Lessa.	JFSP/UMIN	1-fev-13	18-fev-14	DESCONTO 12%	6.968,22	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3.
46	06.032.10.13	DARCON 08 ENGENHARI A LTDA. 03.704.695/000 1-80	Execução de obras de reforma com construção de reservatório de acumulação de esgoto e tubulações no edifício do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo-SP.	JFSP/UMIN	30-dez- 12	31-ago-13	DESCONTO 12%	10.006,03	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
47	2012NE003057	DARCON 08 ENGENHARI A LTDA. 03.704.695/000 1-80	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão de obra para demolição e refazimento de fechamento de terreno da Justiça Federal, situado em Santos	JFSP/UMIN	29-dez- 12	29-mar-13	DESCONTO 12%	4.764,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
48	06.036.10.13	DARCON 08 ENGENHARI A LTDA. 03.704.695/000 1-80	Construção de passadiço metálico em shaft, execução de furos em lajes de concreto para passagem de tubulações, abertura e requadrações de vão em alvenaria no Prédio Administrativo da Rua Peixoto Gomide.	JFSP/UMIN	26-mar- 13	26-mai-13	DESCONTO 12%	3.120,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
49	06.035.10.13	DARCON 08 ENGENHARI A LTDA. 03.704.695/000 1-80	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão-de- obra, para recuperação de impermeabilizações e troca de tubulações de águas pluviais no auditório do prédio do Fórum Federal de Execuções Fiscais.	JFSP/UMIN	30-dez- 12	4-jul-13	DESCONTO 12%	9.479,98	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
50	08.177.10.07	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-07	7-ago-13	DESCONTO 12%	375,92	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
51	08.229.10.11	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-nov-11	30-out-16	DESCONTO 12%	16.800,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
52	08.230.10.11	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	19-out- 11	18-out-16	DESCONTO 12%	13.440,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
53	08.231.10.11	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-dez-11	30-nov-16	DESCONTO 12%	987,84	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
54	08.196.10.09	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-abr- 09	19-abr-14	DESCONTO 12%	8.633,60	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
55	08.197.10.09	ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/014 6-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-jul-09	20-jul-14	DESCONTO 12%	5.549,59	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
56	08.199.10.09	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	18-out-09	17-out-14	DESCONTO 12%	1.428,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
57	08.198.10.09	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-jul-09	20-abr-14	DESCONTO 12%	3.660,72	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
58	08.202.10.09	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	11-dez-09	10-dez-14	DESCONTO 12%	2.016,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
59	08.219.10.09	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	22-dez- 10	22-dez-15	DESCONTO 12%	4.704,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
60	08.242.10.13	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	2.436,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
61	08.244.10.13	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	4.704,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
62	08.245.10.13	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	23-fev- 13	23-fev-15	DESCONTO 12%	5.712,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
63	08.249.10.13	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-13	8-ago-14	DESCONTO 12%	2.560,80	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
64	08.250.10.13	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	2-dez-13	2-fev-14	DESCONTO 12%	264,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
65	08.223.10.11	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	2-mai-11	6-fev-14	DESCONTO 12%	9.600,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
66	08.239.10.14	ELEVADORE S ORION LTDA. 05.823.840/000 1-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	16-out- 12	16-out-14	DESCONTO 12%	4.334,40	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
67	08.243.10.14	ELEVADORE S OTIS LTDA. 29.739.737/003 3-90	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	1.176,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
68	08.207.10.07	ELEVADORE S VILLARTA LTDA 54.222.401/000 1-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-10	31-jan-15	DESCONTO 12%	840,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
69	08.221.10.11	ELEVADORE S VILLARTA LTDA 54.222.401/000 1-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	7-fev-11	6-fev-16	DESCONTO 12%	2.016,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
70	08.232.10.11	ELEVADORE S VILLARTA LTDA 54.222.401/000 1-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-out- 11	20-out-16	DESCONTO 12%	1.092,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
71	08.187.10.18	ENGETAX EQUIPAMEN TOS LTDA. 03.205.968/000 1-42	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-ago-08	31-jul-14	DESCONTO 12%	555,22	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
72	08.188.10.08	ENGETAX EQUIPAMEN TOS LTDA. 03.205.968/000 1-42	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-08	7-ago-14	DESCONTO 12%	840,00	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
73	08.238.10.11	FLEX ELEVADORE S COM. DE PEÇAS E MANUTENÇ ÃO LTDA - ME 11.472.645/000 1-43	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	16-abr- 12	15-abr-15	DESCONTO 12%	6.027,84	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
74	08.192.10.09	LA CONSTRUTO RA 04.818.396/000 1-30	Manutenção predial	JFSP/UMIN	7-fev-09	7-fev-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	68.797,82	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
75	08.193.10.09	LA CONSTRUTO RA 04.818.396/000 1-30	Manutenção predial	JFSP/UMIN	7-fev-09	8-fev-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	85.707,16	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
76	08.241.10.12	MONTELE IND DE ELEVADORE S LTDA. 17.609.256/000 7-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-nov-12	1-nov-14	DESCONTO 12%	520,80	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
77	2013NE004222	POLICAN ENGENHARI A E IMPERMEABI LIZAÇÕES LTDA. 04.954.452.000 1-63	Execução de serviços de reforma abrangendo impermeabilização com fornecimento de materiais e mão de obra no prédio do Fórum Federal de Santos, SP.	JFSP/UMIN	30-dez- 13	3-ago-14	DESCONTO 12%	9.184,77	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
78	08.178.10.07	THYSSENKR UPP ELEVADORE S S/A 90.347.840/002 4-04	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	30-nov- 07	29-nov-13	DESCONTO 12%	359,46	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
79	08.206.10.07	THYSSENKR UPP ELEVADORE S S/A 90.347.840/002 4-04	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	28-jan- 10	27-jan-15	DESCONTO 12%	2.080,51	-	Intimação realizada pela área gestora.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
80	04.029.10.2007	UNIVERSO EMPRESARIA L PARTICIPAÇ ÕES LTDA 05.033.310/000 1-26	Prest.serv. Apoio informática área suporte desenv.net e Delphi.	TRF3R/SETI	1-dez-07	30-nov-12	PLANILHA IN 02/2008	191.169,68	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
81	08.236.10.2012	DÍGITRO TECNOLOGI A LTDA 83.472.803/000 1-76	Manutenção de centrais telefônicas	JFSP/UAPA	30-mar- 12	29-mar-15	DESCONTO 12%	26.898,10	26.898,10	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Processo concluído. Empresa efetuou o ressarcimento ao Erário.
82	07.036.10.2009	INTERSYSTE MS DO BRASIL LTDA 00.233.883/000 1-80	Prestação de serviço de locação de licenças do software caché enterprise multi server para ambiente ibm aix e de licenças do software caché elite multi server para ambiente operacional linux	TRF3R/SETI	15-abr- 09	14-abr-13	DESCONTO 12%	100.549,35	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
83	04.011.10.2012	RODOSERV ENGENHARI A LTDA 15.108.349/000 1-19	Prest.serv.de manutenção predial nos imóveis do TRF3R.	TRF3R/SADI	23-mai- 12	22-nov-14	PLANILHA IN 02/2008	238.298,69	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
84	06.034.10.13	2N ENGENHARI A LTDA 00.346.953/000 1-06	Reforma e adequação das instalações elétricas, de telefonia, de dados, dos sistemas de segurança patrimonial, de distribuição de ar- condicionado e de prevenção e combate a incêndio do JEF-SP.	JFSP/UMIN	4-mar-13	4-mar-15	DESCONTO 12%	285.146,90	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
85	08.215.10.10	ACTIVE ENGENHARI A LTDA. 68.287.143/000 1-60	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental.	JFSP/UMIN	9-out-10	8-out-14	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	372.685,32	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
86	06.027.10.11	CM CONSTRUÇÃO CIVIL E PLAN. LTDA 05.619.496.000 1-08	Obras e serviços de reforma do imóvel destinado à nova sede do Fórum Federal de Assis- SP.	JFSP/UMIN	1-fev-13	22-set-13	DESCONTO 12%	367.877,40	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
											do TRF3R.
87	06.033.10.13	DUCTBUSTE RS ENGENHARI A LTDA 03.541.616.000 1-68	Execução de obra de reforma das instalações do ar- condicionado central do Fórum das Execuções Fiscais da JFSP	JFSP/UMIN	29-dez- 12	31-jul-15	DESCONTO 12%	271.989,50	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
88	08.194.10.09	FENIX ENGENHARI A E MANUTENÇ ÃO LTDA 58.720.178/000 1-97	Manutenção predial	JFSP/UMIN	4-mai-09	4-mai-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	203.592,34	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
89	07.013.10.2009	ELETROLINE CONSTRUÇÃO ES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - ME 37.219.904/000 1-12	Manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharias civil e elétrica), em imóveis da JF/MS	JFMS/NUAD	24-set-09	23-set-14	DESCONTO 12%	130.613,74	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
90	06.019.10.2014	ELETROLINE CONSTRUÇÃO ES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - ME 37.219.904/000	Serviços elétricos de energia comum e estabilizada, telecomunicações (dados e voz), cftv e serviços civis de parede de alvenaria	JFMS/NUAD	3-jul-14	6-ago-14	DESCONTO 12%	13.920,00	13.920,00	Com a redução do valor contratual de R\$ 116.000,00 para R\$	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economi a obtida	Situação em 31/12/2014	Situação em 31/12/2015
		1-12	e divisórias do JEF de Campo Grande- MS							102.080,00, a JFMS deixou de pagar R\$ 13.920,00 à contratada.	do TRF3R.
91	04.021.10.2013	GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP 03.688.640/000 1-24	Execução de serviços civis visando adequar os parâmetros de acessibilidade no JEF de Campo Grande	JFMS/NUAD	9-dez-13	16-jun-14	DESCONTO 12%	29.246,18	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
92	06.005.10.2015	GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP 03.688.640/000 1-24	Execução de serviços civis visando adequar os parâmetros de acessibilidade no JEF de Campo Grande	JFMS/NUAD	9-dez-13	4-out-15	DESCONTO 12%	Fase de apuração dos cálculos.	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
93	06.025.10.2014	A.M.S.C CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME	Execução de pintura predial e calçada acessível na frente da edificação.	JFMS/NUAD	07/out/14	3-fev-15	DESCONTO 12%	38.038,00	-	Processo de revisão contratual ainda não havia sido autuado.	Revisão contratual suspensa em 18/11/2015, por força de Despacho da Presidência do TRF3R.
TOTAL								4.433.435,01	40.818,10	-	

(Fonte: SETI, SADI, Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura/JFSP, Subsecretaria de Apoio Administrativo/JFSP, Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS e Processos SEI 0024614-18.2014.4.03.8000; 0024615-03.2014.4.03.8000; 0024616-85.2014.4.03.8000; 0024617-70.2014.4.03.8000; 0024619-40.2014.4.03.8000; 0024620-25.2014.4.03.8000; 0024621-10.2014.4.03.8000; 0024622-92.2014.4.03.8000; 0024623-77.2014.4.03.8000; 0024624-62.2014.4.03.8000; 0024626-32.2014.4.03.8000; 0024627-17.2014.4.03.8000; 0024628-02.2014.4.03.8000; 0024629-84.2014.4.03.8000; 0024630-69.2014.4.03.8000; 0014698-57.2014.4.03.8000; 0014821-55.2014.4.03.8000; 0024635-91.2014.4.03.8000; 0024636-



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2015

76.2014.4.03.8000; 0024622-92.2014.4.03.8000; 0037121-08.2014.4.03.8001; 0022514-87.2014.4.03.8001; 0037126-30.2014.4.03.8001; 0037154-95.2014.4.03.8001; 0037157-
50.2014.4.03.8001; 0037690-09.2014.4.03.8001; 0037691-91.2014.4.03.8001; 0037689-24.2014.4.03.8001; 0037692-76.2014.4.03.8001; 0037693-61.2014.4.03.8001; 0037158-
35.2014.4.03.8001; 0037161-87.2014.4.03.8001; 0037162-72.2014.4.03.8001; 0037164-42.2014.4.03.8001; 0037165-27.2014.4.03.8001; 0037166-12.2014.4.03.8001; 0037172-
19.2014.4.03.8001; 0037182-63.2014.4.03.8001; 0037183-48.2014.4.03.8001; 0037185-18.2014.4.03.8001; 0037186-03.2014.4.03.8001; 0037189-55.2014.4.03.8001; 0037191-
25.2014.4.03.8001; 0037192-10.2014.4.03.8001; 0037194-77.2014.4.03.8001; 0037196-47.2014.4.03.8001; 0037199-02.2014.4.03.8001; 0037200-84.2014.4.03.8001; 0037202-
54.2014.4.03.8001; 0037203-39.2014.4.03.8001; 0037204-24.2014.4.03.8001; 0037205-09.2014.4.03.8001; 0037207-76.2014.4.03.8001; 0037208-61.2014.4.03.8001; 0037209-
46.2014.4.03.8001; 0037215-53.2014.4.03.8001; 0037218-08.2014.4.03.8001; 0037226-82.2014.4.03.8001; 0037219-90.2014.4.03.8001; 0037224-15.2014.4.03.8001; 0014727-
10.2014.4.03.8000; 0022922-78.2014.4.03.8001; 0026723-02.2014.4.03.8001; 0025257-73.2014.4.03.8000; 0025352-06.2014.4.03.8000; 0025302-77.2014.4.03.8000; 0025262-
95.2014.4.03.8000; 0025267-20.2014.4.03.8000; 0025361-65.2014.4.03.8000; 0025343-44.2014.4.03.8000; 0025258-58.2014.4.03.8000; 0025268-05.2014.4.03.8000; 0003522-
47.2015.4.03.8000; 0025371-12.2014.4.03.8000; 0014790-35.2014.4.03.8000; 0023679-72.2014.4.03.8001; 0022862-08.2014.4.03.8001; 0022514-87.2014.4.03.8001; 0026739-
53.2014.4.03.8001; 0026703-11.2014.4.03.8001; 0003506-24.2014.4.03.8002; 0003228-23.2014.4.03.8002; 0003205-77.2014.4.03.8002; 0003221-31.2014.4.03.8002; 0003451-
45.2015.4.03.8000; 0003477-43.2015.4.03.8000 e 0003506-24.2014.4.03.8002)



ANEXO XXV

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 (Compostas por 30 relatórios, conforme relação abaixo)

BGU-BF-Anual-UG90015	BGU-BP-Anual-UG90035
BGU-BF-Anual-UG90017	BGU-BP-Anual-UG90047
BGU-BF-Anual-UG90029	BGU-BP-Anual-UG90055
BGU-BF-Anual-UG90035	BGU-DFC-Anual-UG90015
BGU-BF-Anual-UG90047	BGU-DFC-Anual-UG90017
BGU-BF-Anual-UG90055	BGU-DFC-Anual-UG90029
BGU-BO-Anual-UG90015	BGU-DFC-Anual-UG90035
BGU-BO-Anual-UG90017	BGU-DFC-Anual-UG90047
BGU-BO-Anual-UG90029	BGU-DFC-Anual-UG90055
BGU-BO-Anual-UG90035	BGU-DVP-Anual-UG90015
BGU-BO-Anual-UG90047	BGU-DVP-Anual-UG90017
BGU-BO-Anual-UG90055	BGU-DVP-Anual-UG90029
BGU-BP-Anual-UG90015	BGU-DVP-Anual-UG90035
BGU-BP-Anual-UG90017	BGU-DVP-Anual-UG90047
BGU-BP-Anual-UG90029	BGU-DVP-Anual-UG90055

Notas explicativas das demonstrações contábeis:

As Demonstrações Contábeis da JF3R foram extraídas do sistema SIAFI.

A JF3R tem sua abrangência nos Estados de SP e MS, sendo suas unidades executoras o TRF3R, com sede em São Paulo, e JF de 1º Grau de SP e MS. As unidades são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme § 5º do artigo 135 da LDO 2015. O Órgão repassador do Orçamento pertinente à JF3R é o CJF. As UG da JF3R não produzem receitas próprias, sendo os valores eventualmente recolhidos repassados na sua integridade ao Tesouro Nacional.

No ano de 2008 foi publicada a PORT MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976/2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa diretriz.

Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas ações vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais objetivos:

- a) A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standard – IPSAS), publicadas pelo *International Federation of Accountants* – IFAC;
- b) A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para o aperfeiçoamento



da contabilidade pública brasileira, em 2008 foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC – T 16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio.

c) A adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, publicado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014 e pela Portaria STN nº 700/2014.

Em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI e NBCASP / NBC – T 16, as Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais e Fluxo de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/1964.

Implantação do PCASP no SIAFI

No exercício de 2015 foi implantado no Sistema SIAFI o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, que modificou a estrutura do balanço de uma visão orçamentária para uma visão patrimonialista.

Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Depreciação, Amortização, Exaustão, Redução ao Valor Recuperável e Reavaliação de Itens do Imobilizado

Desde 2010, para fiel evidência do Patrimônio da União, a STN publicou a macrofunção “02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações” do Manual SIAFI, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado.

Conforme letra b, a seguir, ficou estabelecido, na citada norma, um cronograma para o período de transição que determina os prazos máximos para o início da contabilização da depreciação dos ativos adquiridos em exercícios anteriores. Esse cronograma estabeleceu prazos máximos até 2013, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais foram impactados pelas reavaliações e ajustes a valor recuperável até o exercício de 2013.

Grupos de ativos - prazo máximo

(Fonte: Manual SIAFI Web)

- Equipamentos de Processamento de Dados 2011;
- Veículos de Tração Mecânica 2011;
- Aparelhos e Equipamentos de Comunicação 2012;
- Máquinas e Equipamentos Industriais 2012;
- Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares 2013;
- Mobiliário em Geral 2013.

Os atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais significativos encontram-se relatados no tópico 4.3 – Planejamento Orçamentário.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	114.021.255,82	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	107.261.521,72	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	6.759.734,10	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	6.376.084,70	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	383.649,40	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	114.175.619,37	-	Transferências Financeiras Concedidas	1.452.180,90	-
Resultantes da Execução Orçamentária	113.001.737,61	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	113.001.737,61	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.173.881,76	-	Independentes da Execução Orçamentária	1.452.180,90	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.164.169,62	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	5.263,39	-	Demais Transferências Concedidas	814,64	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.448,75	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.451.366,26	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	5.303.123,83	-	Despesas Extraorçamentárias	3.600.721,35	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	171.212,58	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	142.512,92	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.111.609,54	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.398.449,26	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.940,27	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59.759,17	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.015.361,44	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

EMISSION 25/02/2016	PAGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	1.442.468,76	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	572.892,68	-			
Saldo do Exercício Anterior	3.189.674,33	-	Saldo para o Exercício Seguinte	3.594.259,46	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.189.674,33	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.594.259,46	-
TOTAL	122.668.417,53	-	TOTAL	122.668.417,53	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.491.362.074,08	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.233.019.543,66	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	258.342.530,42	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	125.803.877,39	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	30.616.350,60	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	101.922.302,43	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.470.086.386,10	-	Transferências Financeiras Concedidas	32.638.511,35	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.444.872.970,40	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	1.444.872.970,40	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	25.213.415,70	-	Independentes da Execução Orçamentária	32.638.511,35	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.139.111,05	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	1.980.004,99	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.094.299,66	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	32.638.511,35	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	95.649.163,77	-	Despesas Extraorçamentárias	54.238.209,85	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.442.073,53	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.814.928,89	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	65.386.357,06	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	51.233.364,57	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	133.298,28	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	189.916,39	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	28.687.434,90	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	28.660.630,73	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	26.804,17	-			
Saldo do Exercício Anterior	44.724.433,97	-	Saldo para o Exercício Seguinte	32.221.188,56	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	44.724.433,97	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.221.188,56	-
TOTAL	1.610.459.983,84	-	TOTAL	1.610.459.983,84	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	574.463.925,35	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	481.062.145,84	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	93.401.779,51	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	61.600.000,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	4.587.631,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	27.214.148,51	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	576.368.538,91	-	Transferências Financeiras Concedidas	3.047.908,44	-
Resultantes da Execução Orçamentária	567.381.571,06	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	567.381.571,06	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	8.986.967,85	-	Independentes da Execução Orçamentária	3.047.908,44	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.950.296,37	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	19.353,06	-	Demais Transferências Concedidas	3.001,08	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	17.318,42	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.044.907,36	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23.037.727,63	-	Despesas Extraorçamentárias	26.578.243,22	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	96.917,98	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	926.231,45	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.682.055,12	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.627.086,20	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-32.851,81	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.925,57	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.291.606,34	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2

SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	4.233.836,96	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	57.769,38	-			
Saldo do Exercício Anterior	20.884.443,66	-	Saldo para o Exercício Seguinte	16.200.633,19	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.884.443,66	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.200.633,19	-
TOTAL	620.290.710,20	-	TOTAL	620.290.710,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	6.788.928.650,56	-	Transferências Financeiras Concedidas	6.788.928.650,56	-
Resultantes da Execução Orçamentária	6.524.070.108,95	-	Resultantes da Execução Orçamentária	6.524.070.108,95	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	6.524.070.108,95	-	Sub-repasse Concedido	6.524.070.108,95	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	264.858.541,61	-	Independentes da Execução Orçamentária	264.858.541,61	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	262.850.104,45	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	262.850.104,45	-
Demais Transferências Recebidas	2.008.437,16	-	Demais Transferências Concedidas	2.008.437,16	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	-		- Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-		- Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	6.788.928.650,56		- TOTAL	6.788.928.650,56	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.409.261.853,41	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.832.372.606,41	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	1.576.889.247,00	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	1.576.889.247,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	4.630.481.694,20	-	Transferências Financeiras Concedidas	22.976.244,48	-
Resultantes da Execução Orçamentária	4.398.205.219,42	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	4.398.205.219,42	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	232.276.474,78	-	Independentes da Execução Orçamentária	22.976.244,48	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	231.596.527,41	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	679.947,37	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	22.976.244,48	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	49.008.686,49	-	Despesas Extraorçamentárias	246.716.002,13	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.546.008,63	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	231.810.921,52	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.574.769,74	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.905.080,61	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	23.887.908,12	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	22.296.297,11	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	1.591.611,01	-			
Saldo do Exercício Anterior	1.622.274,53	-	Saldo para o Exercício Seguinte	2.158.555,20	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.622.274,53	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.158.555,20	-
TOTAL	4.681.112.655,22	-	TOTAL	4.681.112.655,22	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
25/02/2016

PAGINA
1

SUBTÍTULO
90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ORGAO SUPERIOR
12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	640.163,64	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	640.163,64	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	608.610,46	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	608.610,46	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	608.610,46	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	34.853,35	-	Despesas Extraorçamentárias	1.657,78	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	34.853,35	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.657,78	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			
Saldo do Exercício Anterior	21.212,38	-	Saldo para o Exercício Seguinte	22.854,77	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.212,38	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.854,77	-
TOTAL	664.676,19	-	TOTAL	664.676,19	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

EMISSÃO 25/02/2016	PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			114.021.255,82	114.021.255,82
TOTAL			114.021.255,82	114.021.255,82
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
25/02/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	113.275.441,53	110.794.876,90	110.623.664,32	-113.275.441,53
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	85.182.412,31	84.734.085,43	84.562.872,85	-85.182.412,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	28.093.029,22	26.060.791,47	26.060.791,47	-28.093.029,22
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	745.814,29	114.769,38	114.769,38	-745.814,29
Investimentos	-	-	745.814,29	114.769,38	114.769,38	-745.814,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	114.021.255,82	110.909.646,28	110.738.433,70	-114.021.255,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	114.021.255,82	110.909.646,28	110.738.433,70	-114.021.255,82
TOTAL	-	-	114.021.255,82	110.909.646,28	110.738.433,70	-114.021.255,82

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	336.629,53	3.596.535,49	3.007.998,99	3.007.998,99	373.838,08	551.327,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.204.061,11	951.598,56	951.598,56	-	252.462,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	336.629,53	2.392.474,38	2.056.400,43	2.056.400,43	373.838,08	298.865,40
DESPESAS DE CAPITAL	844.015,93	643.157,50	390.450,27	390.450,27	17.053,77	1.079.669,39
Investimentos	844.015,93	643.157,50	390.450,27	390.450,27	17.053,77	1.079.669,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.180.645,46	4.239.692,99	3.398.449,26	3.398.449,26	390.891,85	1.630.997,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	143.272,37	142.512,92	-	759,45
Pessoal e Encargos Sociais	-	135.945,77	135.945,77	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 4

SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	7.326,60	6.567,15	-	759,45
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	143.272,37	142.512,92	-	759,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

EMISSÃO 25/02/2016	PAGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			1.491.362.074,08	1.491.362.074,08
TOTAL			1.491.362.074,08	1.491.362.074,08
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
25/02/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.476.724.219,81	1.422.606.008,19	1.421.171.294,05	-1.476.724.219,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.147.936.265,17	1.139.735.379,88	1.139.727.899,51	-1.147.936.265,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	328.787.954,64	282.870.628,31	281.443.394,54	-328.787.954,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	14.637.854,27	3.369.708,83	3.362.349,44	-14.637.854,27
Investimentos	-	-	14.637.854,27	3.369.708,83	3.362.349,44	-14.637.854,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.491.362.074,08	1.425.975.717,02	1.424.533.643,49	-1.491.362.074,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.491.362.074,08	1.425.975.717,02	1.424.533.643,49	-1.491.362.074,08
TOTAL	-	-	1.491.362.074,08	1.425.975.717,02	1.424.533.643,49	-1.491.362.074,08

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.900.848,65	48.491.916,09	40.451.638,32	40.179.284,73	2.162.725,82	12.050.754,19
Pessoal e Encargos Sociais	2.087.955,25	19.840.850,26	18.593.972,05	18.593.972,05	1.089.348,99	2.245.484,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.812.893,40	28.651.065,83	21.857.666,27	21.585.312,68	1.073.376,83	9.805.269,72
DESPESAS DE CAPITAL	5.254.941,27	15.340.583,25	11.202.449,53	11.054.079,84	92.259,90	9.449.184,78
Investimentos	5.254.941,27	13.594.783,25	11.202.449,53	11.054.079,84	92.259,90	7.703.384,78
Inversões Financeiras	-	1.745.800,00	-	-	-	1.745.800,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.155.789,92	63.832.499,34	51.654.087,85	51.233.364,57	2.254.985,72	21.499.938,97

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	400.916,15	3.100.448,40	2.561.550,34	10.680,00	929.134,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.555.567,39	1.555.567,39	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 4

SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	400.916,15	1.544.881,01	1.005.982,95	10.680,00	929.134,21
DESPESAS DE CAPITAL	176.195,17	384.027,58	253.378,55	-	306.844,20
Investimentos	176.195,17	384.027,58	253.378,55	-	306.844,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	577.111,32	3.484.475,98	2.814.928,89	10.680,00	1.235.978,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO

EMISSÃO 25/02/2016	PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			574.463.925,35	574.463.925,35
TOTAL			574.463.925,35	574.463.925,35
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
25/02/2016

PAGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	572.453.058,32	555.560.518,03	555.463.600,05	-572.453.058,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	475.447.100,70	473.199.803,28	473.102.885,30	-475.447.100,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	97.005.957,62	82.360.714,75	82.360.714,75	-97.005.957,62
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	2.010.867,03	221.352,20	221.352,20	-2.010.867,03
Investimentos	-	-	2.010.867,03	221.352,20	221.352,20	-2.010.867,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	574.463.925,35	555.781.870,23	555.684.952,25	-574.463.925,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	574.463.925,35	555.781.870,23	555.684.952,25	-574.463.925,35
TOTAL	-	-	574.463.925,35	555.781.870,23	555.684.952,25	-574.463.925,35

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	945.769,95	16.401.731,63	12.427.944,26	12.427.944,26	2.104.390,66	2.815.166,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.788.378,78	5.552.872,09	5.552.872,09	-	2.235.506,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	945.769,95	8.613.352,85	6.875.072,17	6.875.072,17	2.104.390,66	579.659,97
DESPESAS DE CAPITAL	-	13.307.497,35	13.199.141,94	13.199.141,94	26.155,41	82.200,00
Investimentos	-	13.307.497,35	13.199.141,94	13.199.141,94	26.155,41	82.200,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	945.769,95	29.709.228,98	25.627.086,20	25.627.086,20	2.130.546,07	2.897.366,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	926.231,45	926.231,45	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	921.046,55	921.046,55	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 4

SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	5.184,90	5.184,90	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	926.231,45	926.231,45	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	6.543.981,00	6.543.981,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	15.000,00	15.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	6.513.981,00	6.513.981,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	15.000,00	15.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
25/02/2016

PAGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	518.807.867,00	578.550.814,00	-	-	-	578.550.814,00
Pessoal e Encargos Sociais	425.447.801,00	476.810.169,00	-	-	-	476.810.169,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	93.360.066,00	101.740.645,00	-	-	-	101.740.645,00
DESPESAS DE CAPITAL	28.896.943,00	27.861.943,00	-	-	-	27.861.943,00
Investimentos	8.896.943,00	7.861.943,00	-	-	-	7.861.943,00
Inversões Financeiras	20.000.000,00	20.000.000,00	-	-	-	20.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	547.704.810,00	606.412.757,00	-	-	-	606.412.757,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	547.704.810,00	606.412.757,00	-	-	-	606.412.757,00
TOTAL	547.704.810,00	606.412.757,00	-	-	-	606.412.757,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 4

SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

EMISSÃO 25/02/2016	PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			4.409.261.853,41	4.409.261.853,41
TOTAL			4.409.261.853,41	4.409.261.853,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/02/2016

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	4.363.387.036,50	4.352.021.804,25	4.352.021.804,25	-4.363.387.036,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	461.359.384,13	461.291.582,24	461.291.582,24	-461.359.384,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.902.027.652,37	3.890.730.222,01	3.890.730.222,01	-3.902.027.652,37
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	45.874.816,91	45.694.040,53	45.694.040,53	-45.874.816,91
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	45.874.816,91	45.694.040,53	45.694.040,53	-45.874.816,91
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	4.409.261.853,41	4.397.715.844,78	4.397.715.844,78	-4.409.261.853,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4.409.261.853,41	4.397.715.844,78	4.397.715.844,78	-4.409.261.853,41
TOTAL	-	-	4.409.261.853,41	4.397.715.844,78	4.397.715.844,78	-4.409.261.853,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	283.220.478,77	220.028.358,30	220.028.358,30	45.803.498,33	17.388.622,14
Pessoal e Encargos Sociais	-	33.229.042,88	6.714.980,44	6.714.980,44	9.125.440,30	17.388.622,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	249.991.435,89	213.313.377,86	213.313.377,86	36.678.058,03	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	11.927.606,98	11.782.563,22	11.782.563,22	145.043,76	-0,00
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	11.927.606,98	11.782.563,22	11.782.563,22	145.043,76	-0,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	295.148.085,75	231.810.921,52	231.810.921,52	45.948.542,09	17.388.622,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 4

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO-PR.RPV

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

EMISSÃO 25/02/2016	PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			640.163,64	640.163,64
TOTAL			640.163,64	640.163,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 25/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	640.163,64	605.310,29	605.310,29	-640.163,64
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	640.163,64	605.310,29	605.310,29	-640.163,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	640.163,64	605.310,29	605.310,29	-640.163,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	640.163,64	605.310,29	605.310,29	-640.163,64
TOTAL	-	-	640.163,64	605.310,29	605.310,29	-640.163,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	9.207,84	1.657,78	1.657,78	7.550,06	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	9.207,84	1.657,78	1.657,78	7.550,06	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	9.207,84	1.657,78	1.657,78	7.550,06	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PAGINA 4

SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	11.960.306,00	9.748.836,33	PASSIVO CIRCULANTE	19.199.976,06	16.681.482,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.594.259,46	3.189.674,33	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	18.227.375,29	16.489.957,92
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	227.736,06	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	744.864,71	191.524,12
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7.981.596,84	6.182.091,81			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	384.449,70	377.070,19			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	48.624.654,45	48.111.627,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	19.199.976,06	16.681.482,04
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	48.624.654,45	48.111.627,35	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	6.006.663,69	5.783.561,82	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.384.984,39	41.178.981,64
Bens Móveis	10.612.259,78	9.417.800,88			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.605.596,09	-3.634.239,06			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	42.617.990,76	42.328.065,53			
Bens Imóveis	42.622.377,85	42.328.436,11			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.387,09	-370,58			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	60.584.960,45	57.860.463,68	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.584.960,45	57.860.463,68

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	3.594.259,46	5.618.429,72	PASSIVO FINANCEIRO	5.487.471,59	11.038.768,17
ATIVO PERMANENTE	56.990.700,99	52.242.033,96	PASSIVO PERMANENTE	18.455.111,35	11.063.052,32
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	36.642.377,51	35.758.643,19

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	818.809,50	818.809,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	11.686.847,87	11.686.847,87
Execução dos Atos Potenciais Ativos	818.809,50	818.809,50	Execução dos Atos Potenciais Passivos	11.686.847,87	11.686.847,87
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	818.809,50	818.809,50	Obrigações Contratuais a Executar	11.686.847,87	11.686.847,87
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	818.809,50	818.809,50	TOTAL	11.686.847,87	11.686.847,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.513.464,99
Recursos Vinculados	-379.747,14
Operação de Crédito	-379.747,14
TOTAL	-1.893.212,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	37.308.226,24	49.641.989,00	PASSIVO CIRCULANTE	276.424.085,40	275.761.639,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.221.188,56	44.724.433,97	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	269.238.320,72	270.616.623,35
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.260.313,72	338.300,17
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.925.450,96	4.806.715,73
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	585.295,56	414.738,54			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	4.413.075,83	4.502.816,49			
VPDs Pagas Antecipadamente	88.666,29	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	277.316.335,59	261.883.584,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	276.424.085,40	275.761.639,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	275.970.382,81	260.669.766,38			
Bens Móveis	131.755.948,36	124.757.068,16			
Bens Móveis	154.776.254,65	140.792.833,39			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-23.020.306,29	-16.035.765,23			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	144.214.434,45	135.912.698,22			
Bens Imóveis	144.233.018,33	135.922.606,88			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.583,88	-9.908,66			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.345.952,78	1.213.817,79			
Softwares	1.345.952,78	1.213.817,79			
Softwares	1.345.952,78	1.213.817,79			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	314.624.561,83	311.525.573,17	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	314.624.561,83	311.525.573,17

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	32.221.188,56	80.183.402,27	PASSIVO FINANCEIRO	89.574.415,42	155.171.691,53
ATIVO PERMANENTE	282.403.373,27	231.342.170,90	PASSIVO PERMANENTE	265.805.998,85	195.578.236,98
SALDO PATRIMONIAL	40.755.852,44	39.224.355,34	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	285.791.870,43	215.671.373,19
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	285.791.870,43	215.671.373,19
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	5.478.294,46	5.478.294,46
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	280.313.575,97	210.193.078,73
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	285.791.870,43	215.671.373,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-41.452.108,85
Recursos Vinculados	-15.901.118,01
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-112.406,45
Operação de Crédito	-4.180.647,42
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-11.608.064,14
TOTAL	-57.353.226,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	27.404.905,46	32.120.728,99	PASSIVO CIRCULANTE	159.536.566,76	158.584.974,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.200.633,19	20.884.443,66	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	158.839.175,52	157.056.544,02
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	276.098,57	7.168,29
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	421.292,67	1.521.261,99
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	702.688,61	702.913,31			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	10.501.583,66	10.533.372,02			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	226.635.673,29	214.304.086,27	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	159.536.566,76	158.584.974,30
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	225.680.238,83	213.348.651,81			
Bens Móveis	67.511.075,06	58.892.767,29			
Bens Móveis	100.170.128,90	86.080.053,52			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-32.659.053,84	-27.187.286,23			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	158.169.163,77	154.455.884,52			
Bens Imóveis	158.185.640,47	154.468.199,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-16.476,70	-12.314,68			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	955.434,46	955.434,46			
Softwares	955.434,46	955.434,46			
Softwares	955.434,46	955.434,46			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	254.040.578,75	246.424.815,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	254.040.578,75	246.424.815,26

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	16.200.633,19	32.181.433,67	PASSIVO FINANCEIRO	22.000.714,45	62.836.420,45
ATIVO PERMANENTE	237.839.945,56	214.243.381,59	PASSIVO PERMANENTE	156.855.278,14	126.403.540,63
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	75.184.586,16	57.184.854,18

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	116.626.691,20	40.264.498,58	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	169.089.809,54	123.245.367,03
Execução dos Atos Potenciais Ativos	116.626.691,20	40.264.498,58	Execução dos Atos Potenciais Passivos	169.089.809,54	123.245.367,03
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	18.596.073,72	19.008.775,10	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	98.030.617,48	21.255.723,48	Obrigações Contratuais a Executar	169.089.809,54	123.245.367,03
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	116.626.691,20	40.264.498,58	TOTAL	169.089.809,54	123.245.367,03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.632.389,81
Recursos Vinculados	-167.691,45
Operação de Crédito	-1.390.291,45
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.222.600,00
TOTAL	-5.800.081,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	266.605,31	1.631.137,64	PASSIVO CIRCULANTE	-	1.619.133,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	1.619.133,10
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	266.605,31	1.631.137,64			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	1.619.133,10
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

EMISSÃO 25/02/2016 PAGINA 2

ÓRGÃO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	266.605,31	1.631.137,64	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	266.605,31	1.631.137,64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	266.605,31	345.659.968,89	PASSIVO FINANCEIRO	-	345.659.968,89
ATIVO PERMANENTE	-	-344.028.831,25	PASSIVO PERMANENTE	-	-344.040.835,79
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	266.605,31	12.004,54

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	266.605,31
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	266.605,31
TOTAL	266.605,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	2.158.555,20	1.624.610,59	PASSIVO CIRCULANTE	4.447.123.212,00	3.659.617.700,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.158.555,20	1.622.274,53	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.864.255.076,18	1.930.695.474,33
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	1.887.380.604,00	1.249.933.272,00
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	695.487.531,82	478.988.953,77
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	2.336,06			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	379.845.706,00	314.226.020,49
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	379.845.706,00	314.226.020,49
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.826.968.918,00	3.973.843.720,59
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

EMISSION 25/02/2016 PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.158.555,20	1.624.610,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.158.555,20	1.624.610,59

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	2.158.555,20	296.478.396,62	PASSIVO FINANCEIRO	30.526.241,78	591.626.482,37
ATIVO PERMANENTE	-	-294.853.786,03	PASSIVO PERMANENTE	4.813.831.298,36	3.677.365.323,97
SALDO PATRIMONIAL	4.842.198.984,94	4.267.367.195,75	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-28.367.686,58
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-28.367.686,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	22.854,77	21.212,38	PASSIVO CIRCULANTE	-	12.004,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.854,77	21.212,38	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	12.004,54
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	12.004,54
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

EMIÇÃO
25/02/2016

PAGINA
2

ORGAO SUPERIOR 12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	22.854,77	21.212,38	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.854,77	21.212,38

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	22.854,77	21.212,38	PASSIVO FINANCEIRO	34.853,35	30.420,22
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-9.207,84
SALDO PATRIMONIAL	11.998,58	-	SALDO PATRIMONIAL		-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-11.998,58
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-11.998,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	909.804,78	-
INGRESSOS	116.195.921,08	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	116.195.921,08	-
Ingressos Extraorçamentários	4.940,27	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	114.175.619,37	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.442.468,76	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	572.892,68	-
DESEMBOLSOS	-115.286.116,30	-
Pessoal e Demais Despesas	-100.895.547,14	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-92.885.167,24	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-8.010.379,90	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-12.878.629,09	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-12.878.629,09	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.511.940,07	-
Dispêndios Extraorçamentários	-59.759,17	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.452.180,90	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-505.219,65	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-505.219,65	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-441.247,93	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-63.971,72	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	404.585,13	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.189.674,33	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.594.259,46	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.166.562,42	-
INGRESSOS	1.498.907.119,28	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.498.907.119,28	-
Ingressos Extraorçamentários	133.298,28	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.470.086.386,10	-
Arrecadação de Outra Unidade	28.660.630,73	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	26.804,17	-
DESEMBOLSOS	-1.496.740.556,86	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.300.926.304,89	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.146.235.329,77	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-154.690.975,12	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-162.985.824,23	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-162.985.824,23	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-32.828.427,74	-
Dispêndios Extraorçamentários	-189.916,39	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-32.638.511,35	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.669.807,83	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.669.807,83	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-14.537.672,84	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-132.134,99	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-12.503.245,41	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	44.724.433,97	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	32.221.188,56	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	8.736.683,67	-
INGRESSOS	580.627.293,44	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	580.627.293,44	-
Ingressos Extraorçamentários	-32.851,81	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	576.368.538,91	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.233.836,96	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	57.769,38	-
DESEMBOLSOS	-571.890.609,77	-
Pessoal e Demais Despesas	-509.040.066,51	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-430.740.244,20	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-78.299.822,31	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-59.777.709,25	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-59.777.709,25	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.072.834,01	-
Dispêndios Extraorçamentários	-24.925,57	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.047.908,44	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.420.494,14	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.420.494,14	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-13.192.378,24	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-228.115,90	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.683.810,47	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.884.443,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	16.200.633,19	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	6.788.928.650,56	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.788.928.650,56	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.788.928.650,56	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.788.928.650,56	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-6.788.928.650,56	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-6.788.928.650,56	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	58.012.884,42	-
INGRESSOS	4.667.944.372,06	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	4.667.944.372,06	-
Ingressos Extraorçamentários	13.574.769,74	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.630.481.694,20	-
Arrecadação de Outra Unidade	22.296.297,11	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	1.591.611,01	-
DESEMBOLSOS	-4.609.931.487,64	-
Pessoal e Demais Despesas	-4.549.130.240,57	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

EMISSION 25/02/2016	PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-4.549.130.240,57	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-22.919.921,98	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-22.919.921,98	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-37.881.325,09	-
Dispêndios Extraorçamentários	-14.905.080,61	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-22.976.244,48	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-57.476.603,75	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-57.476.603,75	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-57.476.603,75	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	536.280,67	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.622.274,53	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.158.555,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.642,39	-
INGRESSOS	608.610,46	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	608.610,46	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	608.610,46	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-606.968,07	-
Pessoal e Demais Despesas	-595.793,07	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-595.793,07	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2

SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-11.175,00	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-11.175,00	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.642,39	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.212,38	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.854,77	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	121.491.091,14	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	868.879,38	-
Impostos	-	-
Taxas	868.879,38	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	251,05	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	251,05	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	116.166.677,86	-
Transferências Intragovernamentais	114.175.619,37	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.991.058,49	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.881.944,52	-
Reavaliação de Ativos	2.026,88	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.910.667,95	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	969.249,69	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	573.338,33	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	573.338,33	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	121.285.088,39	-
Pessoal e Encargos	85.866.347,06	-
Remuneração a Pessoal	66.336.673,38	-
Encargos Patronais	11.840.409,62	-
Benefícios a Pessoal	7.393.542,73	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	295.721,33	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.413.374,63	-
Aposentadorias e Reformas	4.000.089,07	-
Pensões	1.413.285,56	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.893.605,56	-
Uso de Material de Consumo	552.254,81	-
Serviços	19.365.977,21	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	975.373,54	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.453.980,90	-
Transferências Intragovernamentais	1.452.180,90	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.800,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.481.794,88	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	16.193,52	-
Incorporação de Passivos	2.669.713,88	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTÍTULO	90015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	3.795.887,48	-
Tributárias	1.169.782,29	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.169.782,29	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.203,07	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.203,07	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	206.002,75	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.518.502.118,0	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.307.259,52	-
Impostos	-	-
Taxas	22.307.259,52	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.650,77	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.650,77	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.475.325.970,1	-
Transferências Intragovernamentais	1.470.086.386,1	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.239.584,07	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13.276.772,76	-
Reavaliação de Ativos	3.335.666,49	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	350.573,36	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.590.532,91	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.584.464,85	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.584.464,85	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.516.070.088,0	-
Pessoal e Encargos	1.087.895.367,7	-
Remuneração a Pessoal	847.903.032,54	-
Encargos Patronais	161.978.860,27	-
Benefícios a Pessoal	78.013.474,92	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	159.059.349,48	-
Aposentadorias e Reformas	124.529.556,42	-
Pensões	31.642.130,93	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.887.662,13	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	215.685.687,39	-
Uso de Material de Consumo	5.408.652,29	-
Serviços	203.279.306,31	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.997.728,79	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.947,29	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.236,58	-
Variações Monetárias e Cambiais	157,10	-
Descontos Financeiros Concedidos	553,61	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	32.884.838,69	-
Transferências Intragovernamentais	32.638.511,35	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	246.327,34	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.681.613,86	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	721.298,18	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	16.960.315,68	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90017 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SP

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	1.110.247,64	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.890,52	-
Contribuições	1.030.357,12	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.751.035,99	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	106.200,00	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.644.835,99	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.432.030,00	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	594.313.468,77	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.176.501,38	-
Impostos	-	-
Taxas	1.176.501,38	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.222.600,00	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.222.600,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	580.223.611,20	-
Transferências Intragovernamentais	576.368.538,91	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.855.072,29	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.855.644,53	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.090.266,75	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	765.377,78	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.835.111,66	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
25/02/2016

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.835.111,66	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	572.778.954,59	-
Pessoal e Encargos	410.476.033,63	-
Remuneração a Pessoal	326.298.051,81	-
Encargos Patronais	59.824.121,50	-
Benefícios a Pessoal	23.694.478,72	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	659.381,60	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	77.543.038,98	-
Aposentadorias e Reformas	69.792.198,08	-
Pensões	7.703.943,84	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.897,06	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	70.499.533,72	-
Uso de Material de Consumo	2.444.361,48	-
Serviços	62.567.094,61	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.488.077,63	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	10.156.666,95	-
Transferências Intragovernamentais	3.047.908,44	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	7.108.758,51	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.976.370,24	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	220.425,53	-
Incorporação de Passivos	3.755.944,71	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	118.718,19	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	112.066,55	-
Contribuições	6.651,64	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.592,88	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.592,88	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21.534.514,18	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.790.814.388,9	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	6.788.928.650,5	-
Transferências Intragovernamentais	6.788.928.650,5	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.885.738,41	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.885.738,41	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.790.559.788,2	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.788.928.650,5	-
Transferências Intragovernamentais	6.788.928.650,5	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.631.137,64	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.631.137,64	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90035 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-ORCAM.

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	254.600,77	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.821.663.419,6	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.630.481.694,2	-
Transferências Intragovernamentais	4.630.481.694,2	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.723.478.478,1	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.723.478.478,1	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.467.703.247,2	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.445.406.950,1	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22.296.297,11	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.674.254.672,4	-
Pessoal e Encargos	722.559.064,27	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	22.919.921,98	-
Benefícios a Pessoal	699.639.142,29	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.928.539.048,8	-
Aposentadorias e Reformas	4.928.539.048,8	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.811.184.429,3	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	1.811.184.429,3	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	22.976.244,48	-
Transferências Intragovernamentais	22.976.244,48	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	106.141.603,43	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	106.139.267,37	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 25/02/2016	PÁGINA 3

SUBTÍTULO	90047 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO-PR.RPV

ÓRGÃO SUPERIOR	12000 - JUSTIÇA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	2.336,06	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.082.854.282,1	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	2.082.854.282,1	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-852.591.252,80	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	620.615,00	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	608.610,46	-
Transferências Intragovernamentais	608.610,46	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.004,54	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.004,54	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R
ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	606.968,07	-
Pessoal e Encargos	170.092,89	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	11.175,00	-
Benefícios a Pessoal	158.917,89	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	416.172,94	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	416.172,94	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 3

SUBTITULO	90055 - ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTICA FEDERAL-3ª R

ORGAO SUPERIOR	12000 - JUSTICA FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.702,24	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20.702,24	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13.646,93	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014